



UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA

LUÍS DE CAMÕES

DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MESTRADO EM ESTUDOS DA PAZ E DA GUERRA NAS NOVAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

“O Magrebe e a Europa Ocidental: Que contributos para a segurança do Mediterrâneo Ocidental?”

Tese para atribuição do Grau de Mestre em Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais

Orientador: Professor Doutor Luís Moita

Candidato: Francisco Xavier Ferreira de Sousa

Data de Apresentação: ____/____/____

DEDICATÓRIA

Às três Mulheres da minha vida:
Mãe, Esposa e Filha

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho é fruto da minha curiosidade e interesse sobre tudo o que se relaciona com o Mediterrâneo, em especial com o Mediterrâneo Ocidental e com os países magrebinos. Ele representa um dos objectivos, no trilhar do caminho que almejo prosseguir. Porém, as deliciosas horas de pesquisa e de reflexão que lhe estão subjacentes, de nada serviriam sem o acompanhamento do meu Orientador, Senhor Professor Doutor Luís Moita. Os seus sábios conselhos, oportunos incentivos e pertinentes orientações exigiram-me o aprofundar das minhas investigações, o esclarecimento das dúvidas que iam surgindo e a construção de toda esta tese sobre uma estruturada reflexão, tendo sido, sempre, sua preocupação nunca cercear a minha liberdade intelectual. A sua grande humildade, elevado saber e marcada humanidade foram, para mim, estímulos no percorrer deste caminho e serão referências sempre presentes na minha memória. Bem haja por tudo isso e aqui fica o meu justo e reconhecido agradecimento.

Agradeço, também, a todos aqueles que, generosamente, reuniram informação, facultando-ma, discutiram criticamente as minhas reflexões e me incentivaram no percorrer desta etapa. Só aqui não os enuncio por a lista ser extensa e haver, da minha parte, o receio de, injustamente, omitir, por esquecimento, algum deles, pois a minha consideração por todos eles é, na verdade, elevada.

Por fim, um agradecimento muito especial à minha Mulher e Filha, pelos incentivos que, permanentemente, me souberam dar, pelos conselhos que, avisadamente, iam emitindo e, sobretudo, pelas longas horas de solidão que passaram, por eu as ter privado da minha companhia, e pelos projectos que ficaram para trás por não quererem desviar-me deste meu caminho. Também elas são referências na minha vida. Bem hajam por isso.

A todos reitero os meus sinceros agradecimentos.

EPÍGRAFE

*“A verdade? É sempre a verdade que procuramos, não é? Uma conformidade com um facto conhecido, ou com algum padrão admitido, ou com aquilo que a experiência nos diz que é a inevitável natureza da existência. Mas há qualquer coisa para lá do meramente «verdadeiro». Aquilo a que comumente chamamos «verdadeiro»...é muitas das vezes apenas uma sombra ou uma réplica de qualquer coisa maior. Só quando essa **verdade-sombra** se conjuga com o **sentido**, e acima de tudo com o sentido experimentado, vemos a própria substância, a **Verdade** da verdade.”*

Cox, Michael, “O Sentido da Noite. Uma confissão”. Lisboa: Editora Gótica, 2006, ISBN 972-792-185-X, pag: 443.

RESUMO

O Mediterrâneo Ocidental ou Mar Latino, é um local onde a história e a geografia se cruzam com diferentes culturas, povos e religiões. É um espaço de confluência de interesses e preocupações, protagonizados por uma Europa integrada, mas à procura de uma única identidade, que olha para o Sul com preocupação, e por um Magrebe que transpira instabilidade e que encara o Norte com desconfiança e com alguma expectativa. Aquele Mar, sendo uma ponte entre dois Continentes e não uma fronteira, facilita que a instabilidade emanada por uma das margens seja sentida, com grande intensidade, na outra. As preocupações da Europa Ocidental são, assim, justificadas, exigindo dela medidas que promovam as condições para uma segurança regional efectiva. Porém, a implementação dessa segurança exige dos países Magrebinos a assumpção de determinadas medidas.

As percepções de segurança de cada margem são, contudo, diferentes, o que dificulta a definição de trilhos que conduzam ao mesmo objectivo. As assimetrias económicas, sociais e políticas que se verificam entre elas, potencializam aquela dificuldade e originam factores de instabilidade, ameaças e riscos, todos eles centradas nos países do Magrebe, que, por vezes, transmitem a ideia de que toda a região é uma potencial “panela de Pandora”.

Este trabalho procura responder à pergunta: **“Que estratégias devem ser implementadas pelos países do Magreb e da Europa Ocidental para promoverem uma segurança efectiva no Mediterrâneo Ocidental?”** Essas estratégias deverão estar ao alcance das duas margens e incidir sobre as dimensões: política, militar, do desenvolvimento económico, social e ambiente.

Palavras Chave: “Segurança”; “Mediterrâneo Ocidental”; “Magrebe”; “Europa Ocidental”.

ABSTRACT

The West Mediterranean or Latin Sea is a region where history and geography meet different cultures, people and religions. A region where interests and concerns converge, with the lead roles being played by an integrated, but still searching for a “single identity” Europe, which gazes at the South with apprehension, and a Maghreb which transpires instability and faces the North with distrust and some expectation. That Sea, which is a bridge between two Continents rather than a frontier, facilitates that instability emerging from one of the margins is felt with great intensity on the other. Western Europe’s concerns are therefore justifiable, which demands measures from it that promote conditions for an effective regional security. Nevertheless, the implementation of such security demands from the Maghreb countries the assumption of certain measures.

However, each margin’s security perceptions are different, which undermines the definition of paths leading to a common objective. The economical, social and political asymmetries between those two margins potentiate the difficulties and give origin to instability, threat and risk factors – all of them centered in Maghreb countries – that sometimes convey the idea that the whole region is a potential “Pandora Box”.

This essay intends to answer the question: **“Which strategies must be implemented by Maghreb and Western Europe countries, in order to achieve an effective security in the West Mediterranean region?”** Those strategies must be within reach of both margins and dealt with the dimensions: politics, military, economical development, social, and environment.

Keywords: “Security”; “West Mediterranean”; “Maghreb”; “Western Europe”.

ÍNDICE

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE ABREVIATURAS

LISTA DE SIGLAS

GLOSSÁRIO

I. INTRODUÇÃO	1
II. O MEDITERRÂNEO OCIDENTAL	4
II.1. DEFINIÇÃO DA ÁREA GEOGRÁFICA EM ANÁLISE	4
II.2. CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO	6
II.2.1. A GEOGRAFIA DA REGIÃO	6
II.2.2. A HISTÓRIA	7
II.2.3. CONTEXTO GEOPOLÍTICO DA REGIÃO	13
II.3. SÍNTESE CONCLUSIVA	18
III. A IMPORTÂNCIA DO MEDITERRÂNEO OCIDENTAL	19
III.1. DIFERENTES PERCEPÇÕES SOBRE A REGIÃO	19
III.2. ANÁLISE NOS QUADROS GLOBAIS E REGIONAIS	21
III.3. SÍNTESE CONCLUSIVA	31
IV. AMEAÇAS, RISCOS, FACTORES DE INSTABILIDADE E OPORTUNIDADES	32
IV.1. AMEAÇAS, RISCOS E FACTORES DE INSTABILIDADE	32
IV.1.1. CONFLITOS ENTRE ESTADOS	32
IV.1.1.1. O ROCHEDO DE GIBRALTAR	32
IV.1.1.2. O SAARA OCIDENTAL	34
IV.1.1.3. CEUTA E MELILLA	38
IV.1.2. CONFLITOS FRONTEIRIÇOS	40
IV.1.3. TERRORISMO	42
IV.1.4. FUNDAMENTALISMO	47
IV.1.5. OUTROS FACTORES DE INSTABILIDADE	50
IV.2. OPORTUNIDADES	59
IV.3. POSSÍVEIS CENÁRIOS DE EVOLUÇÃO	61
IV.4. SÍNTESE CONCLUSIVA	63
V. SEGURANÇA DO MEDITERRÂNEO OCIDENTAL	64
V.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	64

V.2. INICIATIVAS DA MARGEM NORTE	65
V.2.1. DA UNIÃO EUROPEIA (UE)	65
V.2.2. DO PROCESSO DE COOPERAÇÃO DO MEDITERRÂNEO OCIDENTAL (G5+5)	69
V.2.3. DA NATO	71
V.3. INICIATIVAS DA MARGEM SUL	73
V.3.1. UNIDADE DO MAGREBE ÁRABE (UMA)	73
V.3.2. LIGA ÁRABE (LA)	76
V.4. POSSÍVEIS CENÁRIOS	78
V.5. SÍNTESE CONCLUSIVA	80
VI. CONTRIBUTOS PARA POSSÍVEIS ESTRATÉGIAS DE SEGURANÇA	81
VI.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	81
VI.2. DIMENSÃO POLÍTICA	82
VI.3. DIMENSÃO MILITAR	85
VI.4. DIMENSÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO	87
VI.5. DIMENSÃO SOCIAL	89
VI.6. DIMENSÃO AMBIENTAL	91
VI.7. SÍNTESE CONCLUSIVA	93
VII. CONCLUSÕES	94
BIBLIOGRAFIA	
APÊNDICES	
APÊNDICE 1 - DIAGRAMA DA DEDUÇÃO	
APÊNDICE 2 - ESCALONAMENTO, POR ORDEM DECRESCENTE, DO PRODUTO INTERNO BRUTO PER CAPITA (PIB P/C) DOS PAÍSES DA EUROPA OCIDENTAL, DO MAGREBE E DE OUTROS LIMÍTROFES A ESTES ESPAÇOS GEOGRÁFICOS	
APÊNDICE 3 – ESCALONAMENTO, POR ORDEM DECRESCENTE, DO PRODUTO INTERNO BRUTO PER CAPITA (PIB P/C) DOS PAÍSES DO MEDOR	
APÊNDICE 4 – FIGURAS	
APÊNDICE 5 – UMA “OLHADELA” PARA O INTERIOR DA LÍBIA	
APÊNDICE 6 – CRONOLOGIA RESUMIDA DE ACONTECIMENTOS IMPORTANTES PARA O MEDOC	

APÊNDICE 7 - UMA CRONOLOGIA PARA O SAARA OCIDENTAL

APÊNDICE 8 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

APÊNDICE 9 – PAÍSES DO G 5+5 QUE ADOPTARAM A CONVENÇÃO DE PALERMO

APÊNDICE 10 – POPULAÇÃO NO MEDOC

APÊNDICE 11 – OUTRAS INICIATIVAS VOLTADAS PARA A SEGURANÇA DO MED

**APÊNDICE 12 – DADOS DA COMPONENTE MILITAR DOS PAÍSES DO MEDITERRÂ-
NEO**

LISTA DE FIGURAS

Número e designativo da figura	Página dos Apêndices
Figura 1 – Orografia do Mediterrâneo	7
Figura 2 – Mundo Romano	7
Figura 3 – Conquista Almorávida	8
Figura 4 – Conquista Almóada	8
Figura 5 - Localização, por satélite, no mesmo momento, de embarcações no Mediterrâneo	9
Figura 6 – Rotas mediterrânicas	9
Figura 7 – Mapa da Transcaucásia	10
Figura 8 – Ásia Central e do Sul	10
Figura 9 – Sahel	11
Figura 10 – Ataques dos piratas somalis no golfo de Aden	12
Figura 11 – Marcha Verde	13
Figura 12 – Fronteiras entre Marrocos e Argélia	13
Figura 13 – Países do Processo de Barcelona	14
Figura 14– Países do Processo de Cooperação do Mediterrâneo Ocidental	14
Figura 15 – Países do Diálogo para o Mediterrâneo	15
Figura 16 – Imagem da página da NATO sobre o DM (02/08/2009)	15
Figura 17 – Países da União do Magrebe Árabe	16
Figura 18 – Países da Liga dos Estados Árabes	16

LISTA DE ABREVIATURAS

AI	Amnistia Internacional
CI	Comunidade Internacional
Cor	Coronel
DM	Diálogo para o Mediterrâneo
FA	Forças Armadas
FP	Frente Polisário (Frente Popular de Libertação de Saguía el-Hamra e Río de Oro)
Hipot	Hipótese
IGMO	Iniciativa para o Grande Médio – Oriente
MED	Mediterrâneo
MEDOC	Mediterrâneo Ocidental
MEDOR	Mediterrâneo Oriental
PEM	Parceria Euro-Mediterrânica
PEV	Política Europeia de Vizinhança
PIB PP	Produto Interno Bruto Per Capita
QD	Questões Derivadas
RI	Relações Internacionais
Séc.	Século
SG	Secretário Geral
UM	União para o Mediterrâneo

LISTA DE SIGLAS

DN	Diário de Notícias
EUROMARFOR	Força Naval Europeia
EUROFORCE	Força Terrestre Europeia
FIS	Frente Islâmica de Salvação
FLN	Frente de Libertação Nacional
FRONTEX	Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados Membros da UE
G 5+5	Grupo 5+5 Processo de Cooperação do Mediterrâneo Ocidental
G7	Grupo dos Sete Países Mais Industrializados do Mundo
GIA	Grupo Islâmico Armado
NAC	Conselho do Atlântico Norte
NATO	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OLP	Organização de Libertação da Palestina
OPEP	Organização de Países Produtores de Petróleo
OSCE	Organização de Segurança e Cooperação na Europa
OUA	Organização da Unidade Africana

PESD	Política Europeia de Segurança e Defesa
PSD	Partido Socialista Desturiano
PTM	Países Terceiros Mediterrânicos
RCD	Reagrupamento Constitucional Democrático
STANAVFORME	Standing Naval Force in the Mediterranean
UE	União Europeia
UEO	União da Europa Ocidental
UMA	União do Magrebe Árabe

GLOSSÁRIO

Actores Não Estatais Armados – São “grupos não estatais armados, que operam fora do controlo do Estado, desafiam o monopólio da força coerciva por parte do Estado, e que são capazes de impedir, bloquear ou fazer perigar uma iniciativa humanitária ou de resolução de conflitos.” (GARDNER: 2006; 3).

São “actores políticos que expressam violentamente as necessidades e os interesses de grupos marginalizados.” (HUBER e REIMANN: 2000; 5-6).

Actores Não Estatais Violentos – São “grupos organizados, não formalmente afiliados com qualquer governo reconhecido internacionalmente, e que procuram atingir os seus objectivos políticos através de meios violentos.” (ANDERSEN: 2004; 3).

Actor Transnacional – “Actor “não-estatal” que actua nas questões económicas e nos conflitos através das fronteiras” (NEY: 2002; 244).

Aculturação – “(...) diz respeito ao complicado processo de contacto cultural em que cada um de nós vai assimilando hábitos e valores culturais novos, devido ao contacto continuo com outros modelos diferentes. Por exemplo, um emigrante terá de alterar práticas, costumes e crenças de acordo com os valores e normas do país em que se procura integrar.” (PORTO EDITORA: 2004; 1).

“A **aculturação** é outro mecanismo de mudança que consiste no contacto e intercâmbio entre duas ou mais culturas. O conceito foi criado em 1880 pelo antropólogo norte-americano J. W. Powell (...) para designar a transformação dos modos de viver e pensar dos imigrantes nos EUA. Um exemplo são os pidgins (mistura de inglês com línguas nativas de diversas zonas do mundo). Este contacto intercultural pode provocar três efeitos (...):

- a) Assimilação da cultura dominada pela dominante. É um processo de desculturação ou perda através do qual um grupo culturalmente dominado incorpora-se a uma cultura dominante.
- b) Integração ou combinação de culturas, tendo como resultado novas culturas num certo plano de equidade.
- c) Subculturas ou coexistência de culturas dominantes com dominadas.” (PEREIRO: 2004; 17).

Ajuda Humanitária – “Designa as actividades desenvolvidas com a finalidade de minorar os efeitos negativos dos conflitos na população, especialmente onde as autoridades responsáveis não têm possibilidade, ou não desejam fornecer o apoio adequado à população. As missões de ajuda humanitária podem ser conduzidas complementando outro tipo de operações de apoio à paz, ou se completamente diferenciadas destas, por exemplo, na sequência de uma catástrofe ou calamidade” (IAEM – ME 20-76-04: 1996; Cap 3).

Ameaça Transnacional – “qualquer evento ou processo que conduza a mortes em larga escala ou à diminuição das oportunidades de vida e que mine a entidade Estado como a unidade básica do sistema internacional” (ONU: 2004; 12).

Balança de Poder – “Traduz uma condição de equilíbrio geral, de tal modo que nenhum Estado tenha a capacidade para dominar os outros, evitando uma situação de hegemonia ou predominância. Desta forma, mantém-se intacta a multiplicidade de Estados numa condição de equilíbrio que permite a manutenção do status quo.” (SOUSA: 2008; 23).

Bilateralismo – “Refere-se a assuntos que afectem duas partes, por oposição ao unilateralismo (uma parte) e ao multilateralismo (muitas partes). Nas relações internacionais é geralmente usado para indicar políticas conjuntas adoptadas por dois actores, Estados ou Organizações Internacionais, em particular, relativamente a relações comerciais, de defesa e diplomáticas” (SOUSA: 2008; 27).

Conflito – “É a expressão de uma incompatibilidade de posições ou interesses entre actores, ao nível intra ou supra estatal, não sendo, no entanto, sinónimo de confronto armado” (CPLP - **Conclusões do Seminário – “O Papel da CPLP na Prevenção de Conflitos e Gestão de Crises Nacionais**. Lisboa: IAEM, 06/10/2004).

Conflitos Inter-Estatais – “São conflitos disputados entre nações ou alianças de nações” (WALLENSTEEN: 2004; 74).

Conflito Intra-Estatais – “São conflitos eminentemente internos, disputados dentro do território do próprio Estado” (WALLENSTEEN: 2004; 74).

Contrabando de migrantes – é “(...) a procura, com vista a obter, directamente ou indirectamente, um benefício financeiro ou material, da entrada ilegal, num dos Estados signatários, de uma pessoa que não seja um nacional ou um residente permanente,” (ONU: 2000; 64).

Corrupção no sector publico – “(...) é o abuso de funções publicas para fins privados, (...) como por exemplo: suborno de funcionários públicos, propina nos contratos públicos, desvio de fundos públicos ou questões que sonde a força e a eficácia dos esforços anti-corrupção englobando assim, tanto os aspectos administrativos quanto políticos da corrupção.” (TI: 2008 b): 2).

Crise – “Incidente ou situação envolvendo uma ameaça, conta território, cidadãos, forças militares, interesses vitais de um Estado, que evoluem rapidamente e criam condições de importância diplomática, económica, política ou militar, levando à intervenção de forças militares e recursos de acordo com os objectivos nacionais” (DoD: JP 1.02; 132).

Crime Organizado - “(...) está presente sempre que duas ou mais pessoas estão envolvidas em projectos comuns de criminalidade, por um período de tempo prologado e inespecífico, de forma a obter poder e lucros e onde são atribuídas aos seus associados tarefas a realizar no âmbito da organização: (1) através de negócios ou de actividades relacionadas; (2) usando violência ou intimidação; (3) usando

*influencia política, órgãos de comunicação social, economia, governos ou poder judicial, procurando o controlo territorial, se necessário, para cometer crimes planeados que, de um ponto de vista colectivo ou individual, devem ser considerados crimes sérios.” (Ad Hoc Group on Organized Crime – **Report on the Situation of Organized Crime in EU**. 1993, Apud (POLITTI: 1999; 44-45)).*

Defesa – “*Conjunto de acções orientadas para a aquisição e consolidação da segurança, implicando a existência de uma teoria da acção e de um aparelho com capacidade de materialização de acções específicas*” (BISPO: 1999; 92).

Defesa Colectiva – “*O conceito de defesa colectiva designa a participação na defesa da Europa em conformidade com os tratados de Bruxelas (Artigo V) e de Washington (Artigo 5º) que determinam que, em caso de agressão, os Estados signatários têm a obrigação de prestar a assistência necessária para restabelecer a segurança.*”

(http://www.europa.eu/scadplus/glossary/collective_defense_pt.htm).

Emigração – “*(...) é o ato e o fenómeno espontâneo de deixar seu local de residência para se estabelecer numa outra região ou nação. Trata-se do mesmo fenómeno da imigração mas visto da perspectiva do lugar de origem. (...) As razões que levam uma pessoa ou grupo a emigrar são muitas, como as condições políticas desfavoráveis, a precária situação económica, perseguições religiosas ou guerras. Há outras razões de cunho individual, como a mudança para o país do cônjuge estrangeiro após o casamento ou ir para um país de clima mais ameno após a aposentaria.*” (<URL: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Emigra%C3%A7%C3%A3o>>).

Entrada ilegal num Estado – “*(...) a passagem de fronteiras sem respeitar os requisitos necessários para a entrada legal no Estado receptor.*” (UN:2000; 64).

Espaço Estratégico de Interesse Nacional Conjuntural – “*(...) decorre da avaliação da conjuntura internacional e da definição da capacidade nacional, tendo em conta as prioridades da política externa e de defesa, os actores em presença e as diversas organizações em que nos inserimos... Nesse sentido, são áreas prioritárias com interesse relevante para a definição do espaço estratégico de interesse nacional conjuntural as seguintes:*

- *O espaço euro-atlântico, compreendendo a Europa onde nos integramos, o espaço atlântico em geral e o relacionamento com os Estados Unidos da América;*
- *O relacionamento com os Estados limítrofes;*
- *O Magrebe, no quadro das relações bilaterais e do diálogo com o Mediterrâneo;*
- *O Atlântico Sul em especial e o relacionamento com o Brasil;*
- *A África lusófona e Timor Leste; Os países em que existem fortes comunidades de emigrantes portugueses;*

- *Os países ou regiões em que Portugal tenha presença histórica e cultural, nomeadamente a Região Administrativa Especial de Macau;*
- *Países de origem das comunidades imigrantes em Portugal.*

- Podem considerar-se áreas de interesse relevante para a definição do espaço estratégico de interesse nacional conjuntural, para além das mencionadas, quaisquer outras zonas do globo em que, em certo momento, os interesses nacionais estejam em causa ou tenham lugar acontecimentos que os possam afectar.” (GOVERNO PORTUGÊS, Conselhos de Ministros: 2003; Art 5.2).

Estado – *“A humanidade actual está dividida em Estados, isto é, em sociedades organizadas de forma soberana num território bem definido, geridas por um governo destinado a satisfazer as necessidades essenciais dos indivíduos e grupos que as compõem e que, em regra, evidenciam padrões culturais comuns, governo esse que detém o monopólio da força física.” (COUTO: 1988; 19).*

“O Estado define-se pela reunião de três elementos ou características: um território, uma população (um povo) e um governo (poder político soberano).

Juridicamente, a unidade estatal distingue-se de quaisquer outras entidades ou colectividades territoriais pelo facto de gozar de um atributo único designado por soberania.

Os Estados diferem uns dos outros em razão do seu território, população, poderio, forma militar e da forma do seu governo (regime político).

Detentores da legitimidade do poder, são os Estados que negociam a criação e as competências das autoridades internacionais e que concorrem para a elaboração das suas políticas, apesar de já não deterem o monopólio da autoridade internacional.” (SOUSA: 2008; 5).

Estado de Direito – *“Estado de direito é um Estado ou uma forma de organização político-estadual cuja actividade é determinada e limitada pelo direito. «Estado de não direito» será, pelo contrário, aquele em que o poder político se proclama desvinculado de limites jurídicos e não reconhece aos indivíduos uma esfera de liberdade ante o poder protegida pelo direito. Este modo abstracto de aproximação aos conceitos de «Estado de direito» e de «Estado de não direito» pouco adiantará às pessoas menos familiarizadas com os temas do «Estado» e do «direito». Avancemos então por um caminho mais assente na terra para se tomar a sério o Estado de direito. Tomar a sério o Estado de direito implica, desde logo, recortar com rigor razoável o seu contrário -o «Estado de não direito». Três ideias bastam para o caracterizar: (1) é um Estado que decreta leis arbitrárias, cruéis ou desumanas; (2) é um Estado em que o direito se identifica com a «razão do Estado» imposta e iluminada por «chefes»; (3) é um Estado pautado por radical injustiça e desigualdade na aplicação do direito. Explicitemos melhor estas três ideias. «Estado de não direito» é aquele em que existem leis arbitrárias, cruéis e desumanas que fazem da força ou do exercício abusivo do poder o direito, deixando sem qualquer defesa jurídica eficaz o indivíduo, os cidadãos, os povos e as minorias.” (CANOTILHO: 2004; 4).*

Estratégia – “Combinação engenhosa para conseguir um fim.” (Priberam: 2009).

“A estratégia é a arte de controlar e utilizar os recursos de um país, ou de uma coligação, inclusive as Forças Armadas, a fim de promover e assegurar efectivamente os seus interesses vitais contra os seus inimigos actuais, potenciais, ou apenas supostos.” (SOUSA: 2008; 81)

Força – “(...) um potencial resultante do somatório de factores morais e materiais de que um actor pode dispor. Está associado tanto à posse de recursos, que poderão ser naturais, humanos, económicos, militares etc., como à eficácia das suas estruturas políticas, sociais, económicas, militares, etc.” (MARTINS: 2008; 265).

Geoestratégia – “É o estudo das relações entre os problemas estratégicos e os factores geográficos, à escala mundial, procurando deduzir a influência dos factos geográficos (económicos, demográficos, sociais, etc.) nas situações estratégicas, bem como as possíveis consequências, nesses factos geográficos, da aplicação das manobras estratégicas e da consecução dos respectivos objectivos. Constitui um método de interpretação da fenomenologia política vocacionada para a percepção e análise dos conflitos (expressos ou potenciais), bem como dos comportamentos possíveis nesses conflitos.” (SOUSA: 2008; 91).

Geopolítica – “O termo geopolítica, ao qual damos hoje múltiplos usos, designa tudo o que diz respeito às rivalidades de poderes ou de influências sobre territórios ou sobre populações que neles vivem: rivalidades mais ou menos pacíficas ou violentas entre poderes políticos de todo o género, e não apenas entre Estados, mas também no interior dos próprios Estados, entre movimentos políticos ou grupos armados mais ou menos clandestinos. Estas rivalidades exercem-se para o controlo ou domínio de territórios geográficos de grandes ou pequenas dimensões.” (LACOSTE: 2006; 7).

Grupo de crime organizado – “(...) é um grupo estruturado, de três ou mais pessoas, existente por um período de tempo e actuando para atingir o objectivo de cometer um ou mais crimes ou infracções graves, estabelecidas em conformidade com a presente Convenção, a fim de obter, directamente ou indirectamente, um benefício financeiro ou material.” (ONU: 2000; 25).

Inculturação – “A inculturação é um processo de interiorização dos costumes do grupo, até o ponto de fazer estes como próprios. Este processo é fundamental para a sobrevivência dos grupos humanos, assim por exemplo os esquimós tem de aprender a proteger-se do frio. O processo de inculturação produz-se fisicamente (gestos, formas de estar, de comer...), afectiva e sentimentalmente (por causa da acção de reforço ou repressão da nossa cultura) e também intelectualmente (esquemas mentais de percepção do mundo). Os agentes de inculturação são a família, as amizades, a escola, os media, os grupos de associação, etc., eles têm como missão introduzir o indivíduo na sua sociedade através da aprendizagem da cultura.” (PEREIRO: 2004; 5).

Índice de Percepção de Corrupção (CPI) – “(...) da Transparency International, mede o nível de percepção de corrupção no sector público em determinado país e é um índice composto, considerando diferentes pesquisas no sector privado e entre consultores. O Índice de Percepção de Corrupção de 2008 classifica 180 países (...) em uma escala de 0 (muito corrupto) a 10 (livre de corrupção).” (TI: 2008 b); 1).

“O objectivo do CPI é fornecer dados sobre a percepção da extensão da corrupção nos países. O CPI é um índice composto, elaborado a partir de análises de inquéritos. É baseado em diversas fontes credíveis, usando diversas amostras de estruturas e diferentes metodologias. A percepção daí resultante tem melhorado a nossa compreensão dos verdadeiros níveis de corrupção dos diversos países.” (LAMBS-DORFF: 2008; 2).

Integração – “(...) é precisamente o processo segundo o qual se delega progressivamente poderes numa organização internacional até se chegar à fase da fusão das políticas nacionais numa política comum.” (SOUSA: 2008; 6).

Imigração – “(...) o movimento de entrada, com ânimo permanente ou temporário e com a intenção de trabalho e/ou residência, de pessoas ou populações, de um país para outro.” (<URL: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Imigra%C3%A7%C3%A3o>>)

Islamismo Radical: “(...) é uma mistura de nacionalismo extremo com uma ideologia absoluta, é no fundo, uma recusa das vozes dos homens para privilegiar a voz de Deus, num domínio onde a voz de Deus tem dificuldade em se fazer ouvir e entender (...) não sendo um movimento religioso mas político” (VASCONCELOS: 1993; 46).

Melting pot – “(...) é uma metáfora utilizada para ilustrar a forma como se desenvolvem sociedades heterogêneas, cujos ingredientes ((...) pessoas de diferentes origens e religiões) são processados até perderem a sua identidade própria e se obter um produto final de uniforme consistência (...), que seja bem diferente do produto inicial. Este processo é também conhecido, por “amálgama/fusão”. A metáfora de melting pot (vaso para fundir metais), surgiu a partir do senhor inglês de nome Israel Zangwill, (...) em Washington DC, em 1908. A ideia do melting pot está fortemente associada ao século 19, e aos Estados Unidos. Acreditava-se que os fluxos de imigração que chegavam à América para trabalhar, deixariam as suas identidades históricas e adoptariam a forma de viver Americana. O uso da língua inglesa também reforçava esta ideologia. A ideia de “multiculturalismo” é, por vezes referida como estando em contraste com a ideia de “fusão”. No multiculturalismo, cada “ingrediente retém a sua integridade (...) enquanto continua obtendo um bom produto final. Na “fusão”, as novas chegadas são assimiladas pela cultura dominante. O multiculturalismo tem uma aproximação muito mais pluralista.” (ECONOMIC EXPERT: s/d).

Migrações Internacionais – “(...) podem ser definidas como as deslocações de indivíduos de um

Estado para o outro, com mudança de residência e de estatuto jurídico. As migrações temporárias (turismo ou ligadas a um trabalho sazonal) não são tidas em conta”(AAVV: 1997; 48)

Multilateralismo – *“Sistema de coordenação de relações entre três ou mais Estados, de acordo com determinados princípios de conduta, e com objectivos definidos. Traduz o reconhecimento de que problemas à escala mundial como crises ambientais, controlo internacional do tráfico de estupefacientes e terrorismo não podem ser tratados de forma individual por Estados, mas exigem esforços e políticas coordenados, desenvolvidos de forma colectiva por vários Estados”* (SOUSA: 2008; 131).

Non-Article 5 (Crisis Response Operations) – *“Multifunctional operations which encompass those political, military and civil activities, initiated and executed in accordance with international law, including international humanitarian law, contributing to conflict prevention and resolution, and crisis management in the pursuit of declared Alliance objectives. They range from support operations that are primarily associated with civil agencies through operations in support of peace to Alliance combat operations”* (OTAN: 2005; GL - 4)

Operações de Apoio à Paz - *“Todas as actividades empreendidas sobre a égide das Nações Unidas ou outras organizações regionais de segurança (nos termos do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas) com a finalidade de manter, garantir e restaurar a paz e a segurança internacional.”*. (VIANA: 2002; 115).

Organização Internacional – *“Uma organização internacional é uma estrutura de cooperação interestatal, uma associação de Estados soberanos perseguindo objectivos de interesse comum, através de organismo autónomos. Pode-se dizer que a organização internacional se distingue da conferência diplomática pelo seu carácter permanente, bem como pela existência de órgãos próprios, dotados de poderes específicos. O número e a estrutura destes órgãos variam consoante a importância da organização, o seu objectivo, bem como segundo a complexidade das suas tarefas.*

Apesar de composta pelos Estados, a organização tem uma existência independente daqueles, uma vez que possui uma personalidade jurídica que lhe confere uma existência objectiva e uma vontade autónoma em relação aos seus membros.” (SOUSA: 2008; 5).

Organização Intergovernamental de cooperação – *“Não possuindo poder de decisão sobre os Estados-membros (excepto no plano interno da organização, em questões administrativas e financeiras), apenas possuem poder de recomendação.”* (SOUSA: 2008; 6).

Organização Intergovernamental supranacional ou de integração – *“As organizações internacionais supranacionais dispõem de um poder de decisão que se sobrepõe ao dos Estados-membros (e mesmo dos indivíduos). Existe, ainda, uma transferência de competências do nível nacional (até aí, dos órgãos políticos dos Estados) para os órgãos da organização internacional, o que corresponde a uma erosão da soberania dos Estados-membros.”* (SOUSA: 2008; 6).

Organização Internacional de vocação Universal – “(...) podem englobar teoricamente todos os Estados sem excepção (grandes e pequenos), desde que correspondam à definição jurídica de Estado (...). Todavia, isto não implica que toda a entidade estatal tenha o direito, automaticamente, de entrar numa organização internacional. Normalmente, só poderá vir a tornar-se membro desde que se submeta ao procedimento de admissão previsto pela Carta constitutiva, quando não participe directamente na fundação da organização.” (SOUSA: 2008; 5-6).

Organização Internacional de vocação Inter-Regional – “Por vezes, uma organização reagrupa um número limitado de Estados, pertencendo a várias zonas geográficas diferentes - são as organizações inter-regionais.” (SOUSA: 2008; 6).

Organização Internacional de vocação Regional – “Aqui, os Estados agrupam-se de acordo com afinidades geográficas, económicas, políticas, militares e mesmo étnicas.” (SOUSA: 2008; 6).

Poder (de um Estado) – “(...) é o produto de recursos tangíveis e intangíveis de que a política desse Estado dispõe, e que esta utiliza para influenciar, condicionar, congregar ou vencer o Poder de outros agentes ou entidades que lutam por resultados favoráveis aos seus próprios interesses.” (MOREIRA: 1999; 221).

Poder Suave (Soft-Power) – “Capacidade de atingir os objectivos ou fins ou de levar outros a fazer o que eles de outra forma não fariam.” (NYE: 2002; 70).

Produto Interno Bruto Per Capita (PIB PP) – “(...) o produto interno bruto (PIB) é o valor de todos os bens e serviços finais produzidos num País, em um determinado ano. O PIB em paridade de poder de compra (PPC) de um País, é a soma do valor de todos os bens e serviços produzidos nesse país, sendo cada um desse valor calculado tendo em conta os preços praticados nos Estados Unidos. (...)”. O PIB PP, em paridade de poder de compra, é igual ao PIB PPC “(...) a dividir pela população do país, existente no dia 1 de Julho de cada ano (...)” (tradução livre das correspondentes definições que se encontram no “THE WORD FACTBOOK 2008-NOTES AND DEFINITIONS”).

Regiões Cinzentas – “Regiões que se tornaram inacessíveis e hostis a qualquer penetração, onde nenhum governo é capaz de impor as regras mínimas da lei.” (GALLET: 1995; 95).

Regiões Geopolíticas – Expressam uma certa afinidade de características geográficas que lhe dão a unidade, e exploram a sua capacidade para certos tipos de acção política ou económica, tendo por base a sua contiguidade e complementaridade de recursos. (ALMEIDA: 1994; 35)

Riscos Transnacionais – São “(...) os factores não estatais internacionais que afectam a segurança interna, em particular a ordem interna e a prosperidade. Eles não afectam directamente a segurança interna mas, afectando a estabilidade do tecido social doméstico e cultural, eles podem minar a segurança nacional em sentido lato.” (ALIBONI: 2002; 30).

Secularização – *“Processo de redução da influência da religião(...)A secularização pode referir-se aos níveis da cumplicidade com as organizações religiosas (como o número de pessoas que frequentam serviços religiosos), ou à influência social e material que as organizações religiosas têm, ou ao grau de convicção religiosa de determinada população.”* (SOUSA: 2008; 184).

Securitização – *“(...) securitização pode ser entendida como uma versão mais extremada da politização, pois, em teoria, qualquer assunto público pode ser posicionado no espectro que varia do não-politizado (significando que o Estado não lida com ele e de nenhum modo é tido como um tópico de debate público e de decisões), passando por politizado (significando que o tópico é parte de uma política pública requerendo uma decisão governamental e alocação de recursos), indo até o securitizado (significando que o tópico é apresentado como uma ameaça existente, requerendo medidas de emergência, o que justifica acções fora dos limites normais do processo político). Em princípio, dependendo das circunstâncias, o posicionamento de qualquer tópico está em aberto, podendo estar presente em qualquer parte do espectro, pois, como visto anteriormente, uma questão pode ser conectada com outra e se dizer que é uma questão de segurança do Estado.”* (RUDZIT: 2005; 308).

Segurança - *“É simultaneamente um estado e um processo. Um estado, de natureza psicológica e também objectiva, que se traduz em confiança, em capacidade de afirmação, em garantia de protecção e que proporciona um sentimento de não ser interferido, de descanso e tranquilidade”* (BISPO: 1999; 48).

Segurança Colectiva – *“O termo “segurança colectiva” refere-se normalmente a um sistema regional ou global, no qual cada participante aceita que a segurança de cada um deles diz respeito a todos e concorda em juntar-se à resposta colectiva que se forma para responder à agressão”* (ROBERTS e KINGSBURY: 1994; 39).

“Um sistema de segurança colectiva pressupõe necessariamente no plano teórico, por um lado, a centralização internacional do uso da força numa autoridade acima dos Estados legitimada para decidir sobre o seu uso excepcional e, por outro, a criação de uma força militar adstrita a essa mesma Entidade.” (SARAIVA: 2001; 53).

Segurança Cooperativa – *“O principal propósito da segurança cooperativa é prevenir a guerra e fazer isso, primariamente, prevenindo os meios necessários à montagem de uma bem sucedida agressão, obviando, assim, também, que os estados ameaçados façam a sua contra-preparação. A segurança cooperativa, assim, desloca o centro de interesse do planeamento de segurança, da preparação para conter ameaças, para a prevenção dessas ameaças acontecerem – dissuadir agressões que estejam em preparação é mais difícil. No processo, o potencial destrutivo de um conflito militar – especialmente o uso de armas de destruição massiva – é também reduzido. A segurança cooperativa difere da tradicional ideia de segurança colectiva tal com a medicina preventiva difere dos cuidados agudos. Segurança coo-*

perativa é implementada para garantir que a agressão organizada não irá iniciar-se em larga escala. Segurança colectiva, porem, é uma modalidade para deter agressões através da contenção da ameaça e contrariando-a se a mesma acontecer.

Claramente, uma ideia não obsta a outra e as duas reforçam-se, de facto, mutuamente. Uma estrutura alargada de segurança cooperativa deverá incluir medidas da segurança colectiva, como uma residual garantia para os seus membros. A prevenção sistemática de perigos ou posturas militares agressivas devem fazer parte dessa garantia residual de fácil transmissão (...). A ideia de segurança cooperativa assume que a guerra não é inevitável, tal como a doença e a morte, e o compromisso com a prevenção pode aspirar a ser indefinidamente eficaz. Para se conseguir essa aspiração, deve-se presumir que a cooperação deverá ser abrangente, incluindo no que diz respeito a todos os importante recursos das capacidades militares, tal como a todos os estabelecimentos militares.” (CARTER et all.: 1992; 7-8).

Segurança Externa – *“Integrada na Segurança Nacional, diz respeito aos antagonismos e pressões de origem externa, de qualquer forma ou natureza, que se manifestam ou possam manifestar-se no domínio das relações internacionais” (VIANA: 2003; 163)*

Segurança Humana – *“A segurança das pessoas incluindo a sua segurança física, o seu bem-estar social e económico, respeito pela sua dignidade e a protecção dos seus direitos humanos.” (TAYLOR e CURTIS: 2006; 420).*

Segurança Integrada – *“Expressão utilizada para reforçar a noção de que a Segurança envolve acções e medidas coordenadas provenientes de todas as expressões do Poder Nacional e tem um carácter integrado que, no tocante à dimensão da «segurança interna», obriga a uma adequada articulação entre as FA e as Forças e Serviços de Segurança” (VIANA: 2003; 163)*

Segurança Interna – *“Integrada na Segurança Nacional, diz respeito aos antagonismos ou pressões, de qualquer origem, forma ou natureza, que se manifestam ou possam manifestar-se no âmbito interno do País” (VIANA: 2003; 163)*

Segurança Nacional – *“É o grau relativo de garantia que, através de acções políticas, económicas, sociais, culturais, diplomáticas, psicologias, ambientais e militares, o Estado proporciona, em determinada época, à Nação que jurisdiciona, para a consecução ou manutenção dos objectivos nacionais, a despeito dos antagonismos ou pressões existentes ou potenciais” (VIANA: 2003; 163).*

Sistema Internacional – *“(…) quando em Relações Internacionais nos referimos ao conceito de sistema internacional, estamos a referir-nos a dois aspectos definidores deste, a saber: a estrutura e o processo. A estrutura diz respeito à forma como se distribui o poder pelas unidades do sistema. O processo diz respeito ao padrão de relacionamento e tipos de interacção entre as unidades do sistema. Estas unidades políticas são, no presente sistema vestefaliano, sobretudo os Estados, mas não unicamente. O sistema internacional não abrange apenas os Estados mas todo o tipo de actores não estatais existentes*

no sistema. O ponto essencial que importa ressaltar acerca de qualquer tipo de sistema é o de o padrão geral do sistema ser mais importante e influente do que a soma das suas partes. Deste modo, o comportamento das unidades do sistema vai ser influenciado pelo padrão geral de relacionamento do sistema. É o tipo de estrutura e o tipo de processo do sistema que interagindo entre si influenciam actores, fins e instrumentos, construindo um conjunto de princípios e normas de acção que, por sua vez, vão definir e caracterizar o padrão geral de relacionamento entre as unidades do sistema” (SOUSA: 2008; 189).

Subsidiariedade (princípio da) – Aplica-se, no seio da UE “(...) na medida em que os objectivos da acção encarada não possam ser suficientemente realizados pelos Estados-membros, e possam pois, devido à dimensão ou aos efeitos da acção prevista, ser melhor alcançados ao nível comunitário.” (UE: 29/07/1992; Artº 3º b). “Princípio segundo o qual a União Europeia apenas intervém a título subsidiário [auxílio] em relação aos Estados membros.” (PRIBERAM: 2009).

Terrorismo – São “(...) actos intencionais, nomeadamente o rapto ou a tomada de reféns, a libertação de substâncias perigosas, ou a provocação de incêndios, inundações ou explosões, que tenham por efeito pôr em perigo vidas humanas, os homicídios (...). São igualmente considerados como infracções terroristas, os actos susceptíveis de afectar gravemente um país ou uma organização internacional, quando o seu autor os pratique com o objectivo de intimidar gravemente uma população, ou constranger os poderes públicos, ou destabilizar gravemente ou destruir as estruturas fundamentais políticas” (decisão-quadro de 13 de Junho de 2002). (UE: 2007 b)).

Terrorismo Transnacional – “(...) a utilização ilegal da força ou da violência planeada contra pessoas ou património, na tentativa de coagir ou intimidar governos ou sociedades para atingir objectivos políticos, religiosos ou ideológicos (...)”. (OTAN: 1999; Annex A).

Tráfico de pessoas – “(...) o recrutamento, transporte, transferência, abrigo ou recepção de pessoas, por meio da ameaça ou uso da força ou outras formas de coacção, de rapto, de fraude, de engano, de abuso de autoridade ou de exploração de uma posição de vulnerabilidade ou o recebimento ou pagamentos de benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha controlo sob outra pessoa, para fins de exploração. A exploração deverá incluir, no mínimo, a exploração pela prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, trabalho forçado ou serviços, escravatura ou praticas semelhantes à escravidão, servidão ou a remoção de órgãos.” (ONU:2000; 54-54).

Transnacionalismo – “Contactos, coligações e interacções que atravessam fronteiras e que são controladas pelos órgãos centrais de política externa dos governos”. (NYE e KEOHANE, Apud CRAVINHO, João G. – **Visões do Mundo: As relações Internacionais e o Mundo**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002, ISBN 972-671-093-69).

OMAGREBE E A EUROPA OCIDENTAL: QUE CONTRIBUTOS PARA A SEGURANÇA NO MEDITERRÂNEO OCIDENTAL?

I. INTRODUÇÃO

Hoje em dia, são muitas as dúvidas sobre a validade do significado “haushoferiano” das fronteiras, segundo o qual elas são as “*isóbaras do poder do Estado*” (RAMALHO: 1998; 181). As dúvidas provêm da dificuldade de se encontrar a coincidência entre as fronteiras de soberania, as de segurança e as de solidariedade. A Europa, após o “11 de Setembro” e os subsequentes ataques a Londres e a Madrid, consolidou a percepção, eventualmente até aí implícita, de que as componentes internas e externas da segurança são indissociáveis e que a sua tinha muito a ver com as suas periferias. Até então o Ocidente convivia, com algum conforto, com o *status quo* do momento, havendo a ideia de que só aos próprios Estados dizia respeito o que lhes ia no seu interior. Após aquele primeiro marco, o Ocidente e, em especial, a Europa, percebeu a necessidade de se mudar de paradigma e que eram imprescindíveis as reformas, como essência para a prevenção das “root causes” do terrorismo. Entende, com maior profundidade, de que as mudanças podem trazer alguma entropia inicial, mas que são o caminho incontornável para as necessárias reformas. Abraçando este renovado paradigma, olha para a sua fronteira Sul e, em especial para o Magrebe, onde emana algum desconforto.

A instabilidade e os conflitos que proliferam no Magreb, trouxeram à consciência da Europa que pode ser por eles afectada. As múltiplas e importantes relações geopolíticas com aquele espaço e a proximidade a que se encontra dele, não a deixa esquecer as consequências que resultam de qualquer evolução das situações. Assim, a importância desta investigação advém da oportunidade do tema, do esforço, que dela resulta, pela compreensão dos fenómenos sociais, complexos e numerosos, que se vivem naquela região e, por fim, do objectivo que pretendemos com ela atingir e que será mais à frente enunciado.

O tema, centra-se na Segurança do Mediterrâneo Ocidental e sugere 3 linhas de orientação:

- A primeira: definir as “fronteiras” geográficas da região em análise e caracterizá-la;
- A segunda: Identificar os “problemas” que afectam a segurança daquela região e vislumbrar de que forma podem, no futuro, evoluir;
- E, finalmente, a terceira: Identificar as iniciativas orientadas para a segurança regional, com significado, que têm sido protagonizadas, pelos países do Magrebe¹ e/ou da Europa Ocidental, ou pelas principais Organizações Internacionais (OI) e projectar cenários de evolução.

O tema já, por si só, nos delimita, geograficamente, a área de investigação: ela é materializada por um mar (o Mediterrâneo Ocidental) e pelas suas duas Margens. Elas são: a do Norte, onde uma Europa preocupada

¹ “Magrebe”, Al-Magrebe ou Al-Magribi, é uma designação dada pelos califas de Damasco e Bagdade que significa “extremo” (BATALHA: 1996; 15) ou “Terra do Poente” (SAMPAYO: 2000; 13). Já “Mashreq” significa “Terra do Nascente” e compreende os países entre os vales do Nilo e do Eufrates (AAVV: 1999; 136)

com o desenvolvimento económico começa a despertar para os aspectos da segurança dos seus flancos; e a do Sul, com graves problemas sociais e económicos, que acordam os fantasmas da instabilidade e da segurança. O tema define, ainda, o produto final da investigação: Será os contributos para o desenvolvimento da segurança regional. Temos, assim: a área geográfica em que a nossa investigação deve incidir (o Mediterrâneo Ocidental e as suas Margens); o objecto de estudo (a Segurança no Mediterrâneo Ocidental); as direcções norteadoras do nosso trabalho (a segurança regional; as ameaças, riscos e os factores de instabilidade que emergem dessas margens e que afectem a segurança regional e os seus prováveis cenários de evolução; as contribuições, para a segurança daquele espaço, dos principais afectados por aquelas ameaças, riscos e factores de instabilidade e os cenários de evolução dessas iniciativas); por fim, como resultado da investigação feita, pretende-se chegar ao objectivo final, que é o delinear de algumas contribuições e propostas de estratégias que possam contribuir para a solidificação da Segurança no Mediterrâneo Ocidental.

As direcções já identificadas, irão levar-nos à análise: da importância que o Mediterrâneo Ocidental tem nos nossos dias; dos factores fomentadores dos sentimentos de instabilidade e de relativa insegurança regional; dos esforços que têm sido desenvolvidos pelo Magrebe e pela Europa Ocidental, individualmente ou como membros de Organizações, para combaterem aqueles factores; e, por fim, dos resultados que têm sido obtidos com essas iniciativas.

Decorrente do tema, o estudo será delimitado em dois domínios: no temático e no geográfico. No domínio temático, a investigação ficará circunscrita ao âmbito da “Segurança”. Quanto ao domínio geográfico, a investigação irá centrar-se no “Mediterrâneo Ocidental”, na “Europa Ocidental” e no “Magrebe” entendendo-se este espaço como o “Magrebe Central”². Contudo, sempre que necessário e por excepção, como forma de clarificar os conteúdos ou ideias do trabalho, poderemos extrapolar o âmbito da análise e da investigação para domínios externos ao “Mediterrâneo Ocidental” e para o espaço geográfico denominado “Grande Magrebe”³.

Para levar a cabo a investigação, seguiremos o Diagrama de Dedução constante no Apêndice 1, com recurso à recensão analítica e crítica de literatura sobre a temática em análise e pela troca de impressões com entidades, com saberes ou sensibilidades no assunto em causa.

O esforço da investigação será centrado na resposta à seguinte questão central: **“Que estratégias devem ser implementadas pelos países do Magreb e da Europa Ocidental para promoverem uma segurança efectiva no Mediterrâneo Ocidental?”** Para responder à mesma, considerámos que deveríamos procurar, previamente, respostas fundamentadas, a questões derivadas, através da validação das hipóteses, e que constam, tanto umas como as outras, no já referido Apêndice 1.

² O Magrebe Central, também conhecido por “Pequeno Magrebe”, é constituído pelo Saara Ocidental (ocupado por Marrocos), Marrocos, Argélia e Tunísia.

³ O Grande Magrebe junta aos países que constituem o Pequeno Magrebe, a Mauritânia e a Líbia.

Vamos iniciar este trabalho com a definição e a caracterização da área de investigação. De seguida, analisaremos a importância actual do Mediterrâneo Ocidental, no quadro global mundial (o Mediterrâneo Ocidental integrado no Mar Mediterrâneo), no quadro regional alargado (Europa do Norte, o Mediterrâneo Oriental e o Norte de África) e no quadro regional restrito (países da margem Norte e da margem Sul). Seguir-se-á a análise das ameaças, riscos, factores de instabilidade, oportunidades e dos seus cenários de evolução. Continuaremos o percurso metodológico ligando a análise anteriormente feita com a do estado da segurança regional, debruçando-nos sobre as percepções da margem Norte e da margem Sul e sobre os projectos que incidem sobre a região. De seguida, considerando as ameaças, riscos e factores de instabilidade regionais, os projectos em desenvolvimentos ou em estudo (para a promoção da segurança e da estabilidade) e os possíveis cenários de evolução, procuraremos vislumbrar contribuições para possíveis estratégias que possam ser protagonizadas pelos países Magrebinos e da Europa Ocidental para se conseguir essa segurança. Encerraremos o trabalho com a apresentação das conclusões da investigação e com as recomendações que se nos afigurem pertinentes.

II. O MEDITERRÂNEO OCIDENTAL

Neste capítulo, procura-se, na história e geografia do Mediterrâneo (MED), as razões para a instabilidade regional que ora se vive no Mediterrâneo Ocidental (MEDOC). Iremos fazê-lo partindo do MED como um todo para nos determos, por fim, no MEDOC.

II.1. DEFINIÇÃO DA ÁREA GEOGRÁFICA EM ANÁLISE

O MED⁵ é um mar interior, dividido em Ocidental e Oriental⁶ pelo fundo marinho que une a Sicília ao Cabo Bom (Tunísia). *“A cumplicidade da geografia e da história criou uma fronteira intermédia de rios e ilhas que, de norte a sul, corta o mar em dois universos hostis. Se traçarmos essa fronteira... a leste estamos no Oriente e a oeste no Ocidente (...).”* (BRAUDEL: 1985; 12). O primeiro Mar, menos extenso, banha a Espanha, a França, a costa Ocidental da Itália, a Sicília, a Costa Ocidental da Tunísia, a Argélia e Marrocos. Contém a Córsega e a Sardenha, e é constituído pelos Mares das Baleares (a Oeste) e do Tirreno (a Este). O MEDOR banha as costas Orientais da Itália, a Dalmácia, a Grécia, a Turquia, a Síria, o Líbano, Israel, a Palestina, o Egito, a Cirenaica, a Tripolitânia e a parte Este da Tunísia. Contém, no Levante, a ilha de Chipre e, no limiar entre os dois MED, a ilha de Malta. O nosso espaço de análise é o MEDOC.

Sacchetti afirma que *“O conflito bipolar Leste-Oeste realçou a importância desta divisão do Mediterrâneo em Ocidental e Oriental, face às condições e eventuais consequências da utilização da força pelos dois pactos em confronto. Com o dismantelamento da cortina de ferro a importância estratégica desta divisão geográfica desvalorizou-se (...).”* (SACCHETTI: 1997; 117). Identifica, assim, a divisão do MED com a “anti-ga” ordem mundial. Não concordamos com essa posição, pois parece-nos que tal divisão ainda hoje é válida, não pela dicotomia de alinhamentos ideológicos, mas pelas diferenças existentes nesses espaços. Vejamos:

Analisando essas divisões e os tabuleiros onde ocorrem os conflitos, encontram-se similitudes nas suas motivações e fins. Já da análise na óptica global sobressai as diferenças. No MEDOC os conflitos centram-se na margem Sul e são, essencialmente, de motivação política e social. Aí a religião é instrumentalizada, pelos radicais, como motivação, justificação de atitudes e aglutinação de vontades. Nele, os poderes políticos garantem a ordem interna de forma mais ou menos musculada, com uma violência latente, aqui e ali com ataques assimétricos que visam cativar atenções e afirmar o desacordo. Os conflitos são, essencialmente, intra-estatais. Quando abarcam vários Estados, eles têm, como origem, especialmente, a definição de fronteiras e os protagonismos regionais. A comunidade internacional (CI), neles, observa sem interferir directamente⁷.

No MEDOR, a violência é mais clausewitziana, na lógica de que todos os meios, ao dispor dos actores em conflitos, podem vir a ser utilizados para a destruição da outra parte.⁸ Aí os conflitos estão mais centradas em

⁵ Também conhecido, pelos Latinos por *Mediterraneum* ou *Internum Maré*.

⁶ Também chamados, respectivamente, Mar Latino, Cartaginês ou Romano e Mar Grego ou Fenício.

⁷ O conflito do Saara Ocidental, é uma excepção. A ONU mantém, nesse espaço, uma missão militar de paz.

⁸ *“(...) o regime sionista criminoso e terrorista, que tem 60 anos de saques, agressões e crimes em sua ficha, (...) logo vai desaparecer da cena geográfica”,* afirmação feita, em 02/06/2008, pelo Presidente do Irão, Ahmadinejad,

motivações étnico-religiosas e na posse e controlo de espaços estratégicos. As religiões são mais factores de desagregação, de radicalismos e de fundamentalismos do que “instrumentos”. Os conflitos são caóticos, de uma violência extrema, sem haver, neles, preocupações com os Direitos Humanos. São, predominantemente, inter-estatais, mas, também, de balcanização de Estados. No MEDOR, os conflitos são Sul - Norte (Próximo Oriente), mas também Norte-Norte (Balcãs, Grécia-Turquia e Cáucaso). A maior parte deles têm raízes na história, mais do que nos problemas sociais, económicos ou políticos.

No MEDOC, há, basicamente, duas civilizações: a Norte, a Europeia, dita Ocidental; e a Sul, a Islâmica. Esta, tem procurado (receando) a aproximação ao Ocidente, desejando os seus níveis de vida. Porém, ela tem sido permeável à aculturação centrífuga, vinda da margem Norte, facilitada pelo poder dos Media⁹ e pela importação, via emigração, de fragmentos da cultura julgados positivos e que, no Ocidente, estão na “moda”.

No MEDOR, no caldo de culturas em efervescente coexistência, distinguem-se as civilizações Católicas Românica e Ortodoxa, a Islâmica e a Sionista. Aí, a aculturação é centrípeta, de Este para Oeste, visível na crescente importância do Islão na Turquia, Balcãs e Cáucaso.

A disponibilidade para o diálogo é diferente nos dois MED. No MEDOC, o diálogo entre as margens, feito no âmbito da UE, ou de iniciativas de geometria variada¹⁰, tem-se caracterizado pela adesão dos participantes. Já no MEDOR os diálogos entre opositores são filamentos e facilmente quebráveis. Os avanços fazem-se a custo, os recuos são usuais e a intransigência é normal. Os interesses que aí se jogam, visam, por vezes, objectivos em outras regiões, levando à inconsequência dos esforços que, à partida, poderiam ser construtivos¹¹.

As diferenças económicas diferenciam, também, os dois MED. No MEDOC são mais visíveis, pois no Norte encontram-se: o segundo e o terceiro país com maior área da Europa, bastante industrializados e com economia diversificada; e dois dos países mais ricos do Mundo.¹² Já o Magrebe apresenta problemas económicos, visíveis na comparação dos seus Produtos Internos Brutos Per Capita (PIB PP) com os da margem Norte.¹³ No MEDOR, essas assimetrias, existindo, são menos importantes, face a razões mais incisivas nos problemas da região, como sejam as motivações étnica-religiosas e a luta pelo controlo de espaços estratégicos. Considerando os PIB PP¹⁴, verificamos que os países onde ocorrem conflitos, apresentam, entre si, assimetrias económicas, parecendo, contudo, não serem elas as causadoras desses constrangimentos.

Resulta do referido, uma outra diferença: os tipos da insegurança vivida nos dois lados. No MEDOR a insegurança está intimamente ligada à violência física, explicitada no quotidiano (Líbano, Israel-Palestina, Israel-Líbano) ou na eminência de o ser (BiH e Kosovo). No MEDOC ela resulta da violência latente e

(<http://br.reuters.com/article/topNews/idBRN0243401220080602?pageNumber=2&virtualBrandChannel=0&sp=true>). O Estatuto do Hamas, de 1988, preconiza a destruição de Israel.

⁹ Nos dias de hoje, já não se escolhe o que se quer ver ou ouvir. Ouve-se e vê-se o que nos querem mostrar.

¹⁰ Como o G 5+5 e as iniciativas bilaterais entre países das margens Norte e Sul com interesses comuns.

¹¹ Por exemplo: os múltiplos esforços, inconsequentes, visando a implementação da paz no Próximo Oriente.

¹² Alude-se, no primeiro caso à França e Espanha e no segundo caso à França e Itália.

¹³ Ver Apêndice 2.

¹⁴ Ver Apêndice 3.

“implícita”, aqui ou além lembrada por ataques assimétricos, emanada das circunstâncias políticas e socioeconómicas, onde imperam a incerteza dos cenários e as ameaças do fundamentalismo. Daí utilizarmos a expressão “relativa insegurança” quando aludimos, no âmbito do MEDOC, a esse sentimento.

Também os árabes, ao definirem um Magrebe e um Mashereq, admitem diferenças (geográficas e culturais), entre dois MED, não coincidentes, porém, com o MEDOC e o MEDOR.

Parece, assim, que se “(...) *pode falar-se de Mediterrâneo Ocidental e Oriental: o primeiro dominado pelas relações euro-magrebínas; o segundo pelo conflito greco-turco e por dois barris de pólvora – Os Balcãs e o Médio Oriente.*” (VASCONCELOS: 1992; 45). O primeiro absorto em apreensões económicas, sociais e políticas. O segundo, visado pelo «dedo do mundo», face aos conflitos que o pululam.

II.2. CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

II.2.1. A GEOGRAFIA DA REGIÃO

“O Mediterrâneo é um Mar «entre terras» (...)” (SACCHETTI : 1997; 123), que une três continentes.¹⁵ É uma sucessão complexa de mares, alguns deles compartimentados em bacias de horizontes limitados. Liga-se ao Atlântico pelo estreito de Gibraltar, principal acesso ao MED, com cerca de 12 km de largura, 48 km de comprimento e 150 m de profundidade, sendo economicamente vital para os países interiores àquela bacia. A Leste, o MED é fisicamente fechado, comunicando com o Índico por um canal artificial – Suez –, cuja largura máxima navegável é de 190 m, e com o Mar Negro, pelos estreitos do Bósforo e dos Dardanelos.

Sendo um mar quente, de elevada salinidade, as suas marés têm desníveis de centímetros e se não fosse alimentado pelo Atlântico, baixaria um metro por ano. É o 3º maior Mar do Mundo¹⁶, medindo, de Este-Oeste, 3800 Km. Comparado com os Oceanos Pacífico (180 milhões de Km²) e Atlântico (106 milhões de Km²), é um espaço reduzido (2,9 milhões de Km², contabilizando o Mar Negro) (AAVV: 1999; 164).

Por vezes, ao pronunciar-se «MED» alude-se ao ribeirinho e não à massa líquida. O duplo sentido da palavra revela a cumplicidade entre o sólido e o líquido, patenteada na atracção do Mar sobre os povos, potenciada por grande parte da sua costa ser bordejada pela montanha. Exceptuam-se pequenos trechos na costa francesa e na costa Veneziana e um extenso litoral, saariano, plano e despido, que vai desde a Tunísia até ao Nilo.

O MEDOC e o MEDOR confundem-se num estreito com cerca de 180 Km de largura.

No interior da margem Norte do MEDOC erguem-se montanhas que o separam do seio da Europa. A Sul, da Tunísia a Marrocos surgem, dispostas em profundidade, as djebel (montanhas) do Atlas Saariano e do Rif. Por trás dessas djebel, contornando-as por Sul e por Este, até beijar, a partir do Sahel Tunisino até ao Nilo, as águas quentes, surge a linha de fronteira do imenso Saara.¹⁷ É essa aridez que, na verdade, constitui a expressiva divisão entre a Europa e a África. Tanto a orografia esboçada nessa pintura, como o deserto que lhe dá

¹⁵ São eles a Europa, a Ásia e a África.

¹⁶ Tem cerca de 2510000 Km², não considerando que o Mar Negro faz parte do Mediterrâneo. O 1º Mar do Mundo é o Mar da China Meridional (2.974.600Km²) e o 2º é o Mar das Caraíbas (2.515.900km²) (SACCHETTI: 2006; 8).

¹⁷ Consultar Figura 1 do Apêndice 4.

cor, estreitam a geografia passível de ser habitada. Nessa arquitectura geográfica, pode-se encontrar parte da explicação para os múltiplos fenómenos, regionais, económicos e da migração, como veremos mais adiante.

A regularidade da margem Norte do MEDOC, contrasta com os recortes da do MEDOR. Uma grande parte do litoral daquele, apresenta costas elevadas, onde, em muitos locais, as alvas povoações piscatórias surgem suspensas sobre o abismo azul, numa obra que enaltece a comunhão do homem com a natureza. Essas costas, penetram, abruptamente e profundamente a massa líquida, com repercussões a que aludiremos mais à frente.

Na margem Sul encontra-se o Magrebe, com cerca de 3.000.000Km², dos quais cerca de 2.000.000Km² são deserto (PATRÍCIO: 1997; 31), estando separado da Europa por um estreito, sem significar que esta esteja “perto” daquele. Apesar da vizinhança, em muitos factores estão até bem afastadas.

Vejamos como a geografia e a história do lugar têm influenciado o fado do *Mediterraneum*.

II.2.2. A HISTÓRIA

Segundo Batalha, “(...) *a menos que se queira incorrer no erro de abordagens sincrónicas, (...) não se pode analisar uma sociedade esquecendo o seu passado histórico.*” (BATALHA: 1996; 12). Corroborando esta ideia, iremos, assim, «espreitar» a história do MED.

No tempo, os povos conviveram no MED e nas suas margens, fruindo o melhor desses contactos, de acordo com os interesses e necessidades, sem esquecer as suas raízes e culturas. Falar do MED do passado é falar de dimensões muito superiores às do MED actual, em que se demorava “(...) *dois meses para ir de Gibraltar a Argel, e pelo menos uma semana, por vezes duas, de Marselha a Argel.*” (BRAUDEL: 1987; 35).

No seu extremo Leste, no “*Mundo Nilótico*”, constituído pelo Egipto e o Sudão, (AAVV: 1999; 132), onde a água potável do Nilo, do Eufrates e do Tigre deram génese às primeiras civilizações, os egípcios, no séc. XXV a.C. patrocinaram os primeiros barcos tripulados por Cananeus, na procura de mercados longínquos e de riqueza como o cedro, o betume, o vinho e o azeite. Assim, os egípcios, ficando em terra, num comércio passivo, deixavam o risco para outros, mas não a riqueza. A recorrência, pelos tempos, dessa atitude influenciou o destino do MED, pois muitas das vezes, quem nele mandou não foram os povos a quem ele pertencia.

No segundo milénio antes de Cristo, no MED só as ilhas do Mar Egeu e a costa libanesa construíam barcos, num prenúncio talassocrático da Grécia e da Fenícia. Nessa altura, o MED era Oriental. Aliás, ao longo dos tempos ele foi mais Oriental do que Ocidental. O Ocaso só tem tido importância quando, no caminho de distribuição das mercadorias, se procura outros destinos, ou algo de violento acontece no Levante. Este foi sempre a fonte da riqueza, o mercado onde se ia comprar para depois se vender noutros locais. Raramente o MEDOC assumiu importâncias para além das que lhe era conferida pelo acesso, pelas Colunas de Hércules, ao Atlântico. Um desses momentos surgiu no séc. XII a.C.. Devido a coincidências no tempo - as invasões Dóricas, tumultos sociais resultantes da fome, fenómenos vulcânicos e outros -, o MEDOR parece esgotar-se. A Mesopotâmia e o Egipto enclausuram-se e o comércio navegante implode. Dá-se a balcanização do Próximo Oriente e emerge a Fenícia, voltada para o MED e com a ousadia, numa navegação de cabotagem, para

vencer o desconhecido e desdizerem o ditado grego: “*Quem passa o Cabo Maleia abandona a Pátria.*” (BRAUDEL: 1987; 43). Ultrapassá-lo representava afrontar o espaço ilimitado dos mares do Ocidente.

A colonização do MEDOC foi fenícia (sec VIII a. C.) e, logo depois, grega. O Ocidente foi conquistado pelo Oriente. Os fenícios comercializavam com os povos sedentarizados sem os submeter pelas armas, estabelecendo feitorias ao longo da costa Africana, como em Larache, Tanger e Tétuan. Porém, os povoados, sítios junto ao litoral, não davam profundidade aos seus domínios. Tiro, para subsistir, torna-se comerciante e industrial, senhora do Mar Vermelho, do MED e do Atlântico, supremacia só contestada pelos gregos.

Com a conquista assíria do Egito e da Fenícia (671 a. C.) e de Tiro pelos Babilônios (574 a. C.), o MEDOR sente-se perdido e Cartago, também fenícia, dá importância ao MEDOC. Esta, utilizando as feitorias fenícias para o comércio, internou-se, por pressão dos gregos, para o interior. Ao contrário da Fenícia, ela não estava rodeada de impérios centrífugos, mas na confluência das rotas do Ocidente, de onde provinham os metais (Espanha, Andaluzia e Sardenha), da África Negra, de onde vêm os escravos (Sudão) e do Mar Vermelho, de onde vêm as especiarias. Porém, incorreu no erro de vender artigos produzidos por outros. Contaminada pela cultura helénica, deixou de ter identidade e enfraquece, não podendo opor-se a Roma que, em 146 a.C., a arrasa. Foi a derrota da talassocracia pela epirocacia. Roma iniciou, então, uma conquista do exterior para o interior (de Roma para o centro da Península Ibérica, para a Gália e Germânia) mas também do interior para o exterior (do centro da Península Ibérica para a periferia e de Roma para o Norte de África)¹⁸.

Após as guerras púnicas os romanos têm o seu celeiro no Norte de África, fazendo, até ao século V, frente às revoltas dos berberes. Antes de impor a *Pax Roman*, e até à batalha de Áccio¹⁹, Roma usou a violência como instrumento da Política e estendeu, ao MED, a força da sua superioridade e das suas instituições, nunca impondo, vincadamente, a sua cultura. E os povos submetidos não esqueceram as suas diferenças e as suas culturas. Roma acabou por ser confrontada por culturas mais refinadas, em especial a grega, e pela invasão dos cultos religiosos do Próximo Oriente. Fruto disso e de, em 170 d. C., ter sofrido uma pandemia que afetou a população rural, de quem dependia para sustentar os seus exércitos (MACKENZIE: 2008; 50), e por ter transformado os centuriões em pretorianos, Roma divide-se, em 395 d.C., em duas: Uma Oriental destinada ao Império grego de Bizâncio e outra Ocidental, pasto dos Bárbaros. Por acção destes, Roma parece desaparecer no séc. V d.C., ocupando os vândalos parte da região magrebina (CAMILE e LACOSTE: 1995; 24).

No ano 647 d.C. Hassan ibn al-Numan Al-Gassami, inicia a conquista do Magrebe, tendo-a terminada em 697, tentando pacificar e doutrinar os berberes. Contudo, em 740 d.C., esse povo revolta-se, pois um dos descendente de Al-Gassami exigiu o pagamento da dízima (jizya) aos convertidos. Apesar do sucesso inicial, os berberes foram derrotados pelos árabes, face aos conflitos que surgiram no seu seio. Aquela vitória não unificou o Magrebe, pois a profusão de tribos que nele existiam seguiam, maioritariamente, a ideologia khari-

¹⁸ Consultar a Figura 2 do Apêndice 4.

¹⁹ Batalha que decorreu em 31 a.c. entre o Egito de António e Cleópatra e a Roma de Octávio e Agripa.

jitas, que defende a manutenção das tradições próprias. No entanto, a revolta de Muhammad al-Nafs, em Meca, conduziu a fracção Xiita²⁰ à região, e nela difundiu a sua versão islâmica. Tentando converter os povos a essa fé, no século VIII, os Omíadas, povo do Norte de África, invadiram o Magrebe, só tendo conseguido aquele intuito no século XI. Não alteraram os hábitos do povo ali residente, por serem idênticos aos seus, nem a sua organização territorial, pois não fizeram uma colonização de povoado (SAMPAYO: 1996; 15). Por volta de ano 710, o Omíada Tarik, chega a Gibraltar e lança-se na conquista da península Ibérica.

Entre os Sec. VIII e IX, a história do Magrebe é de conflitos, divisões territoriais e de lutas pelo território e pelo poder, mas até ao sec X d.C., o *Maré Nostrum* é islâmico.

Entre 910 e 975, os califas Al-Mahdi, Al-Qaim, Al-Mansur e Al-Muizz, nunca conseguiram dominar o Magrebe, face à oposição de facções ali existentes, tais como os Zanatas. Para agravar essa situação, a frota magrebina, por diversas vezes, confrontou-se com a bizantina. No século XI o Magrebe era um mosaico de divisões, de inconsistências e instabilidade. O Magrebe Oriental estava nas mãos da tribo Sanhaja Ziridas e o Ocidental pertencia aos berberes que, por sua vez, eram explorados pelos Ziridas. Em todo o Magrebe havia núcleos que professavam a doutrina Kharijitas e outros a Xiita, encontrando-se em conflito entre si.

Em 1050, os Almorávidas²¹, da região do Senegal, chegaram ao Magrebe e, depois, à Ibéria, para combater e converter as tribos que se afastaram dos preceitos islâmicos, pretendendo, ainda, controlar as rotas caravanistas do ouro, pois o Magrebe era a porta de saída dos artigos africanos para a Europa. A opulência então vivida é interrompida pela morte de Ali ibn Ysuf, em 1143, tendo surgido rebeliões entre os Almorávidas, “(...) dando lugar à desintegração do movimento e ao aparecimento de um número de reinos independentes, tanto no Magreb como em território muçulmano da Península Ibérica(...)” (AAVV: 2005(1); 364).

Em 1147, surgem, no Magrebe, rumo à Andaluzia, vindo do Alto Atlas, os Almóadas²², com o objectivo de purificar a fé, julgada contaminada pela cultura andaluza, e obter a unificação religiosa. Eles declararam “(...) guerra santa aos almorávidas, que há muito tempo atrás tinham levado a cabo a mesma guerra contra a população masnuda e zanata de Marrocos (...)” (AAVV: 2005(1); 367). Desde 1147 (conquista de Sevilha), até 1230 (fragmentação do império), o Magrebe foi uno. Esse povo construiu um império notável, em termos científicos, filosóficos, artístico e cultural, ainda hoje cobiçado, com nostalgia, por alguns muçulmanos. O Magrebe era o centro de produção (carne, azeite e azeitona) e disputava a primazia do comércio com a Itália. As convulsões religiosas geradas no seu seio, levaram à implosão do império e à autonomia de Marraquexe (1269), Tunes e do Leste da Argélia (1237), reinos que se desintegraram entre os Séc. XIV e XVI.

A Norte, entre 732 (batalha de Poitiers) e 1492 (conquista de Granada), dá-se a reconquista cristã, com guerras abençoadas pelo Papa e por Alá. Após esse ano, a conquista continuou, no Sul, sob o protesto da

²⁰ Estes Muçulmanos defendem que o poder pertence aos imã, procedente de Maomé através de Ali e Fátima.

²¹ Consultar a Figura 3 do Apêndice 4.

²² Consultar a Figura 4 do Apêndice 4

segurança das costas peninsulares e da doutrinação do MED. A descoberta da América (1492) e o dobrar do Cabo da Boa Esperança (1497-98) desviam a importância para o Atlântico, resistindo a rota do Suez activa.

No séc. XI o MED é dos cruzados, mas também de piratas. Do séc XI ao XVI, o MED é disputado por cristão, com Génova e Veneza bem activas. Portugal também por lá andou, conquistando, em 1415, a estratégica Ceuta, dada aos espanhóis, por tratado, em 1668; Tanger, em 1471, dada em dote, de D^a Catarina de Bragança, a D. Carlos II; por Mazagão, em 1542, para a abandonar, em 1769, por outra do mesmo nome, no Brasil; e pela malfadada Alcácer Quibir, em 1578, com o sumiço do rei menino que aspirava a herói.

No séc. XVI, os corsários e piratas, holandeses e ingleses, atacam, no Atlântico, as naus espanholas e as rotas comerciais e a importância são devolvidas ao MED. Além disso, Carlos V²³ hipoteca-se a Génova, para manter a sua acção militar nos Países Baixos, pagando com o ouro das Américas. Este, agora genovês, deu vida ao comércio dos artigos italianos e orientais. As naus espanholas cruzam o MED e a Espanha é senhora, por pouco tempo, desse Mar. De 1509 a 1524 Espanha detém a posse do Saara Ocidental, tendo, o rei de Espanha, em Dezembro 1884, por seu decreto, proclamado que tomou o Rio de Oro sob a sua protecção, firmando acordos com os chefes tribais da região. Isto é importante, como veremos no capítulo IV. Em 1885, Espanha vê reconhecida, na Conferencia de Berlim, o seu domínio sobre os territórios do Saara Ocidental.

No séc. XVI, os piratas ingleses e holandeses; a concorrência, a menores custos, feita pelos rápidos navios holandeses; e a contrafacção inglesa sobre rótulos italianos (BRAUDEL: 1987; 127), cria a desconfiança, afasta o comércio e a importância do MED.

Braudel atribui a perda de importância do MED, nos séc.s XVI-XVII e no séc. XI, à rarefacção de navios, face ao preço e à escassez, na região, da madeira (BRAUDEL: 1987; 54). Porém, julga-se haver outras razões, como sejam: O MED só vivia do e para o mar, não procurando profundidade geográfica, em terra, para produzir e diversificar o comércio e os mercados. A sua orografia empurrou-o para o líquido, para onde se sentia atraído. Por outro lado, a estrutura feudal hierarquizada, do interior da Europa, do séc. XI e seguintes, considerava o comércio pecaminoso, cobiçando a riqueza do Sul. A sobrevivência da estrutura económica feudal baseava-se no latrocínio, dirigido contra o Sul, mais urbanizado e enriquecido pelo comércio de produtos provenientes de um longínquo acessível. Na Europa nascem os “burgueses”, que desenvolveram um movimento, com o apogeu no Renascimento, que irradiou do centro da Europa para a periferia e que preferia a produção ao comércio. Esse fenómeno não se verificou no MED, em especial no islâmico. Nele, a sociedade era cosmopolita e concentrada no comércio. Além disso, os islamitas do séc. XI ao séc. XIV cristalizam e, para eles, a inovação só chega com a colonização do séc. XIX. Na sociedade mediterrânica “(...) é sensível o fenómeno de uma teimosia e extraordinária continuidade. (...) para quê mudar se está bem?” (TORRES: 2003; 13). O cosmopolitismo mediterrânico e a sua “(...) tendência concentracionária fez imple-

²³ Imperador do Sacro Império Romano Germânica (1519-1556) (AAVV: 1966; 1073-1077).

dir uma estrutura económica que estava intacta há muitos séculos.” (TORRES: 2003; 14).

Assim, pensa-se, a crise do séc. XI resultou: da concentração do MED no mar e no comércio; da precariedade e do aumento do preço da madeira; da especulação dos preços das mercadorias que chegavam, via caravanismo, pela rota do Sinai; do latrocínio que nesse mar existia. Já a dos séculos XVI-XVII, ainda se deveu: à falta de uma classe burguesa nessa região; e à desconfiança, induzida pelo comércio contrafeito.

Do séc. XVII ao XVIII, o leste era o centro do MED e do império Turco, que vai dos Balcãs à Argélia. A Índia era inglesa e a rota do Suez a ligação mais curta com a Europa.

Em 25/08/1704 os ingleses, explorando os reveses da guerra da sucessão espanhola, ocupam Gibraltar e resistem às pressões francesas e espanholas para o devolver. Ainda hoje os Ingleses guarnecem aquela Porta d'Armas. A Inglaterra não queria a França no MED, pois o controlo das rotas da Companhia das Índias deixaria de ser exclusivamente inglesa. E a França esteve perto disso, em 1798, quando Bonaparte é derrotado, na campanha do Egipto. Para garantir aquele controlo, a Inglaterra apossou-se de Malta (conquistada a França em 1880), do Chipre (1878) e do Egipto (1882). Assim, a *Pax Britannia* vigorava no MED e este é inglês.

Porém, a França, na procura de um lugar na geopolítica do lugar, tenta transformar o MED num grande canal de ligação da Europa à Índia, abrindo o Suez. Mas a guerra de protagonismo, entre a França e a Inglaterra foi, novamente, ganha pelos Britânicos. Por manobras políticas e pela ocupação do Egipto, a Inglaterra força o contrato com a França e o canal desta beneficia aquela. O MED passa a ser uma rota naval Britânica.

À sombra da tese das “*esferas de influência*” (SAMPAYO: 2000; 32) e da conferência de Berlim, a Europa reinicia as “cruzadas” no Norte de África. Em 1830 a França, por razões de política interna, de combate aos corsários e de posse da terra arável, parte à conquista da Argélia, dominando a Pequena Cabília em 1864. A partir da Argélia, a França obtém o domínio consentido sobre a Tunísia. Em 1881, dominava a Mauritânia, Argélia e a Tunísia. Pondo cobro ao apoio de Marrocos ao Emir Abd el Kader e à guerra da Argélia, ataca e vê reconhecido o seu protectorado sobre aquele país, pelo tratado de Fez (1912). O Pequeno Magrebe era francês, e esse país, nesse ano, reconhece as possessões de Espanha naquela região, nomeadamente no Saara Ocidental, ficando a questão de Tanger para ser resolvida em 1928.

A Itália, em 1912, inicia a conquista da Líbia e consegue dominá-la em 1932.

No Magrebe, vivia-se a sublevação dos ocupados. As potências europeias tentavam consolidar, aí, o seu poder, receando umas das outras. “(...) *A Itália sentia-se ameaçada, desde o início da I GGM com a presença francesa no Norte de África e com o domínio britânico dos principais acessos ao Mediterrâneo (...)*” (SAMPAYO: 2000; 67). A instabilidade provinha dos autóctones, mas também dos parceiros.

“(...) *entre finais do século XIX e inícios do século XX assistiu-se à gestação de um renascimento árabe, que atingiu a sua máxima intensidade (...) sobretudo a partir de 1945*” (AAVV: 2005(2); 360-361). Inicialmente cultural, resistindo ao nacionalismo turco e ao colonialismo europeu, ele tornou-se num movimento nacional,

em torno de memórias do passado. Se o islamismo vier a ser a ideologia político religiosa das nações muçulmanas e da futura nação global muçulmana, então a origem árabe do Islão é a âncora do nacionalismo árabe.

Do fim da I GGM ressalta uns mundos árabe e muçulmano desunidos. A supremacia britânica e francesa, no MED, não admitia a união do mundo árabe e a consciência da catástrofe que foi a ocupação otomana obstaculizava a união do mundo muçulmano. As grandes vencedoras daquele conflito mundial são as suseranas do MED, em confronto de influências. Todavia, quando Nasser fecha o Suez, em 1956, a França e a Inglaterra unem-se nas reclamações. Porém, aí, já o MED não lhes pertencia.

Após a II GGM, recrudescem, no Magrebe, os gritos de independência e os movimentos de libertação. Em 1944, na Argélia, um movimento nacionalista (Frente de Libertação Nacional (FLN)) armou-se e obteve o sucesso na sangrenta luta contra a França. Entre 1954 e 1962, anulou a tentativa de divisão do território perpetrada pelos Franco-Argelinos, atingindo, em parte, o por si definido em 13/11/54: *“A restauração do estado Argelino soberano, democrático e socialista, enquadrado nos princípios islâmicos”* (AAVV: 2005 (2); 370).

Em 1947 surgiu o Comité de Libertação do Magrebe Árabe, juntando a Argélia, Tunísia e Marrocos (TERRACINI: 1999), no intento de coordenar a luta contra o colonialismo francês e espanhol e internacionalizar a questão da libertação do Magrebe.

Entre 1951 e 1962, os Países do Magrebe tornam-se independentes. Os movimentos independentistas nacionalistas retiraram a Europa da África. Como refere o Prof. Adriano Moreira, citando Enrique Larroque, o *“(....) nacionalismo (actual) é “uma herança venenosa deixada pela Europa” no exercício da colonização e da ocidentalização dos séculos XIX e XX”* (MOREIRA: 1998; 24). Mas ela não é a única. Também *“(....) em redor da parte ocidental desta extensão marítima é que o contraste económico e social entre os países costeiros, os do Norte e os do Sul, pode ser claramente imputado ao domínio colonial exercido pelos estados europeus, sobretudo pela França, sobre os países do Magrebe, a partir do século XIX”* (LACOSTE: 2006; 9). E os Estados são o resultado das influências do seu passado.

Após a II GGM e até ao fim da Guerra-fria (GF), o MED foi o tabuleiro de xadrez dos dois Blocos, repleto de porta-aviões e fragatas, com os alinhamentos a negarem a unidade. Os EUA *“(....) afirmaram a sua presença na região a partir de uma política de contenção (1947) (...) Durante a guerra fria (...) As missões da Vª Esquadra (impedir os Ocidentais de utilizar o Mediterrâneo) eram (...) menos exigentes em forças que as dos países da Aliança (manter abertas as vias de comunicação (...))”* (AAVV: 1999; 164). Nessa era, porém, o Atlântico e o Pacífico eram a prioridade do Ocidente, sem nunca ter descurado o MED. E apesar do badalado fim da GF, nele continuam as frotas Americanas (VI Esquadra), da NATO e da Rússia, o que demonstra o interesse que o MED desperta no exterior das suas fronteiras.

As guerras do Golfo patentearam, outra vez, a importância estratégica do MEDOR. As frotas americanas, ainda hoje, continuam a sulcar o MED, sob o olhar desconfiado dos árabes.

O conflito Israelo-Palestiniano continua a atrair as atenções do mundo, mobilizando vontades e os prota-

gonismos da UE, dos EUA, da França, do Egipto e do mundo inteiro, numa tentativa da concórdia, mais do que de paz. Os factos do início de 2009, ilustram o alcance das palavras do Secretário da Liga Árabe, Azam Pasha, proferidas em Londres, em Outubro de 1947: “*Será uma guerra de extermínio e um massacre abominável (...)*” (BARD: s/d). Isso, conjugado com as imigrações clandestinas e descontroladas; com a falta de futuro conducente aos desesperos; com as acções de políticas musculadas e com tudo o mais, leva o Mundo a estar de olhos postos no MED, porque ele, também por isso, se transvaza para além das suas margens.

II.2.3. CONTEXTO GEOPOLÍTICO DA REGIÃO

Fisicamente e intemporalmente, o MED tem ligado naturalmente as duas margens, não sendo um facilitador da comunicação entre a costa e o interior. As duas margens têm convivido através dele, sem se descaracterizar. A orografia e as facilidades de ligação têm reunido a população nas margens. As montanhas, outro espaço agrícola e adro de sacrifícios pacientemente aceites, têm sido abandonadas, pois o trabalho é árduo demais face ao pouco proveito. A transumância, em tempos própria de um MED em movimento, é, hoje em dia, uma viagem só de ida, em direcção ao ribeirinho. Somente na península arábica é que esse Mar facilita o acesso ao interior da Ásia. Talvez por isso, os EUA considerem a península arábica integrada no MED.

O MED é a “*(...) charneira entre a Europa, o Mundo Árabe e a África...o Traço de União entre a Europa, a Ásia e a África e liga, através de estreitos, o Mar Negro, o Golfo e o Atlântico*” (AHMED: 1992; 5). Ali coexistem o judaísmo, o cristianismo (ortodoxos e católicos latinos) e o islamismo, assumindo-se como o “*(...) ponto de encontro de três grandes espaços geopolíticos do planeta...o espaço ocidental, liberal, atlântico representado pelos países da Europa do Sudoeste...o espaço desarticulado dos povos de Este...o espaço do Terceiro Mundo (...)*” (BONNEFOUS: 1992; 135). O MED, “*(...) enquanto espaço coerente, não existe (...)*” (BALTA: 1992; 96), pois “*O Norte de África pertence (...), ao domínio do Shara, que se estende até às praias mediterrâneas. O próprio Magrebe, islamizado, abre-se (...) ao contacto do deserto. O Levante, que é (...) uma grande confusão de raças, de povos, de língua e de civilizações. (...)*” (RIBEIRO: 1998; 38).

Demograficamente, nele e através dele, convivem minorias, como: os berberofonos (Magrebe), os coptas (Egipto), xiitas e curdos (Irake), palestinianos (países vizinhos da Palestina), sunitas (Síria) e curdos (Turquia e Irake) (CHALIAND e RAGEAU: 1995; 86).

É abissal a diferença de crescimentos demográficos entre o Norte opulento e velho e o Sul magro e jovem. Em alguns países do Norte, ele é inferior a zero. Nessa margem 17% são jovens, 15% são idosos e o PIB per capita pode ser superior a 12000 dólares. No Sul, o crescimento demográfico é superior a 2% ao ano, e a mortalidade infantil é da ordem dos 62 em 1000 nascimentos. Nessa margem, 40% da população é jovem e somente 3% é idosa. O PIB per capita é inferior a 1000 dólares (BORGES: 2008; 61). Segundo as projecções da EURSTAT, de 26/08/2008, a UE ainda irá ficar mais velha e passará de 495 milhões de habitantes, em 2008, para 521 milhões, em 2035, e para 506 milhões, em 2060. Actualmente, 17% da população da Europa tem 65 anos. Em 2035, essa percentagem será de 25,4% e em 2060 de 30%, sendo a de idosos com mais de

80 anos de 12%, contra 8% em 2008. (SANCHES: 2008; 3). No Magrebe, o crescimento demográfico tem levado a pressões populacionais junto à costa, agravando os problemas sociais e económicos.

Politicamente, a região é complexa, proliferando actores e regimes. Alguns destes, no Sul, têm sido matizados pelo fundamentalismo, induzindo acções musculadas do poder instituído, tornando a região inconstante.

Economicamente, a distância, entre o Norte e o Sul, é abissal. No Apêndice 2 e 3, constata-se: a grande diferença entre as margens do MEDOC; no MEDOR tal diferença é mais esbatida. No MEDOC o Norte é industrializado e o Sul subdesenvolvido, mas com produtos caros ao Norte, como o gás natural e o petróleo.

O MED é uma estrada para o Mar Vermelho, o Mar Negro e o Índico e uma placa giratória entre a Europa, a Ásia, a África e a América. É uma zona de assimetrias económicas, sociais e culturais, com condições para choques de ideologias. Nele, ouvem-se ecos da guerra, que alastram a instabilidade à região. Os Balcãs terão um longo caminho a percorrer até à segurança. O conflito israelo-palestino insinua que a paz e a segurança no MED só são possíveis com a sua resolução. Os diferendos entre a Turquia e a Grécia, sobre o Egeu e sobre o Chipre, são efervescentes. O conflito entre a Turquia e os curdos, tem muito a ver com o controlo das águas e tem agitado emoções²⁴. Marrocos e a Argélia não se esquecem do Saara. Espanha e Reino Unido convivem com o Gibraltar pelo meio. Espanha e Marrocos têm-se cotejado, episodicamente, devido a Melilla e Ceuta. O terrorismo tem atraído a preocupação da Europa sobre Marrocos, Argélia e a Tunísia. As migrações clandestinas trazem preocupações, por aquele Mar ser uma porta de entrada para a Europa, e pela problemática dos tráficos ilegais que consigo arrasta. Por isso o MED está nas agendas das «preocupações mundiais».

O Mundo não pode esquecer que os 22 países²⁵ do MED representam 5,7 % da superfície terrestre, 7% da população mundial, 33% do turismo mundial, 13% do PIB mundial, 60% da população carente de água, 8,3% das emissões de CO₂ e 30% do tráfico marítimo internacional. (CSEDN: 2007; 233).

“(...) o Magreb, foram sempre áreas de interesse para a Europa, (...) Agora, uma reorganização dos conceitos de segurança, [permitiu] um regresso [da Europa] pelo consentimento às áreas dos combates e conflitos de interesse (...).” (MOREIRA: 1998; 19). Importa, então, analisar os países magrebinos.

Marrocos, sob a égide da Monarquia Constitucional, passa a imagem de ser um país politicamente estável. O poder supremo, quer religioso, militar e político é do Rei. Em 1961, Hassan II assumiu o país, regendo-o, por 38 anos, com autoritarismo e atropelos aos direitos humanos. Nos anos noventa, indicou aderir à *“democracia controlada”* (VALLÉS e JAUME: 2005; 410), aludindo, então, ao respeito pelos direitos humanos. Implementou, assim, medidas como a criação de um Conselho Consultivo dos Direitos Humanos e, em 1996, a adopção de uma Constituição que previa a alternância política. Essa alternância só se verificou em

²⁴ O Tigre e o Eufrates nascem no Curdistão Turco, banhando a Turquia, a Síria e o Irão. Em 1992, o Presidente turco, Suleiman Demirel, inaugurando a barragem de Atatuk, declarou: *“os recursos hídricos da Turquia nunca seriam, nem sequer parcialmente, entregues aos árabes”* (PATRÍCIO: 1997; 34), o que provocou mal estar.

²⁵ Espanha, França, Itália, Croácia, Bósnia, Montenegro, Albânia, Grécia, Turquia, Bulgária, Roménia, Ucrânia, Rússia, Geórgia, Síria, Líbano, Israel, Egipto, Líbia, Tunísia, Argélia e Marrocos.

1998, com a nomeação de Abderraman Yusufi (protagonista da oposição ao regime), para Primeiro Ministro. Em 1999, Hassan II morre e o seu filho Mohamed VI assume o trono, mostrando vontade de conduzir reformas. De imediato suspendeu o Ministro da Administração Interna, suspeito de violação de direitos humanos, mandou regressar ao país exilados históricos, como seja a família de Ben Barka, A. Serfaty e outros, aprovou um “Código de Família”, constituiu as “Comissões de Igualdade e Reconciliação” e concedeu indemnizações às famílias das vítimas dos “anos de chumbo”. Aquelas Comissões não têm reunido a simpatia de todos os marroquinos. Tem havido um reforço das competências do Ministério do Interior, em detrimento das do Ministério da Economia, o que assusta o Ocidente. Além disso, o rei centraliza muito poder, inviabilizando a resolução de muitos conflitos sociais pelos canais políticos, originando constatações populares e dos partidos islamitas, colocando em causa a figura do rei, com consequências para o sistema político que gravita em torno de si. As repressões, nomeadamente sobre os órgãos de comunicação social (OCS), parecem ter voltado. Os atentados terroristas em Casablanca (2003) e em Madrid (2004), atraíram o olhar da CI sobre Marrocos, havendo quem acredite que era um couro de terroristas. Em resposta, foram promulgadas leis anti-terroristas que têm permitido o exercer do poder de forma vincada, com a suspeita de atropelos aos direitos humanos. Na agenda das relações internacionais (RI) tem estado a anexação do Saara Ocidental e as reivindicações de Marrocos sobre Ceuta e Melilla. Assim, parece que o gosto pela democratização tem esfriado.

A **Argélia**, após a independência (1962), tem sofrido crises sucessivas, preocupando a CI. A FLN, legitimada pela guerra da independência, apoiada pelo Exército, exerceu, até aos finais dos anos 80, o monopólio sobre todos os sectores da sociedade. As manifestações contra a degradação das condições de vida e em oposição ao presidente Chadli Benjedid, em 1988, modificaram a situação. O presidente teve de aprovar uma nova Constituição que permitia o multipartidarismo, as reformas económicas e a liberdade de imprensa. Em 1992, a Frente Islâmica de Salvação (FIS) e os integralistas estiveram, democraticamente, quase no poder. Isso foi negado pelo governo militar do General Liamine Zéroual, apresentando-se, este, como vencedor das eleições e depondo o presidente Chadli. A FIS foi declarada ilegal e os seus líderes foram perseguidos e presos. A partir daí, perante a actividade mais ou menos continua dos integralistas, Zéroual conduziu uma política musculada, estando o país, por vezes, na fronteira da guerra civil declarada, com relatos de violência que apontam números expressivos de mortos, de desaparecidos e de detidos. O fratricídio, na Argélia, “(...) até 2004 já tinha ceifado mais de 100 000 vidas.” (VALLÉS e JAUME: 2005; 407-408). Zéroual reforçou os poderes presidenciais, alterando a Constituição de 1989, documento essencial no lançamento do processo de democratização, entretanto abortado. Essa decisão foi legitimado pelo referendo de 29 de Novembro de 1996, com uma afluência de cerca de 80%. Em 1999, Abdelaziz Buteflika chega ao poder, numas eleições em que os seus adversários se retiraram por duvidarem da sua pureza. Propôs-se, então, a resolver a astenia económica e promulgou uma lei de concórdia civil, pondo fim à perseguição dos islamitas não envolvidos em crimes de sangue. Nessa altura, o braço armado da FIS, o Exército Islâmico de Salvação, depôs as suas armas. Con-

tudo, o Grupo Islâmico Armado (GIA), continuou a luta armada, reprimida pelo exército do país. O integralismo islâmico, enraizado em alguns sectores da população, tem preocupado a CI. A violência latente tem criado a ideia de que a Argélia é uma “caixa de Pandora”. A maioria dos problemas políticos da Argélia resulta da inépcia do regime em motivar uma população jovem que aspira a partilha das riquezas do país. 75% da população é jovem. 87,8 % dos desempregados têm menos de 35 anos e o desemprego está nos 11,3% (PÚBLICO: 09/04/2009; 14). Sem futuro, muitos procuram a Europa. “(...)dos que ficam, boa parte entrega-se ao fundamentalismo islâmico, no qual esperam encontrar a solução para as suas aspirações.” (AAVV: 2001; 1, 102). A entrada de divisas é essencial, face à crise económica que afecta 14 milhões de pessoas nas franjas da pobreza. E os investimentos não surgem, face à instabilidade e insegurança regional.

Em Novembro de 2008, Bouteflika conseguiu que o Parlamento votasse a favor de uma mudança constitucional para que pudesse ser reeleito. Em 2004, ele teve 84,99% dos votos. Nas legislativas de Maio de 2007 a taxa de participação nas eleições não ultrapassou os 35%. Nas eleições de 09/04/09 perspectivava-se uma taxa de abstenção muito mais ampla. Nelas não esteve presente o principal opositor de Bouteflika, de seu nome Said Saadi, do partido da União para a Cultura Democrática, porque considerou que tudo foi preparado para a vitória do presidente em exercício, em especial quando se alterou a mudança da Constituição. Como promessa eleitoral para essas eleições, Bouteflika, apelando ao voto, reiterou uma proposta que vem formulando desde 2000: uma amnistia para os islamitas fundamentalistas e para os partidários da Al-Qaeda do Magrebe, que depusessem, definitivamente, as armas. Porém, não conferindo acesso à política a “(...) antigos islamistas desencoraja os rebeldes da Al-Qaeda a aceitar a amnistia (...)” disse Boualem Ghomrassa, especialista de segurança do diário El Khabar (PÚBLICO: 09/04/2009; 14). Bouteflika, com 72 anos, voltou a ser reeleito nas últimas eleições, pela terceira vez, com 90,24% dos votos. A abstenção, que inicialmente avizinhava-se como a única sombra numas eleições das quais já se sabia quem seria o vencedor, foi, afinal bem menor do que se previa. 74,54% dos 20 milhões de eleitores foram às urnas. Nesse evento, o esperado aconteceu, quanto à eleição do presidente. Em segundo lugar, com 4,22% dos votos, ficou a presidente trotskista do “Partido dos Trabalhadores” (PÚBLICO ON-LINE, 10/04/09). O presente indicia que na Argélia vai continuar tudo na mesma, sob a áurea de um «homem de poder» que não de um «homem de estado».

A **Tunísia** parece ser, no Magrebe, o país com maior estabilidade social e política. Contudo, essa estabilidade é mais devida ao imobilismo da sociedade do que à abertura política do país. O actual presidente, Zine al-Abidine Ben Ali, após o golpe de estado, não violento, que protagonizou em 07/12/1987, enquanto 1º ministro, contra o autoritarismo e o monopólio do Partido Socialista Desturiano (PSD) e que levou à destituição do presidente Bourguiba, por incapacidade, anunciou reformas contemplantes do multipartidarismo, do diálogo com os grupos islâmicos e do respeito pelos direitos humanos. Porém, face aos bons resultados dos islamitas nas eleições de 1989, o Reagrupamento Constitucional Democrático (RCD), que sucedeu ao PSD, toma o poder. Ben Ali, “Apesar de, no início do seu mandato, ter autorizado o pluralismo, face ao crescente

desafio integrista, reprimiu qualquer tipo de oposição, inclusive a moderada.” (VALLÉS e JAUME: 2005; 409). As eleições de 2004 deram 95% dos votos ao actual presidente e mostraram o imobilismo da sociedade, contrastante com a violência ocorrida em 1984, nas “*Revoltas do Pão*”, em que os tunisinos repudiaram três décadas de repressão. Em 30/06/2008, Ben Ali recandidatou-se à presidência, o que configurou o 5º mandato presidencial, só possível face à alteração constitucional que lhe permitiu a reeleição em 2002. O RCD, no seu 5º congresso, pediu a Ben Ali para que continue a “*(...) conduzir a Tunísia na via do progresso e da prosperidade.*”, mesmo que exista a acusação “*(...)de violar sistematicamente os direitos humanos(...)*” (DN: 31/07/08; 30). As faltas de alternativa têm impedido a alternância política e faz passar uma imagem, por ventura falsa, de estabilidade. A história diz-nos que, as sociedades sujeitas a um poder autoritário e forte, quando quem o exerce desaparece, tendem a sentir-se perdidas e demoram a encontrarem-se.

Marrocos, Argélia, Tunísia e Líbia²⁶, procurando uma solução para os problema regionais, em 1989, constituíram a União do Magrebe Árabe (UMA), cujo surgimento tem sido interpretado como uma resposta à “*(...) à percepção de unidade agressora que tinham das antigas soberanias coloniais, procurando coordenar as políticas de cada um dos membros em relação à União Europeia.*” (MOREIRA: 1998; 21). Ao projecto aderiu, ainda, a Mauritânia, marcada por golpes de estado²⁷, possuidora de um Índice de Desenvolvimento Humano baixo, com problemas de discriminação racial, protagonizada pela população árabe, que controla o poder e as riquezas do país, em relação à minoria negra. As desconfianças e os problemas que têm surgido entre aqueles países não têm ajudado a que a UMA seja, na verdade, uma União.

A instabilidade magrebina resulta, sobretudo, dos problemas políticos, sociais, económicos e de desenvolvimento que eles sentem. Já verificámos que aquela instabilidade, ora por força de alguns ou da coexistência de todos esses problemas, têm estado, implícita ou explicitamente, presente ao longo dos tempos. Contudo, a natureza dos problemas que, hoje em dia, lhe dão corpo, tem origem numa história mais recente. Corroborando a ideia de LACOSTE, expressa na página 12 deste trabalho, Batalha afirma que “*(...) a colonização explica em grande parte os males que hoje afectam a sociedade marroquina – o exagerado crescimento demográfico motivado pela alteração das condições técnico-económicas, a implantação de uma estratégia de desenvolvimento industrial que servia principalmente a França e um modelo de desenvolvimento agrícola que favoreceu sobretudo os colonos e a elite de grandes proprietários marroquinos, são alguns dos aspectos geralmente apontados como consequências da colonização europeia.*” (BATALHA: 1996; 12-13). Estes considerandos, objectivados em Marrocos, são válidos para todo o Magrebe. Até porque a França imprimiu, nele, uma estratégia de progresso assente na complementaridade das economias das colónias ou protectorados, mas de forma a nunca incentivar a concorrência. Nesses protectorados, os colonos eram a elite local, encarregando-se de canalizar grande volume de riqueza magrebina para a Europa, em vez de a utilizar no

²⁶ Para uma “espreitadela” geopolítica à Líbia, consultar o Apêndice 5.

²⁷ Como o ocorrido em 07/08/2008, em que o Presidente Cheikh Abdallahi foi deposto (DN: 11/08/08; 25).

progresso dos países colonizados. Para essa Europa constituída por: uma Espanha plurinacional, em que ¼ da população não quer ser espanhola, mas antes Basca, Galega ou Catalã, havendo quem o reivindique de armas na mão; uma França, que pode ser o exemplo de um Estado-Nação, mas onde se ouvem vozes secessionistas (p.e. Córsega), e onde os problemas das periferias sobrelotados das grandes urbes, povoadas por comunidades árabes e africanas, reagem, com a delinquência, à indiferença e à exclusão social; uma Itália onde a independência do Norte e da «Padânia» são reivindicadas por movimentos políticos, como a Liga Lombarda.

No Sul do MEDOC, a falta de unidade política, estratégica e económica, exibida pelo problema saariano e pela falta de uma voz comum, não permite a definição de uma região geopolítica. A Norte, a UE tem procurado, pela promoção da democracia, do Estado de Direito e do respeito pelos direitos humanos, como consta no Tratado de Lisboa, encontrar a razão para “(...) *dar um novo sentido de (grande) missão ao processo de integração europeia neste início do século XXI (...)*” (FERREIRA-PEREIRA: 2008; 10). A Europa é “(...) *uma união política à procura da sua identidade e não (...) “Velho Continente”*” (SACHETTI: 2006; 4). As diferentes opiniões sobre o Tratado de Lisboa diz-nos que a Europa tem um longo caminho a percorrer até à unidade. Assim, no MEDOC há uma “(...) *extraordinária diversidade estratégica e a impossibilidade (...) de o integrar numa única região (...)*” (VASCONCELOS: 1993; 43). Não havendo unidade, o MEDOC não pode ser uma região geopolítica, o que tem influência nas estratégias de solução dos seus problemas.

II.3. SÍNTESE CONCLUSIVA

A região mediterrânica releva características geográficas, políticas, sociais e económicas que diferenciam o Ocaso do Levante e permitem a divisão do MED em Ocidental e Oriental.

O MED tem sido alvo de projectos imperiais. Sempre que um Estado procurou o protagonismo mundial, tentou controlar o MED e o seu acesso ao Atlântico: Roma, Bizâncio, Espanha, Holanda, Inglaterra, França, Rússia e EUA. Existem, assim, factores e interesses que projectam o MEDOC para além das suas fronteiras físicas. “*Nações após nações têm lutado pelo seu controle, e a luta ainda continua.*” (MAHAN: 1890; 33).

A história do Magrebe é a de quem ainda não se encontrou, como já foi a dos seus antepassados, atormentados com o primado da religião e do nacionalismo. As relações, internas e externas, políticas, económicas, sociais e culturais do Magrebe, são determinadas pelo lugar, pelo peso da história, pelos regimes políticos e pela constituição dos seus Estados Nações (AMMOR: 2006; 12). Assim, a relativa insegurança e a instabilidade regional, resultando, também, daquelas relações, têm a sua origem na história e na geografia do lugar.

Hoje, “*O Mediterrâneo já não se encontra no centro do Mundo.*” (AAVV: 1999; 164), mas a Europa preocupa-se com as tensões sentidas no MEDOC e com os contrastes de desenvolvimento entre o Norte e Sul, atribuíveis a diferenças económicas, sociais e políticas, autoras de instabilidade e de relativa insegurança.

No MEDOC, a história e a geografia do lugar entrosam-se, tornando complexos os problemas locais, podendo a Europa Ocidental ser por eles afectada, face às relações geopolíticas que ali se cruzam.

III. A IMPORTÂNCIA DO MEDITERRÂNEO OCIDENTAL

Neste capítulo pretende-se saber qual a importância actual do MEDOC e se ela tem a dimensão para que os países das suas margens procurem a segurança e a estabilidade regional.

III.1. DIFERENTES PERCEPÇÕES SOBRE A REGIÃO

A irreflectida descompressão a que o Mundo se sujeitou, após a GF, conduziu-o à apressada depreciação das questões de segurança, em detrimento da importância dada a outros factores com resultados imediatamente tangíveis, como a economia. Até então, o Mundo, concentrado no conflito Este-Oeste, dava uma menor importância a vectores “marginais” de risco e de instabilidade. Após a queda do muro de Berlim, o Golfo Pérsico, o Ruanda, a Chechénia, os Balcãs e Nagorno-Karabakh despertaram o Mundo e a Europa em especial, para o imperativo da segurança, nomeadamente quanto ao Magrebe. Até ao fatídico “11 de Setembro”, os EUA conferiam ajuda financeira, comprando a supremacia de consentimento e a Europa de então, preocupada com os ritmos de desenvolvimento, abria os seus braços à importação massiva da mão-de-obra africana. E isso, como veremos, tornou-a vulnerável a determinados factores de instabilidade e contribuiu para o empobrecimento do MED meridional. Podendo diversificar as fontes de provisionamento de mão-de-obra, abrindo-se a Este, mas ficando porosa a outros riscos²⁹, a Europa percebeu que precisava de recursos essenciais ao seu desenvolvimento e que existiam, em abundância, na margem Sul. A diversificação das fontes de reabastecimento desses recursos tem-se mostrado avisado, como parece mostrar o início de 2009³⁰. A Europa, estando dependente de terceiros em termos de recursos naturais, tem dado importância à segurança destes.

Um quarto do gás que a Europa consome provem do Norte de África, sendo Portugal quase exclusivamente dependente da Argélia, de quem a Espanha, também, depende, em cerca de 70%. O seu fornecimento é feito pelos gasodutos do TRANSMED, entre o Norte de África e Itália, e do TRANSMAGHREB, que a partir da Argélia, via Marrocos, passa por Portugal, Espanha, França e Bélgica. Pondera-se, ainda, a construção de mais gasodutos, ligando a Europa à Líbia, ao Egipto, à Turquia, a Israel e ao Qatar (PINTO: 2003; 7).

A Europa importa uma grande percentagem do petróleo que necessita, da Líbia e, em menos quantidade, da Argélia. De acordo com o Instituto das Empresas para os Mercados Externos (ICEP), 37,4% do petróleo Líbio destina-se à Itália. Também a Alemanha, Espanha e EUA, são seus clientes, representando, em 2006, uma cota de mercado de 66% das exportações. De salientar a ascensão dos EUA, em termos de produtos importados da Líbia. 96% das exportações deste país são hidrocarbonetos e derivados, ocupando a 25ª posição, na lista dos fornecedores de Portugal, (ICEP: 2008 b); 3-9). Das exportações Argelinas, 97,9% são hidrocarbonetos, e a maior parte destinam-se aos EUA, à Itália, à França, a Espanha e Canadá (ICEP: 2008 a); 4-9).³¹ É importante, ainda, saber que, em 2006, 84% do investimento da UE no Magrebe foi feito em Marro-

²⁹ Como as máfias do leste, o contrabando de armas etc.

³⁰ Alude-se à crise entre a Rússia e a Ucrânia e às repercussões que daí surgiram quanto ao abastecimento de gás.

³¹ Portugal era, de 2003 a 2005, o 10º cliente da Argélia, descendo à 15ª posição em 2006 (ICEP: 2008 a); 4-9).

cos, o que corresponde a 1179 milhões de Euros, e que a União investiu, no Magrebe, cerca de 1398 milhões de Euros, sendo a França a maior investidora, com 700 milhões de Euros (EUROSTAT: 2008; 64-66).

Grande parte das reservas petrolíferas mundiais, encontram-se nos países da margem Sul, sendo de grande importância para a prosperidade das economias ocidentais (AHMED: 1993; 5), mas também dos países meridionais. As relações comerciais são importantes para o Norte e para o Sul, pois se para um representa recursos necessários ao seu desenvolvimento, para outro significa receitas para fugir ao subdesenvolvimento.

Todavia, a Europa não pode centrar a sua atenção só nos recursos magrebins. É preciso fazê-los chegar até si, sendo a posse, o controlo e a distribuição das matérias-primas vectores das suas estratégias. Assim, é necessário garantir a segurança das rotas de distribuição. *“Há uma estreita ligação entre o controlo dos recursos naturais e a afirmação do poder político...O valor estratégico das matérias primas assenta mais no controlo do abastecimento do que na posse dos recursos naturais.”* (AAVV: 1999; 76). Pelo MEDOC, passa a principal rota que liga o Índico ao Atlântico³². A rota do Suez é uma rota petrolífera e comercial importante para a Europa e Magrebe, havendo países que dependem, exclusivamente, dela para o abastecimento e escoamento marítimo dos seus produtos (p.e. Itália, Tunísia e Argélia). Mas para além dos recursos e das rotas, existem outras razões que justificam a importância do MEDOC e a presença, no MED, da VIª Esquadra americana, dos navios russos e dos países ribeirinhos, alguns deles, também, assumidas potências nucleares. Assim:

- O MED é: a chameira entre os mundos Europeu, Árabe e Africano; a ponte entre o Mar Negro, o Golfo Pérsico e o Atlântico; o local de coexistência de interesses e realidades díspares, forçados a articularem-se;
- As ilhas ao longo do eixo maior do MED proporcionam pontos de apoio ao tráfego marítimo e aéreo, ajudas à navegação e a continuidade das respectivas linhas de comunicações;
- É uma passagem obrigatória para quem, vindo do Atlântico, quer atingir, por mar, o conturbado MEDOR, ou por quem, estando no seu interior, quer dele sair para o Atlântico;
- Sendo um mar de navegação intensiva, aberto ao exterior por canais, o controlo dos estreitos é apetecível, nomeadamente do Gibraltar e Suez, havendo a preocupação de os manter “abertos” às rotas de reabastecimento, necessárias ao desenvolvimento do Ocidente. Por eles, as transacções europeias com os países do MED, atingem cerca de 150 milhões de toneladas, 75% dos quais transportados por mar e 17% através de “pipelines”. Só 0,3% é transportado por ar (AAVV: 2003; 8). A obstrução dessas rotas obriga a que as mercadorias destinadas à costa Oriental do continente americano ou ao Norte da Europa, provenientes do Golfo Pérsico e restante Ásia, sejam transportadas pela rota do Cabo, com aumentos de tempo, de custos e de riscos.

Todos esses factores estratégicos levam a que os países do MEDOC queiram ali afirmar-se, ponderando, à luz das suas percepções, riscos, ameaças e os factores de instabilidade. Sobre essas percepções, refira-se:

- O Norte tem despertado para novas visões orientadas para o Sul e que estão para além de cenários centra-

³² Consultar as Figuras 5 e 6 do Apêndice 4.

dos só nas ameaças militares. Outros desafios, colocados aos países Magrebinos, são considerados preocupantes pelo Ocidente, tais como o subdesenvolvimento, a explosão demográfica e o défice democrático. Os dois primeiros têm levado a fluxos migratórios clandestino para o Norte, considerado pelo Ocidente como um risco socioeconómico. O défice democrático é encarado como um risco político-cultural conducente à destabilização contaminante. Na perspectiva do Norte, esses factores têm feito surgir actos fundamentalistas.

-Por seu turno, o Sul, com uma certa apreensão, considera que a ameaça provem, antes, da outra margem onde os membros da OTAN “(...) dispõem 70% dos helicópteros, de 100% dos porta-aviões, 75% dos submarinos, 78% das corvetas, fragatas e destroyers, 40% dos aviões de combate e da totalidade da capacidade nuclear. Na boa verdade o Sul pode-se considerar ameaçado militarmente pelo Norte.” (AHMED: 1993; 18). Sendo ribeirinhos de um Mar, que também é deles, e onde se querem afirmar, o Magrebe não tem privilegiado a posse de forças navais, o que é compreensível na lógica de uma guerra de afirmação, entre países vizinhos, situada numa geografia específica (Saara e fronteiras). Para agravar o sentimento de insegurança dos países do Sul, alguns elementos, com preponderância política no Magrebe, recusam o Ocidente e a sua atitude, justificando isso com: a falha dos sistemas políticos dos seus países, herdados do modelo Ocidental; com a crise económica generalizada, cuja responsabilidade é imputada ao outro lado do MED; e ao perigo da despersonalização e do sacrifício da espiritualidade islâmica, substituídos pelo materialismo do Ocidente. Eles crêem que o Ocidente já iniciou uma nova cruzada contra o Islamismo, a coberto da luta contra o terrorismo.

A abertura da UE ao Leste da Europa tem provocado o receio de abandono nos países Magrebinos. Em verdade, alguns países da UE têm defendido que o esforço da União deveria centrar-se a Leste. Em meados de 2008, o Ministro dos Negócios Estrangeiros sueco (Carl Bildt), defendeu que a iniciativa para o MED de Sarkozy deveria levar a uma abertura equivalente, da UE, ao Leste da Europa (PÚBLICO: 14/07/2008; 12).

As duas margens têm, ainda, entendimentos diferentes do conceito de segurança, o que agrava as desconfianças mútuas, afasta, ainda mais, as respectivas percepções sobre a região e não facilita o encontro de soluções comuns para a implementação de um clima de confiança, de estabilidade e de segurança no MEDOC.

Assim, o MEDOC é visto, pelo Norte, como um local com valor estratégico e económico, no interior da sua fronteira de segurança colectiva e de solidariedade, o qual, pelas rotas que por ali passam, pelo acesso que faculta ao MEDOR e pelos seus recursos, deve manter-se sobre seu controlo. Já o Sul prefere vê-lo como a passagem obrigatória das grandes rotas comerciais, onde o Norte, através de “*novas cruzadas*” (AHMED: 1993; 18) procura a influência e o controlo, pela presença e pela imposição de costumes e regras. Não há, assim, uma percepção comum, sobre a importância do MEDOC, o que irá, em conjugação com a disparidade de percepções de segurança, dificultar a definição de estratégias para a estabilidade e segurança regional.

III.2. ANÁLISE NOS QUADROS GLOBAIS E REGIONAIS

As diferentes percepções da importância do Magrebe, analisadas na perspectiva dos quadros global mundial e regionais, resultam, em grande medida, dos interesses dos Estados na região, dos seus recursos vitais e

estratégicos, das posturas étnico-civilizacionais dos grupos em presença e de factores de ordem económica.

O MEDOC, tal como todo o MED, tem exigido uma coerente definição da sua identidade. Na verdade, *“Alguns olham para o Mediterrâneo como “o lugar onde o Golfo Pérsico começa.””* (BIN: 2000; 78), face à sua aproximação geo-estratégica do Médio Oriente. Outros analisam os acontecimentos no MEDOC e à sua volta, à luz da segurança e da estabilidade da Europa. Alguns consideram que os problemas do MEDOC e do restante MED se inserem na sua esfera de direito, face à sua aproximação e às suas ligações à Europa, num âmbito mais amplo da segurança. Outros consideram todo o MED como um exemplo vivo de uma linha de fractura civilizacional. Ainda outros consideram útil fazer uma aproximação ao MED por sub-regiões, considerando o MEDOC e o MEDOR como partes diferentes, em virtude da falta de identidade nos problemas apresentados. Esta diferença de percepções sobre o MEDOC resulta, no nosso entender, da falta de coerência política, social, cultural e económica na região e dos interesses de alguns actores internacionais na mesma.

O MEDOC, no quadro global mundial, é um trecho de uma auto-estrada naval, de crucial importância no transporte de mercadorias e de produtos petrolíferos. Diariamente cruzam o MEDOC navios de grande tonelagem, transportando recursos essenciais ao sustento e desenvolvimento das economias de vários países. Sendo através do MEDOC que o MED encontra a saída para o Atlântico, ele é a passagem obrigatória do tráfego marítimo correspondente a 30% do internacional (CSEDN: 2007; 233), destinado à Europa e à América.

A percepção atlântica, identificada com os EUA, relativa ao MEDOC é de quem o integra no espaço que vai dos Açores ao Médio Oriente. Para os EUA, o MED, como um todo, é essencial à sustentabilidade das suas operações no Médio Oriente, sendo, ainda, a via por onde circulam 10% das suas importações de hidrocarbonetos. Aquele país e a Europa sabem quais as consequências que advêm da rotura na distribuição dos recursos estratégicos, provenientes do MEDOC ou do Médio Oriente. Tais consequências, afectariam a economia do mundo, levariam à pressão sobre os outros produtores de hidrocarbonetos e injectariam entropia nas RI e na estabilidade regional, o que justifica preocupações acrescidas quanto à segurança das rotas. Para além do controlo das vias de reabastecimento do Ocidente, a presença americana naquele espaço é também exigida pela necessidade de acompanhar, mesmo que de longe, as situações vividas pelas Repúblicas da ex-URSS.

A importância que os EUA atribuem ao MED está mais centrada no MEDOR, e advém, em especial, da geo-estratégia relativa ao conflito Israel-árabe, à influência que este pode ter na disponibilidade dos hidrocarbonetos do Médio Oriente e ao protagonismo, na política interna dos EUA, do lobby judaico. Em complemento a esta visão, estão: o conflito, sempre latente, entre os Gregos e os Turcos, antevendo-se as influências que o agravar do mesmo possa ter, nomeadamente, na estabilidade interna da NATO; o conflito dos Balcãs, ainda não totalmente resolvido, perspectivando-se as consequências de um agravamento do mesmo, em especial para a estabilidade da Europa Central e do Leste e para o possível alargamento da NATO.

Os EUA vêem a Europa como uma das suas áreas de interesse vital, querendo, em torno dela e no seu interior, estabilidade e segurança. O MEDOC é uma região demasiado próxima da outra Europa, tornando-se,

necessária a contenção das novas ameaças e desafios, que dele advenham, com vista à estabilidade e à segurança europeia. Nele encontram-se recursos essenciais ao Velho Continente, com importância para os EUA, como os hidrocarbonetos e fosfatos, e através dele passam rotas vitais para as suas economias e para a mundial. Por isso, os EUA mantêm a VIª Frota Naval no MED, o que “(...) *ilustra perfeitamente a importância que...atribuem ao Mediterrâneo, e responde ao conceito americano...que reivindica uma presença planetária e continua das forças...de forma a dissuadir...de estar pronto a responder a toda a ameaça...e a beneficiar das informações necessárias nas zonas de risco (...)*” (GERMOND: 2005). Além disso os EUA têm dialogado com alguns países do MEDOC, mormente com Marrocos e com os seus vizinhos. Até a Líbia se tem interessado em solidificar as relações com os EUA, dispondo-se o Cor Muammar Kadhafi a visitar aquele país (DN: 09/02/2009; 56), numa abertura ao Ocidente e na aceitação, em antecipação, ao que parece ser uma política de boa vontade do presidente Obama, voltada para os países árabes, em especial, para o Irão.

Enquanto a Europa vê no Magrebe o seu «vizinho próximo», os EUA vê-o como parte de um MED que vai de Marrocos até ao Médio Oriente. Essa visão dos EUA levou-o a que, em 1994, tentando contribuir para a paz no Médio Oriente, organizasse a I Cimeira Económica do Médio Oriente e Norte de África, inserida no projecto MENA³³. O bom pronúncio desta iniciativa foi obscurecida na III Conferência MENA, em Novembro 1996, no Cairo, pois os Argelinos, Tunisinos e Marroquinos, face à política de Netanyahu para a Palestina, quiseram o seu cancelamento. Em Novembro de 1997, no Qatar, os países da Liga Árabe boicotaram a IV Conferência MENA, congelando a lógica de paz que estava subjacente. A partir daí, os EUA viraram-se para o Magrebe, esforçando-se por mostrar as suas vantagens em relação à Europa. “(...) *Os Estados Unidos são mais do que apenas um parceiro de menor importância para a Europa nesta parte do mundo [Magrebe]. O nosso empenhamento e a nossa influência sobre o curso dos acontecimentos representam uma mais-valia que vai bem além daquilo que é imediatamente visível (...) isto é, em parte (...) porque nós não somos europeus, pois a Europa transporta uma bagagem histórica no Norte de África. A América é um parceiro indispensável em todo o mundo, mas especialmente aqui.*” (GABRIEL: 1998).

Sem querer confrontar a França e a Espanha no seu espaço de interesse e de influência, os EUA, em Junho de 1998, aproveitando o facto dos países magrebins ainda verem naqueles as antigas potências colonizadoras e mostrarem, por vezes, uma certa saturação nas suas relações com elas, através do seu sub-secretário de Estado, Stuart Eizenstat, numa visita à Tunísia e a Marrocos, propôs uma parceria com o Magrebe, conhecido pela US-North Africa Economic Partnership, assente: num diálogo regular a alto nível; no tratamento do Magrebe como uma região própria; na preponderância do sector privado; na dinamização das economias; e nas reformas conducentes à liberalização comercial no interior dos países magrebins e à atracção de investimentos directos. Em 30/04/1999, em Washington, ocorre uma nova reunião, com a presença de elementos do

³³ MENA – Middle East and North Africa

governo de Marrocos, da Tunísia e da Argélia, para discutir o investimento no Norte de África, tendo sido firmados acordos relativos a comércio e a investimento e reactivado o Conselho Americano-Marroquino. Esta dinâmica tem sido mantida pelos EUA, mantendo-se presente no Magrebe e diversificando as iniciativas. Em 1998 os EUA alargaram as iniciativas à defesa, tendo, no Verão de 1998 vendido aviões à Argélia e, mais recentemente, convidado os países magrebinos a participarem em acções de formação militar. Porém, essa iniciativa parece ter esfriado bastante, após os acontecimentos de 11 de Setembro de 2001.

Os EUA nunca deixaram de olhar para o Este. Em 2003 apresentaram a Iniciativa para o Grande Médio – Oriente (IGMO). A filosofia que lhe estava subjacente é que os Estados muçulmanos, devido às suas condições económicas, sociais e políticas estavam sujeitos a uma frustração que os virava contra os Americanos. Bush, na apresentação da iniciativa numa reunião dos G 8, afirmava: *“Enquanto o Médio-Oriente continuar a ser um lugar de tirania e de desespero e raiva, ele irá continuar a produzir homens e movimentos que ameacem a segurança dos Estados Unidos e os nossos amigos. Assim, a América irá prosseguir com uma estratégia avançada de liberdade no Grande Médio Oriente.”* (AL-AHRAM: 29/03/2006). A IGMO, é uma parceria, envolvendo os países que vão do Norte de África, passando pelo Irão e a Turquia, até ao Paquistão, e contemplando medidas: nos domínios políticos, centradas na democratização, no combate à corrupção e na abertura política; no domínio da liberalização económica; no domínio da educação, promovendo a eliminação dos aspectos religiosos dos programas escolares (MOTA: 2008). Essa iniciativa propunha-se modernizar os países do Médio Oriente, promover a democracia, desenvolver os direitos humanos e impulsionar o sector económico. Para além disso, dispunha-se a prestar a pré-assistência eleitoral aos países que tivessem eleições depois de 2006, em que estava englobada a formação do pessoal, a assessoria na elaboração das listas de eleitores, mas não o acompanhamento das votações. A IGMO baseava-se: na existência de uma Declaração de Princípios, incidente sobre os direitos humanos e a promoção da democracia; no tratamento das questões de segurança a nível bilateral ou multilateral e na reflexão da necessidade de outras plataformas de diálogo político sobre a região. Para os americanos essa iniciativa era uma forma de garantir a não proliferação do terrorismo. Contudo, ela foi, nas palavras do Director de Estudos Árabes, Abdel-Ghaffar Chokr, *“(…) fortemente criticada pelos países árabes que recusaram um tipo particular de reforma imposta pelo exterior.”* (AL-AHRAM: 29/03/2006). Hoje em dia praticamente já não se fala dela.

Para além de Gibraltar, o MED está pulverizado de outros 14 estreitos (BORGES: 2007; 63). Comunicando o MED, com os oceanos vizinhos, através de estreitos, afigura-se que o seu controle seja estrategicamente vital para determinados países. O interesse de Gibraltar, por exemplo, é suficiente para que a Inglaterra, não sendo mediterrânica, teime em estar presente no rochedo que o domina, vigiando o MEDOC. Mas também ele é controlado pela própria Espanha, que detém responsabilidades territoriais pelas águas nas suas imediações. E, já agora, pelos EUA pelos acordos firmado com Espanha e Inglaterra. Assim, os EUA, actualmente, controlam, indirectamente, as duas entradas do MED, sendo tal importante, porque: 1/6 do comércio mundial

utiliza as suas rotas e 1/3 dos recursos energéticos são, através dele, transportados (PARREIRA: 2004; 5).

A percepção da África Sub-Saariana é incutida pelo Saara, real fronteira entre o MED e a África Negra. Assim, a África Sub-Saariana olha a outra África como não sendo do seu Continente, mas antes, em sentido restrito, como sendo a extensão de uma Europa e, em sentido lato, como fazendo parte do “norte”. Por seu turno, a África Branca parece encarar aquela outra África com desinteresse. As suas culturas e problemas são diferenciados e cada uma tem-se preocupado em sobreviver no seu próprio espaço e em resolver os seus problemas, muitos deles com fundamento no passado, sem se preocupar muito com os dos outros.

Recentemente, o líder líbio, após a sua eleição, em 02/02/09, como presidente, por um ano, da União Africana (UA), tentou promover uns Estados Unidos Africanos (DN: 03/02/2009; 28). A eleição de Kadhafi para presidir a “*um clube de democracia...*”, segundo Richard Dowden, director da Royal African Society, “(*... diz muito do que os dirigentes africanos pensam*)” (PÚBLICO: 03/02/2009; 13) da sua União. Sendo o único líder da África Branca presente na XII Cimeira da UA, percebe-se essa eleição, pois este ano cabia à África do Norte assumir àquela função. As ausências verificadas são sintomáticas da consideração que os países magrebinos e, num modo geral, o MED africano, têm pela UA. Tal nomeação não agradou a alguns líderes africanos, havendo quem alvitrasse a promoção de uma presidência da África Austral (DN: 03/02/2009; 28).

A percepção do leste, consubstanciada na Rússia, deve ser analisada em dois momentos: antes da GF e após a mesma. Até ao fim da GF, a Rússia via o MED como um todo, onde se tornava necessário fazer o seu “show the flag” através das suas frotas do Mar Negro. Através do jogo psicológico propiciado pelas sua presença militar, garantia o controlo do tráfico marítimo, procurava influenciar os acontecimentos locais e dissuadir os seus principais rivais de fazer o mesmo. Procurava, ainda, garantir o livre acesso naval ao Mar Negro (porto de abrigo de todo o tempo da sua frota naval) e aos mares exteriores (Pacífico, Índico e Atlântico). Após a GF, a Rússia, tem-se preocupado: com a sua presença no espaço que pretende que continue a ser o da sua influência (Mar Negro), em especial quando, às suas portas, antigos satélites seus, como a Geórgia, anseiam e ameaçam aderir à NATO; com a manutenção dos “portos de todo o tempo”, em especial o de Sevastopol, na Geórgia; e em poder utilizar, livremente, as rotas comerciais que vão do Mar Negro, ao Índico e Pacífico. Acessoriamente, esse grande país está preocupado com o alastrar do problema do fundamentalismo à transcaucásia, o que lhe reforça a vontade de se afirmar nesse espaço estratégico. Para a Rússia, a península da Crimeia tem uma importância vital para atingir todos aqueles objectivos. Assim, a sua vontade de estar presente no MED “(*... encontra o seu fundamento numa política czarista de acessos aos mares quentes.*)” (AHMED: 1993; 8), tendo sempre em consideração que “(*... a segurança do mediterrâneo significa fundamentalmente a capacidade de controle político-militar sobre a região.*)” (AHMED: 1993; 7).

A Rússia tem-se concentrado mais no MEDOR do que no MEDOC, não se estranhando que fomenta a aproximação a países como a Turquia e o Egipto. Contudo, tem tido relações comerciais com a Argélia. Tem, ainda, votado, na Assembleia Geral (AG) da ONU, a favor do referendo sobre a autodeterminação do Saara,

como fez em Dezembro de 2004. Por seu turno, o Cor Kadhafi, em 30/09/08, na Rússia, ofereceu, como pagamento de uma dívida antiga, relacionada com a compra de armas soviéticas, um dos seus portos para abrigo dos navios russos. Como foi referido pelos OCS em 17/01/2009, a Rússia aceitou a proposta, não definindo quando tal iria acontecer³⁴. A verificar-se, a Europa será confrontada com a assiduidade daquela potência militar, nas águas que já considera também suas, o que poderá influenciar a estabilidade regional.

A percepção Asiática relativa ao MEDOC deve ser analisada sob as vertentes do Irão e a da Ásia Sul³⁵.

O Irão está preocupado em ser plenamente reconhecido internacionalmente; “(...) *com a garantia de que não será forçada a mudança do seu regime, [com] o fim das sanções económicas que vem sendo sujeito... e [com] a liberdade de aceder à energia nuclear, a exemplo de países sunitas da região onde se inscreve, na qual aspira a um papel regional de relevo (...)*” (SANTOS: Público 05/03/09; 35). Para isso, tenta atrair a consideração das grandes potências e o reconhecimento da sua importância. A sua estratégia passa pelo apoio às minorias xiitas, dos países sunitas, instigando-as contra os seus governos. Ora os países do Magrebe são, maioritariamente, sunitas, podendo o Irão tentar exercer influência nos seus interiores, o que, pela instabilidade que daí resultará e pela vizinhança dessa região à Europa Ocidental, induzirá, nesta, preocupações. No início de Março de 2009, Marrocos cortou relações diplomáticas com o Irão, acusando-o de fomentar no seu país o xiismo (PUBLICO: 31/03/2009). Além disso, o Irão ainda pode impedir o tráfego marítimo no estreito de Ormuz, o que irá interferir com o tráfego petrolífero no MED e, nessa sequência, no do MEDOC. Assim, o Irão tenderá a ver o MEDOC na perspectiva de uma estratégia indirecta para atingir os seus objectivos.

A perspectiva da Ásia Meridional resulta das oportunidades de negócio que podem surgir no MEDOC.

A China tem-se aproximado da Argélia, vendo nela uma fonte de recursos necessários ao seu desenvolvimento económico. Uma vez tem apoiado a causa do Saara, outras vezes tem-se alheado dela, como fez em Dezembro de 2004, ao abster-se na votação, na ONU, de uma resolução sobre a autodeterminação do Saara. Na sequência da revolta Uigur, que ocorreu, no início de Julho de 2009, na província chinesa de Xinjiang, e na qual muitos elementos daquela etnia muçulmana pereceram ou ficaram feridos, Pequim alertou os seus cidadãos, que constituem uma comunidade já numerosa, na Argélia, de que deviam estar preparados para a ocorrência de atentados da facção da Al-Qaeda localizada no Norte de África (PUBLICO: 16/07/2009). Essa comunidade, que ali desenvolve actividades de comércio e tem trabalhado na construção de estradas, nas telecomunicações e na área dos hidrocarbonetos, foi, na verdade, sujeita a uma reacção anómala, por parte dos argelinos, levada a efeito em 04/08/2009, tendo as agressões perpetradas sido interpretadas como uma forma de protesto, por os chineses estarem a ocupar postos de trabalho na Argélia, quando o desemprego afecta 7 em cada 10 adultos com menos de 30 anos (PUBLICO: 05/08/2009). Nessa sequência, a China, protestou junto da Argélia, solicitando-lhe que puna os infractores. Todas essas peripécias conferem a leitura de que a

³⁴ Sobre este assunto consultar <http://www.dawn.com/2009/01/17/int2.htm>. Consultado em 10/02/09.

³⁵ Consultar a Figura 8.

China continua a ter interesses naquela área e que os mesmos são de tal importância, para esse país, que nem sugeriu aos seus cidadãos, face à ameaça de sabotagem, que providenciassem o seu repatriamento.

Os Dragões do Pacífico³⁶, baseando o seu desenvolvimento no crescimento industrial e económico, suportado na produção de bens para a exportação, e assumindo-se como adversários económicos da UE, dos EUA e até do Japão, olham para o MEDOC como potenciais mercados, razão suficiente para ultrapassar as diferenças culturais e sociais que existem. O MEDOC tem sido um destino para os seus produtos, chegando-se até ele pelas rotas aéreas e navais, estas através do Canal do Suez e, consequentemente, do MEDOR.

A percepção dos países da América Latina, quanto ao MEDOC, é influenciada pelas ligações às suas origens. Eles têm privilegiado as relações institucionais, culturais, económicas e de mercado com os países que estiveram na sua génese, e que se situam na margem norte do MEDOC. Quer no âmbito da CPLP ou das Associações Ibero-Americanas, eles vêem na margem Norte do MEDOC a oportunidade para entrar na Europa e, portanto, na UE, mas também no Norte de África. Assim, eles estão interessados em que as relações entre as duas bordas do MEDOC sejam fluidas, pois quanto maior for a sua estabilidade, mais firmes serão os laços entre as duas margens e maior a probabilidade de eles poderem usufruir dos mesmos.

Assim, a importância dada ao MEDOC, no quadro em análise, advém: de ser contíguo ao MEDOR; da importância das relações com a Europa; de ser uma estrada marítima, percorrida por transportadores de matérias essenciais à economia mundial, que ligam o Ocidente ao Índico e ao Pacífico e estes a fontes de recursos estratégicos; dos potenciais mercados aí localizados; dos recursos que nele existem, como os fosfatos e os petrolíferos; de ser um local onde emanam desafios colocados ao mundo.

Vejamos, agora, a importância do MEDOC no quadro regional alargado, limitado: a Norte, pela Europa; a Este pelo MEDOR; a Sul pelo Sahel³⁷; e a Oeste, pelas ilhas dos Açores, da Madeira e das Canárias. Nesse quadro, para a Europa, a importância do MEDOC provem dele lhe proporcionar rotas comerciais vitais, em especial para os países que não têm outra forma de comunicar directamente com um Oceano, como seja a Itália, a Argélia, a Tunísia, a Líbia etc. Os países banhados só pelo Mar Negro,³⁸ em termos de acesso a um Oceano, ainda se encontram mais condicionados, acedendo, obrigatoriamente, a eles através dos estreitos do Bósforo e dos Dardanelos e do MED. Tal explica a importância estratégica que a Turquia dá ao controlo desses estreitos; justifica parte dos conflitos que, ao longo dos tempos, tem inflamado as relações entre esse país e a Grécia; e o incómodo que a Rússia sente em relação àquele país da NATO, pois está em causa o seu livre acesso ao Mar Negro. O MEDOC, para todos esses países, constitui o acesso natural a qualquer Oceano.

Ao longo da GF o MEDOC foi o “flanco Sul” da Europa. O fim dessa “guerra” transferiu as preocupa-

³⁶ Coreia do Sul, Taiwan, Singapura e Hong-Kong.

³⁷ Sahel significa “margem”, e refere-se às terras marginais ao deserto. Engloba: Burkina Faso, Chade, Djibouti, Eritreia, Etiópia, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Senegal, Somália, e Sudão. Sobre o assunto ver o site <URL: <http://www.luventicus.org/mapaspt/afica/sahel.html>>, acedido em 17/02/09. Consultar a Figura 9.

³⁸ Esses países são a Bulgária, a Roménia, a Ucrânia e a Geórgia. Para além destes, ainda usufruem, dessa acessibilidade marítima, a Rússia e a Turquia.

ções, desse Continente, do seu centro para as suas periferias Este e Sul. O MEDOC, adquiriu, assim, uma importância crescente, muito por força da proximidade geográfica entre a Europa e os países do Magrebe. Daí surge a convicção, dos países europeus, da existência, em termos de segurança e estabilidade, de uma interdependência entre as duas bordas. O MEDOC, para o Sul da Europa, em especial para Espanha (distanciada 15 Km de África), é um objectivo político permanente, exigindo cuidados quanto ao seu desenvolvimento e estabilidade, em virtude dessa interdependência conduzir a reflexos nas duas margens.

No MED existe uma dinâmica histórica, conferida pelas trocas comerciais, de conhecimentos, de saberes, de ideias, de valores e, até, de tecnologias. Porém, “(...) *o mundo mediterrânico tem sempre sido dividido por grandes antagonismos: Este-Oeste (Bizantino v.s. Romanos); Norte-Sul (Cristãos v.s. Muçulmanos, riqueza v.s. pobreza, colonizadores v.s. colonizados) e pelas oposições entre três continentes: Europa, Ásia e África*” (ORMANCI: 2000; 5). Apesar disso, grande parte dos países desses Continentes partilham, desde o passado, três factores comuns: espaço, herança e preocupações (SOLANA: 1997). Dessa comunhão, reforçada pelo facto de o MED ser um facilitador do tráfego entre o Norte e o Sul, o Oeste e o Este, ressalta a sua importância. O MED é um eixo que divide e, ao mesmo tempo, une. As diferentes políticas, as abissais disparidades demográficas, as dispare economias, as dissemelhantes culturas, línguas, formas de expressão e religiões dão, ao MEDOC, uma inegável especificidade, bem revista no facto da relativa insegurança e instabilidade vividas numa das margens ou no MEDOR, se fazer sentir na parte ocidental desse Mar. O que advém dessa especificidade tem preocupado a Europa Ocidental, dando importância ao Mar que a banha a Sul. Porém, nem toda a Europa vê o MEDOC de igual forma. Ainda no 2º semestre de 2008, durante a presidência francesa da UE, no decorrer do lançamento, pelo presidente Sarkozy, da “União para o Mediterrâneo” (UM), se percebeu que a Alemanha só aderira ao projecto porque não queria ser ultrapassada por ele, não pretendia que a França assumisse o total protagonismo no seio da UE e não queria arriscar uma divisão no seio da União. A política externa da Alemanha tem estado muito orientada para Leste, servindo-se da UE para a concretizar, como demonstrou o seu apoio ao alargamento da União, realizado em 1 de Maio de 2004, a mais dez países, tendo oito deles pertencido à ex-URSS. Também alguns países da Europa do Norte se têm questionado se o esforço de UE se deveria centrar a Sul se a Leste. Até a Grã-Bretanha (GB), sem se alhear do MED, não se tem empenhado muito nos projectos ali centrados. Em tempos, a GB deu grande importância ao MED e garantiu o seu controlo através da posse de quatro pontos estratégicos para as rotas navais: Gibraltar, Malta, Chipre e Suez. Com o fim dos protectorados, em 1945, a GB ficou, só, com o controlo de Gibraltar, parecendo deixar a outros as preocupações “interiores” àquele Mar, nunca largando aquela coluna de Hércules.

A crise entre a Rússia e a Ucrânia, do início de 2009, quanto aos combustíveis, afectou a Europa, e enfatizou as suas vulnerabilidades, quanto aos abastecimentos de gás, e a sua letargia após a crise análoga de Janeiro de 2006. Relembrou, ainda, a necessidade de se construir o gasoduto de Nabuco, que proporcionará, à UE, o abastecimento do gás natural através da Turquia. Fez, também, sobressair a “solidariedade” da Argélia,

sempre pronta a aproveitar os seus recursos naturais para equilibrar a sua contabilidade. O ministro argelino da energia, Chakib Khelil, em 10/01/09, declarou, em Argel, a disponibilidade do seu país para aumentar os fornecimentos de gás à Europa, nomeadamente à Alemanha, desde que os contratos em vigor o permitissem (PUBLICO: 11/01/2009; 15). Essa crise potenciou, portanto, a importância dos países do Magrebe, mesmo junto daqueles que têm tido uma política de relações externas mais voltada para outras direcções e atraiu a atenção da Europa para a periferia Sul. Tal, poderá despertar a consciência de que, no passado, a *“Europa encontrou a saída principal para a sua expansão na modernização de suas próprias periferias [...] e em sua própria modernização interna.”* (AMIN e YACHIR: 1989; 25-26), e esse poderá ser um caminho de futuro, pois o Sul poderá proporcionar mercados e complexos industriais interessantes e promissores.

Para o Sahel, o MEDOC é o caminho para o “paraíso” europeu. É através dele que, quase diariamente, dezenas de seres humanos têm-se arriscado, jogando as suas vidas e destinos nas mãos de terceiros, nem sempre bem intencionados, passando desertos e utilizando decrepitas embarcações para atravessar a linha de água que os separa e, ao mesmo tempo, os une àquela miragem. À parte a importância que resulta dessa facto, outra não se vislumbra, havendo alheamento desses países, quanto ao facto da existência daquele Mar.

Para o MEDOR, o MEDOC é mais do mesmo: a ligação a oceanos e a outras rotas. Da efervescência sentida naquele outro Mar ressalta a importância do MEDOC, pois ele viabilizará eventuais intervenções, exigidas por crises, e a sua sustentação. A instabilidade que sopra do MEDOR pode afectar o outro MED, pois os países da sua margem Sul não negam as suas filosofias religiosas que, de certo modo, influenciam comportamentos sociais e fazem ressaltar solidariedades com os povos do mesmo tronco, envolvidos a Oriente.

O Canal do Suez, ao viabilizar, com economia de recursos e de tempo, uma das rotas provenientes do Médio Oriente, potencia a importância do MED. Porém, ela é afectada por existir a Rota do Cabo. Essa alternativa tem sido utilizada, mormente quando aquele Canal esteve fechado, devido à sua nacionalização decretada, em Julho de 1956, pelo Presidente Egípcio Nasser e, recentemente, em virtude da acção dos piratas, da Somália, sobre os navios que querem aceder ao Mar Vermelho³⁹. A importância estratégica desse Canal confere, também, importância estratégica ao Egipto, pelo seu controlo sobre ele e pela possibilidade de, a qualquer momento, o poder interditar, o que, pela lei internacional, é ilegal. Da importância desse canal, ressalta preponderância para o MEDOR e, consequentemente, acréscimo de interesse para o MEDOC.

O acesso ao MED pode ser controlado a partir da Madeira e das Canárias. Esse facto confere uma importância relativa ao eixo transatlântico, pois os países que detêm soberania sobre essas ilhas, pertencem a esse eixo, podem controlar a zona de acesso ou de saída ao MEDOC e, como tal, poderão influenciar os fluxos que advêm ou se dirigem para esse espaço. Isso tem importância, pois através do MEDOC passam rotas marítimas de infiltração de drogas e de armas, provenientes ou dirigidas para a África Ocidental e Austral.

³⁹ Consultar a Figura 10.

Já vimos que a importância do MED flutuou de acordo com as épocas e as circunstâncias. No interior desse espaço, tem, também, havido um balanço de importância entre o MEDOC e o MEDOR. Durante a GF, o MED era mais um dos espaços onde se digladiavam alinhamentos designados e previsíveis. Após a GF, os desafios Este-Oeste atenuaram-se, ressaltando a fricção, há muito latente, entre o Norte e o Sul. É assim, imprescindível, analisar a importância do MEDOC, nos dias de hoje, num contexto regional restrito, contemplando estritamente, as margens Norte (Espanha, França e Itália) e Sul (Marrocos, Argélia e Tunísia).

Sendo as rotas marítimas do MED importantes para a margem Norte do MEDOC, a importância por si conferida a este Mar está mais ligada à gestão das crises, das ameaças e dos desafios que advêm da outro lado, pois poderão por em risco a disponibilidade, distribuição e protecção dos recursos que provêm ou transitam naquele espaço e afectar a segurança das periferias dos estados europeus e a estabilidade no seio da sua geografia. “(...) Os Estados do litoral norte têm medo da instabilidade que o Sul representa (sob a forma de terrorismo, da migração maciça, da proliferação de armas de destruição em massa, etc.), enquanto os estados do litoral sul, temem o ressurgimento de uma cultura de projecção da Europa (...) e alimentam alguns ressentimentos para com as políticas económicas (...)” (GERMOND: 2005) que suspeitam esconder vontades neo-colonialistas. Exemplo disso, é o que se passou com a EUROMARFOR, força constituída por Portugal, Espanha, França e Itália, que, tendo sido “(...) criada especialmente para responder a missões de gestão de crise, no quadro europeu..., e cujo perímetro de acção...corresponde à bacia mediterrânica(...) não foi acolhida por certos estados da margem sul (nomeadamente a Líbia e a Argélia) que vêem [nela]uma força destinada a interferir nos seus assuntos(...)”(GERMOND: 2005).

Os países do Norte sentem, assim, que a importância do MEDOC está em ser a ponte entre eles e uma África à procura de unidade e com desafios capazes de afectarem o espaço e a forma de viver europeu. Tais desafios provêm e afectam o desenvolvimento do Sul, podendo ainda influenciar o progresso do Norte.

Possuindo o Ouro Negro, a Argélia, poderia utilizá-lo para incrementar o seu desenvolvimento e contribuir para mitigar as razões da instabilidade de ordem interna que ameaça alastrar aos seus vizinhos. Porém, ao não diversificar as suas fontes de receita, tem comprometido esse incremento, o que aliado às suas políticas internas, vem provocando uma maior turbulência na sua sociedade, ilustrada pelas acções terroristas que ali têm decorrido. Já Marrocos e a Tunísia, não possuindo o Ouro Negro, têm procurado suportar o seu desenvolvimento noutras fontes, como o turismo. Porém esses países, também, têm apresentado problemas políticos e sociais, geradores de turbulências, porventura não tão intensas quanto as da Argélia, mas com expressão, até internacional. Não nos podemos esquecer que, no atentado de Madrid, em 11/03/2004, tomou parte o marroquino Abdelilah Ahriz, detido em Marrocos em 28/01/2008⁴⁰, mas para além deste ainda existiam outros concidadãos seus, todos ligados ao Grupo Islâmico Combatente Marroquino, bem com argelinos, sírios e,

⁴⁰ Consultar <URL: <http://tv1.rtp.pt/noticias/?article=184263&headline=20&visual=9>>

pelo menos, um tunisino⁴¹, o que por si só justifica a forma apreensiva como o Norte olha para o Sul.

O nível de vida superior do Norte é aspirado pelo Sul, o que poderia conduzir à sua europeização. Esse ensejo tem sido contrariado pela opinião dos povos magrebinos, havendo divergências entre os estados, que vêem a Europa como um coadjutor na consecução dos seus objectivos políticos e económicos, e os seus cidadãos, que têm a percepção que o Norte os vê como um “inimigo de substituição”. As convulsões sociais vividas nesses países, as políticas internas seguidas e a inaptidão de gerar consensos, nacionais e regionais, tendentes à unidade, no interior do Estado e entre Estados, têm agravado as dificuldades económicas, arreigadas no tempo, mas também as de gestão de um espaço e de um povo. As conflitualidades latentes, mais ou menos históricas, algumas delas fundadas em aspirações a grandes espaços, têm agravado essas dificuldades.

Sem capacidade para a resolução dos seus problemas, os países do Sul alimentam um sentimento de humilhação, assente no seu passado histórico, e potenciado pelas sequelas das Guerras do Golfo (GG) e dos progressos/retrocessos no processo de paz do Médio Oriente. Eles esperam do Norte uma cooperação sem juro encapotados, para a promoção de um desenvolvimento capaz de satisfazer as necessidades sociais e mitigar as revoltas da sua própria sociedade. O Norte, por seu turno, olhando com desconfiança para o Sul, fator de instabilidade, que pode interferir com o seu próprio desenvolvimento e estabilidade, tem estado mais preocupado, recentemente, em resolver os seus problemas internos, que têm mesmo colocado em causa o princípio de Unidade da Europa, do que resolver os problemas dos Países Terceiros Mediterrânicos (PTM), nomeadamente dos Magrebinos, sem contudo esquecer que pode ser afectado com o que possa advir daqueles países. A importância, do MEDOC, no quadro regional restrito resulta, assim, destas visões, divergentes, resultantes desse Mar aproximar duas realidades tão diferentes mas que podem, mutuamente, influenciarem-se.

III.3. SÍNTESE CONCLUSIVA

A importância que o MEDOC assume, nos planos mundial e regionais, resulta, em muito, do valor conferido às rotas marítimas, aos recursos com valor estratégico determinante e às amplitudes e consequências que podem resultar da instabilidade e da relativa insegurança do lugar. O MEDOC representa uma importância insofismável para o desenvolvimento e para a economia da Europa e do Norte de África, assumindo, também, um valor estratégico para a economia mundial, razões que têm exigido, das principais potências planetária, preocupações acrescidas sobre o que se passa nesse espaço geo-estratégico. E como a instabilidade e a relativa insegurança no MEDOC, pode afectar o desenvolvimento e a economia dos espaços, regionais e alargados, tais preocupações têm sido veiculadas em fóruns de discussão, mas também através da presença física, naquela região, das potências mundiais, e da consciência de que algo se tem de fazer, para se garantir as necessárias condições para que todos vivam de acordo com os padrões universais de decência. Ou seja: em segurança, em paz e nas condições sociais e económicas, que promovam e garantam o bem-estar dos povos.

⁴¹ Consultar http://dn.sapo.pt/2007/03/11/internacional/ja_todos_percebemos_de_repen_te_pum_e.html

IV. AMEAÇAS, RISCOS, FACTORES DE INSTABILIDADE E OPORTUNIDADES

Após a GF, o Mundo tem-se confrontado com riscos, militares e não militares, multi-direccionias e difíceis de prever. Esses riscos também se fazem sentir a Sul da Europa, onde as crises regionais têm induzido consequências naquele Continente. O Magrebe, encontrando-se na sua periferia, apresenta dificuldades económicas, sociais e políticas, fadoras de instabilidade, agravadas por esforços inconsequentes de reformas internas, ataques aos direitos humanos, fundamentalismos, corrupção, tráficos, pressões demográficas e outros factores de crise, surgindo tensões que, não raramente, ameaçam extravasarem para os países vizinhos.

Neste capítulo pretende-se analisar as ameaças, os riscos e os factores de instabilidade que são exalados da margem meridional e a forma como eles podem afectar a Europa Ocidental. Analisaremos, ainda, as oportunidades que podem resultar daquele outro lado do MEDOC e como isso poderá influenciar aqueles outros aspectos que preocupam a margem Norte.

IV.1. AMEAÇAS, RISCO E FACTORES DE INSTABILIDADE

IV.1.1. CONFLITOS ENTRE ESTADOS

IV.1.1.1. O ROCHEDO DE GIBRALTAR

A luta pelo controlo de Gibraltar e pelo acesso ao MED, remonta à antiguidade. O estreito é a porta para um dos mares mais relevantes em termos comerciais, por onde passam a navegação que une o Atlântico aos Mares Negro e Vermelho e as rotas para o Índico e Pacífico. Nele confluem interesses comerciais e militares, fruto da carência de protecção das rotas comerciais e de segurança, face à instabilidade e às ameaças existentes.

Em 1704 uma força naval inglesa apoderou-se daquele Rochedo e, devido à Guerra da Sucessão espanhola, em 1713, o mesmo passou a ser inglês, pelo Tratado de Utrech. Em 1779 a Espanha tentou reaver a sua soberania sobre ele, reclamando-a sempre, desde aí. A sua posse pela Inglaterra foi atestada pelo Tratado de Versalhes, em 1783. Sob a insistência da Espanha, a ONU, em 16/10/1964, convidou os dois países a entrarem em diálogo e, em 16/12/1965, pela resolução 2070 da AG, reitera aquele convite, exigindo-lhes a comunicação dos resultados. Em 20/12/1966, através da resolução nº 2231, a AG exorta à continuação das conversações e ao Reino Unido para reiniciar a descolonização do Rochedo. A Inglaterra tentou contrariar essa resolução, referendando, em 10/09/1967 - data comemorada, por Gibraltar, como Feriado Nacional -, a sua estadia nesse espaço, acto que a ONU declarou, em 19/12/1967, infundado, pela resolução 2353⁴². Em 2002 voltou a haver um referendo, para se decidir sobre a soberania partilhada com a Espanha, sendo obtida, por quase unanimidade, uma recusa a esse ensejo. A partir daí, têm havido conversações entre a Espanha, Gibraltar e o Reino Unido. Em Dezembro de 2004 foi criado um Fórum de Diálogo, com a participação desses

⁴² Todas as resoluções podem ser consultadas no site: <http://www.un.org/documents/resga.htm>.

actores e, em Setembro de 2006, foi assinado um acordo entre eles, no qual a Espanha aceitou: em levantar as reservas sobre a circulação aérea e sobre os procedimentos aduaneiros; em participar na construção de um aeroporto em Gibraltar; na afirmação de acordos roaming; e em viabilizar as comunicações telefónicas internacionais. Por seu turno, a Inglaterra aceitou em pagar pensões aos operários espanhóis que laboravam em Gibraltar até serem impedidos, em 1969, disso. Foi permitida, ainda, à Espanha a abertura, no Rochedo, de uma delegação do Instituto Cervantes (FCO: 2006). Esses acordos não alteram o status-quo da Grã-Bretanha, nem pressupõe a pretensão de Espanha em garantir a sua soberania no Rochedo (GÁLVEZ: 2006; 2-4).

Em 2007, em Gibraltar entrou em vigor uma nova Constituição, na qual a Inglaterra admite o seu direito à auto-determinação, sem deixar de manter a “(...) *a responsabilidade pela defesa, relações externas, segurança interna e da estabilidade financeira* (...)”⁴³ (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY: 2008). Porém, no Capítulo I dessa Constituição, admite-se a restrição desse direito por qualquer “(...) *obrigação (...) baseada (...) na lei internacional.*” (GIBRALTAR GAZETTE: 2006; 7), aludindo-se, assim, ao Artigo X do Tratado de Utrecht, pelo qual a independência do Rochedo só será conseguida com o consenso espanhol. Gibraltar, cujo Chefe de Estado é a rainha Elizabeth II, é a única colónia europeia. Ele tem um estatuto particular na UE, não pertencendo ao espaço Schengen nem ao aduaneiro da União.

Pela situação geográfica de Gibraltar, “(...) *e dadas as facilidades que outorgam os britânicos* (...)” (ROMERO: 2006; 145), esse rochedo é também uma bases utilizada pelas forças norte-americanas, que, utilizando-o, controlam a entrada do MED.

Os acordos de 2006 pressuporiam a normalização das relações transfronteiriças, mas os tempos não certificam isso. Gibraltar tem reivindicado a igualdade de participação nas conversações entre a Espanha e a Grã-Bretanha, fazendo valer a sua posição, como tem demonstrado pela sua abstracção quanto ao acordo bilateral de pescas realizado, em 1998, entre a Inglaterra e a Espanha. O Fórum de Dialogo para Gibraltar, não tendo força normativa, por ser uma iniciativa tripartida dá-lhe um estatuto paritário aos outros parceiros. A Inglaterra, pretende conferir maior autonomia a Gibraltar, com o desacordo de Espanha, que defende o estatuto de “duas bandeiras e três vozes”(GÁLVEZ: 2006; 5), ou seja, uma soberania bipartida, ouvindo-se Gibraltar.

A Grã-Bretanha tem mantido, ao longo dos tempos, o seu status-quo naquele espaço, sob a contínua reivindicação da Espanha quanto à descolonização do mesmo. Em 05/03/2009, a princesa inglesa Ana inaugurou, no istmo entre o Rochedo e a península Ibérica, um hospital, com o seu nome, provocando os protestos espanhóis, durante uma reunião da NATO, em Bruxelas, veiculados pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Angel Moratinos, junto do seu homólogo David Milliband (EURONEWS, 06/03/2009), por aquele terreno ser de “soberania duvidosa” (EL UNIVERSAL: 05/03/2009). Em 15/05/2009, um navio espanhol entrou

⁴³ Sobre o assunto consultar <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/gi.html#Intro>

em águas de Gibraltar, para inspeccionar uns pesqueiros do seu país, tendo sido abordado por um outro inglês, que o intimou a sair dali, o que foi negado (PANORAME: 15/05/2009). Tal incidente foi considerado, pela Inglaterra, como uma violação dos seus direitos e motivou a chamada do adido militar espanhol ao seu ministério dos Negócios Estrangeiros, para se formalizar o seu protesto (GIBRALTAR.GI: 16/05/2009). Assim, as tensões regionais entre os dois países Ocidentais, às portas do MED, parecem estar para durar.

IV.1.1.2. O SAARA OCIDENTAL

Em 06/11/1975, perante uma Espanha paralisada pela eminência da morte do General Francisco Franco (que morre em 20/11/1975), e um equilíbrio diplomático centrado nas boas relações com a URSS e na expectativa Ocidental na ocidentalização de Marrocos, o Rei Hassan II enviou 350 000 (RIQUELME: 2008; 1) marroquinos, à fronteira Noroeste do Saara Espanhol, na iniciativa conhecida por “Marcha Verde”⁴⁴, que levou à entrega daquele espaço àquele Reino e à Mauritânia. Em Outubro de 1975⁴⁵, Marrocos infiltrou tropas no Saara, o que põe em dúvida a pacificidade da sua acção. A Espanha, face à ameaça de guerra e do massacre civil, formaliza, em 14/11/1975, através do “Acordo Tripartido de Madrid”, julgado por alguns como ilegal (MIGUEL: 2006 a); 57), a intenção de abandonar o Saara e retira-se em 28/02/1976, tendo, de imediato, Marrocos a substituído como potencia colonial. A ONU afirma que: *“O Acordo de Madrid não prevê a transferência da soberania sobre o território nem confere a qualquer dos signatários o estatuto de potencia administrante (...). A transferência dos poderes administrativos para Marrocos e Mauritânia, em 1975, não afectam o estatuto do Saara Ocidental, enquanto território não autónomo”* (ONU: 12/02/2002; 2). Além disso, o Acordo de Madrid não foi publicado no “Boletim Oficial de Estado” (MIGUEL: 2006 a); 57).

A invasão, para a Argélia, foi um “casus belli”, mas ela não declarou guerra a Marrocos. Este, porém, em 1979, ocupa o 1/3 do Saara abandonado pela Mauritânia e que lhe pertencia pelo Acordo de Madrid. Marrocos tem levado à fuga do povo saaraui para a região argelina de Tindouf, onde, em 27/02/1976, formou a República Árabe Saaraui Democrática (RASD), reconhecida por 73 países, como a Argélia e a Líbia, e pela OUA⁴⁶ o que, pelo artigo 93.2 da Carta das Nações Unidas (NU), lhe confere o estatuto de Estado Independente. Na sua Proclamação da República vê-se a sua vontade em defender a independência, a integridade territorial e a liberdade de reger as suas riquezas naturais (CNPS: 27/02/2006).

Aquela invasão foi, no altura, implicitamente aceite pelo Ocidente, face ao receio de um Saara prosoviético, e pelos países do Pacto, fruto da preparação feita por Alí Yata, através da visita aos mesmos. Isso explica a inépcia de alguns países, em Dezembro de 1975, perante a Assembleia Geral (AG) da ONU, onde se discutiu essa invasão (MIGUEL: 2005; 2). A ONU tem emitido um elevado número de resoluções, onde

⁴⁴ Vêr Figura 11.

⁴⁵ Em 31/10, segundo uma Cronologia disponível em <http://freesahara.unblog.fr/2007/03/28/chronologie-du-conflict-au-sahara-occidental/> ou em 26/10, segundo o Prof. Dr Carlos Ruíz Miguel (Miguel: 2001)

⁴⁶ O que ocorreu em Fevereiro de 1982 e o que fez que Marrocos abandonasse, em 1985, essa organização.

reconhece, ao povo saarauí, o direito à autodeterminação, mas tem sido incapaz em as fazer cumprir. Tal tem levado a um sentimento de injustiça. *“Se a enorme injustiça, perpetrada contra o povo saarauí, não é reparada, isso poderá não somente deixar em pior estado a principal instituição internacional responsável pela preservação da paz, mas também semear a revolta no seio da população ofendida e constituir uma fonte de instabilidade futura no Magrebe (...)”* (RIQUELME: 2008; 2).

Em 1974, o Tribunal Internacional (TI) emitiu, a pedido da AG da ONU, um parecer, declarando que Marrocos e o Complexo Mauritano não tinham qualquer vínculo com o Saara Ocidental, em virtude da Espanha, em 1884, o ter ocupado após ter firmado um acordo com os chefes tribais. Assim, esse parecer fundamenta a necessidade da aplicação da Resolução 1514 (XV)⁴⁷, da ONU, de 14/12/1960 (ONU: 14/12/1960), em que é reconhecido o direito aos povos à autodeterminação, e a convicção da ilegalidade da usurpação do Saara.

Na procura de soluções, que envolvessem Marrocos e a Frente Polisário⁴⁸ (FP), foram muitas as iniciativas⁴⁹ em que Marrocos parecia colaborar, frustrando de seguida, numa atitude *“(...) que se encontra em flagrante e constante violação do Direito Internacional (...)”* e obrigam as NU a contrariar *“(...) princípios essenciais do Direito Internacional contemporâneo. Em particular a força normativa das resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas, do Conselho de Segurança (...)”* (MIGUEL: 2001). Marrocos tem sabido adiar a solução dos outros, obstruindo o processo, como o fez com o UN Settlement Plan for Western Sahara, lançado em 1991, que preconiza o referendo de autodeterminação apoiado no censo espanhol, de 1973, do povo saarauí (74.000 cidadãos). Face aos protestos de Marrocos, a ONU estendeu esse censo aos marroquinos que residissem, no Saara Ocidental, há mais de seis anos sucessivos ou 12 interpelados, o que favorecia aquele Reino que, aceitando, inicialmente, esse plano, sempre o dificultou. Marcado o referendo para Janeiro de 1992, foi adiado para 1994. Ainda em 1991, criou-se a Missão das Nações Unidas para o Referendo do Saara Ocidental (MINURSO), tendo 1700 militares, 800 civis e polícias e uma reserva de mais 300 militares (MTZ: 2007), para supervisão do cessar-fogo e celebrar o censo e o referendo eleitoral.

Em 1997, sob os auspícios de James Baker II, foram assinados, por Marrocos e pela FP, os acordos de Houston, nunca viabilizados por aquele país. Face ao impasse, James Baker propôs que o Saara pudesse ficar, por cinco anos, com o estatuto de autonomia, sob a soberania de Marrocos, no fim dos quais se executaria tal referendo. Parece-nos difícil, porém, ao fim de tantos anos, ser possível que o referendo se realizasse após aqueles cinco anos. Além disso, a admissão da autonomia, mesmo que limitada, daria razão a Marrocos. Paradoxalmente, a FP aceitou essa proposta e os marroquinos rejeitaram-na em Setembro de 2004, o que configura uma falta de visão estratégica. Se o plano Baker II fosse aceite, poderia haver uma oportunidade

⁴⁷ Conhecida por “Declaração de Reconhecimento da Independência dos Países e Povos Colonizados”

⁴⁸ Frente POLISARIO é o acrónimo de Frente Popular de Libertação de Saguía el-Hamra e Río de Oro, que desde o início de 1970, dá voz aos nacionalistas saarauís, relativamente à libertação do Saara espanhol.

⁴⁹ Sobre o assunto, consultar o “Apêndice 7 - Uma Cronologia para o Saara Ocidental”.

para a democratização do país e a possibilidade de se aproximar da Europa e da UE.

Em 10/04/2007, foi apresentada à ONU uma “*Proposta da Frente Polisário para uma Solução Política Mutuamente Aceitável que Assegure a Autodeterminação do Povo do Saara Ocidental*” (FRENTE POLISÁRIO: 10/04/2007), que preconiza o cumprimento da resolução da AG da ONU nº 1514 (XV) e a execução de um referendo sobre a autodeterminação, no cumprimento das diversas resoluções das NU, nomeadamente da resolução do CS S/Res/1495 (ONU: 31/07/2003). Afirma, ainda, no seu ponto 8, com grande humildade e amplitude, que a FP aceitaria qualquer resultado desse referendo, mesmo o da integração do Saara Ocidental no Reino de Marrocos. A contrastar com esta posição surge a de Marrocos, veiculada em 11/04/2007, através do documento “*Iniciativa Marroquina para a Negociação dum Estatuto de Autonomia da Região do Saara*” (ROYAUME DU MAROC: 11/04/2007). Já o título indicia uma orientação para uma solução limitativa da autodeterminação. Na página 4, Marrocos preconiza um referendo, sob os auspícios das Carta da ONU e das resoluções desta Organização, que incida sobre o estatuto de autonomia da região, o que é uma interpretação redutora dos documentos enunciados e do conceito de autodeterminação. Mais curiosa é a resposta, da ONU, a estas propostas, feita através da resolução CS/1754 (2007), de 31/04/2007. Aí, afirma-se que as negociações se deverão realizar sem qualquer pré-condição, reconhecendo os “(...) *sérios e credíveis esforços de Marrocos* (...)” na resolução do conflito (ONU: 30/04/2007). Assim, a ONU parece admitir a limitação do conceito de autodeterminação à autonomia, ao arrepio do que tem declarado nas suas antecessoras resoluções. Em 06/11/07, Mohamed VI afirmou que o conflito em causa é artificial e que não aceita outra solução para além da autonomia sob soberania marroquina (PAMBAZUKA NEWS: 07/11/2007).

Urge, assim, responder ao seguinte: como efectivar o referendo sobre a autodeterminação, quando uma das partes não viabiliza a negociação aberta e directa, no âmbito do capítulo VI da Carta das NU e não há vontade política para a opção coerciva, no âmbito do capítulo VII?

Na verdade, “(...) *o referendo foi, e continua a ser, uma dessas colossais e tremendas decepções que descredibilizam a ONU*” (RUDY: 2007; 6). A FP, segundo um dos membros do seu secretariado nacional, Salem Brahim Lebsir, quanto à resolução do conflito não vê “(...) *vontade por parte do Conselho de Segurança. A França continua a apoiar Marrocos. (...) E se o Conselho de Segurança não pressionar Marrocos para que aceite um referendo, não [será] (...) o Enviado Especial (...) a resolver o problema.*” (PÚBLICO: 01/06/2009; 16). Marrocos parece considerar que o adiar do referendo, não é tão mau quanto isso e que poderá, assim, atingir os seus propósitos, através da lendária calma árabe e da exasperação da CI. Procurar no TI uma solução, não parece viável, face ao já dito. Porém, a entrega do Saara a Marrocos é um insulto ao direito à autodeterminação e poderia motivá-lo a outros desejos dominantes, incitando a instabilidade regional, pois a Argélia, a Mauritânia, a Líbia e a Espanha não ficariam confortáveis. A guerra, nunca sendo uma solução óptima, também não é uma opção favorável à FP. A luta saaraui poder-se-ia enquadrar no Protocolo Adicio-

nal aos Convénios de Genebra, de 12/09/49, relativo à Protecção das Vítimas dos Conflitos Armados Internacionais, onde se reconhece três tipos de conflitos armados, “(...) *no exercício do direito dos povos à livre determinação consagrada na Carta das Nações Unidas (...)*” (ONU: 1977; Art 1.4.), que são: lutas contra a dominação colonial, contra a ocupação estrangeira e contra os regimes racistas. Marrocos tem umas Forças Armadas (FA) profissionais, bem equipadas e treinadas, superiores, nesse campo, àquelas que a FP têm. A guerra assimétrica poderia ser uma solução para a FP, como foi referido, em Lisboa, por Salem Brahim Lebsir: “*Não queremos voltar à guerra, não queremos romper o cessar-fogo. Mas, se nos obrigarem, o que vamos fazer? (...) Voltar a pegar em armas é uma das hipóteses que temos. (...) preferimos morrer a combater do que ficar ali à espera, em pleno deserto, mais do que 34 anos.*” (PÚBLICO: 01/06/2009; 16). Porém, a FP tem acumulado simpatias pela forma como tem encarado este conflito e por ter abandonado as sabotagens. O voltar a elas não seria bom aos olhos da CI e seria o pretexto para a violência de Marrocos. A solução poderá ser a pressão internacional, no âmbito da ONU, ou expressa singularmente, por uma dimensão de países ou de actores internacionais de declarada importância, como a UE. Esta, porém, tem negociado com Rabat, em matéria de pescas, nomeadamente no que diz respeito a mar saaraui, constituindo-se como co-responsável na exploração de recursos não pertencentes a Marrocos (CAMACHO: 2004; 3). Tal solução implicará, ainda, o apoio à RASD, mormente de assessoria jurídica, área onde tem vulnerabilidades. Contudo, deve-se estar ciente que “(...) *o resultado final é o de uma luta de desgaste político, cujo final pode não estar em uma vitória para uma das partes nem em uma derrota para a outra (...)*” (MIGUEL: 2005; 1).

Em 1981 Marrocos construiu muros a isolar o Saara, para afirmar a sua soberania sobre essa geografia, mas, até à data “(...) *nenhum elemento das Nações Unidas reconheceu essa soberania(...)*” (ONU: 19/04/2006; 14). Analisemos, então, as possíveis razões de Marrocos para tal comportamento.

A invasão de 1975 foi efeito e causa da instabilidade interna e externa marroquina. Marrocos procurou, com ela, atenuar as objecções políticas pela agressão aos direitos humanos, tentando agregar a opinião interna em torno de causa do “Grande Marrocos”⁵⁰ de Allal el Fassi, fundador do Partido Nacionalista Marroquino, e passar a imagem de coesão nacional. Essa ambição está implícita no Artº 19º da Constituição de Marrocos, onde se refere que o Rei garante a “(...) *integridade territorial do Reino em suas fronteiras autenticas (...)*” (REINO DE MARROCOS: 1996), e não nas “fronteiras internacionalmente reconhecidas”. Em 19/02/02, num relatório do SG da ONU foi levantada a hipótese da divisão do Saara entre a RASD e Marrocos. Essa hipótese levantou uma onda de histeria colectiva, contra ela, a favor do Grande Marrocos, e contra a Argélia que apoiou aquela iniciativa (ONU: 19/02/2002; 8).

Aceitar o referendo em causa é embaraçante para o rei, pois o destino do Saara dependerá da vontade de

⁵⁰ Engloba o Saara Ocidental, parte da Argélia, Ceuta, Melilla, Canárias, territórios do Mali e da Mauritânia,

um povo. Se daí surgisse a independência, o poder absoluto do rei teria a exceção do Saara, o que poderia provocar a democratização de Marrocos. Mas poderia, também, levar à constatação do poder vigente: pelos nacionalistas desiludidos com o poder soberano por não os ter conduzido à afirmação no Magrebe, pela absorção do Saara; ou pelos fundamentalistas pela incapacidade do rei em garantir o Saara. Surgiria, então, uma instabilidade política de consequências imprevisíveis. Porém, se Marrocos viabilizasse o referendo daria um sinal, à CI, da sua vontade de se democratizar, o que parece dificultada por nele haver uma monarquia entendida como uma forma de Estado e não como forma de governo (MIGUEL: 2006 b); 174-175). Ao negar directamente o direito à autodeterminação do Saara, Mohamed VI está a ser menos hábil do que seu pai, o que poderá ser audaz (se levar o seu intento para diante) e imprudente (se fracassar nesse propósito). Hassan II enfrentou os espanhóis, reunindo Marrocos em torno do Alcorão. Actualmente a luta no Saara é entre muçulmanos e a congregação alude a hegemonias, o que não cala os democratizadores marroquinos.

O apoio da Argélia à FP, desagradando a Marrocos, é, para a sua segurança, uma questão estratégica. Questões como a ameaça hegemónica marroquina, o controlo de recursos minerais e a preponderância regional, em oposição a Marrocos, justificam aquela afirmação. Em 15/12/2008, o Secretário de Estado, marroquino, do Ministério do Exterior e da Cooperação, Ahmed Lajrif, referiu: *"A persistência argelina em colocar sobre a mesa uma tese obsoleta sobre a questão do Saara, menosprezando a dinâmica positiva em favor da iniciativa marroquina de autonomia, conduzirá de novo (...) ao ponto morto de um conflito que durou demais"*. Afirmou, ainda, que a iniciativa marroquina de atribuir ao Saara o estatuto de autonomia, enquanto proposta *"séria, credível e realista"*, é a solução *"pactuada e definitiva"*⁵¹. A Argélia, por pressão dos EUA (MIGUEL: 2005; 7) tem aconselhado a FP a não enveredar pela violência. Porém, o Secretário-geral da FP, Mohammed Abdelaziz, em 12/12/08, ameaçou voltar à luta armada se Marrocos insistir, *"obstaculizando os esforços para alcançar uma solução pacífica"*⁵². Porém, sem o apoio financeiro da Líbia, a FP está numa posição delicada. A sua vertente política ou diplomática não tem tido grande iniciativa. A sociedade civil saaraui pode estar a consolidar-se, mas a sua capacidade diplomática deixa muito a desejar.

IV.1.1.3. CEUTA E MELILLA

Os territórios de Ceuta e Melilla estão juridicamente ligados a Espanha desde que o Imperador Diocleciano (284-305) criou a *diocesis* de Hispania, que compreendia, entre outras *provinciae*, a Mauritania Tingitana, hoje correspondente ao Norte de Marrocos. Com o colapso do império Romano do Ocidente, Bizâncio ocupa a Hispania, e os reis hispano-visigodos tentaram reaver esse território, a todo o custo, mesmo apoiando a conquista muçulmana, como aconteceu com o conde hispano-visigodo de Ceuta, Dão Julião, no ano de 710 d. C.

⁵¹ Sobre o assunto, consultar: <http://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/2008/12/15/marrocos+acusa+argelia+de+impedir+solucao+a+conflito+sobre+saara+3210185.html>

⁵² Idem nota 51.

Ceuta e Melilla foram reconquistadas, pelos reinos que reivindicavam a antiga Hispania Goda, aquando a reconquista cristã. Hoje a Espanha continua a evocar direitos, baseados no passado, sobre esses territórios, tal como Marrocos, que a eles se refere como “cidades ocupadas” ou “enclaves”, e cuja legitimidade da sua pretensão se baseia num nacionalismo agressivo.

Aos desejos marroquinos opõem-se a tenacidade de Espanha, a atitude do povo dessas cidades, a dificuldade em alicerçar na lei as suas pretensões e a ratificação internacional das fronteiras. Nelas, as tensões estruturais relativas às fronteiras, à segurança, à economia e à imigração conjugam-se com modelos coloniais, como os de carácter institucional e demográfico. Assim, Marrocos tem acusado a Espanha de ter, nessas cidades, práticas coloniais, tais como a imposição de estatutos reguladores da autonomia e castradores da capacidade legislativa e das responsabilidades, normalmente detidas pelas outras regiões espanholas. Alude, ainda, ao facto de uma expressiva parte da população dessas cidades ser constituída por marroquinos, integrados na sociedade local e naturalizados, pela “lei dos estrangeiros de 1985”, ou pela via da reunificação familiar e que têm aumentado a sua influência na política local. Marrocos tem procurado influenciar o futuro político dessas cidades, através dessas gerações, em especial da muçulmana, na qual é sempre possível encontrar coadjuvantes. A monarquia marroquina tem dificultado o advento de correntes políticas que se oponham às suas pretensões expansionistas e à tentativa de controlar aquelas cidades. Marrocos tem, nelas, tentado controlar as mesquitas, mas também tem custeado peregrinações a Meca, concedido bolsas de estudo universitárias e concedido “(...) *livros específicos de registo civil em Fnideq e Nador* (...)” (PEREZ: 2008; 3), exercendo a sua influência progressiva e discretamente, para não gerar medos escusados, numa população que ainda valoriza a língua e a nacionalidade espanhola e num território onde os partidos ou associações pró-marroquinas têm tido dificuldade em se afirmar. O aumento da população árabe nessas cidades e o seu sentido agregador, em especial da vertente berbere, mais sentida em Melilla, tem sido visto por Espanha como um risco, face à dúvida quanto à lealdade desse povo à coroa espanhola e às implicações diplomáticas, com Marrocos e Argélia, que poderão surgir com a afirmação da especificidade berbere.

Ceuta e Melilla, sendo povoados por uma alta taxa de muçulmanos, são as únicas regiões, do Norte de África, com um sistema político assente na democracia ocidental. Neles existem liberdades e direitos estranhos ao dia-a-dia marroquino, como sejam o papel da mulher na sociedade e as liberdades de associação e de imprensa. Por isso, Marrocos vê-os com uma ameaça à sua segurança, pois deles podem surgir evoluções políticas que poderá não controlar. Além disso, a diferença de nível de vida entre os dois lados das fronteiras, tem incitado a juventude marroquina a emigrar para essas cidades, vendo nelas a porta para o oásis europeu.

Espanha poderia utilizar essas cidades como focos de progresso no Norte de África, mas sem investir, em Ceuta, num adequado aeroporto e não se melhorando as capacidades do porto de Melilla, isso não será viável. Marrocos tem seguido a estratégia de diminuir a importância dessas cidades, através da redução da monta dos

seus portos, alterando, assim, os fluxos do comércio. Os 19 Km² de Ceuta e os 12 Km² de Melilla são importantes para a Espanha e para Marrocos. Estas duas cidades, em conjunto com as ilhas Chafarinas, Perejil e Alborán, com a costa da península Ibérica e com os rochedos de Vélez e Alhucemas transmutam a entrada do MED num grande “lago Espanhol”, onde as soberanias são postas em dúvida por Marrocos. Isso provoca problemas com a Espanha, relacionados com o meio ambiente, com o controlo das pescas e com a vigilância marítima. Marrocos até já “(...) violou a integridade territorial espanhola no Norte de África em duas ocasiões em apenas dois anos.” (MIGUEL: 2006 c); 2), sem que alguma vez a Espanha reagisse: Uma delas, em 2004, com a concessão da exploração petrolífera ao largo de Melilla e a outra, em 2005, quando Espanha verificou, ao reparar o fosso de Melilla, que Marrocos ocupou um espaço territorial daquele país.

Pertencendo Espanha à NATO e Marrocos à UMA, organizações que garantem intervir na defesa dos seus membros caso ocorra um ataque a um deles, surge-nos a incerteza do que sucederá se este último país intentar uma nova “marcha verde” sobre aquelas cidades, e aquele outro defender os seus interesses, como indiciam estes factos: em 2002, Espanha usou a força para reaver as ilhas Perejil, então ocupadas por Marrocos e em Novembro de 2007, numa afirmação da sua soberania sobre Ceuta e Melilla, o Monarca espanhol visitou esses territórios, provocando fortes protestos de Marrocos. A tensão aqui tratada envolve um país Europeu e, a concretizar-se esse cenário, tornar-se-á num conflito de efeitos catastróficos.

No preâmbulo do “Tratado de Boa Vizinhança, Amizade e Cooperação com Marrocos”, assinado por esse país e Espanha, alude-se à “(...) vontade comum de reforçar ainda mais as relações políticas bilaterais e (...) de inaugurar uma nova era de solidariedade (...)” (MARROCOS E ESPANHA: 1993; 1). Isso exige, sobretudo, garantias de segurança e a intangibilidade das suas fronteiras. Marrocos, nesse campo, não tem sido virtuoso, como ilustra a sua atitude perante o Saara Ocidental, a Argélia e a Espanha. A solução das tensões relacionadas com Ceuta e Melilla poderá passar pela imposição das resoluções das NU sobre o Saara Ocidental. Ou, seja: “*Ceuta e Melilla defendem-se no Saara Ocidental*” (MIGUEL: 2006 c); 3).

Marrocos parece acarinhar a sensação de que o seu espaço encontra-se sob a pressão de Espanha, firmada na posse daquelas cidades, e da Argélia, com a continua contestação da ocupação do Saara Ocidental. Ceuta e Melilla dão profundidade a esse sentimento e induzem, em Marrocos, a necessidade estratégica de estreitar os vínculos com a França e a UE, e um intenso nacionalismo fundado num mal estar com a Espanha e a Argélia.

IV.1.2. CONFLITOS FRONTEIRIÇOS

Enquanto no Médio Oriente, as fronteiras foram definidas no séc. XX, as do “(...) *Magrebe suficiente húmido*(...)” (LACOSTE: 2006; 219) e povoado, datam do séc. VI-VII, sendo retomadas no séc. XIX, altura em que também foram traçadas as do Magrebe Saariano.

Na fronteira Oeste argelina, na intercepção da sua linha com o Atlas, a cerca de 120 Km do MED, inicia-se um traçado sem consensos entre a Argélia e Marrocos. Os desacordos iniciaram-se em Setembro de 1963,

quando Marrocos quis espalhar-se para o oásis de Figuig, confrontando-se com forças argelinas⁵³. Aquela fronteira foi traçada antes do tratado de Algeciras (1906), que não permitia à França alterar aqueles limites.

As minas de ferro, descobertas antes da independência da Argélia e de Marrocos, só tiveram interesse estratégico para este país, após a II GGM, com o surgimento dos navios de grande calado. Em 1963, em Ifrane, Marrocos e a Argélia fazem um acordo, em que o primeiro reconhece a fronteira oeste, com o traçado de antes da independência, dando a jazida de Garaa Djebilet à Argélia, e o segundo reconhece os direitos de Marrocos sobre o Saara Ocidental, mais tarde abandonado pelos espanhóis. Acordaram, ainda, na edificação de uma siderurgia na costa atlântica marroquina, ligando-se àquelas minas por via férrea. A prisão e entrega, pela Argélia ao rei Hassan II, de alguns opositores marroquinos, fez com que a facção política destes bloqueasse, no parlamento marroquino, a aprovação desses tratados, acusando o rei de ter vendido barato parte do seu reino, o que fez o monarca adiar *sine die* a ratificação dos mesmos. Como resultado, o presidente Boumédiène, afirmou que as aspirações marroquinas sobre o Saara eram descabidas e que os saarauís tinham de se pronunciar sobre a sua autodeterminação. Marrocos argumenta, com orgulho de um estado milenar, que foi um protectorado francês, portanto, provisoriamente sob a sua jurisdição, enquanto a Argélia, sendo um Estado recente, foi uma colónia, inicialmente destinada a integrar a França. E, por esse facto, a França “(...) *estendeu o território argelino em detrimento de Marrocos, mas também da Tunísia, da Mauritânia, do Mali e do Níger.*” (MANSOUR: 2002; 6), sendo Tindouf, Touat, Saoura e Tidikelt reivindicadas por aquele reino, mas também o Saara Ocidental. Sendo um estado milenar, os seus territórios têm origem na história, enquanto as fronteiras da Argélia têm origem no século XIX. Este argumento opõe-se à intangibilidade das fronteiras, fundamentado nos limites estabelecidos pelos colonizadores. Para ele, “(...) *após a reintegração do Saara, impõem-se recuperar os territórios espoliados, aos confins das fronteiras argelinas, jamais definidas.*” (MANSOUR: 2002; 7). É de realçar que o Saara Ocidental também é um assunto de fronteiras, influenciador das relações entre Marrocos e Argélia. Para a Argélia, a questão do Saara é estratégica. A posse da região por Marrocos aumenta o seu contacto com aquele país e amplia a probabilidade de haver conflitos. Além disso, um Saara Ocidental independente é uma oportunidade da Argélia ter uma saída para o Atlântico e, portanto, de escoar, mais facilmente e economicamente, os seus produtos petrolíferos.

Em 1994 a Argélia encerrou as suas fronteiras terrestres com Marrocos, em virtude daquele país ter culpado uns argelinos por um ataque terrorista em Marrakech. Em resposta, Marrocos passou a exigir a emissão de autorizações especiais para a entrada de argelinos no seu reino, tendo suspenso essa obrigação em Abril de 2004, o que foi classificado pelo ministro tunisino Habib Bem Yahya, como um “(...) *significante progresso que contribuirá para incentivar a consolidação de pontes de reaproximação (...) entre os dois povos frater-*

⁵³ Ver Figura 12. Nela pode-se verificar que parte da fronteira se encontra como estando indefinida.

nais de Marrocos e da Argélia (...).” (ARABICNEWS: 08/04/2004). Em resposta, a Argélia, em 2005, também supriu a necessidade de vistos para os marroquinos que queriam visitar a Argélia. Contudo, só em 17/02/09, as fronteiras dos dois países se abriram, por curto espaço de tempo, para dar passagem a um comboio de ajuda alimentar, que partiu do Reino Unido com destino à Faixa de Gaza (GLOBO.COM: 17/02/2009). Em Janeiro de 2008, num discurso comemorativo da sua entronização, o rei Mohammed VI convidou a Argélia a abrir as suas fronteiras, afirmando que *“Esta medida unilateral é vivida pelos dois povos como uma sanção colectiva incompatível com os seus laços de fraternidade histórica, as exigências do seu futuro comum e os imperativos da integração do Magrebe.”* (PANAPRESS: 01/08/2008). Em 22/03/2008, o ministro argelino, Yazid Zerhouni, declarou que *“(...) o problema da circulação nas fronteiras argelino-marroquinas não constitui uma questão isolada, (...) não se pode dissociar de uma aproximação global que queremos conseguir no Magrebe.”* (NOTIEMAIL: 22/03/2008). Em 19/01/2009, Mohammed VI, numa mensagem enviada à Cimeira Árabe do Kuwait, reitera a sua pretensão, afirmando que *“(...) está longe de banalizar este objectivo e reduzi-lo a qualquer vantagem ou a um interesse exclusivo.”* (PANAPRESS: 20/01/2009). Parece, assim, que Marrocos entendeu que a abertura das fronteiras facilita a gestação de mercados mais amplo e, portanto, *“(...) mais atractivos para os investidores europeus (...)*” (LEÓN: 2004; 3) sendo o investimento estrangeiro importantíssimo para a modernização da sua economia.

Refira-se, ainda, que a Argélia só tem, com a Líbia, um acordo de entendimento sobre o traçado das fronteiras, de Bir Romana para Sul, o mesmo se passando com Marrocos, em relação à sua fronteira Ocidental.

A Tunísia não concorda com a Líbia quanto às plataformas continentais, apesar do Tribunal Internacional de Justiça ter dado, em 1982, razão aos protestos líbios, quanto a este assunto e reiterado isso em 1985. Contudo, a Tunísia tem superado esses desacordos, através das boas relações com os seus vizinhos, em especial com a Argélia, tentando equilibrar a balança de poderes regionais. Em 1985, a Líbia expulsou trabalhadores tunisinos do seu território (METZ: 1987; 232-2359), tendo a Tunísia respondido com a expulsão de diplomatas líbios. Face a isso, a Líbia, estigmatizada pela recusa, da Tunísia, em 1972 e em 1975, de unir o seu território ao dele, viola as fronteiras tunisinas, o que fez a Argélia deslocar tropas para junto das suas fronteiras leste, numa clara demonstração de força. Assim, no Magrebe, as fronteiras são, ainda, razão de discórdia e tensões.

IV.1.3. TERRORISMO

Após a paz imposta pela ameaça da destruição global, à calma dos anos 90 sucedeu a incerteza de um futuro, em que a luta maniqueísta, despertada em 11/09/2001, materializa a pior ameaça deste século e põe em dúvida uma CI assente em regras, face à carência de uma guerra contra o terrorismo, cuja vitória é incerta. A Europa tem sido atraída para ela, por apreensões securitárias que, aliás, são aquelas que deram origem à sua União e que legitimam a partilha de princípios e a alienação de soberania.

No Magrebe o terrorismo não sendo, na essência, epifenomenal⁵⁴, utiliza a máscara da ideologia para atingir objectivos políticos fundados em antecedentes políticos. O Islão “(...) *pode estar a ser usado como veículo retórico para justificar essas acções, nas não é nem a sua causa nem a explicação.*” (JOFFÉ: 2007; 2). Porém, “*O problema do terrorismo não é um problema do islão, é um problema de alguns muçulmanos (...)*” (BARLAS: 2008; 9). Ali, como em outra parte do mundo, grupos, através do acto terrorista, influenciam o debate público e persuadem os seus apoiantes da sua eficácia. A consequente guerra ao terrorismo que têm provocado, é para eles admissível, face à persuasão que obtêm no mundo muçulmano.

Sendo o Estado a única entidade com autoridade para impor a ordem social e que define as éticas nacionais através das leis, também no Magrebe se verifica a ambiguidade entre os actores não estatais terroristas e aquele outro, pois querendo obter coercivamente, objectivos políticos, não lhes são, contudo, reconhecidos os direitos inerentes ao Estado. Essa ambiguidade agrava-se quando os objectivos políticos são de ordem ética e moral, como ali acontece, levando a dilemas profundos que, na procura de respostas, podem ser motivos para a afirmação de ideologias de resistência e rejeição, face à inépcia de outras alternativas. Alguns dos dilemas que, no Magrebe, ocorrem são os seguintes: Quais as consequências de não se cumprir, por opção moral, uma ordem do Estado, mesmo que ela seja a expressão do seu poder? Como se poderá alterar os princípios de acção estatais, quando se sabe que não há processos políticos que os possam modificar? Como encarar o comportamento do Estado que emana a percepção de sujeição a potências Ocidentais, o que é inaceitável para o muçulmano? Como actuar perante actos estatais, atentatórios da cultura popular? Mais importante do que a verborreia dos actores não estatais, justificativa dos seus actos, é entender o que lhes deu origem. E enquanto não for encontradas as respostas àqueles dilemas, contesta-se a legitimidade dos Estados em actuar em nome dos seus cidadãos o que tem provocado, naquele espaço, confrontos entre actores estatais e não estatais, como acontece em Marrocos, em que parte do seu povo discorda da adopção de valores ocidentais que põem, segundo a sua opinião, em causa os valores islâmicos⁵⁵. No Magrebe, aqueles actores têm agido assimetricamente e com violência infinita, exposta nos alvos eleitos e nas vítimas provocadas, num paradigma que parece ser o de “ninguém é inocente”, ou o de “elas são um mal necessário” face aos objectivos a obter.

No Magrebe, o terrorismo orienta-se por agendas domésticas. As acções perpetradas, na Europa, por terroristas magrebinos, relacionam-se com situações internas dos países do Norte de África. Os ataques, em 1995 e 1996, às estruturas de transportes e aos correios parisienses, feitos por elementos do Grupo Islâmico Armado (GIA), visaram alertar o Mundo para os assuntos daquela região.

A profissionalização dos grupos terroristas, como seja a do Grupo Salafita para a Prédica e Combate,

⁵⁴ O terrorismo epifenomenal é aquele que se deixa conduzir pelos seus próprios fins, onde o acto é, em si mesmo, o objectivo e a sua justificação, mesmo se justificado por uma ideologia recôndita (JOFFÉ: 2007; 8).

⁵⁵ Em 16 de Maio de 2003, em Casablanca, um atentado suicida provocou 45 mortos, penalizando a assumpção por Mohamed VI de uma posição pró-ocidental.

actualmente denominada “al-Qaida do Magrebe”, tem os feito aderir a uma “(...) *praxis de preempção* (...)” (JOFFÈ: 2007; 18), mais bem planeada e apoiada, assente numa maior violência e, por vezes, no suicídio, metamorfoseando a organização jihadista, orientada para a luta agregadora contra a influencia externa na região, numa outra que utiliza, no palco islâmico, o terror contra objectivos creditados como repletos de tirania e de corrupção. A al-Qaida do Magrebe, tendo, em 2006, anunciado a sua afiliação à al-Qaida, e tendo declarado a guerra “(...) *contra as cruzadas do Oeste* (...)” (USDD: 2009) é, nesse espaço, a afirmação da inspiração salafi-jihadii, na qual os objectivos políticos são legitimados na religião, mesmo que, para a sua concretização, se recorra à violência. Essa inspiração submete os códigos e as práticas de cada país muçulmano, ao direito islâmico. Ora a convicção nesse direito é abalada, quando, nos países magrebinos, os comportamentos dos seus governantes nem sempre se pautam por ele. A corrupção, a não partilha com os mais necessitados, a defesa dos interesses particulares em prejuízo do colectivo, são visto como atentados à UMMA e à Tradição. Aliás, o relacionamento próximo com o Ocidente, no pensamento islâmico, pressupõe a subalternização dos seus países o que contraria a Lei, segundo a qual só muçulmanos governam os muçulmanos. Tal infracção, na perspectiva salafista, obriga a uma Jihad (guerra santa) contra os muçulmanos permissivos. E quem não o fizer, será apostata (kuffar), merecendo a morte, tal como é preconizado pela sharia. “(...) *uma jihad direccionada para os governos muçulmanos corruptos que são coniventes com a influência ocidental é um imperativo para proteger o mundo muçulmano e os próprios muçulmanos precisam de expiar a sua apostasia se não aceitarem estas obrigações, porque, caso não o façam, o mundo muçulmano estará em pecado* (...)” (JOFFÈ: 2007; 14). Em 1998, o primeiro partido político islamita do Magrebe (Front Islamic du Salut -FIS) (DUARTE: 2007; 157) determinou que os defensores, na Argélia, da secularização, modernização e ocidentalização da sociedade, obstavam ao Estado islâmico e à aplicação, da Sharia, pelo que deveriam ser considerados inimigos e ser ceifados. Tal foi incrementado pelos mujahedin argelinos, que combateram no Afeganistão e regressaram à Argélia. Essas ideias, contudo, fizeram resvalar a FIS para o terrorismo.

Desde 2007 a al-Qaida do Magrebe tem, no seu *modus operandi*, privilegiado os terroristas suicidas, numa mostra de que “(...) *os terroristas sempre adaptaram o seu objectivo e a sua estratégia para alcançar os seus fins* (...)” (BOTH: 2009; 7), estendendo a sua acção aos territórios marroquinos, argelinos e tunisinos, atacando alvos governamentais e outros que configuram interesses ocidentais. “(...) *a marca Al-Qaeda tem-se afirmado em novos e velhos mercados, como sucede no Magreb, onde funcionam diversas organizações sobre fronteiras de nulo significado islâmico.*” (LIBERATAD DIGITAL: 16/04/2007; 2). A transnacionalização deste fenómeno aconteceu não só por razões operacionais. Inicialmente ocorreu por necessidades logísticas. Hoje em dia é mais utilizada para publicitar, ao mundo, problemas regionais. Nos anos 90, grupos islamitas argelinos oponentes do governo, teceram redes logísticas na Europa, especialmente em França, no seio de comunidades emigrantes e nacionais franceses de origem norte-africana, e que foram,

posteriormente utilizadas em atentados, atratores da atenção da CI sobre o ambiente interno argelino. Nos fins da década de 90 e princípios deste séc., a França denunciou a existência, em Inglaterra, de estruturas logísticas da GIA, tendo havido, nesse âmbito, desde 2002, extradições (JOFFÉ: 2007; 20).

Os governos dos países magrebinos têm respondido a estas ameaças com a acção das suas forças de segurança. A Argélia, em 2008, matou, feriu ou prendeu cerca de 1000 terroristas, e em 2007, cerca de 1100, tendo havido naquele ano cerca de 295 ataques terroristas e em 2007 cerca de 218 (USDD: 2009). Em 2006, Argélia libertou cerca de 2500 presos condenado por terem pertencido a grupo radicais ou terem tomado parte em atentados, numa tentativa de reconciliação com a sua sociedade mas também (...) *no contexto de uma política potencialmente nefasta de concessões que tão maus resultados tem dado (...)*” (JESÚS: 2008; 6). Tal acção foi amplamente contestada, quando em Abril de 2007 ocorreram atentados, naquele país, com cerca de 33 vítimas mortais, e nos quais participaram alguns elemento libertados. Na verdade, a simples libertação de presos não é sinónimo de reconciliação. Na sua reintegração na sociedade é que reside a dificuldade e o fulcro do terrorismo magrebino. Numa sociedade onde existem fracturas que provocam o deserdar da vida social, política e económica, tais reintegrações quase não existem. Esses elementos dão o seu grito de desespero aderindo às fileiras terroristas, vendo nisso uma alternativa ao futuro sem esperança.

Após os ataques terroristas em Casablanca, em 2003, Marrocos parece ter incrementado a sua acção contra esse fenómeno. As múltiplas prisões que nesse reino se têm verificado, têm sido vistas com agrado pelos Ocidentais, como exemplos dos esforços desse Reino contra essa ameaça, mas também, por outros, como o aproveitamento político para reduzir a oposição interna. Em Fevereiro de 2008, Marrocos desactivou uma célula terrorista denominada Belliraj dissolvendo, em consequência, o Partido da Civilização Alternativa (Al Badil Al Hadari) e detendo um elemento do Partido da Justiça e Desenvolvimento (JESÚS:2008; 2). Com essas atitudes, Marrocos talvez procure desmentir a ideia de que tem algo a ver com a preparação dos ataques perpetrados em 11 de Março de 2004, em Madrid, como foi alvitado pelo antigo Ministro do Interior Marroquino, Driss Basri, numa entrevista que deu ao diário espanhol ABC, em 30 de Maio de 2004, onde afirmou que esses actos bárbaros “(...) *foram concebidos em Marrocos.*” (MANSOUR: 2004; 6).

A Tunísia parece encarar a luta contra o terrorismo de uma forma não isenta de violência, mas assistida de projectos de desenvolvimento económico e social, tentando banir os ambientes propícios ao fundamentalismo e aos grupos terrorista. Por lei, tem proibido a geração de partidos políticos baseados na religião (UNDD: 2009) e de grupos que constituam ameaça terrorista. Porém, a oposição tem referido que, nesta guerra, tem havido ofensas aos direitos humanos, e que a mesma tem sido utilizada para calar vozes discordantes.

Os países magrebinos parecem empenhados na luta contra o terrorismo, mas existe uma “(...) *desafortunada ausência de cooperação institucional em matéria anti-terrorista entre esses Estados (...) que supõem um alto preço para esses países, mas também para os vizinhos imediatos (...)*” (JESÚS: 2006; 14-15).

Existem pensadores que consideram não haver fundamento para que qualquer dos riscos transnacionais, com origem na margem Sul, possa ser considerado como “(...) *real ameaça para a segurança do Norte* (...)” (JOFFÉ: 2002; 95), mas o simples facto de um braço da al-Qaid ter uma base territorial tão próximo da Europa, como nunca na sua história, e utilizar a margem norte para as actividades logísticas, para as seus atentados e propaganda, traz instabilidade ao Velho Continente e uma sensação de insegurança, não obstante a percepção de que o sucesso dessa organização no Norte de África ser consequência do sucesso da ofensiva europeia contra o terrorismo. No Norte de África ela tem acesso a comunidades com facilidade de circulação pela Europa, “(...) *de condições modestas, que não têm meios de sobrevivência, que se envolvem mais facilmente no misticismo e que são prestes a tudo, no momento que lhes é prometido o paraíso.*” (BASRI: 2004; 8). Aquela facilidade, associada à fidelização ao fundamentalismo, tem provocado apreensões à Europa, atenta ao que se diz, mais do que às razões do fenómeno. Seres sedentos de motivos que façam sentido na sua vida, têm deixado germinar sementes de violência lançadas por entidades que eles consideram como as suas vozes. Uma delas é o numero dois da al-Qaeda, que em 20/09/2007, num vídeo, pediu ao povo do Norte de África que “(...) *livrem o Magrebe dos filhos de franceses e espanhóis*(...) *A recuperação da Andaluzia é um dever para a nação em geral e vocês em particular.*” (DIÁRIO PORTUGUES: 20/09/2007).

O terrorismo, existente no Sul, preocupa o Norte, pois: pode ser importado, através de conflitos étnico-religiosos, aticados nas comunidades de imigrantes magrebins em que islamitas se confrontam com islamitas; pode ser utilizado pelos imigrantes que se consideram ostracizados e com percepções diferentes das que têm a comunidade onde estão implantados (mas nem sempre integrados), como parece ter sido o caso dos desactos provocados, no início deste século, por imigrantes islamitas no sul de França; pode incrementar o crime organizado, para obter proventos necessários às suas acções. Aliás o terrorismo está intimamente ligado ao crime organizado e torna-se perigoso quando tem acesso às armas de destruição massiva (ADM).

O Magrebe, face à relativa instabilidade e pobreza, tem sido palco do terror e do terrorismo. A solução não passa pela “guerra contra o terrorismo” mas pela resolução das situações nefastas, sociais e políticas. Esse fenómeno está muito ligado ao fracasso do progresso na região, pelo qual os governos são “(...) *tão culpados quanto os seus congéneres ocidentais.*” (JOFFÉ: 2007; 21). Os Índices de Desenvolvimento Humano dos países magrebins, nos últimos anos⁵⁶, são baixos face ao dos países do Norte e os progressos de desenvolvimento têm diminuído (UNDP: 2008; 25-28). Contudo, torna-se perigoso para a Europa, sob a pressão do que pode advir do terrorismo magrebino, ceder, sem ponderação, às reivindicações do Sul, pois este por razões específicas, pode desejar que o terrorismo se transnacionalize, passando a imagem de lutar contra isso. Por outro lado, o Norte também não pode esquecer que o terrorismo tem tido, por motivações nacionalistas,

⁵⁶ Para melhor análise propõem-se a consulta do Apêndice 8.

um certo espaço de gravidade no seu interior. A Espanha tem sido o exemplo mais comum e mais violento, mas Euskadi Ta Askatasuna (ETA) tem ainda desenvolvido a sua actividade em França, considerando esses países como “inimigos” (JN: 26/05/2009). Resta saber até onde podem ir as estratégias dessa organização.

IV.1.4. FUNDAMENTALISMO

Parte do mundo magrebino, fruto das sentidas desigualdades económicas, da variedade de respostas à realidade social e política e da consequente fragilidade no seu tecido interno, vive na desilusão do quotidiano e na angústia do futuro. Surge, então, a rejeição dos regimes políticos nacionais, sob o epíteto de corruptos, e a saudade do pretérito, emergindo a ambição do retorno ao áureo e a afirmação do fundamentalismo, como instrumento de revolta e de vontade de mudar. Ser fundamentalista, porém, não significa o apoio ao totalitarismo e a defesa da violência e, muito particularmente, do terrorismo. “(...) *alguns (muitos?) muçulmanos se identificam com várias premissas fundamentalistas, sem no entanto apoiarem o seu carácter totalitarista(...)*” (AMBY: 2003; 2). A dúvida reside na quantificação dos elementos que confirmam esta tese.

O fundamentalismo islâmico, em si, não se confunde com o islamismo. O “(...) *Islamismo não é uma religião monolítica (...)*” (DN: 10/08/2008, 2-4), pois nela professam moderados e fundamentalistas. O islamismo global gere todos os actos da vida do cidadão, mas não é partilhado por todos os muçulmanos, havendo quem advogue o coadjuvar da religião com a modernidade, sendo aquela uma fonte espiritual delimitada ao foro pessoal e da fé. O Islamismo nunca foi um Estado, uma identidade ou uma política, mas sim uma religião. O fundamentalista, porém, procura nela a essência de tudo. Assim, “*Talvez o maior desafio para o Ocidente e NATO seja a forma de lidar com papel do Islão e do nacionalismo, ao longo do Mediterrâneo litoral. Hoje, o factor islâmico está a desempenhar um factor fundamental na equação da segurança Mediterrânica (...)* como uma força motriz para a mudança, talvez violenta, no interior de estados chaves (...)” (ASMUS: 1996; 28). O islamismo enforma uma civilização convencida da sua superioridade cultural, mas com o estigma de uma possível inferioridade do seu poder; convencida da universalidade dos seus valores, mas com a utopia dos querer impor ao mundo inteiro. E quando tal se transforma em obsessão, surge o fundamentalismo, fazendo com que no Norte, “(...) *a elite política e a opinião pública tenha desenvolvida uma compreensão de que Islamismo e democracia são dois conceitos que nunca podem ser compatíveis.*” (ORMANCI: 2000; 12). Essa imagem consolida-se quando os governos islâmicos evocam os preceitos religiosos, após o Ocidente insinuar a necessidade de reformas democráticas. Nessa altura, o rigor religioso vem à tona, para contentar os fundamentalistas e preocupação ocidental, que continua a conceder ajudas económicas, na esperança da implementação de reformas, ajudas que vão perpetuando esses governos e provocam o descontentamento popular, que vêem nelas a compra da sua liberdade, da sua moral e do seu espaço e a imposição de valores “daninhos”. Para o Ocidente é “(...) *fundamental impedir que os islamitas destabilizem regimes moderados (...)*” (PORTERO: 2008; 2), mas também que os governos magrebinos assumam uma moderni-

zação eficaz, que implementem políticas sociais mais justas e promovam a democratização.

O Ocidente, apesar de sua linguagem secular, ainda vê o árabe como muçulmano e o muçulmano como sendo, não o anticristo de outrora, mas o terrorista de hoje. O Ocidente, contudo, não pode esquecer que a sua visão da religião, como herança ideológica e cultural, foi evoluindo, penosamente, ao longo do tempo, orientada para o pluralismo e secularismo. No Ocidente faz sentido a afirmação “Dar a Deus o que é de Deus e a César o que é de César”, mas para alguns Muçulmanos, que recorrem ao Alcorão em vez do Direito Romano, Estado e Religião confundem-se. E o Ocidente tem de perceber esta complexidade, ciente de que a maior fractura entre a civilização Ocidental e o Islamismo, provem dos valores sociais e não da religião ou da política. Essas sociedades aceitam melhor as diferenças das ideias sobre a democracia, sobre o papel dos líderes religiosos e a interferência do Estado, do que as diferenças relativas ao papel da mulher na sociedade, ao divórcio, à justiça e aos castigos físicos, à escravatura, ao adultério, etc. A religião é fulcral, na análise da conjuntura interna e externa dos países magrebinos, mas não é a causa das diferenças sociais, económicas ou políticas. Algumas das causas encontram-se, não na religião, mas antes no uso que alguns dela fazem.

O radicalista islâmico é um fundamentalista que, numa visão maniqueísta, procura, utilizando a violência, restaurar o mundo islâmico ou Dar al-Islam, unificado através de um Grande Califado, onde impere o Islão e a Sharia e em oposição ao mundo herege ou Dar al-Harb.

Numa era em que a demografia e a imigração, com origem no Sul do Magrebe, fazem sentir a sua pressão nos espaços ribeirinhos, criando desequilíbrios económicos e sociais, e em que os OCS mostram, sem grande possibilidade de opção, uma face paradisíaca, por vezes inventada, do mundo exterior, a população magreбина, em especial a juventude, sente frustrações e interroga-se porque razões não são satisfeitas as suas expectativas. A juventude prova, muitas das vezes, o amargo da diferença social, ao ser confrontada com a publicidade de marcas de renome ocidental, que mostra, alheia à pobreza do lugar, a elegância dos seus caros produtos, alimentando a revolta de quem só pode para eles olhar. Surge, então, o descontentamento e a percepção de uma “neo-colonização” Ocidental, assente numa cultura aliciante, mas desviante, procurando assegurar, através dela, a “(...) *submissão dos povos islâmicos (segundo os próprios, quais herdeiros de cruzados medievais (...))*” (AMBY: 2003; 3). Esse pesar impele parte dos jovens a encontrar, na religião, as soluções para as duras certezas que vivem e uma forma de participar na definição dos seus destinos. A outra parte, apesar dos epítetos contra o ocidente, vende-se a oportunistas e arrisca-se na procura de uma modernidade expectável.

A falta, nos países magrebinos, de uma democracia baseada na rotação das elites e na livre participação eleitoral das populações, tem agitado os povos e compelido uma sua fracção, para ideologias que apregoam a “satanização” das democracias ocidentais, vistas como as fadoras de todos os males sociais, económicos e políticos sentidos na comunidade, pois desviam a população dos princípios ancestrais. “(...) *O islamismo, graças à falência do marxismo, irá (...) tornar-se um movimento importante no mundo árabe.*” (LACOSTE:

2006; 223). Questiona-se, então, os regimes nacionais que permitem a destruição dos valores islâmicos e surge a revolta contra essa permissividade. O Islão fundamentalista tem aí o seu lugar de eleição, agregando vontades, aludindo identidade, defendendo o integralismo, apregoando o caminho da salvação, o retorno a regimes, onde as fronteiras entre a religião, a política e o poder judicial são difíceis de encontrar e defendendo a UMMA, que, no fundo, é um nacionalismo religioso, uma comunidade, que dificilmente será “uma”. E isto porque há diferentes interpretações do Islão e cinco escolas de jurisprudência islâmica, o que pressuporia que o conhecimento, até o religioso, deveria aceitar as várias interpretações. Porém, os fundamentalistas rejeitam o que não seja a sua visão. Surge, então, no seio da margem Sul, uma fragmentação étnica, um nacionalismo que não se identifica com um sentimento nacional, uma xenofobia que se centra não só nos ocidentais, mas também no seio da própria sociedade árabe. É a contradição do ideal que essa sociedade parece defender.

Acenando com a protecção social e judicial que não é garantida pelos Estados, o fundamentalismo cativa adeptos nas classes menos favorecidos do Magrebe. E o fundamentalismo radical, pela violência, procura dar voz à revolta contra os Estados sacrílegos, através do terrorismo cego e covarde, numa “(...) *instrumentalização da religião para fins políticos e sobre bases ideológicas (...)*” (BALTA: 1997; 14). Então, os regimes Magrebinos sentem a ameaça do fundamentalismo político-religioso aos interesses dos seus países. Sob a justificação de que é necessário lutar contra o terrorismo, e identificando-o com os partidários do fundamentalismo político-religioso, aqueles Estados reprimem os movimentos islâmicos, moderados ou extremistas radicais, provocando a revolta de segmentos da sociedade civil desses países, nomeadamente da Argélia.

O Rei Mahomed VI, na sua tese de doutoramento, defende que o fundamentalismo islâmico se afirma com mais facilidade nos países de regimes autoritários, advogando, dando o exemplo de Marrocos, que nos Estados onde existe o multipartidarismo e onde se respeite o lugar da religião tradicional, o islamismo é moderado (ALAOUI: 1994; 112). A realidade diz-nos que Marrocos só passa essa imagem graças à sua vontade política para garantir o controlo das situações, como parece demonstrar a dissolução, em Fevereiro de 2008, do Partido da Civilização Alternativa - Al Badil Al Hadari - e a detenção de um elemento do Partido da Justiça e Desenvolvimento. Porém, na continuidade da sua intenção de melhoria da sua imagem, em Julho de 2008, 176 pregadores islâmicos foram enviados para a Europa, a maior parte para a França e Bélgica, com o intuito de, junto das comunidades marroquinas, “(...) *responder às necessidades religiosas (...)* *preveni-las contra discursos de natureza extremista e protegê-la contra o fanatismo e extremismo (...)*”, como consta do comunicado do Ministério dos Cultos e dos Assuntos Islâmicos de Marrocos (Público: 18/07/2008).

Na Argélia, o pluripartidarismo iniciado em 1988 poderia pressupor o avizinhar da democracia, mas continuou-se a usar o policiamento e os serviços de informação como vinha sendo hábito desde a independência, nessa época para se defender o socialismo, e agora em oposição ao totalitarismo do islamismo, assente em todo o território, menos na Cabília. Para os fundamentalistas, a independência é fictícia, pois a Argélia privile-

gia os contactos com a França e continua a falar o francês. A poeira mal assente da guerra civil pode, a qualquer momento, levantar-se, podendo a violência estalar no país. Da atitude argelina, perpetrada em 1992, perante a eminente vitória eleitoral na segunda volta, em eleições paradoxalmente, democráticas, da Frente Islâmica de Salvação (FIS), fundamentou-se a percepção de que, a Argélia tudo fará para obstar a subida ao poder dos fundamentalistas. Tal percepção provocou, nos fundamentalistas, a desconfiança quanto às democracias e sobre quem as defende e, na sociedade argelina, a dúvida como aqueles se comportarão se e quando assumirem o poder. A Europa Ocidental receia a forma como Islão possa utilizar o poder, mesmo que assumido democraticamente, e que os governos islâmicos possam obstaculizar a democraticidade⁵⁷. Porém, é, mais do que por qualquer outra razão, “(...) *por colocar em perigo todos os regimes do mundo árabe-muçulmano que o Islão radical representa um perigo para o Ocidente (...)*” (ETIENNE: 1987; 260).

A Tunísia, em 1991, ilegalizou o partido islamista al-Nahda, por ser fundamentalista, tendo prendido os seus líderes e muitos simpatizantes, acusando-os de conspirar para derrubar o presidente. As perseguições a esse partido continuam, tendo sido, nos últimos anos, revogado milhares de bilhetes de identidade de islamitas conotados com o mesmo, impedindo-os de que obtenham emprego legal. A Human Rights Watch divulgou um relatório, em Abril de 2005, acusando o governo tunisino de manter em isolamento, por mais de 13 anos, islamitas, como forma de desmoralizar os líderes do al-Nahda (CARNEGIE ENDOWMENT: 2008;12).

Assim, o Magrebe tem procurado controlar o fundamentalismo pela força, em vez de combater os motivos da sua germinação, esquecendo-se que a força nada pode contra o radicalismo das convicções ideológicas.

IV.15. OUTROS FACTORES DE INSTABILIDADE

Existem diversas abordagens, centradas no Norte e Sul, quanto à **proliferação de armamento** que tem ocorrido no Magrebe. O Norte insere as reduções dos armamentos numa política de reforma dos sectores de defesa e da segurança, com vista à adaptação a novos desafios, e a uma necessidade de redução de despesas, implementando medidas de controle de armas, nucleares ou convencionais. O Sul encara a proliferação de armamentos no contexto de supremacia e de defesa contra aos desejos de domínio dos vizinhos. No Sul, o factor militar é visto como importante na construção do Estado e na afirmação da sua soberania. Assim, enquanto o Norte procura a estabilidade pela cooperação e confiança, reduzindo os seus arsenais, o Sul tem procurado modernizar as suas capacidades militares. Assim, na verdade, “*O fim da Guerra Fria não reduziu os orçamentos militares dos países Terceiros Mediterrânicos*” (NUNES; 2000: 314). Assiste-se, antes, ao reforço dos seus arsenais, procurando-se, até, misturar modelos, sem preocupações táticas, um pouco ao sabor das melhores ofertas do mercado. Os receios suscitados pela interpretação do que observavam na margem Norte, mas também, pelas possíveis hegemonias dos vizinhos com fronteiras comuns, conjugado com

⁵⁷ De Lipkowski – Security in the Mediterranean, Report Submitted on Behalf of the Political Committee, Assembly of the WEU, 04/11/1996, Documento 1543, pag 15. Apud, (ORMANCI: 2000; 12)

os interesses estratégicos, nem sempre livremente declarados, têm conduzido à corrida ao armamento por parte dos países magrebinos, apresentando FA desmedidas face aos seus recursos económicos e aos seus problemas sociais. As assimetrias apresentadas pelos arsenais dos países das duas margens têm, também, incentivado a proliferação armamentista magrebina. A capacidade nuclear da França e de Israel, tem despertado o interesse e os esforços, por parte de outros países, para atingirem algum equilíbrio nesse âmbito.

A Argélia, no período entre 2004 e 2008, foi o 13º país que mais armas importou, representando mais de 2% das entregas mundiais desses artigos (SIPRI: 27/04/2009), gastando cerca de 4,156 milhões de dólares americanos⁵⁸ (USA \$) e cerca de 3% do seu PIB (SIPRI: 2008) com despesas militares, tendo por fornecedores de armamento a França, a Itália, a África do Sul, o Reino Unido e a Rússia, numa miscelânea onde não impera as preocupações de compatibilidade táctica e operacional. Marrocos, não se encontrando nos 20 países que mais armamento tem adquirido, tem comprado equipamento à França, mas também à Itália, Holanda, EUA e, em mais pequena quantidade, à Rússia, gastando cerca de 2,358 milhões de USA \$ e cerca de 3,2% do seu PIB com despesas militares (SIPRI: 2008). Já a Tunísia, de 2006 até à presente data, só adquiriu material aos EUA (SIPRI: 15/06/2009), tendo gasto cerca de 446 milhões de USA\$ e de 1,3% do seu PIB com despesas militares. Na margem Norte, a Itália situa-se no 20º lugar dos maiores importadores de material de guerra, fazendo-o de países como os EUA, França, Alemanha, Alemanha, Israel e Inglaterra (SIPRI: 27/04/2009), gastando cerca de 32,103 milhões de USA \$ e 1,8% do seu PIB em despesas Militares.

A Argélia parece pretender ser uma potência militar regional, despendendo, para isso, uma expressiva fatia do seu PIB. Procura, ainda, dessa forma, o equilíbrio com o seu vizinho do Poente, que tem vindo a demonstrar intenções hegemónicas. Além disso, a Argélia não se tem esquecido que partilha uma grande parte da sua fronteira Leste com a Líbia, que não tem apresentado, ao longo dos tempos, uma grande estabilidade emocional, e que parece ter tido e, possivelmente, ainda hoje pode ter, a capacidade de produzir armas químicas.

A existência, a Norte, de países com ADM, bem como os esforços da Síria e do Irão para as possuírem e das pretensões da Líbia e da Argélia, oficialmente abandonadas, mas presentes (mesmo que só no inconsciente) de as deterem, são motivo de preocupação regional. A Argélia possui um reactor nuclear de 15 Mw, provavelmente modificado para 40 Mw que, durante uns tempos, suscitou a desconfiança que era utilizado por um programa de armas nucleares. Possui, ainda, um reactor de 1 Mw, para programas de investigação. Contudo, é signatária do Tratado de Não Proliferação Nuclear e do Tratado Africano de Zona Livre de Armas Nucleares. Já a Líbia tem capacidade de produção de agentes químicos tóxicos, estando a desenvolver um míssil capaz de lançar ogivas e de atingir a Europa, denominado Al-Fatah. (INSS: 2008).

A proliferação **ADM** no MED, em especial no MEDOR, a sua distribuição descontrolada e a disponibili-

⁵⁸ Valores determinados ao câmbio de 2005 (SIPRI: 2008)

dade de tecnologias, que facilite a sua aquisição e o aumento das capacidades militares de países potenciais fautores de perturbação regional, são preocupações acrescidas para uma Europa atenta à sua segurança. Tais preocupações adensam-se com a possibilidade dessas armas e/ou tecnologias poderem ser utilizados por Estados, grupos ou grupelhos com objectivos que colidem com o seu desiderato de segurança. Porém, enquanto as armas à disposição das facções irregulares lhes bastar para as suas acções assimétricas, o acesso à aquisição de armas de maior poder ofensivo estiver dificultado e o crime organizado estiver controlado nos seus nichos de conforto, a Europa poderá olhar para essa ameaça com relativa tranquilidade. Ela deve ser, todavia, olhada com mais responsabilidade pelos países do Sul. A percepção de que a posse de vectores balísticos e de ADM podem conferir prestígio e poder, pode levar à sua proliferação e à consequente procura do equilíbrio regional, através da corrida ao armamento por parte dos países desse contexto territorial. Assim, a ameaça em questão é mais plausível na perspectiva Sul-Sul do que Sul-Norte, o que não deixa de ser preocupante, pois a concretizar-se, tornaria o Norte de África numa periferia Europeia demasiado insegura. No nosso ponto de vista, no Magrebe, são mais prováveis os riscos de ocorrer um confronto convencional do que da utilização de ADM, pois “(...) *esta é uma questão muito mais centrada nas preocupações que emanam do Médio Oriente do que do Norte de África, mas que...não excluem a urgência de uma...vigilância (...)*” (PINTO, 2003: 10). Não podemos esquecer que, em 1987, a Líbia parece ter utilizado armas químicas contra o Chade, no conflito de fronteiras que então teve lugar. Lembramos, neste contexto, que, enquanto Marrocos e a Tunísia aderiram ao Código de Conduta de Haia Contra a Proliferação de Mísseis Balísticos e à Iniciativa de Segurança de Proliferação (PSI)⁵⁹, a Argélia não aderiu a nenhum deles e os três não são Membros dos Regimes de Não Proliferação através do Controlo de Exportação (CNS: 2009; 540-544). Deduz-se, daí, que a Argélia, pode-se sentir, assim, tentada a desenvolver projectos militares mais ambiciosos.

A **corrupção** nos países magrebinos é preocupante. O Índice de Percepção de Corrupção, referente a 2008, publicado pela Transparency International, utilizando uma escala de 0 (muito corrupto) a 10 (livre de corrupção) (TI: 2008b); 1), coloca a Argélia, num conjunto de 180 países, em 92º lugar, com um valor de 3,2; Marrocos, em 80º lugar, com um valor de 3,5 e a Tunísia, em 62º lugar, com um valor de 4,4 (TI: 2008a)). Considerando que um valor abaixo de 5 indicia a existência de um “(...) *serio problema de corrupção (...)*” (TI: 2008a)), os três países magrebinos encontram-se nesse domínio, sendo a sua ultrapassagem um desafio fundamental para o desenvolvimento da região. A discussão deste tema tem ganho o seu espaço e legitimado o combate contra essa ameaça. A corroborar isso, o governo de Marrocos anunciou, em 03/12/08, a criação de um órgão oficial, com o objectivo de coordenar, supervisionar e garantir o cumprimento das políticas anti-corrupção e de sensibilizar a opinião pública contra as práticas desse tipo (DN: 04/12/08; 28).

⁵⁹ Pretende desenvolver medidas legais, diplomáticas, militares e outras para interditar a ameaçante transferência de ADM, de equipamentos e tecnologias de projecção das mesmas (CNS:2009; 540)

O controlo da corrupção exige instituições sociais e governamentais com independência para garantir um funcionamento isento e capaz. Quando não existe independência nos poderes judiciário e legislativo e estes não são eficientes, a corrupção tem o campo adequado para se enraizar. O presidente da Transparency International, o Senhor Labelle, afirma que “*A corrupção requer alta supervisão, através de parlamentos, revisão das leis, Comunicação Social independente e uma sociedade transparente.*” (TI: 2008 b); 2). E em países com problemas sociais inerentes à sua pobreza, a corrupção potencia o paupérrimo, entrando-se num perigoso círculo vicioso. A existência de éticas duplas, em que o dinheiro confere condições políticas e de viabilização de negócios, põem em causa a credibilidade dos países que lhe dão azo e a confiança de quem neles querem investir. Neles, os caminhos da lei são demasiados estreitos para conduzirem eficientemente a luta contra a corrupção. É necessário, para além de leis eficazes, o comprometimento de as fazer cumprir.

Existe uma relação entre pobreza, corrupção e desenvolvimento. Mas há, igualmente, uma relação entre pobreza, **crime organizado** e desenvolvimento. Geralmente o crime organizado surge em países pobres e subdesenvolvidos, cavando fossos entre os estratos sociais baixos, cujas franjas são usadas naquelas actividades, e os estratos mais elevados, nos quais, geralmente, se enquadram os «barões» desse submundo. “*(...) Os benefícios fabulosos gerados por esses negócios, especialmente os do narcotráfico, não só têm feito nascer um economia subterrânea mas também, através de uma injeção de constantes fundos, tem gerado distorções nas economias receptoras dos mesmos (...)*” (ANTONINI: 2001; 6). O MED é uma região que sofre deste tipo de ilícitos. Na verdade, as montanhas do Rif marroquino são campos férteis da cannabis e fonte da Kif (droga produzida a partir daquela planta), servindo ambas de forma de sustento e de provento a um povo pobre. Cerca de “*(...) 75% do haxixe existente na Europa é proveniente de Marrocos (...)*” (DOKOS: 2008; 18). Porém, sob a crítica internacional, Marrocos tem, aparentemente, provado crer combater a produção dessa droga, tendo declarado, através do seu Director de Imigração e Vigilância de Fronteiras, em 20/01/2009, a redução da produção em 71%, em relação a 2003, havendo ainda cerca de 60 mil hectares cultivados com aquele vegetal (LUSA: 2009). Numa operação iniciada em 11/01/2009, Marrocos prendeu 29 membros de Guarda Real, da Marinha Real e das Forças Auxiliares, pois traficavam droga para a Europa.

O tráfico da droga é uma actividade que atinge mais o Norte de África do que o Sul da Europa, pois as fronteiras entre os países magrebins são longas, mal vigiadas e permissivas ao contrabando, seja da droga, ou de outros produtos. Os tuaregues, povo nómada para quem os caminhos das areias não têm segredos, fazem do contrabando uma forma de vida, transportando, através das fronteiras inexistentes, produtos facilmente comerciáveis por outros, porventura mais organizados e mais disponíveis para o lucrativo negócio.

Marrocos e a Tunísia são ainda identificadas como dois países que se devotam à reprodução ilícita de música e vídeos. Marrocos é o país responsável por mais de 50% deste tipo de pirataria feita no Continente Africano, havendo grupos organizados que a colocam no mercado europeu (MANUEL: 2009; 394 e 411).

Todos os países do MEDOC ratificaram a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (ONU: 2001), alguns deles formulando declarações sobre a mesma⁶⁰, mas tem-se notado que os países têm tido dificuldades em obter sucessos na luta contra esses crime. A luta contra a criminalidade organizada requer a existência de estruturas de cooperação internacionais e capacidades para se assumirem políticas comuns de combate ao crime, coerência que ainda não foi conseguida no Magrebe. Podendo haver uma relação entre o tráfico de drogas, as organizações de crime organizado e a emigração ilegal, torna-se necessário que a Europa seja solidária sem deixar que a sua solidariedade ponha em causa a sua segurança. O crime organizado desafia a autoridade dos Estados e das leis, atravessando fronteiras, gerando recursos deliberadamente utilizados na destabilização da sociedade, dos sistemas políticos e das economias, criando “regiões cinzentas” onde imperam “estados” dentro de outros estados, minimizando estes no seu papel de parceiros internacionais de relevo. Ainda recentemente, em Espanha, foram presos argelinos, que integravam um grupo de crime organizado, ligado ao tráfico de droga, roubo, falsificação de cartões bancários, assaltos etc, sobre quem recaiam fortes suspeitas de gerarem proventos para o financiamento do terrorismo islâmico (DN: 21/05/2009; 25), o que parece confirmar a existência de uma conjugação entre o crime organizado e o terrorismo. Assim, os factos parecem confirmar que existe um “(...) *importante nexo entre as actividades terroristas no Mediterrâneo, drogas, tráfico de mulheres e de crianças e o crime transnacional (...)*” (DOKOS: 2008; 19), o que reitera a convicção de que só através de uma cooperação próxima se conseguirá lutar contra essas ameaças. Mas o crime organizado também existe na margem Norte, como seja o protagonizado pela Calabria e Neopolitana, da Secília, a Máfia da Córsega, a Camorra, Casa Nostra, ‘Ndrangheta e a Nova Sacra Corona Unita, italianas, estas com ligações à Tunísia e a Marrocos (POLITI: 1999; 58).

A explosão demográfica, conjugada com as difíceis situações económicas em que os países da margem Sul vivem, a falta de água que sentem, os solos agricolamente pouco férteis, os escassos recursos piscícolas que o Mediterrâneo apresenta, a fraca industrialização, a falta de dinamismo e de espírito empreendedor que se verifica, a baixa escolaridade apresentada pelas populações, a falta de liberdade política e as vulneráveis estruturas sociais existentes tem provocado migrações clandestinas, em direcção à «edílica» margem Norte.

As **migrações ilegais** têm sido aproveitadas pelo crime organizado, para facilitar as suas actividades. Mas são, também, oportunidades. Durão Barroso, na 9ª Conferência da União Africana, no Gana, em 2007, afirmou: “(...) *as migrações e a mobilidade (...) são complexos desafios que podem gerar resultados positivos ou negativos. Não podemos nem iremos deter as migrações. (...) As migrações deverão ser uma fonte de prosperidade para os países de origem e de destino, não uma tragédia humana.*”⁶¹ (BARROSO, 2007: 4).

As migrações são, geralmente, consequência de outros fenómenos que afectam as regiões onde ori-

⁶⁰ Para mais esclarecimentos consultar o Apêndice 9.

⁶¹ O tema era: “A coragem de sonhar, a determinação para agir: uma nova parceria para a Europa e África”.

gem. A diferença assinalável do crescimento populacional, entre as duas margens, conjugado com a estagnação económica e de desenvolvimento dos países do Sul, tem provocado pressões migratórias no MED, estas agravadas pelos povos sub-saarianos que, através do Norte de África, também eles, procuram outros «oásis». Enquanto o desenvolvimento, as disponibilidades económicas e as condições sociais e culturais não tiverem a dimensão, em África, que permita a esses povos perceber que não vale a pena lançarem-se na aventura do desconhecido, as migrações ilegais irão ser uma das principais preocupações da região mediterrânica.

Ao conceito de imigração, para a Europa, está aliado um factor psicológico, pois ainda se acredita que ela coloca alguns desafios culturais e sociais às suas sociedades (o que é verdade) e que constitui um grande perigo para a sua identidade e segurança, sem dela resultar qualquer vantagem para os países receptores (o que não é totalmente real). Assim, alguns países têm tomado medidas restritivas em relação à imigração, o que, nestes últimos tempos, face à conjuntura económica e ao desemprego persistente, tem conduzido os Estados à diminuição das suas cotas de absorção da imigração, como o fez, em Maio de 2009, o governo português - diminuiu de 8.600, em 2008, para 3.800 as permissões de entrada no solo pátrio para cidadãos exteriores à UE (LUSA, 14/05/2009). Face ao nacionalismo radical, mais uma vez potenciado pelas conjunturas económicas (actualmente a taxa de desemprego na Europa, ronda os 8,5% (SPIDLA: 20/06/2009)), têm surgido, nesse espaço, xenofobias e conflitualidades. Aí, algumas comunidades magrebínas têm procurado afirmar a sua cultura no seio de outras comunidades, onde se procuram integrar, resultando más interpretações, a ghetização das primeiras e comportamentos xenófobos que, sob o escudo da defesa da identidade nacional, supostamente posta em causa pelos «estrangeiros», repudiam e contestam os imigrantes⁶². Esse fenómeno tem exigido, da Europa, uma reflexão e levou a que a UE redefinisse princípios, como o da cidadania, admitindo que os familiares dos trabalhadores comunitários, mesmo que não sejam cidadãos da UE, possam vir a usufruir de concessões iguais aos que tenham nascido no seu seio (GORJÃO-HENRIQUES: 2003; 384-386). As migrações, mormente as magrebínas, têm trazido à Europa o desafio de, considerando a conveniência, se garantir a convivência, sujeita a uma coerência de paradigmas de direito, em que sobressai o princípio de que todos, independentemente das diferenças sociais, culturais ou religiosas, são igualmente protegidos pela lei.

É verdade que as migrações ilegais podem servir de veículo para outras formas de crime, facilitando o aparecimento de ameaças, o que não significa que, em si, sejam elas mesmas uma ameaça. Existem analistas da região do MED que consideram que as “(...) migrações não são um problema de segurança (...) e devem ser decisivamente dissociadas das preocupações de segurança.” (VASCONCELOS: 1999; 6). Contudo, parecem existir ligações entre comunidades residentes de imigrantes magrebínos na Europa e/ou entre transeuntes imigrantes, e o crime organizado, o apoio a estruturas de terrorismo e a manifestações no interior

⁶² A ilustrar o que foi referido lembra-se que o ex-1º ministro austríaco, Jorg Haider, defendeu a identidade nacional através da preservação do seu espaço nacional contra imigrantes (COURELA: 2007; 4).

dos países de acolhimento que põem em causa as leis e a ordem interna. Além disso, essas comunidades podem ser fontes de recrutamento para actos ilícitos, pois geralmente sofrem as vicissitudes sociais de quem não encontra o «el dourado» que esperava, e mergulha na pobreza. Obviamente que aquelas ameaças são mais preocupantes quando estão envolvidos imigrantes clandestinos, pois colocam uma certa penumbra de dúvida sob com quem se está a lidar. “(...) *Está claro, assim, que (...) o processo de imigração não é um risco em si mesmo, mas constitui um meio através do qual o terrorismo e o crime organizado opera, o que faz com que continue a ser verdadeira questão a ter em conta.*” (ALIBONI: 2000; 31).

As soluções imediatas para os desafios inerentes às migrações passam pelo controlo dos seus fluxos e pelo combate à migração ilegal. A longo prazo, as soluções têm de contemplar o desenvolvimento das condições para que os povos não sintam a sua necessidade. Aquele controlo pode ser realizado na origem dos fluxos migratórios, incidindo as acções sob as fontes dos mesmos, ou no país de destino dos mesmos, sendo esta tipologia de medidas mais impopulares. Enquanto o primeiro exige tempo, expondo resultados mais sólidos, o segundo poderá ser mais imediato, mas os resultados são mais efémeros. No primeiro caso, poderão utilizar-se a solidariedade e o apoio ao desenvolvimento, mas também o combate aos traficantes. Quanto à segunda modalidade, poderá contemplar quotas restritas de absorção de imigrantes, um maior controlo de fronteiras e o estabelecimento de medidas de integração dos imigrantes, um pouco à guisa da política americana e francesa conhecida por “Melting Pot”, e que não deu resultados no passado. Uma outra modalidade, de compromisso, combinará as medidas das outras duas, podendo atingir, a longo prazo, melhores resultados.

As emigrações, geralmente, descapitalizam os países de origem dos fluxos, de cérebros e de mão de obra mais qualificada. Mas também podem traduzir-se em menores reivindicações de adequadas condições de vida e em mais recursos que são canalizados, no futuro, para o seu interior. Segundo o Ministro dos Assuntos Sociais da Tunísia, Ali Chaouch, “*A imigração ilegal é uma oportunidade que pode dar um impulso económico aos países do Mediterrâneo. (...)*” (MARTINHEIRA: 2007). Já Franco Fratini, vice-presidente da Comissão Europeia, afirmava, pela mesma altura: “*A Europa necessita de imigrantes qualificados, sem qualificação e sazonais*” (MARTINHEIRA, 2007). Na verdade, para a Europa, as imigrações magrebina podem ser consideradas fontes de mão de obra barata que, num futuro, até podem colmatar o grave problema da diminuição da população activa e contribuir para a garantia da reforma daqueles que podem ver estas ameaçadas por não existir quem alimente o ciclo da acção social. Basta pensar que “*(...) entre 2010 e 2030 a população activa ver-se-á diminuída para metade (...)*” (SPIDLA: 20/06/2009). No entanto, “*(...) os Estados europeus, a curto prazo não estão preparados para incentivar a imigração.*” (DOKOS: 2008; 17).

A emigração magrebina não é, só, uma preocupação do Sul, mas também do Norte. E nessa perspectiva, faz sentido contribuir para a eliminação dos factores de motivação da emigração. Assim, a Europa tem procurado promover, nesse quadro, ajuda externa, liberalizando, de forma controlada, as relações comerciais e a

cooperação económica. Tem procurado, ainda, combater as máfias ligadas à migração ilegal, promovendo, desde 2004, através da Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas (AEGCOF) dos Estados Membros da UE (FRONTEX) o patrulhamento do MEDOC, utilizando meios aéreos e navais. Na 1ª Reunião da Parceria Euro-mediterrânica sobre Migração, em 19 de Novembro de 2007, a UE estipulou, consensualmente, algumas medidas para apoiar a imigração legal, incidentes na formação profissional e linguística de quem pretende emigrar, na informação, nas finanças e na banca. Quanto à ilegal, a UE tem procurado, entre outras medidas, a formação de profissional com vista à detecção de documentos falsos e para a busca e salvamento no mar, cabendo esta tarefa à AEGCOF (MARTINHEIRA: 2007). Porém, deve ter em conta que, de acordo com o Art. 5 do Anexo III à Convenção de Palermo (ONU: 2001; 40-51), os imigrantes ilegais vítimas de tráfico não devem, por esse facto, ser penalizados criminalmente, mas também que os “(...) *barcos de pesca são utilizados pelos migrantes; [e] os organizadores/traficantes não estão a bordo (...)*” (LEIGH: 2002). Havendo lugar a acções penais, é sobre estes que devem incidir. Todavia, a Itália, tendo ratificado aquela Convenção, não se coíbe de ponderar “(...) *que o tempo de prisão fosse alargado de 60 dias para 18 meses (...)*” aplicados aos imigrantes que chegam a Lampedusa, de forma ilegal, na ignorância de, como diz a porta-voz da ACNUR em Itália, Laura Boldrini, “*Onde há desespero haverá sempre quem arrisque a vida para escapar.*” (PÚBLICO: 01/04/2009), como os cerca de 200 que morreram ao largo daquela ilha, em Abril de 2009. A Itália, tem sido o ponto de entrada na Europa mais escolhido pela imigração ilegal, tendo esta, durante 2008, aí aumentado 75% em relação a 2007, contando-se cerca de 36900 imigrantes ali chegado, tendo 31 mil atingido aquela ilha (JN: 01/01/09; 23).

A problemática das migrações ilegais parece ser jogada, com mestria estratégica, por alguns países do Sul, como Marrocos. O território desse país tem sido roteiro de passagem ou origem de fluxos humanos, que colocam à prova a segurança das fronteiras de Ceuta e Melilla, transmitindo a Espanha, a percepção de que, em matéria do controlo da migração, “(...) *a colaboração com Marrocos é completamente improdutiva, para além de ser ineficaz, perigosa e contraproducente (...)*” (GONZÁLEZ: 2005; 8) e que “(...) *para os tiranos do mundo, os imigrantes passam a ser o melhor complemento militar. Como não constatar o carácter de peão geoestratégico do subsariano empoleirado na vala de Melilla? (...)*” (MAÑU: 2005; 6).

Os **direitos humanos** são um outro aspecto que, no Magrebe, tem merecido reflexão. Já fizemos, neste trabalho, considerações sobre este assunto, mas importa aprofundá-lo mais. Nesse âmbito, o papel da mulher tem vindo a merecer destaque especial. A discriminação a que tem sido sujeita, nos países muçulmanos, tem a ver, não só com a falta de exegese do Alcorão, mas também com o sistema patriarcal e as práticas culturais atribuídas ao Islão, mas que nada tem a ver com essa religião. Alguns muçulmanos descortinam, no Texto Sagrado, a necessidade da discriminação do género, fazendo uma exegese patriarcal do Texto. Não sendo permitida a discussão sobre a interpretação do Livro, torna-se difícil fazê-la com hermenêutica, parecendo ser

obrigatório aceitar que o conhecimento que chegou aos nossos dias sobre o mesmo é o único que dele se pode tirar. Porém, nos dias de hoje, a mudança é exigida por quem está sujeita a essa discriminação. E a mudança tem apelado que os géneros se aliem no desafio contra à discriminação e na procura da tal hermenêutica para a leitura do Texto. O versículo 34 da Sura 4, por exemplo, tem uma palavra que pode significar “bater”, mas também outros 16 sentidos, todos eles mais leves para a mulher. Mas o muçulmano escolheu aquele. Para o muçulmano, a igualdade de géneros, como um direito humano, identifica-se com o Ocidente.

Há, porém, sinais de abertura. Em 17/12/08, decorreu a II Conferência da Organização das Mulheres Árabes, com a presença das primeiras damas dos países Magrebinos, onde se concluiu pela carência de melhorar a imagem da mulher árabe e dar-lhe mais liberdade. Aí, o Professor de RI da Universidade do Cairo, Prof. Dr. Bahgar Korani, declarou: “*Precisamos de marginalizar definições religiosas ultraconservadoras do papel da mulher, reinterpretar textos religiosos para que não tenhamos fatwas ridículas.*” (RAPOSO: 2008; 33).

Para além da problemática islâmica do papel da mulher, existem outras que chocam com a convenção ocidental, patenteadas pelas tradições “(...) arcaicas, como o casamento forçado, o matrimónio precoce, a proibição de desposar um não muçulmano ou a mutilação genital.” (SCHNAPPER: 2002; 2). Essas tradições, seguidas por uma grande parte dos muçulmanos, têm cavado fossos nas arenas de entendimento cultural.

Marrocos procurou conciliar-se com a sua memória, encarando as violações dos direitos humanos ocorridas no passado. Assim, iniciou a catarse dos anos entre 1956 e 1999, principalmente dos que disseram respeito ao reinado de Hassan II, implementando aquilo que foi chamado de “*política da memória*” (BRITO: 2007; 19). Nesse sentido, Mohammed VI constituiu a Comissão de Igualdade e Reconciliação, integrada por 17 membros, e sob a égide do Conselho Consultivo de Direitos Humanos de Marrocos, com vista a investigar os sumiços e as detenções ilegais que, naquela época, ocorreram. Como resultado, foram autorizados os regressos pátrios de vários exilados políticos e a atribuição de pensões de sangue, ou de vida, a famílias de vítimas ou a vítimas daqueles tempos. Contudo, esta purga da memória, nos últimos anos, tem desacelerado, facto referenciado, pela Secretária de Estado da Amnistia Internacional (AI), a quando da sua visita a Rabat, em 20 de Março de 2009, quando atestou a sua preocupação pela não aplicação das recomendações feitas por aquela Comissão. Irene Khan ainda se pronunciou sobre as violações dos direitos humanos por parte de Marrocos no âmbito da luta contra o terrorismo, conduzida desde 2003, exortando a sua investigação (AI: 2009). Nesse âmbito, têm sido relatadas: restrições à liberdade de expressão e de associação; penalizações contra a divulgação de opiniões contrárias à do monarca; repressões com violência excessiva contra protestos antigovernamentais e contra partidários da auto-determinação do Saara Ocidental; a negação do acesso à justiça pelas vítimas dos direitos humanos; tortura; condenação à morte sem execução (AI: 2009 c)); a expulsão de religiosos não islamitas, como aconteceu em 29/03/2009, com cinco missionárias, acusadas de proselitismo religioso (PUBLICO ON LINE: 30/03/2009), contrariando, o artigo 6º da sua Constituição, que prevê “(...) *Islão é*

a religião do estado. O Estado deve garantir a liberdade de culto para todos (...)” (KITUOCHAKATIBA: 01/12/2006).

Na Argélia, foram, também, relatadas violações dos direitos humanos, sobretudo contra suspeitos de pertencerem a grupos terroristas; contra activistas dos direitos humanos; contra islamitas convertidos a outras religiões e contra acusados de ofender os cânones do Islão; contra imigrantes ilegais; e contra as mulheres. Tem havido condenações à morte, nenhuma delas concretizadas. Assiste-se, ainda, à total impunidade dos membros armados e das forças de segurança que, nos anos 90 fizeram desaparecer muitos cidadãos, decorrendo, contudo, a atribuição de compensações às respectivas famílias, algumas das quais as negaram (AI: 2009 b)).

Na Tunísia tem havido relatos de uso excessivo da força em manifestações, provocando mortos, como as que surgiram no início de 2008, na região de Gafsa, quando a população se declarava contra o desemprego, a pobreza, o aumento do custo de vida e a política de recrutamento da Gafsa Phosphate Company. Existem, ainda, relatos de perseguição a activistas dos direitos humanos, de redução da liberdade de imprensa, de tortura, de maus tratos a detidos, de julgamentos injustos, de exageros na luta contra o terrorismo (AI: 2009 d)).

Porém, o Relatório da Amnistia Internacional – 2009 também aponta algumas violações perpetradas pelos países Ocidentais, essencialmente, devidas ao uso da força nas prisões e ao tratamento dado às mulheres.

O MED enfrenta de **problema ambientais**, relacionados: com a poluição marítima, devida às lavagens dos porões dos navios; com a maior parte dos seus habitantes serem urbanos e viverem junto à costa, provocando o colapso das infra-estruturas primárias⁶³; ao uso e abuso dos pesticidas (como os que são utilizados na luta contra as pragas dos gafanhotos, tão frequentes em Marrocos); à diminuição da comunidade piscícola, em virtude das margens profundas do MED não facilitarem a desova das espécies; à má gestão dos recursos naturais; à falta de água (apesar de alguns países terem projectos de a obterem através da dessalinização) e outros. Todos eles contribuem para o agravamento das condições sociais e das motivações dos jovens, tão sensíveis aos problemas, nascidos “(...) *da falência das estruturas básicas, fundamentais, da sociedade, seja a família e a escola, sejam os poderes locais, a reestruturação e reabilitação urbana, a universidade, a ausência de formação e de emprego etc. que fornecem o primeiro capital de queixa e (...) fomenta a violência directa no interior do Estado.*” (RAMALHO: 2008; 261). E o segredo para os combater passa, também, pela exploração das potencialidades e oportunidades e pela minimização das vulnerabilidades desses Estados.

IV.2. OPORTUNIDADES

Não é novidade que as duas margens do MEDOC apresentam figurinos onde se patenteia a diferença no desenvolvimento económico. Enquanto o Norte apresenta uma economia assente numa indústria fluorescente, de interdependência estatais, estruturada e, apesar de actualmente sofrer as vicissitudes do neo-liberalismo,

⁶³ Em 2025, 75% da população do MED viverá nas cidades. Estima-se que mais 20 milhões de pessoas do que em 2000 habitarão as suas costas. Perder-se-ão 1,5 milhões de hectares de terra arável. (PNUE: 2006; 1-17).

relativamente próspera, do Sul transparece uma economia fortemente dependente de um trabalho intensivo, tal como a agricultura, da prestação de serviços a um turismo que só subsistirá enquanto as condições de segurança se mantiverem acima de um limiar mínimo e da exploração dos recursos petrolíferos.

Todos os países do Magrebe em análise apresentam soluções turísticas atraentes, potenciadas pelos artesanatos, mormente ligados aos couros, mas acinzentadas pela ameaça sempre presente de uma violência, que, episodicamente, teima em ser lembrada através de radicalismos, afugentando os nelas interessados. Porém, no horizonte de 2025 estima-se que os fluxos turísticos atinjam, nesse ano, um acréscimo de 178 milhões de pessoas relativamente ao fluxo verificado em 2000 e que foi de 218 milhões de turistas (PNUE: 2006; 3).

A Tunísia apresenta, no cardápio das exportações, produtos como o azeite e os têxteis, mas também algum petróleo. As suas reservas, nos finais de 2008, apresentavam 0,1 mil milhões de toneladas de grude e 0,6 mil milhões de barris (BP: 2009; 8), produzindo, por dia, 89 mil barris, o que representa 0,2% da produção mundial (BP: 2009; 8) e o que lhe garante o suprir das necessidades internas.

Marrocos é produtora de fosfatos, mas também apresenta pergaminhos relacionados com a actividade piscícola, se bem que esta mais relacionada com a sua costa atlântica do que com a Mediterrânica.

A Argélia exporta, como já vimos, petróleo e o gás natural, satisfazendo, em conjugação com a Líbia, cerca de 40% das necessidades europeias (ORMANCI: 2000; 5). As suas reservas atingem os 1,5 mil milhões de toneladas de crude e 12,2 mil milhões de barris (BP: 2009; 6), tendo produzido, em 2008, 1993 mil barris/dia, o que corresponde a 2,2% da produção total mundial (BP: 2009; 8). As suas reservas de gás natural atingem os 4.50 triliões de metros cúbicos e os 2,4 % das reservas mundiais (BP: 2009; 22), tendo produzido, em 2008, 86,5 biliões de metros cúbicos, correspondendo a 2,8% da produção mundial (BP: 2009; 24). Os seus principais clientes são a Bélgica, a Espanha e a França. Porém, tem explorado, desde 1956, intensivamente, as suas reservas, o que fez com que os seus campos tenham atingido o seu pico máximo de exploração.

A Europa importa uma grande percentagem de produtos petrolíferos do Norte de África, indiciando uma preocupante dependência daquele Continente em relação àquela região. Porém, se tivermos em consideração que os países da Europa Ocidental são os principais clientes, de hidrocarboneto (a par com os EUA) da Argélia; que o mercado mundial desses produtos apresenta uma grande instabilidade em termos de preços e que existe uma polarização da procura, em termos de fontes de recursos, poderemos perceber quanto os países do Magrebe estão dependentes do mercado europeu, para escoar algo que é a sua fonte principal de proventos. Essa dupla dependência, podendo tornar-se mais vinculada face a uma maior procura, por parte da Europa, daquelas países fornecedores e à dedicação de uma grande parte da produção destes àquela Continente, pode tornar-se crítica, como toda a dependência que ressalte da falta de diversificações, neste caso de fornecedores e de clientes. É que os preços desses produtos passa a depender da procura, limitada a um conjunto de clientes, e da oferta, que também pode ser limitada pelo volume de produção. Por outro lado, os amplos recursos e

o facto da dependência exasperante, por parte do desenvolvimento mundial em geral, e da Europa Ocidental em particular, dos produtos petrolíferos poderá conduzir a uma conclusão demasiada fácil, de que os países do Magrebe e, mais concretamente, a Argélia, poderiam assumir uma maior importância. Só que isso não é assim, pois tal importância só seria efectiva se esses países pudessem interferir no processo de decisão da procura dos países do Norte, o que não tem sido possível face à oferta de mercados, a nível mundial, para tais produtos. Não podendo interferir nesse processo, aqueles países Magrebinos e, mais concretamente, a Argélia têm sido vulneráveis às diversas flutuações económicas o que justifica porque é que, possuindo jazidas do Ouro Negro, eles não usufruem de uma situação monetária desafogada. Contudo, a riqueza que esses subso-los patenteiam continuam a proporcionar oportunidades a explorar pelos países Magrebinos.

A localização estratégica dos países magrebinos é um factor potenciador da sua importância, sobretudo quanto ao controlo da entrada no MEDOC, das rotas marítimas, dos fluxos comerciais e, ainda, pelas possibilidades conferidas às operações de salvamento e apoio ao seguimento das linhas aéreas e navais.

Por fim, por mais que nos choque admitir, aquilo que para o Norte pode não ser agradável, poderá ser considerado, para o Sul uma oportunidade. Na verdade, a migração ilegal pode ser um desafio para o Norte, mas pode, também, ser uma fonte de entrada de divisas para o Sul. O emigrante, mesmo o ilegal, pode canalizar fundos financeiros para os seu país de origem, onde estão os seus familiares, fluxos esses que qualquer país não desdenha. Já o crime organizado não pode ser visto nessa perspectiva, pelos anátemas que traz aos Países onde se enraíza, nomeadamente a ameaça de colapso do Estado de Direito.

IV.3. POSSÍVEIS CENÁRIOS DE EVOLUÇÃO

A formulação de possíveis cenários de evolução das ameaças, riscos, desafios e factores de instabilidade que emanam da margem Sul tem, a nosso ver, de passar pelo grau de abertura dos países magrebinos, ao desenvolvimento sustentado. Desse desenvolvimento dependerá a fixação das elites intelectuais a esse espaço, mas também dos jovens, fundamentando-a na motivação e na visão de um outro futuro.

A acontecer tal abertura a mesma ocorrerá a partir do interior dos regimes ou será imposta pelas comunidades desses países. A primeira conduzirá a cenários mais assertivos, mas pode, como todos os processos, implicar pontos de trajecto onde os regimes possam estar mais vulneráveis e sofram contestações. Essas contestações poderão ter origem na percepção de que os regimes estão a “vender” os usos e costumes ancestrais em troco de uma cultura subjugante corrompida e que corrompe. A arte de passar esses pontos críticos do trajecto pode ser aquela que garanta o sucesso da intentona. Essa abertura implicará a democratização e a ultrapassagem de usos enraizados nas tradições e que afectem os direitos humanos. Já a democratização poderá exigir a alienação de algum poder, hoje em dia detido por dirigentes que o querem preservar a todo o custo, mas também a mudança de práticas adoptando-se aquelas que patenteiam uma maior transparência.

Apesar de nos parecer que alguns países, como Marrocos, anseiam a essa abertura, vemos que eles não pre-

tendem ceder naquilo que ela exige. Marrocos ao desejar aderir à UE parece aspirar o bom que daí resulta, mas as suas atitudes internas parecem estar longe de querer entrar no espírito daquela União. Por outro lado, a Argélia também não parece querer correr o risco de percorrer um trajecto onde os momentos de vulnerabilidade podem fazer derivar as situações, já de si instáveis, para extremismos difíceis de retorno. A Tunísia, apesar de ser aquele país que, face à sua conjuntura interna, melhor pode percorrer esse trajecto, tem, também, o receio do controlo sobre o mesmo lhe fugir e redundar em situações políticas que podem degenerar em criticismos. Assim, o Magrebe ao aspirar a esse caminho mais directo, que pode atrair o investimento internacional e animar o desenvolvimento interno, criando as condições para a realização de expectativas actualmente goradas, tem de encontrar a ousadia para o percorrer. E enquanto não tiver a noção que o rácio risco/benefício compensa essa ousadia, não vai, de certo querer mostrar-se intrépido. Portanto, parece-nos que este cenário, apesar de ser o mais confortável para o Ocidente, dificilmente se realizará a curto prazo.

O outro cenário que contempla a abertura é a de a mesma ser impulsionada pela acção da população desse país. As contestações populares têm-se vindo a verificar em todos os países magrebinos, incidindo sobre as políticas sociais, as liberdades de expressão, a garantia de justiça e dos direitos humanos, a igualdade de oportunidades e a luta contra a corrupção estatal. Porém, esta contestação, como toda que provoca entropia no interior de um sistema, facilmente pode deixar de ser controlável e ser aproveitada por franjas da sociedade, como os fundamentalistas radicais, para imporem a sua forma de ver e de estar aos outros. Assim, existe o risco, nesse cenário de, em vez de se atingir a abertura esperada, se enveredar por um córrego bem sinuoso e escavado, onde as liberdades ainda fossem mais espartilhadas e as igualdades mais desiguais. A monarquia de Marrocos tem mostrado o receio de enveredar por estes trilhos. A procura de consolidar a sua legitimidade interna e externa tem-na levado, como forma de desviar as atenções dos que contestam o seu poder, a alimentar situações de conflito alternativos, como os que ressaltam: do Saara Ocidental; do confronto, em 2002, com a Espanha relativamente à ilha de Perejil; com a questão de Ceuta e Melilla; com as provocações da cedência de licença de prospecção no quadrante marítimo que engloba Melilla, Chafarinas e Alborán; ou, ainda, com os confrontos fronteiriços com a Argélia. Com esses conflitos, Marrocos tem procurado espreitar um nacionalismo intenso, capaz de se opor, ideologicamente, às ideias fundamentalistas. Porém, “(...) *Se o islamismo incorporar no seu seio, a legitimidade nacionalista que até agora tem sido detida pela monarquia, esta e o regime que dela emana correrão sérios riscos* (...)” (PÉREZ: 2004; 7). É, ainda, o que acontece com a Argélia, que procura, através da violência, que a contestação não provoque factuais de difícil retorno, em que o fundamentalismo islâmico poderá ser protagonista. Com o obstáculo musculado das reivindicações e das contestações, políticas e sociais, esses países parecem impedir que a abertura se faça a partir da sociedade, pelo que este cenário não parece, também, ser muito viável nos próximos tempos.

Resta um último cenário, aquele que é temperado pela lendária calma árabe: o de se esperar que o tempo

resolva aquilo que os homens não têm tido capacidade de resolver. Neste cenário tudo continuará na mesma. O Ocidente continuará com a esperança de que o Sul se democratize, incentivando, por vezes com dádivas generosas, outras vezes só permitindo que se percorra o caminho no sentido que acha mais conveniente, outras vezes, ainda, criticando, sem compreender e sem agir. O Sul, continuará a lamentar-se do seu passado, vendo nele a causa do seu único futuro, não conseguindo construir um outro, que dê mais esperança à sua juventude. Procurará, ainda, explorar o sentimento de insegurança que resulta da sua relativa instabilidade interna, fazendo ver ao Norte que é necessário investir mais no Sul. No entanto, o crime organizado irá continuar, aqui e ali combatido, a par da migração clandestina, das reacções de uma juventude desesperada, das manifestações violentas e terrorista da franja radical da sociedade, de provocações como forma de desviar as atenções internas e da existência de métodos que, não sendo do âmbito do crime estruturado, facultam proventos para o dia-a-dia de famílias empobrecidas. Neste cenário, as explorações petrolíferas, enquanto forem viáveis, vão satisfazendo os quesitos mínimos de alguns países, tendo, contudo um fim. E quando ele chegar, esses países perceberão o erro das economias de fontes únicas de receitas. Este cenário, sendo o mais provável a curto prazo, terá, mais tarde ou mais cedo, de dar lugar a um dos outros dois, dependendo dos países Magrebinos, mas também da CI, qual deles será. É que a história tem demonstrado que nenhuma sociedade pode ser mantida, por um poder político, indefinidamente espalhada à custa da violência.

IV.4. SÍNTESE CONCLUSIVA

Ao longo deste capítulo estudámos quais as ameaças, riscos, factores de instabilidade e desafios que se colocam ao MEDOC. Verificámos que, na margem Sul, a quase totalidade deles têm fundamento, entre outras causas, na falência estrutural das sociedades; nos sentimentos de exclusão; nas expectativas insatisfeitas; na negação das dinâmicas dos tempos; na falta das respostas às inserções sociais; no espevitar de nacionalismos para desviar atenções das preocupações quotidianas e estruturais; na procura dos protagonismos regionais; na má gestão dos recursos; no crescimento demográfico desmesurado e na pressão demográfica; na existência do crime organizado etc. E a sociedade directamente sujeita a todas elas tem procurado ajuda naquilo que, apesar da sua pobreza, ainda os pode unir: a religião, aproveitada por franjas societárias para a doutrinação em valores que, ilusoriamente, lhes possam trazer o fulgor de outrora. As razões económicas, sociais e geopolíticas, têm sido, assim, fadoras daquelas instabilidades e da relativa insegurança regional.

Algumas dessas ameaças e factores de instabilidade, sem se tornarem internacionais, tornaram-se transnacionais, no sentido horizontal e vertical, na medida que, incidindo sobre os problemas regionais, deixaram de estarem subordinadas às fronteiras. Hoje em dia podemos encontrar na Europa manifestações contaminadas pelas realidades magrebínas, sendo nesse Continente procurados proventos para alimentar actividades que têm lugar no outro lado e perpetrados acontecimentos como forma de chamar as atenções sobre os problemas meridionais. Importa, assim analisar, o que tem sido feito pela CI para ajudar a debelar essas situações.

V. SEGURANÇA DO MEDITERRÂNEO OCIDENTAL

V.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

O fim da GF fez ressaltar que o Estado Nação era insuficiente para fazer face a todas as ameaças. Os Estados passaram, então, a conferir maior importância à cooperação, aderindo à ideia de que a integração era a solução para as carências de segurança. Neste contexto, as OI têm assumido relevância.

A proximidade das margens do MEDOC, tem levado a interdependências de segurança e estabilidade, exigindo o diálogo, a cooperação pragmática e “(...) o desenvolvimento de uma aproximação realista e gradual aos problemas de segurança, tendo em consideração as realidades políticas (...)” (ORMANCI: 2000; 6).

A análise dos problemas da região, não se pode só centrar no terrorismo, no tráfico de drogas e na proliferação de armas. Tem, antes, de alargar a sua amplitude às diferenças sócio-económicas e culturais, às necessidades de reformas de sectores, etc, sempre ciente da existência, na região, de “(...) falsas percepções e pre-conceitos (...)” (CALLEYA e RHEIN: 2004; 21), bem como de “(...) uma continua e mútua desconfiança e suspeição entre os países do Norte e do Sul do Mediterrâneo (...)” (ORMANCI: 2000; 7). Além disso, deve ter presente de que “Quando se fala de assuntos de segurança no Mediterrâneo (...) uma grande desvantagem é a falta de qualquer definição comum de “segurança”. ” (BIAD: 1997; 57).

O “(...) conceito de segurança europeu é mais amplo do que o dos seus parceiros do Sul ...[pois] assenta em vários aspectos, que não os estritamente político-militares ... depende de uma série de processos internos de democratização e de reformas económicas (...)” (PINHO, 2003: 10-11). Enquanto o “(...) Norte pensa que os parceiros do Sul devem ter uma postura pró-activa implementando...reformas políticas e económicas ... O Sul ... argumenta que essas acções são uma receita para a interferência e a desestabilização (...)” (PINHO, 2003, 10-11). O Sul parece ter optado pela política da “segurança absoluta”, abandonada pelo Ocidente após a GF, quando adoptou um conceito que abrange outros vectores para além do militar. Para o Sul “(...) a segurança absoluta de um supõe a insegurança absoluta do outro.” (AHMED: 1993; 11), mesmo que isso implique gastos de recursos que poderiam ser melhor aplicados em outros sectores.

O Norte vê a segurança na perspectiva colectiva, viabilizada por pactos e integrações em Organizações. Porém, não esquece que as ameaças não têm fronteiras e que há um limite para a autoprotecção, pelo que conjuga aquela perspectiva com a de cooperação, oferecendo-a e aproveitando-se dela, como forma de incrementar a responsabilidade, a eficácia, a eficiência e a equidade na luta contra as ameaças à paz e à segurança. O Sul tende só para a perspectiva da cooperação, procurando-a na solidariedade familiar e nos que a podem oferecer. Ao tentar impor, ao Sul os seus valores e a sua perspectiva, o Norte pode fazer com que o seu parceiro se auto-ostracize ou se revolte, por se sentir coarctado na sua liberdade.

Algumas iniciativas do Norte, vocacionadas para a implementação duma área colectiva de segurança, têm

sido interpretadas, pelo Sul, como uma tentativa de afirmação naquele espaço. Quando foi criada a EURO-MARFOR e a EUROFOR, Kadhafi, em 11/11/2006, afirmou que isso era “(...) *um regresso ao colonialismo (...)*” (PALMEIRA: 20006; 130). Os árabes têm interpretado algumas acções Ocidentais, como “(...) *intrusão, interdição e coacção (...)*” (ALBONI: 1999; 3), ficando “(...) *visceralmente (...)*” desconfiados em relação a qualquer intervenção do Ocidente (GUAZZONE: 2000; 88). Mas o Sul tem de aceitar que “*Passada a guerra fria, não se procura no mundo islâmico um inimigo de substituição*” (RAMALHO: 1998; 172).

Neste capítulo vamos analisar as iniciativas mais significativas e os projectos orientados para a consolidação da segurança e estabilidade no MEDOC e projectar os seus possíveis cenários de evoluções. Incidiremos a análise na UE, na NATO, no Diálogo 5+5, na Unidade do Magrebe Árabe e na Liga dos Estados Árabes.

V.2. INICIATIVAS DA MARGEM NORTE

V.2.1. DA UNIÃO EUROPEIA (UE)

Até o fins de 1995, o “(...) *peso do eixo franco-alemão, a preocupação principal apresentada pelos países comunistas do Leste e a distância física e mental da Grã-Bretanha faziam do Mediterrâneo uma área totalmente secundária.*” (PUJOL, 2005) para a Europa. Com a entrada de Portugal, Espanha e a Grécia na Comunidade Europeia, o centro de gravidade do continente deslocou-se mais para Sul e a fronteira Meridional da Europa ganhou importância, no quadro das preocupações. Era a fronteira do subdesenvolvimento, das migrações sem controlo, do fundamentalismo crescente e da ameaça terrorista. Numa tentativa de redução desses factores de risco, a UE, já em 1989, tinha lançado a Política Mediterrânica Renovada, procurando o desenvolvimento económico dos PTM. Contudo, os acordos firmados exigiam medidas económicas consideradas, por aqueles países, como sacrifícios demasiado exigentes, pelo que os fins propostos não foram atingidos.

Em 28/12/1995, surgiu o Processo de Barcelona, lançado naquela cidade, onde decorreu a primeira conferência Euro-Mediterrânica (EuroMed), com os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos 15 países membros da UE e de 12 países mediterrânicos não membros, a saber: Argélia, Chipre, Egipto, Israel, Jordânia, Líbano, Malta, Marrocos, Autoridade Palestiniana, Síria, Tunísia e Turquia⁶⁴, tendo ainda sido convidadas a Liga Árabe (LA) e a União do Magrebe Árabe. Actualmente, a Parceria EuroMed (PEM) congrega os 28 países da UE e os restantes 10 daqueles 12, visto que dois desses já fizeram a sua adesão à União.

A PEM assenta em três pilares: a gestão, pelo diálogo político e de segurança, de uma área comum de paz e estabilidade; a criação de uma área de prosperidade partilhada, através de parcerias económicas e financeiras e de uma zona de comércio livre; a aproximação entre os povos, pelas parcerias sociais, culturais e humanas, como forma de encorajar a compreensão e o entendimento entre culturas e as trocas de conhecimento (ASTRID: 2007; 8). A cada um desses pilares corresponde um vector principal, a saber: o de cooperação política e de segurança, que exige dos parceiros a promoção da garantia dos direitos humanos, da demo-

⁶⁴ Para um melhor esclarecimento consultar a Figura 13, no Apêndice 4.

cracia e da actuação no respeito da Carta das NU; o da parceria económica e financeira; e o da parceria no âmbito social, cultural e dos assuntos humanos (UE: 1995). Para subsidiar a PEM, em 23/07/1996 foram criadas “(...) *medidas financeiras e técnicas para acompanhamento (MEDA) da reforma das estruturas económicas e sociais, no quadro da parceria Euro-Mediterrânica.*”, em cujo documento de gestação, no seu artigo 1, ponto 1 se pode ler: “(...) *a Comunidade deve implementar medidas no quadro dos princípios e prioridades da parceria Euro-Mediterrânica que suporte os esforços que os países do Mediterrâneo não membros (...) irão executar com vista à reforma das suas economias e estruturas sociais e mitigar qualquer consequência social e de ambiente que possa resultar do desenvolvimento económico.*” (UE: 1996).

Esse Processo facultou à Autoridade Palestiniana assento e voz, apesar do conflito israelo-árabe não ter facilitado a concórdia no seu seio. Em 27/11/2005, a cimeira de Barcelona comemorativa do 10º aniversário do Processo, foi marcada pela ausência de quase a totalidade dos países árabes, ilustrando que nem sempre os objectivos da iniciativa foram fulcrais para os mesmos. Já nos anos 90, os conflitos sangrentos argelinos, a tensão entre a Grécia e a Turquia que levou “(...) *a Grécia a obstar, por um certo período a aplicação do programa MEDA (...)*” (PUJOL, 2005), os conflitos Israel-Palestiniano e dos Balcãs, o encrespar das relações entre Marrocos-Espanha e Argélia-Marrocos, bem como a procura da adesão, nas melhores condições, dos países do Sul da Europa à União Monetária, levou a que as relações com os PTM, nomeadamente com os do Magebe, fossem secundarizadas. Porém, as reformas do sector da segurança e as do âmbito político, nomeadamente as relacionadas com a democratização dos Estados e com a transparência das Instituições e da Justiça, e que eram da responsabilidade dos países magrebinos, pouca evolução sofreram. Além disso, a abertura da União a leste fez despertar no Sul, os fantasmas de uma «Europa fortaleza», ameaçante das exportações agrícolas do PTM, e o receio da diminuição da importância das relações desses países com a UE.

Em 2004, a UE construiu a Política Europeia de Vizinhança (PEV), procurando, “*estabelecer uma área de paz, estabilidade e prosperidade partilhada*” (UE: 2007 a); Summary) e oferecer aos seus vizinhos “(...) *um quadro de desenvolvimento de uma nova relação (...).*” (UE: 2003; 5), baseada no princípio de que, “(...) *a todos os países vizinhos deve ser oferecida a perspectiva de uma participação no mercado interno da UE e uma maior integração e liberalização para promoverem a livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais (...)*” (UE: 2003; 10), mas tendo em consideração que “*Em troca de progressos concretos, demonstrando valores e implementação eficaz de políticas, reformas económicas e institucionais, incluindo o alinhamento da legislação com o acervo europeu, a vizinhança da UE deve beneficiar de uma integração económica mais estreita com a UE.*” (UE: 2003: 10). A filosofia subjacente baseia-se na cooperação, desenvolvida num quadro de responsabilidade partilhada, centrado na prevenção de conflitos, com vista a reduzir a pobreza e criar uma área comum de prosperidade, pela integração económica e das relações políticas e culturais.

Essa iniciativa, abrange, entre outros países, Marrocos, Argélia, Tunísia, Líbia, Egipto, Jordânia, Israel, Autoridade Palestiniana, Líbano, e a Síria. O financiamento dos seus projectos tem sido feito pelo Fundo de

Investimento para a Vizinhança (FIV), criado em Maio de 2008, que, no seu primeiro ano, apoiou 15 projectos, no valor de 71 milhões de euros, tendo recebido, para 2009, a contribuição da UE, de 70 milhões. Sobre o assunto, a Comissária responsável pelas Relações Externas e pela PEV, Benit Ferrero-Waldner afirmou: “(...) *estamos encorajados pelos resultados positivos desde já registados graças ao FIV.*” (UE: 2009 c)).

A Argélia aderiu a esta iniciativa, em Setembro de 2005. A estratégia para o seu desenvolvimento, formulada pela UE, baseia-se: Na reforma do sistema de Justiça, no crescimento económico e do emprego e na melhoria nos serviços básicos públicos (UE: 2007 a)). Contudo, a Argélia tem apresentado dificuldades na implementação dessa estratégia, face ao ambiente interno que denota.

Marrocos, tem tido um papel activo na PEV, tendo registado bons progressos no domínio do seu Plano de Acção. Porém, “(...) *as reformas em matéria de democracia e dos direitos do homem têm sido relativamente pouco ambiciosas (...). As diferenças sociais continuam (...)* enormes e necessita de (...) *recuperar o atraso em termos de indicadores de desenvolvimento humano.*” (UE: 2009 a); 2-3).

A Tunísia, foi o primeiro parceiro do Sul do MED a implementar, em Janeiro de 2008, uma zona de comércio livre para bens industriais, e os protocolos que prevêm a resolução de litígios, no quadro da associação com a UE. Porém, tem demonstrado vulnerabilidade nas “(...) *reformas judiciais (...)*” e na “(...) *liberdade de associação e de expressão (...)*” (UE: 2009 b); 2-3).

No relatório sobre a PEV, de 18/02/2008, o Conselho da UE reafirma “(...) *a sua vontade de aprofundar a cooperação da UE com os parceiros da PEV (...)*” (UE: 2008 a); 3), alerta para a necessidade dos Planos de Acção aprovados serem implementados, e reitera a importância de se “(...) *estimular o processo de integração económica e com vista a estabelecer uma Euro Zona de Comércio Livre, em 2010. O Conselho incentiva os países do Mediterrâneo a acelerar as negociações e a entrada em vigor de ACL (Áreas de Comércio Livre), firmadas entre si, de modo a reforçar a integração regional sul-sul.*” (UE: 2008 a); 2).

No entanto, com o tempo, o Processo de Barcelona tornou-se “(...) *essencialmente um fórum multilateral de discussão, enquanto complementarmente são geridas relações bilaterais principalmente no âmbito da PEV e através de acordos de associação assinados com cada país parceiro.*” (UE: 2009 d)). O programa MEDA foi substituído pelo Instrumento Europeu de Vizinhança e Parceria (IEVP), destinado a subsidiar a PEV e cujos fundos atribuídos aos parceiros⁶⁵ dependem das suas capacidades de absorção, da realização dos projectos e da execução das reformas acordadas. O IEVP tem três objectivos estratégicos: o apoio à transição democrática e à promoção dos direitos humanos; a transição para a economia de mercado; e a promoção do progresso sustentável e de políticas de interesse comum (antiterrorismo, a proliferação de armas de destruição maciça, a resolução de conflitos, o primado do direito internacional, etc.) No âmbito destes objectivos estratégicos, foram estabelecidos quatro eixos principais de cooperação, e que incidem: Na implementação do diá-

⁶⁵ Em 2007 os fundos do IEVP foram de 1 254 milhões de euros (UE: 2008 b); 14).

logo sobre prioridades multisectoriais relacionadas com as reformas; a aproximação das legislações; o apoio institucional; a concretização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio da ONU. (UE: 2009 d)).

A UE utiliza, quase sempre, nos seus projectos, as palavras “democracia” e “direitos humanos”. Contudo, o entendimento dos conceitos inerentes a essas palavras, não parece ser o mesmo no Norte e no Sul, o que tem provocado acusações, por parte dos países árabes, de que a UE tem procurado “(...) impor valores europeus.” (GILLESPIE e YOUNGS: 2007; 10) e os seus projectos sido olhados, por aqueles, com desconfiança.

O impasse em que entrou o Processo de Barcelona reduziu o protagonismo, no seio da União, dos países do Sul da UE. O alagamento da UE a Este parecia aumentar a distância entre o Norte e o Sul do MED. Por outro lado, a Turquia, a Ucrânia, a Geórgia e a Rússia atraíam as atenções da Europa. O Processo de Barcelona indiciava, então, “(...) não passar das declarações, vitima, do lado da UE, da prioridade dada à Europa central e oriental e, do lado da margem sul, da persistência de obstáculos/dificuldades à integração de Estados fechados e em cujas relações predominam aspectos de defesa e segurança.” (NUNES; 2000: 313).

A UE adoptou, ainda, em Dezembro de 2005, a sua Estratégia Antiterrorista, onde preconiza que, tendo-se em consideração as ameaças transnacionais, “(...) revestem-se de primordial importância a cooperação com países terceiros prioritários e a ajuda a estes países – incluindo os do Norte de África, (...)”, devendo-se “(...) promover no exterior da União, de forma ainda mais firme, a boa governação, os direitos humanos, a democracia e a educação e a prosperidade económica, e empenhar-nos na resolução de conflitos. Devemos ainda combater as desigualdades e a discriminação, quando existam, e promover o diálogo entre as culturas e a integração a longo prazo, sempre que necessário” (UE: 2005; 7-9). Essa estratégia, baseia-se no princípio da subsidiariedade, preconizando que, numa 1ª estância, compete a cada Estado membro a implementação das medidas de combate ao terrorismo. Esta iniciativa foi vista como um refrescamento do Processo de Barcelona e das relações com o Magrebe, havendo o sentimento de que era chegado o “(...) momento do processo de Barcelona avançar para além da discussão e do pensar em concentrar-se no atingir de resultados tangíveis (...) [parecendo que] precisava de um forte empurrão.” (CALLEYA e RHEIN: 2004; 25 e 26).

Neste contexto, surgiu o “Processo de Barcelona: União para o Mediterrâneo”, actualmente denominado “União para o Mediterrâneo” (UPM). Essa iniciativa foi oficialmente formulada, em Paris, em 13/07/2008, havendo alterações significativas, impostas, essencialmente, pela Alemanha, à ideia apresentada por Nicolas Sarkozy, na visita que fez a Tanger, em 23/10/2007. No seu documento oficial, preconiza-se um “(...) novo impulso no Processo de Barcelona, concretizado, no mínimo, através de três modos importantes: Melhorando o nível político das relações da UE com os seus parceiros mediterrânicos; conferindo às relações multilaterais uma apropriada contrapartida mais intensa; e realizando mais projectos regionais e sub-regionais, relevantes para os cidadãos da região, conferindo concretização e visibilidade a essas relações” (UE: 2008 b); 5). A sua co-presidência, nos termos das alíneas 25, 26 e 27 da Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho, parece estabelecer um maior equilíbrio pela partilha das direcções (UE: 2008 b);

6). Porém, em nossa opinião, a eleição, por dois anos, do co-presidente dos parceiros da UE, mesmo que por consenso, pode ser problemática, num conjunto de países que têm dificuldade em encontrar convergências.

A UPM envolve os 27 países da UE, a Croácia, a Bosnia-Herzegovina, o Montenegro, a Albânia, a Turquia, a Síria, o Líbano, a Jordânia, Israel, a Autoridade Palestiniana, o Egito, a Tunísia, a Argélia, Marrocos e a Mauritânia. A Líbia não esteve presente no lançamento da iniciativa, e o seu líder declarou que considera essa União, “(...) *um campo de minas*.” (PÚBLICO 13/07/2008), alegando que a participação dos países africanos na mesma foi “(...) *uma violação das resoluções*” da União Africana, não aceitando que se esteja a dividir a África à custa de hipotéticas expectativas provenientes da Europa (MARRAKECH, 05/08/2008).

Neste processo, a UE pretende relacionar-se com cada parceiro, para definir o apoio a programas conducentes a reformas e a transições económicas, tendo em conta as especificidades de cada um deles. O seu financiamento suplementar será obtido a partir: do sector privado, da cooperação bilateral dos Estados da UE, de contribuições dos parceiros mediterrânicos, do IEVP e do Fundo de Investimento Euromediterrânico e de Associação (FEMIP), criado pela UE em 2002, com vista ao desenvolvimento do sector privado na região em causa, tendo sido, porém, atribuído um orçamento inicial de 600 milhões de Euros (UE. 2008 b) 8-9).

Os projectos que o Processo se propõe abordar, inserem-se nas grandes áreas da despoluição do Mediterrâneo, das “*auto-estradas*” do mar (portos e serviços portuários), da energia solar, da auto-estrada que ligue os países do Magrebe e da protecção civil (UE: 2008 b); 11-12).

Os problemas do MEDOC são essencialmente, de natureza sócio-económica, e a sua resolução exige a promoção de relações de cooperação com a Europa, mas também com todo o MED, assumindo a UE, nessa área, a primazia, pois oferece aquilo que é mais necessário: a cooperação económica. Mas sozinha não pode fazer face à diversidade dos problemas regionais. Até porque não representa a visão de todas os países da região e/ou que têm interesses no MED, tal como a Turquia e os EUA. O desenvolvimento do MEDOC como uma região estável e próspera tem de envolver a UE, mas também outros actores, como a NATO.

V.2.2. DO PROCESSO DE COOPERAÇÃO DO MEDITERRÂNEO OCIDENTAL (G 5+5)

O Processo de Cooperação do Mediterrâneo Ocidental, também conhecido por “Diálogo 5+5” ou pelo designativo “G 5+5”, foi lançado em 1983, por François Mitterrand e Claude Cheysson, e implementada em 1990. É um dos fóruns de discussão euromediterrânico mais antigos, e “(...) *tem a vantagem de não incluir o perturbado Mediterrâneo Oriental, o que facilita o desenvolvimento do diálogo*.” (SACCHETTI: 2006; 42). Inicialmente constituído por 4 países de Europeus – Portugal, Espanha, França, Itália – e os cinco países Magrebinos, integrou, posteriormente, Malta⁶⁶. É um “(...) *fórum de debate, informal e flexível, de ideias e propostas concretas de cooperação*.” (MAEC: 17/04/2009). O seu objectivo principal é o da cooperação, mormente na área da gestão dos recursos naturais, do desenvolvimento de laços económicos, de apoio finan-

⁶⁶ Para melhor esclarecimento, consultar a Figura 14, no Apêndice 4.

ceiro, da migração e do apoio à cultura, com vista a se implementar uma área partilhada de paz e colaboração.

Em 5 e 6/12/2003 realizou-se a primeira cimeira desta iniciativa, em Tunes, sem agenda formal, e com a presença dos Chefes de Estado e de Governo, tendo sido a única com essa participação. Ao todo, realizaram-se, até à data, sete reuniões, com um interregno de 10 anos entre a segunda e a terceira. Esse intervalo deveu-se à suspensão do Diálogo, face à imposição de sanções à Líbia, devido ao atentado de Lockerbie. Porém, a recente abertura da Líbia ao Ocidente, levou ao reatar das actividades, parecendo que o Diálogo 5+5 ganhou vida. Na sua existência este Diálogo tem tido dificuldades, para além da já descrita, frutos das discórdias entre Marrocos e a Argélia, dos alinhamentos durante a 1ª GG e das crises internas argelinas.

No âmbito da iniciativa, tem-se considerado o desenvolvimento sustentado e o aprofundamento do entendimento entre os parceiros como sendo um importante objectivo estratégico. Inicialmente, as reuniões eram só destinadas aos Ministros dos Assuntos Externos. Porém, têm sido conduzidas reuniões mais específicas, com responsáveis dos países membros, pelos assuntos que as mesmas versavam. Ao longo dos anos, o âmbito do Diálogo 5+5 tem sido incrementado, passando do puramente político para outras áreas, explorando-se as sinergias resultantes do informalismo e da flexibilidade das reuniões. Os âmbitos dos assuntos tratados no Diálogo 5+5, têm sido relacionados com matérias do *“Interior, desde 1995, Migrações (trabalho e assuntos sociais), desde 2002, Parlamentos, desde 2003, Defesa, desde 2004 e Transportes, desde Março de 2007.”* (MAEC: 17/04/2009). Essa iniciativa tem sido um fórum de cooperação privilegiada, multidisciplinar, que incide sobre o MEDOC, afirmando-se como uma plataforma onde as especificidades magrebina podem ser discutidas, já que, a nível da UE, não existe um espaço no qual o Magrebe possa ser o interlocutor directo.

Em 19/11/2004 decorreu, em Roma, a assinatura, pelos Ministros da Defesa do G 5 +5, do “Plano de Actividades para a Cooperação Multilateral sobre a Segurança na Bacia Ocidental do Mediterrâneo” abrangendo: Fiscalização Marítima; Participação das FA na protecção civil; Fiscalização aérea do MED (EMGFA: 2009; 1). Daqui se deduz as preocupações existentes pelo espaço comum marítimo.

Em 21/12/2004 os Ministros da Defesa dos países parceiros do Diálogo, em Paris, assinaram uma Declaração de Intenções relativa à cooperação no âmbito da segurança do MEDOC, comprometendo-se a acompanhar as actividades daí decorrentes e criar, se necessário, grupos de especialistas para assessorias nesse âmbito.

O sucesso da iniciativa, apesar de limitado pelos objectivos definidos, deve-se muito a nela não estar presente nenhum país do Médio-Oriente e não se fazer nela sentir as rivalidades das iniciativas, ou das pretensões, que envolvam países das franjas da Europa. Ela tem funcionado, como um complemento às iniciativas do âmbito da UE, reforçando a cooperação da Europa com o Magrebe, sendo aceite como uma plataforma capaz de contribuir para a estabilidade do MEDOC. Porém, o Diálogo 5+5 não é a solução global para os problemas da região, pois os seus projectos, sendo importantes, são pouco ambiciosos. Projectos como apoiar a formação de elementos da polícia desses países, participar em fóruns de discussão sobre problemas comuns, firmar acordos que evitem a dupla tributação ou firmar “Tratados de Amizade, Boa Vizinhança e Coopera-

ção”, como aquele que foi assinado entre Portugal e a Argélia, em 2005 (MNE: 2009), são importantes, mas os problemas de região exigem mais do que isso. Exigem actividades de investimento avultadas que parecem estar fora das intenções dos parceiros europeus, a ajuizar pelas iniciativas contextualizadas nesse Diálogo.

O designativo G 5+ 5 é indicativo da existência de um grupo com dois sub-grupos, todos eles com interesses comuns e cada um deles com desideratos diferenciados. Os acordos bilaterais, firmados no seio do grupo ou a partir dele, parecem mostrar que nem sempre os interesses são vistos de uma forma holística e integrada. O que pode significar que “(...) o Mediterrâneo, para além de constituir a ponte que todas as parcerias políticas pretendem consolidar, continua a ser uma fronteira entre dois mundos.” (NEGREIROS: 2002; 5).

V.2.3. DANATO

A NATO criou, em Fevereiro de 1995 o Diálogo Mediterrânico (DM), em que participam a Mauritânia, Marrocos, Argélia, Tunísia, Egipto, Jordânia e Israel⁶⁷, visando a transparência, a confiança e a cooperação com os países da região, com vista a “(...) contribuir para a segurança e a estabilidade regionais (...)” (SANTIS: 2004). Procurando-o dinamizar, em Julho de 1997, em Madrid, a Aliança criou o Grupo de Cooperação do Mediterrânico, na dependência do Conselho do Atlântico Norte (NAC), onde se tem discutido assuntos inerentes ao MED e trocado experiências. Na Cimeira de Istambul, em Junho de 2004, reiterou-se a necessidade de pragmatismo na cooperação conduzida no âmbito do DM, tendo passado a constar nas agendas de trabalho, definidas anualmente, actividades consideradas, pela NATO, prioritárias, mormente as relacionadas com a “(...) interoperabilidade, a reforma da defesa e o contra-terrorismo.” (NATO: 2006; 3).

Na reunião de Chefes de Estado e de Governo, realizada em 24/04/1999, por ocasião das comemorações dos seus 50 anos, foi aprovado o Conceito Estratégico da Aliança, onde se lê que “(...) a segurança da Europa está intimamente ligada à segurança e à estabilidade no MED (...). O Diálogo com o Mediterrâneo proporciona um quadro de confiança, promove a transparência e a cooperação na região e reforça e é reforçada por outras iniciativas internacionais. (...) procura desenvolver progressivamente os aspectos políticos, civis, militares e de diálogo com o objectivo de alcançar uma cooperação mais estreita (...) com os países parceiros do diálogo.” (NATO: 1999; parag. 38). Este conceito, tem contribuído para a arquitectura de segurança da Europa através do relacionamento entre parceiros, do diálogo e da cooperação com outras Nações, procurando a promoção da paz, da democracia, da prosperidade e do progresso, com vista a debelar conflitos e a atingir a estabilidade. Esse tipo de abordagem exige, porém, uma análise permanente do ambiente de segurança regional, para se perceber se o mesmo permite a aproximação através da colaboração.

Em Julho de 2002, o NAC elegeu o aprofundamento do DM como uma das suas mais altas prioridades (SACCHETTI: 2006; 40). Porém, existe o sentimento de que tem sido “(...) talvez, o mais deficientemente apreciado (...)” (BIN: 2000; 80) face a outros projectos, como o da pacificação do Afeganistão, o dos Balcãs

⁶⁷ Para melhor esclarecimento de quais os países que fazem parte do DM, consultar a Figura 15 do Apêndice 4.

e o do Médio-Oriente. Ele é visto “(...) *por alguns críticos, como “ainda outra iniciativa para o Mediterrâneo”.*” (BIN: 2000; 80). Porém, a aproximação da NATO ao Norte de África pode contribuir para a estabilidade regional, pela indução da confiança. É também sob esse prisma que se tem de analisar o DM.

Em 07/07/2009, em Bruxelas, Jaap de Hoop Scheffer, então Secretário Geral (SG) da NATO, no discurso de lançamento do novo Conceito Estratégico da Aliança, referiu que as parcerias, nomeadamente as com o Norte de África, continuariam a ser uma preocupação do novo conceito estratégico. Referiu mesmo que “(...) *a NATO, sem (...) o Diálogo para o Mediterrâneo (...) tornou-se impensável.*” (SCHEFFER: 2009).

O actual SG, Anders Fogh Rasmussen, no seu discurso de tomada de posse, em 01/08/09, afirmou que a NATO é uma “(...) *aliança que protege os muçulmanos contra a opressão (...).*” fazendo parte do seu trabalho “(...) *estender a mão para cooperar com o mundo muçulmano.*” (PÚBLICO: 02/08/2009; 18). Tal, podendo ser avaliado à luz do seu passado⁶⁸, não deixa de constituir uma intenção que empenha a Aliança.

Alguns dos países do Sul procuram, na NATO, formas de desenvolvimento. Uma dessas formas poderá envolver processos muito próximos dos da Parceria para a Paz, conceito que a NATO desenvolveu, desde Janeiro de 1994, com os países Euro-asiáticos, na procura de uma conciliação entre a diversidade e a mudança, “(...) *como mecanismo para exportar estabilidade para um novo estado membro.*” (BOENING: 2007; 6). Porém, os desafios do ambiente internacional têm desviado a atenção da NATO para a Ásia, local onde parece estar a ser jogada, no mínimo, a sua credibilidade, tal como foi jogada, há dez anos, nos Balcãs, factor de grande importância num momento em que se começa, novamente, a interrogar o que se quer da Aliança.

As dificuldades de concertação entre os países do Sul e a teimosia em não dar a devida importância às organizações regionais, tem privilegiado mais as negociações bilaterais (28+1), do que as multilaterais (28+7), como se deduz da declaração feita na Cimeira de Strasbourg-Kehl, ocorrida em 04/04/2009: “*Após 15 anos, o Diálogo Mediterrânico da NATO constitui (...) um fórum de consulta e de cooperação com os nossos parceiros mediterrânicos (...) Congratulamo-nos com a criação, no mês passado, de um programa de cooperação individual com a Jordânia, tal como os que já foram celebrados com Israel e Egipto, bem como iniciativas recentes com Marrocos e a Tunísia (...)*” (NATO: 2009; parag 37-39).

O DM visa a aceitação das políticas e actividades da NATO e da necessidade da segurança regional, dependendo da admissão das diversidades, mormente as culturais, religiosas, políticas e sócio-económicas e de que, só por excepção, uma medida aplicada num contexto tem o mesmo efeito noutra circunstância. Os seus pilares são: a participação progressiva dos parceiros em actividades da NATO; a abordagem inicial ao diálogo deve ser bilateral, para facilitar a integração, sem se proibir as abordagens multilaterais; todos os parceiros têm as mesmas condições de participação; os projectos podem ser complementares a outras iniciativas de outras organizações; as actividades são executadas sob a base do auto-financiamento, sendo, por excepção,

⁶⁸ Rasmussen, enquanto 1º ministro da Dinamarca defendeu o Jomal Jyllands-Posten, que publicou os cartoons sobre o profeta Maomé e que foi contestado pelo mundo Muçulmano.

alguns projectos subsidiados pela NATO. Julgamos que este pilar conduz a um limitado envolvimento, nos projectos mais expressivos, dos países Meridionais do MEDOC, pois apresentam situações sócio-económicas que não incentiva a participação sob o princípio do auto-financiamento.

Tanto a NATO como a UE, tem evitado a redundância de projectos, procurado, antes, a complementaridade, dialogando, entre si, sobre os mesmos e garantindo a especificidade de cada um. Por diversas vezes, durante a formulação da PESD, a Secretária de Estado americana Madeleine Albright proferiu o seguinte, referindo-se aos projectos da UE e da NATO “(...) *sem dissociação, sem duplicação e sem diminuição* (...)” (BOENING: 2007; 6). Contudo, “*A dificuldade está, dizem alguns analistas, em como compatibilizar as prioridades estratégicas entre um actor que (...) continua a ser a pedra angular da segurança mundial e uma Europa que hesita ainda sobre o seu papel e o seu lugar no mundo.*” (SOUSA: 2009; 19). Tanto os projectos de um como do outro são importantes para a região. O insucesso de um pode levar a efeitos negativos nos desideratos do outro, pela quebra de confiança dos países do MED nas capacidades do Ocidente, pois 21 dos 28 países da NATO pertencem à UE, o que induz uma interdependência de sucessos. O receio do insucesso, porém, não deverá levar à redundância de projectos por diferentes directórios, sob o argumento da garantia do sucesso, por poder ser considerado, pelos países envolvidos, como sendo, «mais do mesmo». Há espaço para todos e para os seus projectos, exigindo isso medidas e consciencializações específicas.

No âmbito do DM, a NATO tem promovido: a troca de informações, sobre assuntos de especial importância para o MED; a nomeação, desde 1999, por parte dos países da NATO com embaixadas nos países parceiros Mediterrânicos, de Elementos de Contacto, para facilitar o diálogo; a formação de militares e civis, nas suas escolas; a assessoria; workshops onde cientistas da NATO e dos seus parceiros têm participado; a visita a unidades militares; facultado a participação em missões de apoio à paz, como a participação de Marrocos, do Egipto e da Jordânia na Força de Paz da Bósnia e Kosovo (EL HOUDAÏGUI: 2007; 23) e no Afeganistão (RAZOUX: 2008: 2) e a inclusão de Marrocos, desde 02/06/2008, na operação Active Endeavour (NATO: 2008). Há quem pense que no DM há espaço para uma maior participação e conteúdos (BIN: 2000: 86). Na nossa opinião, a limitação de projectos deve-se mais a razões de financiamento do que de vontade política.

V.3. INICIATIVAS DA MARGEM SUL

V.3.1. UNIDADE DO MAGREBE ÁRABE (UMA)

Em resposta a uma União na Europa, que integra os países outrora colonizadores do Norte de África, nasce, em Marrakech, em 17/11/1989, outra União, baptizada por União do Magrebe Árabe⁶⁹, constituída por “(...) *cinco nações, ou talvez cinco projectos nacionais, com um Marrocos (...) mediterrânico e saariano, uma Argélia de (...) contrastes interiores, uma Tunísia de (...) tradições urbanas (...) a inquietante Líbia entre o Magreb e o Machrek* (...)” (MOREIRA, 1998: 24), todos eles ex-colonizados por aqueles outros.

⁶⁹ Para melhor esclarecimento ver a Figura 17, no Apêndice 4.

No preâmbulo do seu Tratado, pode-se ler que a mesma respondia às aspirações de se usufruir das relações entre os povos e à possibilidade de se reunirem os meios para uma maior integração, que possibilite à UMA o peso específico para contribuir para o equilíbrio mundial e consolidar as relações pacíficas no seio da CI, a paz e a segurança internacional. Afirma, ainda, que a UMA precisa de frutos tangíveis e de regras comuns, promotoras da solidariedade e do desenvolvimento económico e social, e ressalta a determinação da União em se constituir como um meio para a unidade árabe e o ponto de partida para uma união mais larga, englobando os outros Estados árabes e africanos (UMA: 1989; 1). Dela emerge a almeja, quase fobia, de uma união que congregue toda a nação árabe, através de uma “(...) *política de pequenos passos, tão usada para a consolidação das organizações internacionais.*” (SAMPAYO: 2000; 181), muito ao jeito do defendido, em 1980, pela OUA, no Plano de Acção de Lagos. No seu Anexo I, defende-se a integração, com vista ao estabelecimento de uma Comunidade Económica Africana, através de organizações regionais (OUA: 1980; 98-100).

No Artigo 2 do seu Tratado (UMA: 1989; 2) estão definidos os seguintes princípios da União: reforço da fraternidade; garantia do progresso, da prosperidade e dos direitos humanos; manutenção da paz assente na justiça e igualdade; prossecução de uma política comum; e a abertura gradual ao livre trânsito de pessoas, serviços, mercadorias e capitais. Porém, dificilmente se encontra algum que tenha sido verificado na plenitude.

Os objectivos da UMA são: no plano internacional, a concórdia, a cooperação e o diálogo entre Estados; no plano de Defesa, a salvaguarda da independência de cada Estado; no plano cultural, a cooperação capaz de preservar os valores espirituais e morais inspirados no Islamismo e salvaguardar a identidade nacional árabe, dotando-se a Organização de instituições de ensino, culturais e de investigação (UMA: 1980; 2-3).

Ao abrigo do artigo 6 (UMA: 1980; 3), as decisões são tomadas em Conselho de Chefe de Estado, sob a presidência rotativa de um ano, e por unanimidade, o que, tendo em consideração as relações entre os Estados membros, facilmente se deduz que dificulta a obtenção de qualquer resultado a implementar.

O Art. 14 afirma que uma agressão contra um Estado membro é considerada como agressão a todos os outros Estados, um pouco à guisa do Art V do Tratado NATO. O Art. 15 refere que nenhum Estado signatário pode permitir no seu território, actividades ou organizações que ponham em causa a segurança, a integridade e o sistema político dos Estados Membro, não podendo aderir a qualquer pacto ou aliança política e militar que ponha em causa a independência ou a unidade territorial dos outros. (UMA: 1989; 5). O Artigo 17 afirma que qualquer Estado pode aderir à União, desde que os outros o autorizem (UMA: 1989; 5). Com base neste Artigo, o Egipto pretende aderir à UMA, condicionando a adesão, segundo o embaixador Kadri Fethi, à supressão das dificuldades que têm impedido um maior sucesso da mesma (PANAPRESS: 22/12/2005).

Com vista à promoção de um espaço de unidade económica, a UMA fixou os seguintes objectivos: a implementação de uma zona de comércio livre; a instituição de uma união aduaneira e de tarifas comuns para o comércio externo; a formação de um mercado comum, com integração das economias e a livre circulação de bens e pessoas (EENI: s/d). Criou, ainda, uma Universidade e uma Academia das

Ciências Magrebinas e tem procurado políticas concertadas para os problemas da desertificação, da seca, da demografia e da imigração originária dos países Sub-Saarianos. Contudo, ainda não formou a Brigada, a seu cargo, para a African Stand by Force, da UA. Tal poderá ser devido a Marrocos não pertencer à UA, ou a não existir um acordo, no seio da UMA, que faculte o cumprimento dessa responsabilidade, sendo curioso que a UA ainda nada tenha feito para resolver o assunto, mostrando, até, na página 7 do seu documento “A Vision for the African Stand-by Force?”, ter dúvidas se lhe deve atribuir essa missão (UA: 2005; 7).

“Desde de Fevereiro de 1994 (...) a UMA se encontra num estado letárgico (...)” (SAMPAYO: 2000; 193), face aos conflitos entre os seus Estados e no interior dos mesmos. Esses Estados, em vez de resolverem os problemas que os afecta, trocam acusações. Em fins de 2008, o 1º Ministro Marroquino, Abbas El Fassi, acusou a Argélia, aludindo aos refugiados do Saara que se encontram em Tindouf, de “Ao confiscarem a liberdade dos nossos concidadãos, (...) [prejudicarem] gravemente as relações religiosas, históricas e de boa vizinhança entravando assim a edificação do Magrebe”, tendo a Argélia respondido que “Não se trata de construir um Magrebe onde uns ganhem em detrimentos de outros. (...) É preciso que todos os povos que nele vivem encontrem neste espaço os seus lugares” (PANAPRESS: 12/12/2008). Marrocos, em 19/01/2009 “(...) lamentou a inércia da União do Magrebe Árabe, cujas estruturas estão encalhadas há perto de 20 anos, devido ao conflito do Sara Ocidental.” (PANAPRESS: 20/01/2009). A resolução do conflito do Saara irá, segundo Fassi El Fihri, Ministro dos Negócios Estrangeiros marroquinos “(...) reforçar o Magrebe Árabe e torná-lo num parceiro extremamente respeitado (...) não devemos ficar prisioneiros da questão do Sara (...) e devemos ir em frente na integração magrebina.” (SAHARA-ONLINE: 22/04/09). Em 05/08/2008, Kadhafi afirmava que “(...) a UMA está minada por dissensões de toda a ordem e pelo conceito já fora de moda de Estado Nação” (MARRAKECH: 05/09/2008). O presidente do Centro Interdisciplinar Marroquino de Estudos Estratégicos e Internacionais, Abdelhak Azzouzi, afirmou que os países do Magebe chegaram a Paris, para o lançamento do UPM, sem um ponto de vista comum, e que “(...) a União do Magrebe Árabe (...) agoniza devido a problemas políticos entre os países que a formam” (EFE: 12/07/2008).

As diferenças de pontos de vista no interior da UMA iniciaram-se na sua formação e têm tido repercussões. Enquanto a Líbia defendia “(...) uma união política entre os Estados membros da Organização (...) [os] marroquinos e argelinos, (...) apenas preconizavam o aumento das relações económicas (...)” (SAMPAYO: 2000; 195). Essa diferença, conjugada com o melindre líbio por os países magrebinos terem acatado as medidas, impostas pela CI, pelas sabotagens de Lockerbie, levaram a que Kadhafi se negasse, em 1994, a assumir a presidência da UMA. Para além disso, as diversidades dos regimes políticos dos seus países têm-lhes criado imposições de alinhamentos que, nas GG, impediram que a UMA assumisse uma posição única.

Por tudo quanto foi dito, duvida-se que a UMA, nos moldes actuais, “(...) seja a mais apta para a resolução das questões que o Magrebe actual enfrenta.” (SAMPAYO: 2000; 195).

V.3.2. LIGA ÁRABE (LA)

Em 22/03/1945, nasce, no Cairo, a Liga dos Estados Árabes, actualmente constituída por 22 Estados islâmicos⁷⁰, entre os quais os 5 do Magrebe. Não obstante da ONU a considerar como uma Organização Regional (ONU: s/D), na verdade ela estende-se por dois Continentes: a África e a Ásia.

A fundação da LA foi determinada, em 07/10/1944, na Alexandria, na Conferência Preliminar da Comissão Geral Árabe, na qual tomaram parte o Egipto, o Iraque, a Transjordania, (hoje Jordânia), o Líbano, e a Síria, e onde se discutiu o futuro do Médio Oriente, e a ocupação da Palestina pelos Judeus, sobre o mandato da Inglaterra. Dessa reunião, surgiu o Protocolo da Alexandria, em cujo ponto 1 se afirma que iria ser criada uma Liga de Estados Árabes. Nesse documento consta uma resolução especial, no seu ponto 5, relativa a Palestina, afirmando-se, num pronuncio que marcaria toda a existência da LA, que ela: “(...) constitui uma parte importante do Mundo Árabe e que os direitos dos Árabes na Palestina não podem ser tocado sem prejudicar a paz e a estabilidade no Mundo Árabe.” (Pan-Arab Preliminary Conference: 1944; Parag 5. a.).

As preocupações com a Palestina figuram, ainda, no Pacto da Liga dos Estados Árabes, assinado na data em que a LA se formou. Nesse documento ainda se pode ler, que “O propósito da Liga é construir relações próximas entre os Estados-Membros e de coordenar as suas actividades políticas, com o objectivo de realizar uma estreita colaboração entre si, para salvaguardar a sua independência e soberania, e de analisar, de forma geral, os assuntos e interesses dos países árabes.” (LA: 1945; Art 2).

No seu Artº 5 é referido que não é permitido o recurso à força por um dos Estados contra outro Estado Membro e o Artº 7, afirma que só as decisões do Conselho votadas por unanimidade são vinculativas para os seus Estados Membros, pois as tomadas por maioria só são obrigatórias para os Estados que as aceitarem (LA: 1945; Art(s) 5 e 7). Em nenhum dos 20 artigos daquele Pacto, bem como nos seus 3 Anexos constam medidas contra uma agressão externa a Estados Membros. Assim, excepto no caso Palestiniano, os estatutos desta Organização condenam-na a olhar para dentro. Aliás, a declaração de Riad, que resultou da 19ª Conferência da LA, realizada em 28/29 de Março de 2007, vai também nesse sentido. Nela, a LA, condenando “(...) o imoderado, o extremismo e o racismo (...)”, afirma, para o interior, que o “(...) Arabismo não é um conceito racista ou étnico.” (LA: 2007). Nesse documento, afirma-se, ainda, que as necessidade de segurança e de defesa árabe seriam supridas com o “relançamento das instituições de protecção colectiva árabe (...)”, o que nos parece uma medida pouco concreta. A terminar, refere-se que “A Nação Árabe é capaz, com Deus, de alcançar a segurança, a dignidade e a prosperidade que merece, quando unifica as suas fileiras e reforça a sua acção conjunta.” (LA: 2007). Daqui emerge a vontade de unificação dos povos árabes numa Nação, capaz de alcançar o que costuma ser, primariamente, da responsabilidade de um Estado - a segurança, a dignidade e a prosperidade. A não ser que esteja, alegoricamente, a aludir à cooperação entre Estados Ára-

⁷⁰ Para melhor esclarecimento, consultar a Figura 18, no Apêndice 4.

bes, resta saber como a LA pretende atingir isso, quando, como vimos no artigo 2º do Pacto da Liga dos Estados Árabes, preconiza a garantia da independência e da soberania dos seus Estados. Parece assim que “(...) em vez da unificação política, a recém-criada Liga demonstrava que a unidade árabe não era uma questão de prática política, mas de “sentimento”.” (FERABOLLI: 2007; 68).

Deduz-se, ainda, daquele Pacto, que o cumprimento das deliberações da LA está envolvido na ambiguidade. Considerando que no Conselho estão representados todos os países membros, e que as sensibilidades, idiossincrasias e expectativas de cada um deles, com grande probabilidade, podem diferir da dos outros, então as suas deliberações raramente tem poder vinculativo, deixando à sensatez dos países a sua adopção.

A Liga tem procurado na cooperação a implementação de projectos. Porém, “(...) em questões políticas controversas, a cooperação tem sido mais tensas.” (OTTERMAN: 11/08/2009). Para além disso, as relações no seu seio não têm sido fáceis, como demonstra a suspensão, em 1979 da participação do Egipto na Liga, por ter assinado um tratado de paz com Israel, tendo mesmo a sede da Organização, sido transferida para Tunis. Contudo, em 1987 os estados membros decidiram reatar laços diplomáticos com o Egipto e a sede da Organização voltou ao Cairo. Ainda na cimeira anual que decorreu, em Março de 2009, no Cairo, o líder líbio acusou o rei Abdullah, da Arábia Saudita, de ser um “(...) produto britânico e aliado americano” (OTTERMAN: 11/08/2009). Mas a divisão no seu seio já foi sentida em outros tempos. Durante a 1ª e da 2ª GG (1990 e 2003), surgiram fracturas internas, em virtude de alguns países membros terem apoiado os EUA. Contudo, em 2002, num exemplo de união, os membros da Liga apoiaram o plano de paz da Arábia Saudita para a Palestina, e que propunha a retirada de Israel dos territórios ocupados desde 1967 e o regresso dos refugiados, a troco do reconhecimento oficial do Estado Judeu e do estabelecimento das relações normais.

A LA procurou implementar cinco grandes projectos, sem contudo os ter concretizado por completo, a saber: o Tratado da Junta de Defesa e Cooperação Económica (1950); o Tratado do Trânsito Comercial; o Mercado Comum Árabe (1964); o Acordo para a Facilitação e Promoção do Comércio Intra-Árabe (1981); e a Área Árabe Ampliada de Livre Comércio (1998) (FERABOLLI, 2006: 64-65). O insucesso dessas iniciativas pode ser devido à falta de liderança, às diferenças de pensar, aos interesses individuais, aos protagonismos e ao receio da submissão a regras, impostas pelo colectivo, que possam pôr em causa o poder que não pretendem ver discutido. Os países árabes continuam a ter um discurso para o exterior, impregnado de unidade e dum vital «pan-arabismo», e acções que demonstram receio pela sua liberdade de acção. A LA pode querer proteger os países que a constituem, mas parece que esses mesmos estão mais preocupados em se proteger “(...) tanto em relação às grandes potências quanto deles próprios(...)” (FERABOLLI, 2006: 68).

As preocupação da LA parecem estar mais voltadas para o MEDOR do que para o MEDOC, talvez porque, como já dissemos, é aí que está uma das razões da sua existência e onde se localizam o maior numero dos seus países, o que nos faz concluir, conjugado com tudo o mais, que ela irá ter uma influência limitada no desenvolvimento da estabilidade e segurança do MEDOC.

V.4. POSSÍVEIS CENÁRIOS

Numa visão prospectiva, parece-nos ser possível afirmar que as iniciativas da UE são aquelas que, pela sua concretização, financiamento, teor, âmbito e, sobretudo, adesão, melhor podem contribuir para o desenvolvimento, estabilidade e segurança do MEDOC. Porém, a UPM, ao querer congrega, de uma forma mais integrada, os países ribeirinhos mediterrânicos, poderá surpreender-se com entraves mais significativos do que os subjacentes ao Processo de Barcelona. Uma co-presidência exige que os projectos tenham de ser vistos de uma forma mais integrada e analisados num fórum mais alargado, dificultando as parcerias bilaterais. Isso poderá transferir o Centro de Gravidade da importância dos projectos, mais para Leste, área que contem o maior número de signatários desta iniciativa. Por outro lado, esse modelo pode facilitar o bloqueio de projectos, resultantes de tomadas de posição que possam resultar de conturbadas vivências. Pronunciando-se acerca desta iniciativa, Ahmed Driss afirmou que “(...) na sua maioria, o projecto beneficiaria, eventualmente, a bacia ocidental do Mediterrâneo, onde, novamente, já existe o 5+5.” (DRISS: 2008). Contudo, o financiamento dos projectos e a opção escolhida para eleição do co-presidente dos países parceiros da UE poderão não facilitar o sucesso desta União. Para além disso, a presença nesse fórum de Israel, não augura um grande sucesso à iniciativa. Os países árabes, nomeadamente os magrebinos, podem não querer sentar-se à mesma mesa com o País Judaico, sem que o seu Estado faça concessões no plano das negociações de paz com os palestinianos e com a Síria. O Ministro de Assuntos Externos Argelino, Medelci, chegou a exigir, em Paris, em 13/07/2008, que fosse imposta a saída de Israel dos territórios que ocupou desde 1967 (EFE: 12/07/2008). Em declarações à Agencia Noticiosa EFE, Abdelhak Azzouzi, afirmou: “Se não houver a criação de um Estado palestino, o processo (UPM) não estará isento de falhas, porque as mesmas causas que levaram ao fracasso do Processo de Barcelona estarão presentes.” (EFE: 12/07/2008). Esta iniciativa, estando mais voltada para o desenvolvimento económico, social e cultural do MED, tem a vulnerabilidade de deixar, em segundo plano, as reformas do sector da segurança e de defesa. São assuntos sensíveis, envolvendo sectores vistos pelos países árabes e, em especial, pelos magrebinos, como vectores de afirmação de poder e de supremacia interna e regional. Porém, o Ocidente sabe que não há progresso sem se proceder a reformas nesses sectores, principalmente quando grande parte dos orçamentos são gastos em material necessário a equipar a FA não dimensionadas às posses, às realidades e ao adequado nível de ambição.

O futuro do DM parece tender para um continuado desenvolvimento do modelo de parcerias, tendente à obtenção de uma visão singular que congrege os países do MED em torno de estratégias gerais sobre assuntos de interesse comum, nomeadamente os relacionados com o terrorismo, o controlo de fronteiras, as migrações ilegais, a gestão dos recursos, e outros. Esse modelo preconiza a utilização dos instrumentos da Aliança para facilitar aquele desenvolvimento. As questões que poderão surgir são: será que um modelo de parcerias satisfaz todos os elementos permanentes da Aliança? Poder-se-á a Aliança descaracterizar se enveredar por um caminho deste tipo? Será que a maior parte dos membros NATO vêem vantagem num DM? Será que o

leque de opções disponibilizadas pelo DM é aquele que os PTM mais necessitam? As respostas começam a desenhar-se, quando se percebe que nem todos os elementos permanentes da NATO concordam com o esforço a Sul, mas sim a Leste; que grande parte deles está mais atenta ao seu flanco Oriental, que fervilha e de onde provém parte dos recursos essenciais às suas economias e com quem têm uma continuidade territorial; estão preocupados com os acontecimentos na Ásia, dos quais pode depender a credibilidade da NATO; em que os PTM se apercebem que, estando nas iniciativas do DM têm, preferencialmente, de custear a sua participação e que o leque de opções está mais centrado na cooperação, muito voltada para o vector militar e tão específica que pode ser vista, não como estruturante dos sectores de defesa e segurança, mas sim como promotora de conhecimentos, úteis no enriquecimento individual mas pouco efectivas no colectivo.

O Diálogo 5+5, apesar de ter objectivos limitados e os seus projectos serem muito direccionados para as relações bilaterais, proporcionadas pelo relacionamento que, à margem ou no interior do Grupo, se estabelece, parece ter uma oportunidade de afirmação e de alargamento, que lhe é proporcionada pelas restrições que se perspectivam resultar da amplitude da UPM. Ao ser constituído só por países do MEDOC, o G 5+5 centra os seus projectos nessa área, não arrastando directamente, para o seu interior, a perturbação do MEDOR. Porém, para uma maior afirmação, tem de alargar os seus projectos, garantir os orçamentos para a sua concretização, ser mais ambiciosa e projectar, no futuro, a sua importância. Devido à sua dimensão, no campo financeiro, o G 5+5 poderá mobilizar capitais privados e procurar que os projectos, a partir de uma certa fase de concretização, sejam auto-sustentáveis. Porém, parece-nos que este Diálogo irá continuar a privilegiar as esferas do progresso económico, do investimento, das trocas comerciais, da cultura, do social, dos transportes, do ambiente e recursos naturais, deixando outras, também importantes, tais como a reforma do sector de segurança e da defesa. Além disso, as sucessivas provocações perpetradas por Marrocos contra a Espanha, a questão de Ceuta e de Melilla e das águas territoriais, têm ensombrado alguns dos projectos bilaterais entre esses países, podendo não facilitar o clima de abertura em que deveriam decorrer essas relações.

A UMA, constituída por países com regimes políticos diferenciados e níveis económicos díspares, concebida na diferença de concepções, integrando parceiros com problemas inter e intra-estatais, parece estar condenada à letargia, de que já enferma. Enquanto os problemas do Saara Ocidental, das fronteiras, das convulsões sociais, políticas e económicas, não forem resolvidos, a UMA será uma organização bloqueada, incapaz do consenso e da unificação. Assim, não nos parece que seja alguma vez capaz de promover, por si só, o desenvolvimento dos seus parceiros e contribuir para a segurança e estabilidade regional.

A íntima aspiração de transformar a Liga Árabe em União Árabe, dirigida por uma Carta de Princípios da Nação Árabe, tem sido enevoadada pela realidade dos desencontros e da desconcertação. O facto de ser constituída por países que: professam a mesma religião, mas têm formas diferentes de a interpretar (xiismo e sunismo); que gritam pela unidade e pela congregação numa Nação, mas até hoje ainda não se dispuseram a trilhar o caminho que leva a isso; que professam a ambiguidade, para obter o consenso por omissão e pela

exiguidade, sempre mais difícil de obter por unanimidade quando os conjuntos em questão são numerosos e heterogêneos; pela falta de concretização dos seus projectos mais importantes; por não ter encontrado uma linha directora para garantir a sua segurança e defesa colectiva, parece-nos que a LA do futuro vai continuar a ser um fórum de discussão, sem capacidade de congregação nem de imposição. Constituída por uma grande panóplia de tipo de regimes políticos e de realidades económicas, a LA está sempre sujeita à diversidade de alinhamentos e de percepções, o que dá forma à ideia de que jamais poderá ser uma Organização com expressão na segurança e estabilidade do MED. Constituída por um maior numero de países do MEDOR, irá sempre olhar com mais atenção os assuntos desta região do que os do MEDOC, até porque é nela que estão os principais focos de perturbação. E enquanto o problema palestino não se resolver, a LA parece não querer desviar as suas atenções para outras realidades, porventura tão importantes quanto aquela.

V.5. SÍNTESE CONCLUSIVA

O MEDOC debate-se com a inexistência de uma identidade regional. As duas margens têm percepções diferentes de segurança, potenciadas por desconfianças e suspeições mútuas. Esta barreira, que tem muito de psicológico, não sendo ultrapassada, irá, provavelmente, influenciar o sucesso das diversas iniciativas de confiança, diálogo e cooperação, lançadas naquele espaço, e a formação de uma comunidade mediterrânica.

Os diálogos no MED têm-se confrontado com a contrariedade de nele coexistirem duas culturas com percursos de desenvolvimento feitos a ritmos diferentes. Além disso, o Sul tem tido dificuldades em encontrar a unidade de propostas e de actuar, pois não tem conseguido, nos momentos cruciais, obter concertações. Isso tem levado à preponderância das relações bilaterais ou centradas em pequenos grupos. Enquanto não forem resolvidas as situações que ensombram as relações inter e intra-países magrebinos, as iniciativas para garantir a segurança, a estabilidade e o desenvolvimento regional podem estar comprometidas. Assim, a maior parte dos problemas de segurança regional estão mais fundamentados nas relações Sul-Sul do que Sul-Norte-Sul.

Enquanto a Norte as múltiplas nacionalidades nem sequer são discutidas, acrescentando para a UE a subsidiariedade (UE: 29/07/1992), a Sul procura-se, sem se conseguir, a união e a solidariedade pela sujeição à nacionalidade árabe. E essa união será difícil, por falta de unidade estratégica, o que tem dificultado a afirmação de uma segurança colectiva regional, existindo esforços capazes de desenvolver uma segurança cooperativa. Algumas OI, em complemento uma das outras, têm proporcionado os instrumentos capazes para isso. Porém, *“As organizações existentes que, em certa medida, defendem os interesses dos vizinhos do Sul, tais como a Liga Árabe, a UMA ou a Conferência Islâmica, tem-se comportado, em diversas ocasiões, com uma clara falta de resolução no debate sobre a segurança da área. Somente se mostram mais firmes na reafirmação da identidade árabe e muçulmana dos seus membros e no ódio a Israel* (HUIDOBRO: 2004; 250).

VI. CONTRIBUTOS PARA POSSÍVEIS ESTRATÉGIAS DE SEGURANÇA

VI.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Pela análise até aqui feita podemos entender a complexidade que envolve o MEDOC e qual a sua possível evolução. Uma estudiosa desta região defende que essa complexidade “(...) *faz prever o aparecimento, na região, de uma nova ordem pós-pós Guerra Fria, rica em problemas e tensões que, se não acautelados em tempo útil, poderão vir a constituir motivos de novos conflitos que, não asfixiados por nenhum tipo de ordem internacional assente numa ameaça global superior e hegemónica, encontrarão o caminho livre de obstáculos à sua natural evolução*” (PATRÍCIO, 1997: 35). Não nos parece, contudo, que a modalidade baseada no hard-power patente naquela afirmação seja a solução, nem mesmo a derradeira solução, para os conflitos já existentes, se bem que consideramos haver necessidade de instrumentos de coação, nem que seja implícita, para dar consistência à imprescindibilidade das reformas a realizar.

Já vimos a importância do MEDOC nos quadros globais e regionais e concluímos que os acontecimentos que nele têm lugar afectam interesses, também de países e Organizações para além dos da região. Estudámos quais os riscos, ameaças e factores de perturbação que afectam o MEDOC. Analisámos as acções, mais expressivas, das principais Organizações regionais e sub-regionais que pretendem fomentar o desenvolvimento, a segurança e a estabilidade na região, concluindo quais tem sido os seus pontos-fortes e aqueles menos conseguidos. Resta agora, sugerir, tendo em conta a importância configurada, os desafios presentes e as acções protagonizadas pelas OI, algumas contribuições para a definição de estratégias de acção que possam conduzir ao estado-final ou ao objectivo pretendido: um MEDOC mais seguro, estável e desenvolvido.

Nos dias de hoje, a segurança tem de ser encarada numa perspectiva multidimensional, abarcando as seguintes inter-relacionadas dimensões: política, militar, social, económico e ambiental, tal como é defendido por Barry Buzan (BUZAN: 1991; 1-34). Nesse seguimento, a discussão das estratégias de segurança implica uma reflexão plural e pluralista, feita sob os princípios: de que a realidade no MEDOC exige aproximações e iniciativas abrangentes, direccionadas para um diálogo multilateral e conducente a uma progressiva confiança; e de que estão envolvidos parceiros de iguais direitos e não actores de direitos diferenciados.

Numa era e local onde a interdependência dos acontecimentos se tem afirmado, a segurança no MEDOC parece ser só possível se encarada como sendo o resultado dum sistema indivisível constituído por a Europa, o Magrebe, mas também o MEDOR, este entrando nessa teia pelas ligações geográficas e afinidades ideológicas e religiosas entre o Magrebe e o Mashreq. Essas afinidades são as principais razões que fundamentam a interdependência entre o ambiente estratégico do MEDOR e a estabilidade no MEDOC e, consequentemente, o sentimento de insegurança nesta última região. Enquanto o problema israelo-palestiniano não for resolvido, todas as estratégias que não englobarem este conflito não poderão ser consideradas mais do que aproximações à implementação da segurança na região. O que não se quer dizer que não se providencie desde já abordagens que possam ser consideradas como aproximações. O que se pretende afirmar é que o suces-

so dessas tem grande probabilidade de estar condicionado pelo que acontece no Próximo-Oriente.

A segurança no MEDOC só será possível se: o Norte e o Sul encontrarem pontos de interesse comum, nos conceitos que têm desse termo, com especial relevância para que justifiquem esforços conjuntos, pragmáticos, eficientes e eficazes, materializados em iniciativas para a região; houver uma vontade política para desenvolver esses esforços e essas iniciativas; forem avocados os recursos necessários para as mesmas se concluírem com sucesso. Tudo isto no pressuposto que elas têm, como objectivo final, suprir as fontes dos factores perturbadores da estabilidade e da segurança e na certeza de que qualquer estratégia de segurança para a Europa que exclua a margem Sul, pode redundar numa desilusão. Elas terão de contemplar as reformas centradas no Sul, mas tendo sempre presente de que não há um processo de transformação, mas processos de transição e que no percorrer dos caminhos que conduzem aos objectivos finais se irá sentir regressões e evoluções, dependendo estas da capacidade de resiliência com que os actores intervenientes encaram aquelas.

VI.2. DIMENSÃO POLÍTICA

No Sul, ao contrário do que tem vindo a ser a tónica nas Relações Internacionais, os Estados não são só os principais actores, mas também os únicos, pois as Organizações sub-regionais ou regionais a que pertencem têm tido dificuldades em encontrar vozes e políticas comuns. E esta realidade tem provocado dificuldades nos processos de reforma e de modernização. Contudo, a falta de um credível interlocutor comum, da parte da margem Sul, não pode obstar a que o Norte incentive o aparecimento de um e não pode levar à quebra do diálogo entre as duas margens. A manutenção do diálogo deve ser uma preocupação fundamental para qualquer estratégia, devendo ser garantida por todas as dimensões, mas em especial pela política. A segunda preocupação dessas estratégias, deve também ser uma preocupação da dimensão política: a de encontrar-se laços de complementaridade nos projectos lançados, como forma de estreitar vínculos e de garantir aproximações. Contudo, esses projectos devem ter em conta, também, a especificidade e as diversidades de cada sociedade, como forma de garantir o sucesso dos mesmos, devendo ser planeados para obter resultados que interessem a todos. Ou seja: devem analisar as especificidades e as diversidades, pensando globalmente, para obter a complementaridade. Por outro lado, essa complementaridade também tem de estar presente nas iniciativas da margem Norte, desta feita sendo olhada no âmbito das diversas Organizações interessadas em lançar projectos na outra margem. Se assim não for, correr-se-á os riscos: de aparecerem projectos duplicados; de se entrar numa competição sem interesse e de se cair no descrédito nefasto. Para que tal não aconteça, torna-se imprescindível a transparência entre Organizações e a coordenação, a nível político, entre as mesmas. Nos dias de hoje, assiste-se a uma profusão de iniciativas centradas na região, todas elas procurando a sua modernização, sendo, porém, algumas delas vistas, pelos magrebinos, como tentativas de ocidentalização desse espaço.

A existência, em quase todas as iniciativas por nós analisadas, do objectivo “democracia” como fazendo, obrigatoriamente, parte da panaceia para todos os problemas do MED em geral e do MEDOC em particular, dá-nos a imagem do excessivo peso que se está a colocar neste factor de mudança. Alguns dos projectos inse-

ridos nessas iniciativas, fazem mesmo depender a sua continuidade da democratização dos Estados do Sul. Resulta daí a percepção de que a democratização se está a fazer de fora para dentro, criando sentimentos de repúdio nas sociedades magrebínas, por a identificar como uma imposição de valores pelo Ocidente. É indiscutível que a democratização do Sul se tem de fazer. Mas o que é discutível é o processo como se pretende que ela seja feita. A nossa opinião é que a mesma deve ser feita de dentro para fora, isto é, por impulso da necessidade dela. Já o dissemos, neste trabalho, que esse caminho, apesar de desejável, poderá ser perigoso, pelas cambiantes que pode tomar. Mas essas desviantes podem e devem ser minimizadas, através de um trabalho cuidado da CI, que envolva a sociedade civil e o poder estatal da região, e que passa: pelo combate à iliteracia; pela adequada formação universitária de jovens, que possam vir a ser a futura escol política do país, em universidades na Europa, garantindo-se, neste caso o seu retorno aos países de origem, ou por parcerias com universidades locais; pela sensibilização dos povos locais para os seus direitos; pela ligação, através da cooperação, a outros projectos de índole económica e social; pela disponibilidade de acesso, através de meios grátis e de fácil aquisição, às tecnologias de informação, etc. Estes instrumentos poderão dar resultados, a médio e longo prazo, que levem à abertura dos regimes políticos e a uma maior garantia dos direitos humanos. Porém, podem ser acompanhados de pressões suaves, bem aplicadas no tempo, para que os objectivos intermédios, relacionados com a democratização, sejam atingidos. O cumprimento deste desiderato deve ser conseguido de forma indirecta e não de uma forma frontal e musculada. As ONG podem, através das suas acções, acelerar esse processo. Contudo, a Europa deve ter cuidado no apoio que dá às mesmas e às suas actividades, devendo escolher as mais capazes, pelos projectos que apresentam e pela capacidade em os implementar. Deve, ainda, verificar a sua secularização, como forma de evitar más interpretações ou equívocos quanto aos objectivos das mesmas.

As iniciativas europeias devem contemplar a abertura dos seus fóruns à participação de comunidades religiosas muçulmanas, como forma de as ouvir e de lhes conferir a oportunidade de também elas ouvirem. Por vezes, a excessiva secularização europeia impede que a Europa desenvolva oportunidades que contemplem a abertura a outras sensibilidades. Aquela medida poderá conduzir à abertura política, nos Estados magrebínos, e à atribuição de um maior espaço aos partidos islâmicos moderados, podendo isso contribuir para o combate contra o fundamentalismo radical. A abertura de espaços aos partidos islâmicos moderados pode ser um caminho para a democratização. Ao conseguir isso, a Europa pode atrair as simpatias desses partidos, podendo sensibilizá-los para o verdadeiro valor da democracia. Aliás, na Tunísia, o partido Nahda já demonstrou querer enveredar pela defesa desse valor (GILLESPIE e YOUNGS: 2007; 6). Isso poderia possibilitar a democratização do Magrebe através do islamismo e não através da secularização, como aconteceu no Ocidente, o que poderia constituir um bom pronúncio para uma consolidação desse processo.

A promoção, a partir do interior dos Estados magrebínos, do reforço, das competências dos parlamentos, da subordinação do poder militar ao poder político, sem ser através dos laços familiares, e da livre expressão dos

OCS, parece constituir uma necessidade. A Europa, de forma indirecta, pode contribuir para isso, incentivando a participação política, em sectores das sociedades magrebina que, actualmente, não estão sensibilizados para essas questões, através de encontros e de fóruns de discussão, lançados no seio de iniciativas protagonizadas por OI, onde pudessem participar entidades académicas, políticos de diversos quadrantes, cientistas, estudantes e outros, e onde fossem discutidos assuntos de interesse para a região. A atracção, para essas iniciativas, de forma faseada e planeada, de elementos do Estado, que pudessem expressar as suas ideias, ouvir as dos outros e discutir os pontos de vista, levaria à interiorização dessa prática, à abertura política e à inclusão do método por indução. O lançamento dessas medidas teria de ocorrer, inicialmente, nos países que têm tido uma maior abertura às reformas, para servirem de plataforma de contágio, pelo exemplo, aos países vizinhos. Contudo, todas estas medidas têm de ser pensadas, planeadas e aplicadas tendo em consideração que “(...) *a democracia só pode existir na ausência de ameaças existenciais, pois quando elas existem muito pouco falta para entrar no campo autoritário.*” (CARMALI: 2008; 119-120). Assim, quaisquer medidas conducentes à democratização, algumas das quais já aqui referidas, têm de ser assistidas, ou até antecedidas, de outras capazes de resolver as questões que actualmente fazem sangrar o Magrebe. Tudo isto, é claro, fundamentado na certeza de que cumpre aos países magrebins, e só a estes, a formação dos seus Estados democráticos “(...) *num sentido que derive da sua própria história e cultura e que garanta, à sua maneira, um governo limitado, sujeito à lei, a aconselhamento e abertura, numa sociedade civilizada e humana.*” (LEWIS: 2006; 147).

A questão das fronteiras Argelino-Marroquinas, de todas já levantadas neste trabalho, é aquela que nos parecer ser de mais pacífica resolução. A mediação pode ser um método para isso, podendo Portugal, aí, desempenhar um papel importante, por não estar comprometido com a colonização do Norte de África, visto ter sabido dele retirar-se, em tempo, mas também por ter relações privilegiadas com os dois países em causa e por fazer parte de um fórum (G 5+5) que lhe pode conferir a oportunidade para isso. Não querendo ou não podendo assumir esse protagonismo, julga-se que a UE poderá ser um interlocutor privilegiado, capaz de contribuir para tal objectivo que, ao atingir-se, poderá abrir as portas a outros desenvolvimentos noutros campos, como seja o do problema do Saara Ocidental. Este é de bem mais difícil resolução, pela intransigência das partes, em especial de Marrocos, cujo soberano parece ver na cedência, neste campo, a nascente da dúvida sobre o seu poder, mas também pela ambivalência da ONU. O fim desse conflito parece estar longe. Hipoteticamente a solução poderá surgir com a renovação geracional da classe política marroquina, que sossegue o rei e entenda esse conflito como sendo mais um factor de desunião do que de concórdia. A não ser que a UE, a França e os EUA, parceiros privilegiados de Marrocos, possam fazer entender isso mesmo a esse país.

Quanto a Ceuta e Melilla, essas são realidades que a história não soube resolver, mas que tem sabido transferir a solução para a incerteza do futuro.

As estratégias para a resolução dos conflitos intra-estatais têm de englobar a mentalização dos países magrebins para que os aspectos de segurança pertencem mais à dimensão política do que à dimensão mili-

tar. Assim, só com aberturas políticas e com programas de desenvolvimento social, de promoção de emprego, de reformas do sector de segurança e de incremento da economia se poderá afastar os jovens da adesão ao fundamentalismo e à revolta, com consequências previsíveis nas manifestações terroristas. Os programas da UE podem ajudar no trilhar desse caminho, devendo ser bens escolhidos para não serem mal interpretados. Além de todos esses aspectos, essas estratégias devem contemplar as reformas das políticas agrícolas, incentivando a produção de produtos alternativos e competitivos, em termos de economia dos agricultores, que possam substituir o cultivo da cannabis, como sejam os cereais e o chá, mas também facultando as técnicas e os recursos adequadas para o combate das pragas agrícolas.

Importa, contudo, estar-se atento ao que pode resultar da pressão derivada da implementação dos programas de ajustamento estrutural contemplados nessas estratégias, como forma de se acautelar possíveis perigos. Um deles, talvez o mais provável, resulta das obrigações impostas pela redução da despesa. Essa redução, a ser imposta sem precauções, nomeadamente de faseamento no tempo e de escolha dos sectores de aplicação, poderá levar a um aumento do fluxo migratório em direcção às cidades ribeirinhas, o que levaria ao potenciamento das pressões demográficas, ao exponencial agravamento das condições sociais em torno dos centros urbanos, à redução da qualidade de vida, ao escalar da pobreza, à diminuição da capacidade do poder do Estado para exercer a sua soberania no seu território, nomeadamente pela limitação da colecta dos impostos, e ao agravar dos problemas intra-estatais. Assim, a aplicação destas estratégias tem de ser feitas com ponderação e sob um grande controlo, tanto dos países magrebinos a elas aderentes como pela Europa que as facilita.

O papel do Norte não se pode esgotar nas medidas referidas. Ele tem de procurar, através das suas OI, promover a congregação do Sul em torno de ideias comuns, ultrapassando os seus receios em termos Sul-Norte, mas também, e principalmente, em termos de Sul-Sul, e abandonando o seu individualismo, como forma de tirar maiores dividendos do colectivo. Tem de fazer entender ao Sul que há uma necessidade imperativa de cooperação e de compreensão mútua, postura que pode vir a ser o eixo principal de segurança para o MEDOC, cuja ténpera tem de ser obtida na garantia das regras do direito internacional e dos valores humanos. Só assim poder-se-á atingir, na verdade, uma segurança cooperativa e complementá-la com uma segurança colectiva, também ela fundada na cooperação, no respeito e na confiança.

VL3. DIMENSÃO MILITAR

Os países magrebinos, seguindo a tradição árabe, vêem o factor militar como o instrumento crucial da afirmação do poder do Estado, dando especial ênfase a esse vector de poder. Contudo, as suas FA actuais, em especial o Exército, ainda estão dimensionadas e estruturadas à luz do seu passado. Elas têm sido olhadas, por esses países, como um agente de segurança interna, em vez de “só de defesa”, promovendo uma promiscuidade perigosa entre missões de polícia e missões de defesa. Isso tem sido confirmado com as frequentes saídas dos militares para a rua, em missões de segurança interna que, nos países europeus, só por excepção são executadas por eles. Dessa promiscuidade nasce o sentimento, frequente, de que o Estado de Direito nesses

países é suportado pela Força, nem sempre na salvaguarda do verdadeiro significado daquele conceito.

A extravasada dimensão das FA desses países e os gastos com a defesa, reflectem-se na sua despesa pública, verificando-se que o investimento nessa área coloca a Argélia em 41º lugar, numa escala centrada em gastos com o sector, com 173 Estados. Marrocos, nessa escala, encontra-se em 19º lugar e a Tunísia em 114º⁷¹ (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY: 2008). Assim, os exacerbados gastos que estes países têm com a defesa tendo em conta o contexto em que estão inseridos e os seus problemas internos, exigem estratégias que contemplem a reforma do sector de defesa, adequando a despesa à realidade económica de cada um deles e ao seu grau de ambição expectável e possível (a defesa do Estado e a contribuição para a segurança da região). Para isso, é preciso mentalizar esses Estados de que mais vale umas FA de dimensão mais limitada, modernizadas, altamente treinadas, equipadas e com elevado grau de prontidão, do que umas outras sobre-dimensionadas, com equipamento obsoleto, de diversas proveniências e, portanto, de duvidosa interoperabilidade, mal pagas e com dúvidas sobre a sua eficiência. Hoje em dia, as FA não se avaliam pelo volume, mas pelas capacidades. No campo da reforma deste sector, a UE, mas também a NATO, podem disponibilizar programas, havendo no seu seio países, mormente europeus, como a França, que têm experiência nesse campo adquirida em África.

As estratégias a desenvolver nesta dimensão devem procurar desincentivar os projectos de ADM. A Argélia, como já dissemos, em tempos teve essa pretensão, fundamentando esse direito na realidade do Sul da Europa também as possuir. Porém, elas existem nesses países numa lógica do passado Ocidente-Leste e não Norte-Sul (VASCONCELOS: 1993; 49-50). A posse delas por algum país magrebino, iria contribuir para as tensões Sul-Sul, para uma corrida, na região, a armas desse tipo e aumentaria as tensões entre Norte-Sul, o que conduziria, de certeza, a rupturas de relações. Para além disso, esse tipo de armas, na mão de países caracterizados por possuírem instabilidade interna, confere a hipótese de acesso às mesmas por parte de facções extremistas, o que seria um perigo intolerável. Os países dessa região com hipotéticas intenções de desenvolver projectos desse tipo, têm de perceber, por acção da CI, nomeadamente da Europa, que teriam mais a perder com isso do que a ganhar. Apesar de não haver, actualmente, indícios dessas intenções, a Europa tem de estar atenta, visto a Argélia ter a capacidade de voltar a esses projectos, pois tem a tecnologia e o saber para isso. Para além disso, é necessária a Europa fazer sentir aos países magrebinos que não há razão para “(...) o Sul (...) sentir-se ameaçado militarmente pelo Norte [e] (...) crer em novas cruzadas contra o Islamismo (...)” (AHMED, 1993: 18). O Magrebe é formado por povos ancestrais e Estados recentes, tão recentes que ainda têm presentes na memória o colonialismo. E a Europa tem de viver com isso, mas procurando a confiança através da cooperação.

É muito provável que os países do Sul, neste tipo de diálogo, tal como em outros desta

⁷¹ Para melhores esclarecimentos, consultar Apêndice 12.

dimensão, prefiram a NATO como interlocutor, pois, para além de ser a organização mais vocacionada para os assuntos militares, é aquela onde está inserido o país a quem pertence a 6ª Esquadra, que estão habituados a ver no MED. Porém, isso não deve afugentar a UE das suas obrigações neste campo, exigindo, isso sim, a coordenação dos diálogos com a NATO.

A segurança das fronteiras marítimas comuns é uma responsabilidade que deve ser partilhada pelas duas margens. Esta responsabilidade exige cooperação, o que tem acontecido, mas não com a profundidade desejada, como demonstram as sucessivas vagas de migração clandestina e as incursões, através do MEDOC, de quem pratica tráficos ilegais. A UE, através da sua Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados Membros da UE (FRONTEX), tem vindo, desde 2005, a fazer o controlo das suas fronteiras externas, convidando os países com quem as partilham, a cooperar e a participar operacionalmente nas suas iniciativas. Nesse âmbito têm sido detectadas inúmeras tentativas de infiltração ilegal por parte de cidadãos magrebinos. Só em 2008, detectou-se 7.500 tentativas ilegais de entrada em Ceuta e Melilla (FRONTEX: 2008; 13), num manifesto de que nem tudo está a ser feito, pelos países vizinhos, para travarem essa ilegalidade. A constituição de uma Força Naval, um pouco à guisa da EUROMARFOR, com meios dos países do MEDOC poderia ser uma forma de operacionalizar uma estratégia comum de controlo do espaço fronteiriço, incentivando à participação conjunta nas tarefas do seu patrulhamento. Essa Força poderia enquadrar-se no âmbito do Diálogo 5+5, readaptando-se os objectivos dessa iniciativa, constituindo-se com meios dos seus signatários, operando, unicamente, na defesa e segurança do MEDOC, sob um comando rotativo e sob regras previamente bem definidas, através de tratados específicos onde estivessem claras, entre outras coisas, as competências e responsabilidades de cada país, os meios a ceder, o espaço de actuação e as missões a executar. Isso contribuiria para o estreitamento das relações de cooperação e para uma maior responsabilização dos parceiros, pelo controlo de algo comum: o MEDOC. Nessa lógica, o Diálogo 5+5, poderia vir a ser, também, um fórum de discussão sobre controlo de armamento, aspectos militares, de segurança de fronteiras e outros de interesse geral. Tal iria consolidar o diálogo e a solidariedade, aumentar a segurança cooperativa e, sendo formada aquela Força, implementar uma segurança colectiva.

VI.4. DIMENSÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

Na concepção europeia existe uma íntima relação entre a democratização e o desenvolvimento económico pela modernização. Esta ligação provoca a renitência dos estados magrebinos em proceder às reformas económicas e em constituir mercados comuns. Ao fazê-las, as elites no poder têm receio de ver a sua hegemonia em perigo, pela capilaridade que parece haver entre liberalização económica e abertura política.

No Magrebe a iniciativa privada é quase inexistente. Só recentemente os investidores europeus consegui-

ram entrar nesse espaço. Nele subsiste o monopólio de Estado sobre alguns sectores, muito por força da carência de um sistema fiscal devidamente organizado. Esse monopólio, em especial na Argélia, é a principal fonte de financiamento do Estado, dificultando, contudo, o emprego e a economia sustentada na livre concorrência do mercado. Assim, a promoção do desenvolvimento económico, desses países, exige incentivos ao empreendedorismo e à formação de uma classe empreendedora que, na Europa, está muito ligada a uma burguesia. A existência dessa classe, no Magrebe, não é significativa, o que é justificado por razões históricas, como já vimos no II capítulo. A par disso, os magrebinos têm de procurar cativar o investimento europeu, por parcerias bilaterais, envolvendo países da Europa ou, preferencialmente, a UE como um todo. Por seu turno, a UE deve seleccionar, em conjunto com os seus parceiros, os projectos nos quais irá ter intervenção, de forma a garantir, neste campo e nas relações com o Sul, o princípio da “subsidiariedade” que já aplica no seu seio. Cooperar não significa assumir completamente a responsabilidade pelos projectos. Significa, antes, contribuir apoiando. Assim, ao cooperar, sob o princípio da subsidiariedade, a UE está, também, a contribuir para a autonomia daqueles países e para o aparecimento de uma classe empreendedora, capaz de construir o futuro.

A experiência mundial tem ressaltado os malefícios das economias pouco diversificadas. Os países magrebinos têm orientado as suas economias para actividades específicas, como os produtos energéticos (Argélia) e o turismo (Tunísia e Marrocos). A diversificação das economias é essencial para os seus desenvolvimentos, cabendo aos países magrebinos encontrar os nichos de conforto que lhes permitam isso. Entre esses nichos poderão estar o turismo, a produção de cereais e de outros produtos agrícolas, os serviços portuários, as refinarias, a indústria naval etc. A UE, através da assessoria poderá ajudar na definição das áreas de esforço e cooperar no delinear de programas directores para o desenvolvimento das economias. É, contudo, importante quebrar as ligações únicas entre o desenvolvimento económico e a exploração dos recursos naturais.

Para a Tunísia e Marrocos o turismo pode constituir um nicho de mercado. Para a Argélia a questão é mais delicada, em especial pelos seus problemas intra-estatais. Por outro lado, a existência de uma facção da Al-Qaeda no Magrebe, cujas acções têm visado áreas de turismo, tem propagado receio e desconfiança quanto a esses destinos de lazer, o que nos leva a afirmar que essa actividade só se assumirá como um dos principais factores económicos se e quando os problemas em causa estiverem debelados ou, no mínimo, sob controlo.

A construção de vias de comunicação terrestres é crucial para a região. A União para o Mediterrâneo veicula intenções nesse campo. A construção de uma Auto-estrada que, acompanhe o MED, ligando os países ribeirinhos, a concretizar-se, melhorará a união entre esses países, estimulará a economia da região e facilitará as trocas comerciais. Contudo, não se pode esquecer as vias perpendiculares à costa, mormente na Argélia e Marrocos, e que permitam a fixação da população no interior, aliviando a pressão demográfica junto à margem. Esta medida, porém, terá de ser assistida por outras, que adequem o espaço à habitabilidade, tais como: a dessalinação das terras; a construção de sistemas de rega; a gestão dos recursos hídricos; a construção de estruturas básicas de vida; a apropriação de terras para cultivo; o privilegiar da construção, nesses espaços, de

complexos fatores de empregos; a atribuição de incentivos à fixação nesses locais, etc. Assim, corrigir-se-ia o erro, do passado, de não ter sido dada profundidade geográfica ao crescimento da comunidade mediterrânica, sendo esta atraída centrifugamente pelo MED, o que lhe conferiu um carácter urbano e levou à pressão demográfica na costa e à progressão do Saara para Norte, por não haver quem lhe pudesse fazer frente.

O sector primário magrebino poderá ser uma fonte de desenvolvimento. Para isso, para além das medidas já apontadas, deve-se promover a investigação, capaz de chegar à conclusão sobre: as culturas certas para cada local; a produção de sementes adequadas às condições rigorosas da geografia; as técnicas de cultivo e de regadio mais adequadas; a rectificação da acidez/alcalinidade dos terrenos, o seu ordenamento, etc. A história mostra-nos que, no Magrebe, o desenvolvimento rural é viável. O Magrebe foi o «celeiro» dos romanos. Um dos motivos, pelos quais a França decidiu colonizar a Argélia, foi a necessidade de cultivar a vinha, face ao ataque de filoxera que, na altura, grassava na Europa. Cabe, agora, a esta abrir os seus mercados aos produtos agrícolas magrebinos e encontrar nisto oportunidades de negócio.

A construção das “auto-estradas marítimas”, sendo um projecto da UE (UE: 2008 b); 11-12), poderá contribuir para o desenvolvimento dos países ribeirinhos, mas também poderá levar à concentração da população junto dos núcleos portuários, podendo provocar o colapso das infra-estruturas vitais às populações. Assim, é essencial conjugar esse projecto com a construção das ditas vias de ligação em profundidade e com a criação de condições de vida, no interior dos países em causa. Além disso, é bom que o Magrebe pense para que servem os portos se nada houver, nas suas imediações, que justifique a sua existência e que atraia os navios a esses locais. Se a criação/melhoria desses portos não for assistido pela promoção de estruturas de produção e transformadoras, os mesmos só terão importância para os países com recursos naturais e enquanto esses existirem. É preciso que esses países procedam a uma análise prospectiva. Por outro lado, a UE deverá ajudar, o Sul, nesse exercício, sem receios de que o desenvolvimento deles possa pôr em causa o seu próprio. Com o desenvolvimento daqueles, as probabilidades de se constituir um mercado único no Sul aumenta e, se tal acontecer, é bom que a UE esteja na posição privilegiada de poder negociar e de fazer negócios.

O Magrebe tem condições naturais para produzir energias alternativas, podendo esta ser uma área potencial para o desenvolvimento dos seus países e permitir, até, a venda dos excedentes, aos seus vizinhos africanos e à Europa. Porém, este projecto, tal como todos os outros, pode necessitar de uma primeira ajuda da UE, pois os investimentos iniciais são avultados e a rentabilização dos mesmos só surge a médio prazo. Contudo, é um projecto que poderá ser auto-sustentável e do qual a própria Europa pode usufruir.

Estas estratégias exigem que o Magrebe se abra ao exterior, evitando o auto-ostracismo, promovendo a confiança dos investidores, o progresso, a estabilidade e contribuindo, assim, para a segurança regional.

VI.5. DIMENSÃO SOCIAL

Quaisquer estratégias, que visem a estabilidade e a segurança na região magrebina, apenas fundamentadas

nas reformas políticas e no desenvolvimento económico do Magrebe, estão condenadas ao fracasso. O desenvolvimento necessário àqueles desideratos também tem de envolver a literacia, as condições sociais, o acesso à saúde e à justiça, os direitos humanos e outros vectores. E nestas áreas a Europa pode cooperar, com o seu saber, experiência e financiamento, em iniciativas comuns, que possam colmatar as faltas detectadas.

No Sul, registando-se evoluções nesta dimensão, ainda se verifica um elevado grau de iliteracia. Na Argélia só 69,9% da população sabe ler e escrever. Em Marrocos essa percentagem é de 52,3% e na Tunísia é de 74,3% (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY: 2008). Para além disso, também aí se verificam: disparidades de tolerância entre géneros humanos, uma distribuição não equitativa da riqueza, dificuldades no acesso às condições básicas de vida, mormente à água potável, ao saneamento, aos cuidados de saúde, etc. Por outro lado, as suas organizações de carácter social são, na maior parte, controladas pelos Estados, e têm uma base marcadamente religiosa, dificultando, por esse facto, o relacionamento com algumas congéneres europeias.

As estratégias centradas nesta dimensão têm de ter em conta o carácter cultural que a envolve. As suas formulações devem ter em conta que as culturas promovem as identidades e que estas se afirmam pelas diversidades, mas *“As civilizações culturais não resultam apenas do confronto com os opostos mas também das permutas com os diferentes. As civilizações (...) podem ser lugares de tolerância e intercâmbio positivo entre sociedades abertas.”* (MOITA: 2009; 135). Assim, respeitando as diversidades, essas estratégias devem procurar entender e, se possível, aproximar as percepções como cada civilização se vê e observa a outra.

Tais estratégias deverão procurar a implementação e concretização dos “Objectivos de Desenvolvimento do Milénio”, definidos na “Declaração do Milénio” das NU, nomeadamente os da erradicação da pobreza, da promoção da igualdade de géneros e da literacia, do combate à doença e as parcerias com empresas farmacêuticas para a disponibilização de medicamentos mais baratos (ONU: 2000; 5-6). A UE e outras parcerias de geometria variável, como seja o Diálogo 5+5, podem ter um papel importante sobre a inclusão nas estratégias nacionais, de caminhos para o atingir esses objectivos, sem se imiscuírem naquilo que são assuntos da soberania de cada Estado, mas fazendo recomendações nesse sentido, deixando à opção dos governos desses países o aceitar, ou não, das mesmas. Contudo, mais do que aquelas organizações, são os países que conhecem a sua própria realidade e, como tal, devem estar interessados em resolver os seus próprios problemas, sendo mais inteligente fazê-lo com a ajuda de quem pode contribuir para esse desiderato.

As OI podem ser, no âmbito desta dimensão, mais interventivas, promovendo fóruns onde possam debater ideias, melhorar a compreensão e as relações entre Estados, como forma de debelar as polarizações e os fundamentalismos. Podem incentivar o diálogo em fóruns restritos ou mais alargados, como o da “Aliança de Civilizações”. Apesar de todas as críticas que essa iniciativa tem merecido, algumas imerecidas e tendenciosas, ela constitui uma plataforma que, desde 14 de Julho de 2005, tem procurado aproximar quem, no seio das civilizações, tem percepções diferentes, promovendo o diálogo com vista à compreensão e a aceitação da diferença. No presente essa compreensão e aceitação são essenciais, para o continuar de um processo que

assegure a concórdia, a cooperação e o desenvolvimento da segurança. Dos países magrebinos, só a Argélia possui um plano nacional para desenvolver esse Aliança (MAE: 2009), mas também muitos dos países ocidentais ainda não o têm. A sugestão, pela Europa, da elaboração, pelos países magrebinos, de planos dessa ordem, pode ser uma forma de os comprometer num caminho que ajude as relações ente as margens, mas deve ser acompanhada por igual comprometimento por parte dos países do Norte, sob pena de a desconfiança se instalar no seio de um projecto cujos objectivos incidem, principalmente, na confiança.

Outro campo de acção onde essas OI podem ter intervenção é a cooperação na recuperação e manutenção do vasto património cultural arquitectónico existente no Magrebe. Essas iniciativas, sendo elogiáveis, poderão incentivar o turismo cultural, o que poderá contribuir para o desenvolvimento dos países magrebinos.

Em 04/11/2008, na cidade do Vaticano, reuniram-se destacados estudiosos da Santa Sé e do mundo Islâmico, com o objectivo de melhorar as relações entre essas duas religiões, diminuir as tendências para as “tentativas dogmáticas” e compreender, no respeito mútuo, as crenças de cada um. Essa iniciativa tinha sido antecedida pelo manifesto “Um Mundo Comum”, assinado por 138 académicos muçulmanos, que convidavam o mundo Cristão ao diálogo (PÚBLICO: 05/11/2005), o que indicia a abertura dos Islamitas a esse tipo de iniciativas. E são estas que, também, contribuem para a facilitação do relacionamento e impedem o ostracismo.

As imigrações vindas do Sul, mesmo as ilegais, são vistas por este como oportunidades para o seu desenvolvimento económico. Com algum controlo sobre essas imigrações, a Europa pode contribuir para que a imigração legal seja uma mais-valia para o Sul e para si mesmo, implementando o acordado, em 19/11/2007, na 1ª Reunião da Parceria Euro-mediterrânica sobre Migração, no que diz respeito à formação profissional e linguística e à criação de canais bancários que canalizem as poupanças dos imigrantes para os seus países, mas também outras, como a concessão de micro-créditos para a formação de pequenas empresas, a simplificação da burocracia inerente a essa formação, a informação sobre os mercados e as oportunidades de negócio, etc. Aliás, a Europa poderia estender essas medidas, em especial as do micro-crédito, à iniciativa privada dos magrebinos, voltada para os seus países, criando postos de trabalho e fomentando o desenvolvimento interno, podendo isso ser feito através de instituições bancárias desses próprios países.

A promoção de parcerias entre Universidades já foi neste trabalho exaltada como necessária, para o desenvolvimento educacional e a formação de jovens que possam vir a ser a escol do futuro. Essas parcerias devem ser estendidas à formação de outros níveis, como seja o ensino primário, secundário e técnico, incidindo, não só nas povoações ribeirinhas, mas também nas que estão no interior. A doação de bibliotecas e videotecas a instituições académicas e a outros organismos públicos, poderão auxiliar à libertação dos jovens de uma formação tradicional e restrita, podendo-lhes conferir, no futuro, outras amplitudes e horizontes. É, precisamente, para os jovens que o esforço de todas as estratégias deve ser orientado, pois são eles o futuro do Magrebe.

VL6. DIMENSÃO AMBIENTAL

Os países ribeirinhos têm de preservar aquilo que lhes é comum: o MED. Assim, é tanto

responsabilidade daqueles que se encontram na margem Sul como na Norte, a despoluição e o controlo do grau de pureza das águas marítimas. A constituição de um Organismo que tivesse por missão a gestão ambiental da bacia do MEDOC, poderia ser uma medida a ter em conta. Esse organismo, para além de monitorizar a qualidade das águas do MEDOC, actuando em parceria com uma força naval que patrulhasse esse espaço, poderia promover, contra os infractores detectados, a aplicação das sanções previstas nas leis internacionais. Para além disso, poderia ter a seu cargo o estudo científico da forma como se poderia despoluir esse espaço comum e o controlo dos perfis das costas. Para isso, visualizamos que se torna necessário arquitectar um conjunto de leis, ratificadas pelos países dos dois lados, que permitam a actuação desse organismo. Esta iniciativa poderia ser levada a efeito no âmbito do Diálogo 5+5, apesar de vislumbrarmos que seria necessário ultrapassar-se alguns engulhos que pudessem surgir em virtude das relações entre a Espanha e Marrocos, no que diz respeito às dúvidas que parecem existir sobre as delimitações das águas territoriais.

A construção de estações de tratamento de água, em especial no Sul, deve merecer a atenção das estratégias inseridas neste âmbito, até como forma de aproveitamento de um recurso que é raro e que pode ser reutilizado, por exemplo, nas regas agrícolas. A implementação de iniciativas privadas centradas nesta actividade poderá ser uma forma de a tornar auto-sustentável.

A utilização, excessiva, de pesticidas no combate às pragas que atacam as culturas em solo magrebino, mormente de gafanhotos, tem efeitos nocivos nos solos, alterando a sua constituição mineral e o seu equilíbrio em termos de Ph. É, assim, importante que esses Estados, mais uma vez com o apoio de instituições europeias especializadas, procurem combater essas pragas, sem poluir os solos e as culturas. Além disso, as progressivas degradações dos solos áridos e a progressão, para Norte do deserto do Saara devem ser preocupações para os Africanos, mas também para a Europa, pois esta não está imune aos efeitos que daí podem advir.

A concentração populacional junto à costa tem provocado, para além de tudo o mais que já foi dito, uma marcada alteração do perfil das margens, tanto a Norte como a Sul, afectando a consistência dos solos e das arribas, mas também o recorte litoral, exigindo que sejam feitos estudos sobre o impacto ambiental que daí possa decorrer. Nesse âmbito, impõem-se que se façam estudos sobre o impacto que irão ter a concretização das “Auto-Estradas do MED”, em especial na alteração das correntes, na comunidade piscícola e na poluição marinha.

A formação de técnicos capazes de identificarem riscos ambientais e de propor as medidas adequadas à sua profilaxia ou à reparação dos seus efeitos, deve ser uma preocupação magrebina, podendo encontrar na Europa a ajuda para essa formação. Esses países têm de se prover dos meios necessários à garantia, neste e noutro domínios, de uma certa autonomia e que lhes

permita combater, pelo menos numa primeira linha, os resultados dos riscos que apareçam.

Todas estas medidas, têm de ser vistas, em conjugação com outras, de uma forma integrada, com a certeza de que o resultado da aplicação das mesmas de forma singular será muito inferior ao que se obteria se todas elas estiverem planeadas, de forma holística. De qualquer modo, *“Os povos do Mediterrâneo estão agora mais conscientes das ameaças ao seu ambiente e ao seu património único natural e cultural. No entanto, tais esforços são insuficientes em número para inverter as actuais insustentáveis evoluções das tendências.”* (ONU: 2005; 4). Impõem-se, assim, o desenvolvimento de mais esforços, mais orientados, mais pensados e, sobretudo, mais conscientes da importância que os aspectos do ambiente tem para o desenvolvimento dos países e, sobretudo, para a segurança regional.

VI.7. SÍNTESE CONCLUSIVA

A importância que o MEDOC tem, hoje em dia, para o Mundo em geral, e para a Europa e o Magrebe em particular, exige que sobre ele recaiam atenções, capazes de equacionar os seus factores de perturbação e as suas oportunidades, procurando-se minimizar as vulnerabilidades que possam resultar daqueles e potencializar os benefícios que ressaltam das segundas, por forma a obter-se um maior desenvolvimento dos seus países, uma maior estabilidade regional e, consequentemente, uma maior segurança em toda a sua bacia. Para isso, há que formular estratégias de acção que, incidindo sobre as dimensões da segurança, nomeadamente, da política, do militar, do desenvolvimento económico, do social e do ambiente, possam proporcionar caminhos aos países das duas margens, mas em especial da margem Sul, capazes de conduzir àqueles desideratos. Contudo, tal só será possível se houver cooperação entre as duas margens, mormente entre as OI mais vocacionadas para a intervenção nesse espaço, exigindo-se que a mesma seja edificada na confiança, na transparência, na abertura e na garantia das especificidades de cada sociedade, nomeadamente as culturais e religiosas.

A definição dessas estratégias poderão ser da competência dos países que as vão formular, mas o interesse que ressalta dos seus resultados, para as duas margens, confere a responsabilidade a cada uma delas, de, sem se imiscuírem nos assuntos de soberania, sugerirem medidas, se disponibilizarem, na medida do necessário e do possível, para ajudar na sua implementação e responderem aos apelos de cooperação. Tudo isso sem arrogâncias e sem receios. Só assim se poderão construir as pontes sob algo que une as comunidades, mais do que as afasta. Só assim o MEDOC poderá continuar a ser o património de uma comunidade mediterrânica que vive nas suas margens. E o futuro desse espaço e dessa comunidade exige que assim seja.

VII. CONCLUSÕES

Ao longo dos tempos, o MEDOC tem sido um palco onde as diversidades se cruzam e as civilizações têm convivido. Sendo um espaço em torno da qual se tem discutido assuntos de importância comum para os Estados costeiros, ele tem atraído as atenções de uma Europa Meridional e de um Magrebe que o partilham.

A tipologia de conflitos e de violência que se observa no MEDOC, bem como as civilizações que nele convivem, a disponibilidade para o diálogo que caracteriza os actores das duas margens, as assimetrias económicas entre o Norte e o Sul, o tipo de insegurança sentida na região e as diferenças culturais existentes entre os árabes do Ocidente e do Oriente levam a concluir que há razões para se fazer a distinção entre esse MED e aquele outro que tem cativado mais as atenções da CI, por nele existirem preocupações de maior peso. Aliás, tem sido por essas preocupações e por outras razões que se têm manifestado ao longo da história, que o centro de gravidade da importância do MED, tem oscilado entre o MEDOC e o MEDOR.

A atracção que o MED exerceu, desde sempre, sobre o humano, levou à concentração da comunidade mediterrânica junto das suas margens, conduzindo a fenómenos sequenciais que têm marcado o destino dos países que então se formaram. Tais fenómenos tiveram impactos expressivos na margem Sul, onde a profundidade geográfica que essa comunidade desenvolveu foi limitada por aquela concentração junto ao MEDOC, local onde tinha lugar a actividade por excelência dos povos mediterrânicos: o comércio. A polarização económica e populacional que daí resultou, levou a uma maior pressão demográfica que tem, nos últimos tempos, ameaçado de colapso as estruturas sociais e sanitárias locais, potenciando a desertificação do interior, o avanço do deserto e a pouca vontade de se continuar com a agricultura e o pastoreio, actividades que podem suprir necessidades alimentícias e de emprego. Assim, parte dos problemas que hoje afligem o MEDOC, têm origem naquilo que, porventura, é uma das suas maiores riquezas: a sua história e a sua geografia.

A importância que releva do MEDOC tem resultado da conjugação das peculiaridades da sua geografia com a existência, nesse espaço, de recursos essenciais às economias ocidentais. Local de passagem privilegiado das rotas marítimas que unem o Oriente ao Ocidente, o MEDOC vê o seu interesse, em relação à Europa, potenciado pela disponibilidade e proximidade daqueles recursos, e em relação ao resto do mundo, por conferir a possibilidade de ser uma fonte alternativa de reabastecimentos daqueles bens essenciais. A importância que daí resulta, conjugada com os factores de instabilidade que coexistem nessa região, e que podem colocar o acesso a esses recursos em risco, têm projectado o MEDOC para fora dos seus limites e atraído o olhar do Mundo.

Para a Europa, o Magrebe tem-se revelado, para além de um importante fornecedor de recursos naturais, uma fonte de recursos humanos. Nessa perspectiva, podem assumir elevada importância aqueles que utilizam a ilegalidade para entrar nas fronteiras do Norte. Na verdade, as imigrações ilegais, não sendo, em si, ameaças, podem constituir-se como potenciais plataformas de infiltração de ameaças, que nada têm a ver com a procura de novas oportunidades por quem aspira uma nova vida. Aqueles que olham o Norte como um caminho

para o seu futuro, podem ser parte da esperança do Sul, pelo encaminhar das suas poupanças para os países de origem, com economias depauperadas e pouco diversificadas, mas também podem contribuir para a esperança de um Norte, cada vez mais velho e a necessitar de quem alimente os seus sistemas de segurança social.

Os países magrebinos têm um passado comum, que não negam, mas as suas preocupações securitárias tem-nos feito voltarem-se para o interior de cada um deles. Assim, eles têm dado expressiva atenção à segurança nacional, mas têm desprezado a segurança individual. Essa postura tem, ainda, dificultado a que esses países vejam o Magrebe como um todo e, naturalmente, tem obstado a promoção da integração regional.

Os países do Sul comungam realidades que têm atraído as preocupações da CI, tais como: altas taxas de crescimento demográfico; populações muito jovens e grandes taxas de desemprego; manifestações de desagrado por expectativas e motivações goradas; problemas relacionados com direitos humanos, nomeadamente com a igualdade entre géneros; manifestações de radicalismos islâmicos; acções de terrorismo mascarado de ideológico-religioso, mas com motivos políticos; economias pouco diversificadas e muito voltadas para a exploração de recursos naturais; corrupção; crime organizado e regimes políticos que não têm privilegiado as necessárias aberturas democráticas. Neste último campo, verifica-se que as poucas manifestações de abertura democrática desses países, apesar de conferirem alguma esperança à CI, têm sido impostas pela necessidade dos regimes no poder em apaziguar embaraçosas reivindicações dos seus povos, ou melhor, “(...) *são o resultado de estratégias de sobrevivência da elite política no poder e não das aspirações duma ampla parte dos actores políticos que agem no campo nacional.*” (LEAL: 2008; 42).

Para além dessas realidades existem outras, que têm mobilizado os esforços dos países magrebinos para a sua resolução ou mitigação, o que conduz a um reforço das suas atenções centradas no seu interior. Os conflitos intra-estatais, mais notórios na Argélia, mas existindo, também, em Marrocos, têm consumido tempo e recursos. Porém, nem sempre têm sido utilizados os melhores instrumentos, por esses países, para materializarem esses esforços, o que por vezes levam à desconfiança se eles pretendem, na verdade, a resolução dos problemas evocados ou se visam outros objectivos, por ventura mais obscuros. Esta dúvida objectiva-se, por exemplo, nas iniciativas de combate ao terrorismo, levadas a cabo por esses países, e que por vezes parecem quererem atingir outros objectivos que nada tem a ver com aquele outro, como seja a depuração política.

Outros esforços têm sido, ainda, despendidos no dirimir de conflitos fronteiriços, em especial entre Marrocos e a Argélia, e daquele outro resultante da ocupação do Saara Ocidental por aquele Reino e que envolve a Frente Polisário, apoiada pela Argélia. Qualquer resolução destes conflitos, em especial deste último, poderá redundar em expressivos resultados políticos para todos os actores em causa, podendo isso ser muito mais vincados para Marrocos. Daí a tentativa, por parte desse país, através do uso da lendária paciência árabe, de protelar soluções que não lhe interessam e do continuar com a situação actual, como forma, segundo parece, de a prolongar no tempo, por ser a mais favorável à sua monarquia. Contudo, quaisquer estratégias que visem a promoção de medidas de desenvolvimento e de estabilidade, contribuintes para um clima de segurança

regional, terão de ser precedidas por outras que visem a resolução dos problemas intra-estatais e inter-estatais magrebinos, já aqui identificados. Para além desses, existem outros que se têm arrastado no tempo e na história, com expressão, nos dias de hoje, nas relações entre Marrocos e Espanha, envolvendo questões de soberania sobre Ceuta e Melilla e sobre as águas territoriais. Apesar do seu melindre, por envolverem assuntos de soberania e por agitarem emoções e as opiniões dos povos, essas problemáticas começam a exigir soluções, capazes de ultrapassar os diferendos e de lubrificar as relações entre um Magrebe orgulhoso, mas necessitado, e uma Europa, ciente do seu estatuto e da sua superioridade, mas à procura de garantir fontes alternativas de recursos essenciais ao seu desenvolvimento e níveis adequados de segurança nas suas franjas territoriais.

O terrorismo que se tem feito sentir naquela região, não está confinado a um só país. Grupos, como a “Organização da al-Qaeda do Magrebe Islâmico”, anteriormente conhecida por “Grupo Salafista para a Prédica e Combate”, ou o “Takfir Wa al-Hijra”, também conhecido por “Mártires de Marrocos”, têm actuado em todo o Magrebe, em especial em Marrocos e Argélia, mas também na Mauritânia e na Tunísia, demonstrando que as fronteiras magrebina nada significam para essas ameaças. Aliás, elas já não estão confinadas ao Magrebe, tendo sido detectadas, na Europa, actividades de grupos terroristas que, normalmente, actuam no Norte de África, incidentes no suprir de necessidades logísticas ou em acções mais violentas, procurando, assim, atrair as atenções sobre os assuntos daquela região. Esses grupos terroristas sentem-se encorajados nas suas acções, pela falta de coerência dos regimes políticos magrebinos, os quais procuram credibilizar-se, perante a CI, através da sua acção no domínio do contra-terrorismo, ao mesmo tempo que tentam garantir a supremacia sobre os seus povos, através da violação dos direitos humanos.

Assim, por tudo quanto foi dito, conclui-se que existe uma relação biunívoca entre a insegurança regional, alicerçada nas ameaças e riscos que emergem do Magrebe, e a instabilidade política, social, económica e ambiental que aí se vive. Por isso, quaisquer estratégias a implementar e que procurem o incremento da segurança no MEDOC, deverão ter em conta as dimensões política, social, económica e ambiental, mas também a militar, esta por ser aquela que os países magrebinos mais usam e abusam, nas respostas aos problemas por si identificados como de segurança, colocando-as, muitas das vezes num patamar que está acima do político.

O valor atribuído à estabilidade e à segurança regional resulta, em grande parte, da importância que o MEDOC representa para a economia e para o desenvolvimento dos países das suas duas margens, e do valor estratégico que ele tem para a economia mundial. Nesse contexto, a Europa deverá ser uma das partes mais interessadas em participar na formulação de estratégias promotoras do desenvolvimento, da estabilidade e da segurança na região, por partilhar, com o Magrebe, o MEDOC, mas também por ser quem, para além dos países magrebinos, mais pode sentir a influencia dos «ventos que sopram do Norte de África». A Europa, ao dar o seu contributo nessa formulação não pode, contudo, imiscuir-se, em demasia, naquilo que poderá ser interpretada como estando na esfera própria da soberania dos Estados magrebinos. Estes, porém, terão de perceber a posição da Europa e aceitá-la. Até porque também lhes interessa assumir essa abertura, pois para

promover o seu desenvolvimento económico é necessário implementar projectos onerosos, para os quais é imprescindível investimentos iniciais e é na Europa que eles podem encontrar a fonte de financiamento preliminar, o interesse em subsidiá-los e o saber necessário à boa condução dos mesmos. No seguimento dessa ideia, a visão europeia do mundo árabe, e em especial do Magrebe, tem de ter em conta a consistência local das classes dirigentes e as suas diferentes percepções sobre a segurança, encontrando, em conjunto com os países magrebinos, consensos naquilo em que tal é possível, cedendo no que a razão assim aconselhe e sabendo impor, dando tempo para absorção, aquilo que considere inalienável. Nessa postura, a Europa deve ter sempre presente, quais faróis orientadores nos caminhos para uma maior estabilidade regional e para uma consolidada segurança no MEDOC, que a resolução dos conflitos intra e inter-estatais, a abertura dos regimes políticos no sentido de uma democratização (que pode não ser, numa primeira fase, bem aquela que o Ocidente pretende) e a evolução para uma economia de mercado e para uma zona de comércio livre, aberta a todo o Magrebe, mas também ao seu exterior, assente na menor intervenção do Estado, são estações que têm de ser, de forma estruturada, percorridas. Julga-se, assim, que há espaço para a intervenção positiva da Europa no desenvolvimento do Sul, por apoios mútuos e pela cooperação, apesar das diferenças da história e do nível de desenvolvimento. Para isso, terá de se encontrar interesses comuns que ancorem os projectos que tenham viabilidade e permitam atingir os objectivos pretendidos.

Sendo o Magrebe um espaço onde as potências competem, muito por força da necessidade de recursos, o investimento da UE em estratégias centradas nessa região, que visem o desenvolvimento, acompanhado de reformas interiormente assumidas, tais como políticas, económicas, sociais, promotoras da estabilidade e, consequentemente, da segurança regional, é um sinal de inteligência, capaz de, em última análise, contrabalançar influências políticas externas, nomeadamente dos EUA e da China. E a UE parece ter percebido isso. Na verdade, a UE depois de integrar o Leste, começa a dar corpo ao incerto e complexo projecto de congregar o Sul, na base de uma União que parece querer abrir janelas que possam ventilar o desenvolvimento do Magrebe. Contudo, até agora, as janelas que a UE tem aberto, não têm deixado os países magrebino aceder, através delas, ao interior da própria União Europeia. A filosofia da UE, até ao momento, tem sido de oferecer tudo que tem interesse para si, mas negar a integração na própria União e o acesso a possibilidades que possam ser mais atraentes para os países do Sul. E quando o que há para oferecer não desperta o interesse de quem tem mais a ganhar com a manutenção do status quo em que está envolvido, do que com a mudança que lhe é exigida por quem oferece, facilmente se pode deduzir qual será o caminho que irá ser escolhido. Por isso, a UE tem de ponderar bem o que tem para oferecer e o que pode pedir em troca.

Para o panorama actual e já aqui referido, muito tem contribuído a falta de uma voz única a Sul, que possa ser a interlocutora privilegiada da voz do Norte. A falta dessa unicidade resulta mais das relações problemáticas Sul-Sul do que Sul-Norte-Sul. Na verdade, enquanto os países magrebinos estiverem mais preocupados com o que se passa no seu interior, com os protagonismos regionais e em manter relacionamentos conflitu-

sos entre si, não poderão encontrar consensos para a região. E não havendo consensos não pode haver unidade na visão para o futuro do Magrebe, nem, portanto, de actuação. Assim, esta dificuldade tem de ser tomeada, por mudanças de mentalidade e pela percepção do interesse comum, mesmo que isso signifique a alienação do particular. Enquanto isso não for possível, não poderá haver, obviamente, uma segurança colectiva regional, podendo, contudo, firmar-se uma segurança cooperativa, caminho que se considera ser o mais adequado para a actualidade, face à conjuntura que aí existe. Nesse contexto, a Europa, através da UE ou de outras Organizações onde têm assento países europeus, como seja o G 5+5, podem promover relações de confiança que possam contribuir para aquele tipo de segurança, desenvolvendo iniciativas conjuntas, com os países magrebins, que possam solidificar o espírito de cooperação, incrementar o desenvolvimento social e económico, impulsionar as reformas políticas, garantir a preservação do meio ambiente e implementar a reforma do sector de segurança e da defesa, tudo isso na certeza de que o espaço comum que partilham lhes exige que isso seja feito, mas com a garantia da aceitação das especificidades culturais, religiosas e civilizacionais existentes nas duas margens. Nesse desiderato, a UE poderá ver-se obrigada a coordenar os seus esforços e iniciativas com a NATO, pois esta Organização tem protagonizado acções similares às lançadas por aquela outra, o que se revelará sensato e adequado, por evitar redundâncias e a descredibilização.

Estamos, agora, aptos a terminar o nosso trabalho, respondendo à nossa Pergunta de Partida e que é: **“Que estratégias devem ser implementadas pelos países do Magrebe e da Europa Ocidental para promover uma segurança efectiva no Mediterrâneo Ocidental?”**

As estratégias a implementar pelo Magrebe e a Europa Ocidental, com vista à promoção da segurança efectiva no MEDOC, são aquelas que: incidirem sobre as dimensões política, económica, militar, social e ambiental; sejam formuladas sob o princípio da cooperação; contemplem, de preferência, OI de reconhecido valor de ambas as margens, mas que não excluam a possibilidade de nelas tomarem parte, individualmente, os países da região ou outras Organizações, em relações de geometria variável; procurem o desenvolvimento e a estabilidade regional com vista à consolidação de um sentimento efectivo de segurança em todo o MEDOC; e que contemplem, de um modo geral, para os países magrebins:

- A transição tranquila, simples e natural para a democracia;
- A garantia da estabilidade política de cada regime;
- O desenvolvimento da estabilidade das relações Sul-Sul e Sul-Norte-Sul, através de iniciativas de participação conjunta que promovam a confiança e o sentimento do comum;
- A melhor conjugação do islamismo com a participação política em cada país;
- A promoção do desenvolvimento sustentado através da iniciativa privada, do estabelecimento de uma economia de mercado e do liberalismo económico;
- A consecução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, definidos pela ONU, em 2000.

Terminamos assim, este trabalho, esperando que tenhamos contribuído, com ele, para o sentido da verdade.

BIBLIOGRAFIA

Livros e Monografias

- AAVV – **Atlas das Relações Internacionais**. Lisboa: Plátano – Edições Técnicas, 1999. Sob direcção técnica de Pascal Boniface, ISBN 972-707-249-6, 174 pag(s).
- ALMEIDA, Políbio E.A. Valente - **Ensaio de Geopolítica**. Lisboa: ISCSP, 1994, (s/ISBN), 232 pag(s).
- AMIM, Samir e YACHIR, Fayçal – **El Mediterraneo en El Mundo. La aventura de la transnacionalización**. Madrid: IEPALA Editorial, 1989, Colección Problemas Internacionales, nº 18, ISBN: 84-85436-70-9, 160 pag (s).
- BATALHA, Luís – **MARROCOS, Retrato de Um País**. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, 1996, Depósito Legal nº 99370/96, (s/ISBN), 179 pag(s).
- BRAUDEL, Fernand – **O Mediterrâneo. O Espaço e a História**. Lisboa : Editorial Teorema, 1987 (s/ISBN), 156 pag(s).
- BUZAN, Barry – **People States and Fear: Na Agenda for International Security Studies in the post-Cold War Era**. 2ª Ed revised. Hertfordshire: Garvester Wheatsheat, 1991, ISBN: 0745007201, 393 Pag(s).
- CAMILLE et LACOSTE, Yves – **Maghreb - Peuples et Civilisations**. Paris: La Découverte, Col Les Dossiers de L'état du Mon, 1995, ISBN 2-7071-2448-6, 192 pag(s):
- CARTER, Ashton B., PERRY, William James; STEINBRUNER, John D. - **A new concept of cooperative security**. Washington D.C: Brookings Institution Press, 1992, ISBN: 9780815781455, 65 Pag(s).
- Centro Superior de Estudios de la Defensa Nacional (CSEDN) – **La Seguridad en el Mediterráneo: Complejidad y Multidimensionalidad**. Madrid: Ministério de Defensa, Centro Superior de Estudios de la Defensa Nacional, nº 92, Febrero 2007, 277 pag(s).
- CNS – **Inventory of International Nonproliferation Organizations & Regimes**. 2009 Edition. Monterey: Monterey Institute of International Studies, James Martin Center for Nonproliferation Studies. Updated by International Organization & Nonproliferation Program, 2009, (s/ISBN), [Em linha], [Acedido em 16/06/2009]. Disponível na WWW: <URL: http://www.cns.mii.edu/inventory/pdfs/CNS_IONP_Inventory_2009_Edition1.pdf>, 572 pag(s).
- COUTO, Abel Cabral – **Elementos de Estratégia: Apontamentos para um Curso**, (Vol 1). Lisboa : Instituto de Altos Estudos Militares, 1988.
- DUARTE, Felipe Pathé - **No Crepúsculo da Razão. Considerações sobre o Terrorismo Pós Guerra Fria**. Lisboa: Prefácio, 2007, ISBN: 978-989-8022-42-4, 223 pag(s).

- EL HOUDAÏGUI, Rachid - **L'operation Active Endeavour et son impact sur le Dialogue méditerranéen de l'OTAN**. Roma : NATO Defense College, Academic Research Branch, NDC, Occasional Paper n° 22, Julho 2007, (s/ISBN), 58 pag(s).
- ETTIENNE, Bruno – **L'Islamisme Radical**. Paris: Hachette, 2007, [S/ISBN], Edição: Le Livre de Poche n. 14, Édit 4456-9/1989,. Deposito legal: 4557-5, 383 pag(s).
- GORJÃO-HENRIQUES, Miguel – **Direito Comunitário**. 2ª Edição. Coimbra: Livraria Almedina, 2004, ISBN 972-40-1850-4, 509 pag(s).
- LACOSTE, Yves – **A Geopolítica do Mediterrâneo**. Lisboa: Edições 70, Lda., 2006, ISBN: 978-972-44-1523-9, 509 pag(s).
- LEWIS, Bernard – **A crise do Islão: Guerra Santa e Terror Ímpio**. Santa Maria da Feira: Relógio D'Água, 2006, ISBN: 972-708-871-6, 151 pag(s).
- MAHAN, A. T. - **The Influence of Sea Power Upon History, 1660-1783**. 2ª Ed. Boston Little: Brown and Company, 1890. Transposto para e_book através de: Project Gutenberg eBook, [Em linha], 09 de Novembro de 2007, [Acedido em 27/03/2008]. Disponível na WWW: <URL: <http://manybooks.net/titles/mahana1352913529-8.html>>, 285 pag(s).
- METZ - **Libya: A Country Study**. Montana: Kessinger Publishing, 2004, ISBN 1419130129, 9781419130120; 308 pag(s). Também disponível em [Em linha], 1987, [Acedido em 12/03/2008]. Disponível na WWW: <URL: <http://countrystudies.us/libya/>>
- MOREIRA, Adriano – **Teoria das Relações Internacionais**, 3ª ed. Coimbra: Livraria Almedina. 1999, ISBN 972-40-1275-1, 625 pag(s).
- NYE, Joseph S. Jr. - **Compreender os Conflitos Internacionais : Uma Introdução à Teoria e à História (Trajectos)**. Lisboa : Editora Gradiva. ISBN: 972-662-845-8.
- OTAN – **AJP-3.4 Non-Article 5 Crisis Response Operations**, Brussels: OTAN, Março de 2005, [s/ISBN], 64 pag(s).
- RIBEIRO, Orlando – **Portugal, o Mediterrâneo e Atlântico**, 7ª Edição. Lisboa: Livraria Sá da Costa, Editora, 1998.
- RAZOUX, Pierre - **The NATO Mediterranean Dialogue at a Crossroads**. Roma : NATO Defense College, Academic Research Branch, NDC, Occasional Paper n° 35, Abril 2008, (s/ISBN), 8 pag(s).
- ROBERTS, Adam, KINGSBURY, Benedict – **Presiding over a divided world: changing UN roles, 1945-93**. Boulder: Lynne Rienner Publishers/International Peace Academy, 1994, ISBN: 9781555875190, 95 pag(s).
- SACCHETTI, Vice-Almirante António Emílio Ferraz – **O Mediterrâneo: Geopolítica e Segurança Europeia**. Lisboa: Edições Culturais da Marinha. Cadernos Navais n° 16, Janeiro -Março de

2006; Comissão Cultural da Marinha e Grupo de Estudos e Reflexão de Estratégia, ISBN: 972-8004-83-4, 56 pag(s).

SOUSA, Fernando de – **Dicionário de Relações Internacionais**. 2ª Edº. Santa Maria da Feira : Edições Afrontamento, 2008, ISBN: 978-972-36-0981-3, 273 pag(s).

UNDP – **Human Development Indices- A statistical update 2008**. New-York: United Nations Development Programme, 2008, [S/ISBN], [Em linha], 2008. [Acedido em 31/05/09]. Disponível na WWW: <URL: http://hdr.undp.org/en/media/HDI_2008_EN_Complete.pdf>, 56 pag(s).

Monografias (partes ou volumes)

AAVV - **Enciclopédia Luso-Brasileira da Cultura**, Vol 4. Lisboa, Editorial Verbo, 18 de Maio de 1966, coordenação de António Pereira Dias de Magalhães, pag(s) 1073-1077.

AAVV – **Grande Atlas do Conhecimento. Países de A a Z**. Matosinhos: QuidNovi, 2001, Vol 5, direitos cedidos à Empresa do Jornal de Notícias, S. A., (s/ISBN), pag(s) 870-879.

AAVV- **Grande Enciclopédia do Conhecimento**. Matosinhos: QuidNovi, 2001, Vol 1, direitos cedidos à Empresa do Jornal de Notícias, S.A., (s/ISBN), pag(s) 102-111.

AAVV- “**A África Muçulmana**”, “**Entre o Oriente e Ocidente: Al-Andaluz**” e “**A Conquista Cristã da Península Ibérica**”. In AAVV – História Universal – A Expansão Muçulmana. Vol 9º. Lisboa: Editorial Salvat, S.L., 2005 (1) ISBN: 84-9789-684-X (coleção), ISBN: 84-9810-083-5, pp 340-512.

AAVV- **O Mundo Muçulmano: Entre o subdesenvolvimento e a revolução**. In AAVV – História Universal – América Latina, África e Ásia Nos Séculos XIX e XX. Vol 18º. Lisboa: Editorial Salvat, S.L., 2005 (2) ISBN: 84-9789-684-X (coleção), ISBN: 84-9810-083-5, pp 345-393.

AHMED, Melbouci Mohand – **La Sécurité en Méditerranée – Cadre Géopolitique et Stratégique**. In IDN – Segurança no Mediterrâneo e no Médio Oriente. Lisboa : Revista Nação e Defesa, 1993, ISBN 972-9393-06-0, pag(s) 2 - 23.

BALTA, Paul – **La Situation Politique Economique e Sociale du Maghreb et la Stabilité de la Méditerranée Occidentale**. In IDN – Segurança no Mediterrâneo e no Médio Oriente. Lisboa : Revista Nação e Defesa, 1992, ISBN 972-9393-06-0, pag(s) 85-98.

BIAD, Abdelwahad – **A Strategy for Conflict Prevention and Management in the Mediterranean**. In CIDOB - Estabilidad y conflictos en el Mediterráneo. Barcelona: Fundación CIDOB, Revista CIDOB d'Afers Internacionals, No. 37, 1997, ISSN: 1133-6595, Pag(s): 53-63.

CALLEYA, Stephen C., RHEIN, Eberhard- **The Euro-Med Partnership needs a strong push**. In Euro-Mediterranean co-operation: enlarging and widening the perspective. Discussion Paper C- 131.

Bonn (Germany): Zentrum für Europäische Integrationsforschung, 2004, ISBN: 3-936183-31-7, ISSN 1435-3288, pag(s): 16-35.

GUAZZONE, Laura – **Who Needs Conflict Prevention in the Mediterranean?**. In AAVV – The International Spectator. Itália: Routledge, 2000, Vol. XXXV, nº 1, Janeiro-Março de 2000, ISSN: 0393-2729, pag(s) 83-102.

HUIDOBRO, José Manuel Amor - **La Cooperación en Seguridad y Defensa Entre el Norte y el Sur**. In CESEDEN - Occidente y el Mediterráneo: Una Nueva Visión Para Una Nueva Época. Madrid: Ministério da Defesa de Espanha, Monografias do CESEDEN, nº 69, Março de 2004, [s/ISSN], Pag: 232- 275.

NUNES, Rui - **“Mediterrâneo – A Fronteira Sul da Europa Vista da UE e dos EUA”**. In MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO – Informação Internacional. Análise Económica e Política, 1999, Vol1. Lisboa: Departamento de Prospectiva e Planeamento, Março de 2000, ISSN: 0873-1519, Pag(s): 313-328..

POLITI, Alessandro – **Transnational Security Challenges in The Mediterranean**. In Mediterranean Security Into the Coming Millennium. Editado por Stephen J. Blank, 1999, Carlisle: Strategic Studies Institute, ISBN: 1-58487-003-6, Pag(s) 35-91.

TAYLOR, Paul, CURTIS, Devon – **The United Nations**. In BAYLIS, John, SMITH, Steve, OWENS, Patricia – **The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations**, 4ª Ed. New York: Oxford University Press, 2008, ISBN-13: 978-0-19-929777-1, pag(s) 312-327.

VALLÉS, Ignasi Roche i, JAUME, Suan Puig – **África desde 1980**. In AAVV – **História Universal – Fim de Século. Os Grandes Temas do Sécul XXI**, Vol 20. Lisboa: Editorial Salvat, S.L., 2005. ISBN: 84-9789-684- X (Coleção), ISBN: 84-9819-085-1, pag(s) 395-415.

Teses, Dissertações e Outras Provas Académicas

ALAOUI, Mohamed Ben El Hassan – **La Cooperation Entre l’Union Européene et les Pays du Maghrebe**. Paris: Nathan, Serie: Edification d’un Etat Moderne, Nathan references internationales, Tese de Doutoramento, 1994, ISBN 2-09-882202-2, 237 pag(s).

ANDERSEN, David R. – **Foreign Policy Decision-Making and Violent Non-State Actors**. [Em linha]. Dissertation submitted to te Faculty of the Graduate School of the University of Maryland, Colleg Park in partial fulfillment of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy, 2004. [Acedido em 27/03/2008]. Disponível na WWW: <URL: <http://drum.umd.edu/dspace/bitstream/1903/2038/1/umi-umd-1998.pdf>>

LEAL, Ana Catarina Pereira Mendes – **Riscos de Instabilidade no Magrebe e a Segurança Energética de Portugal**. Dissertação de Doutoramento em Relações Internacionais na especialidade de Política

Internacional (área África). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Dezembro de 2008. Tese não publicada. 642 pag(s).

ORMANCI, Emr Ye Bagdagul – **Mediterranean Security Concerns and NATO's Mediterranean Dialogue**. Paper submitted to the North Atlantic Treaty Organization. In partial fulfillment of the requirements for the individual research fellowship for the academic cycle 1998/2000. [Acedido em 25/02/2009]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.nato.int/acad/fellow/98-00/ormanci.pdf>>, 45 pag(s).

PALMEIRA, José – **O Poder de Portugal nas Relações Internacionais**. Lisboa: Prefácio, Tese de Doutoramento, 2006, ISBN 972-8816-82-0, 299 pag(s).

SAMPAYO, Mariana – **Magrebe Árabe : uma Unidade Possível?**. Porto: Universidade Portuguesa Infante D. Henrique, Tese de Mestrado, 2000, ISBN: 972-9354-30-8, 218 pag(s).

SARAIVA, Maria Francisca – **Governance Um Caminho para a Segurança Cooperativa**. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2001, ISBN: 972-9229-90-2, 485 pag(s).

VIANA, Vitor – **Segurança Colectiva – A ONU e as Operações de Apoio à Paz**. Lisboa : Edições Cosmos, Instituto de Defesa Nacional, Tese de Mestrado, 2002, ISBN: 972-762-241-0, 461 pag(s).

Publicações Periódicas (parte) - Artigos de Revista e/ou matérias de Jornais

AL-AHRAM – **Le monde arabe et la politique américaine**. Artigo publicado no site da FMES, e no Semanário Al-Ahram, 12/08/2009, [Em linha], [Acedido em 17/06/08]. Disponível na WWW: <<http://www.fmes-france.org/2006/03/>>.

ALIBONI, Roberto – **European Defense and the Mediterranean**. In A European Strategic Concept for the Mediterranean. Lisboa: Instituto De Estudos Estratégicos e Internacionais, Coleção Lumiar Papers, 2000, ISBN: 972-8109-31-8, pag(s) 15-38.

AMBY, Kristiam - **Organizações fundamentalistas islâmicas**, in Janus 2003. Anuário de Relações Exteriores. Lisboa: UAL e Público, 2003, [Em linha], [Acedido em 17/06/08]. Disponível na WWW: <URL: http://www.janusonline.pt/docs2003/artigo_janus2003_2_2_12.doc>, 7 pag(s)

ANTONINI, Doctor Enrique A. Antonini – **Crimen Organizado: su impacto en las economías mundiales**. In Boletín. Buenos Aires: Instituto de Seguridad Internacional y Assuntos Estratégicos. Ano 4, Número 15, Maio de 2001, Pag(s) 5-6. Também [Em linha], Maio de 2001, [Acedido em 21/05/09]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.cari.org.ar/pdf/boletin15.pdf>>

ASMUS, Ronald D., LARRABEE, F. Stephen., LESSER, Ian O. - **“Mediterranean Security: New Challenges, New Tasks”**, In NATO Review, No. 3, Vol 44, May 1996, p. 25-31. Também [Em linha], Maio de 1996, [Acedido em 15/04/09]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.nato.int/docu/review/1996/9603-6.htm>>.

- ARABICNEWS – **Tunisia hails Morocco's decision to lift visa requirements for Algerians.** [Em linha], 08/04/2004. [Acedido em 19/05/09]. Disponível na WWW: <URL: www.arabicnews.com/ansub/Daily/Day/040804/2004080419.html>
- BALTA, Paul – **La Méditerranée en tant que zone de conflits**, In Revista CIDOB d'Afers Internacionals, Nº 37. Barcelona: CIDOB. Setembro de 1997, Fundació CIDOB. ISSN: 1133-6595, pag(s) 9-18.
- BARLAS, Asma – **Ler mal o Alcorão permite a opressão da mulher.** In Público, entrevista feita por António Marujo, Domingo, 21 de Dezembro de 2008, nº 6839, Ano XIX, ISSN: 0872 1556, pag 9.
- BASRI, Driss – **Au Maroc, le terrain est propice aux Kamikazes.** In L'Événement, Maroc Hebdo International, nº 608, du 04 au 10 Juin 2004, 13.eme année, [Em linha], 04/06/2004. [Acedido em 30/05/09]. Disponível na WWW: <URL: www.maroc-hebdo.com>, pag 7.
- BIN, Alberto – **The Security Dialogue Towards The Mediterranean.** In Revista CIDOB d'Afers Internacionals, Nº 49. Barcelona: CIDOB. Maio de 2000, Fundació CIDOB. ISSN: 1133-6595, pag(s) 77-89.
- BISPO, Gen António Jesus - **A Segurança e a Defesa.** In IPCE - Estratégia. Lisboa: IPCE et all., 1999, Vol XI, ISSN 1645-9083, pag(s) 45-131.
- BOENING, Astrid B. – **Multilateral security in the Mediterranean post-Cold War: NATO's Mediterranean Dialogue and the EuroMed Partnership.** Miami: University of Miami. Monografia publicada com o apoio da Comissão da União Europeia. Jean Monnet/Robert Schuman Paper Series, Vol 7, nº 10. Maio de 2007, (s/ISSN). Também [Em linha], [Acedido em 18/07/2009]. Disponível na WWW: <URL: http://www6.miami.edu/eucenter/Boening_NATO_Med_Long07edi.pdf>, 20 pag(s).
- BORGES, João Vieira – **Portugal e o Mediterrâneo: uma visão geopolítica.** In Revista Segurança e Defesa, Dezembro 2007 a Fevereiro de 2008, Lisboa: Diário de Bordo L.da, Regido ICS 125005, Depósito Legal: 250319/06, pp 60-70.
- BP – **Statistical Review of World Energy – June 2009.** [Em linha], Junho de 2009. [Acedido em 27/06/09]. Disponível na WWW: <URL: http://www.bp.com/liveassets/bp_internet/globalbp/globalbp_uk_english/reports_and_publications/statistical_energy_review_2008/STAGING/local_assets/2009_downloads/statistical_review_of_world_energy_full_report_2009.pdf>.
- CALLEYA, Stephen, RHEIN, Eberhard - **The Euro-Med Partnership Needs a Strong Push.** In JACOBS, Andreas - Euro-Mediterranean co-operation: enlarging and widening the perspective. Discussion Paper C 131/2004. Bonn: Zentrum für Europäische

- Integrationsforschung, 2004, ISBN 3-936183-31-7, ISSN 1435-3288, pag(s): 16-35.
- CARMALI, Sara – **Conceito de Segurança como Política de Excepção – Uma Avaliação Crítica.** In Relações Internacionais R:I, nº 18. Lisboa: Tinta da China, 16 de Junho de 2008, Publicação Trimestral do IPRI e UNL, ISBN: 1645-9199, Pag(s): 113-127.
- DN – **Presidente da Tunísia quer prolongar poder,** Quinta-feira, 31 de Julho de 2008, Dossier Mundo, Ano 144º, nº 50888, ISSN: 0870-1954, pag 30.
- DN – **Argélia. Mortos doze terroristas islâmicos.** Sábado, 09 de Agosto de 2008, Dossier Mundo, Ano 144º, nº 50897, ISSN: 0870-1954, pag 45.
- DN - **UA apela à União de todos os Mauritanos,** Segunda-feira, 11 de Agosto de 2008, Dossier Mundo, Anos 144º, nº 50899, ISSN: 0870-1954, pag 25.
- DN – **Já não me lembro em quem votei no conclave.** Entrevista feita pelo jornalista João Céu Silva ao Cardeal José Saraiva Martins, Domingo, 10 de Agosto de 2008, Ano 144º, nº 50898, ISSN: 0870-1954, pag(s) 2-4.
- DN - **Argélia. Al-Qaeda reivindica ataques.** Sábado, 23 de Agosto de 2008, Dossier Mundo, Ano 144º, nº 50911, ISSN: 0870-1954, pag 31.
- DN – **Violência anticristã salta para a agenda da cimeira UE-Índia.** Segunda-feira, 29 de Setembro de 2008, Ano 144º, nº 50948, ISSN: 0870-1954, pag. 28.
- DN – **MARROCOS. Criado órgão anticorrupção.** Quinta-feira, 04 de Dezembro de 2008, Ano 144º, nº 51014, ISSN: 0870-1954, pag. 28.
- DN - **Kadhafi, “o rei africano” eleito presidente da UA.** Terça-feira, 03 de Fevereiro de 2009, Ano 145, nº 51073, ISSN: 0870-1954, pag 28.
- DN – **LIBIA. Kadhafi quer ir aos EUA ainda este ano.** Segunda-feira, 09 de Fevereiro de 2009, Ano 145, nº 51079, ISSN: 0870-1957, pag 56.
- DN – **Novo golpe no terrorismo islâmico em Espanha.** Quinta-feira, 21 de Maio de 2009, Ano 145, nº 51180, ISSN: 0870-854. Pag 25.
- DIÁRIO PORTUGÊS – **Livrem o Magreb de franceses e espanhóis.** [Em linha], 20/09/2007. [Acedido em 23/05/09]. Disponível na WWW: <URL: http://diario.iol.pt/noticia.html?id=856393&div_id04088>
- ECONOMIC EXPERT – **Melting Pot.** [Em linha], s/d. [Acedido em 30/06/09]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.economicexpert.com/a/Melting.pot.htm>>.
- EFE – **Magrebe chega "dividido" à cúpula mediterrânea.** Artigo publicado pela Agencia de Noticias EFE, 12/08/2008, [Em linha], [Acedido em 28/07/09]. Disponível na WWW: <URL: <http://noticias.terra.com.br/mundo/interna/0,,OI3004667-EI8142,00.html>>.
- EL UNIVERSAL – **Princesa Ana abre hospital con su nombre en Gibraltar.** [Em linha], 05/03/2009.

- [Acedido em 17/05/09]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.eluniversal.com.mx/notas/581437.html>>
- EURONEWS – **Inauguração em Gibraltar motiva protestos de Madrid.** [Em linha], 06/03/2009. [Acedido em 17/05/09]. Disponível na WWW: <URL: <http://pt.euronews.net/2009/03/06/inauguracao-em-gibraltar-motiva-protestos-de-madrid/>>
- EUROSTAT - **European Union foreign direct investment yearbook 2008. Data 2001-2006.** Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities, 2008, Theme: Economy and finance, Collection: Pocketbooks, Cat. No. KS-BK-08-001-EN-N, Cat. No. printed publication KS-BK-08-001-EN-C ISBN 978-92-79-08401-0, ISSN 1605-2935, 123 pag(s).
- FERREIRA-PEREIRA, Laura C. – **O Papel da UE no Mundo: Superpotência ou Potência-Modelo?** In DN, - Artigo de Opinião, Domingo, 10 de Agosto de 2008, Ano 144º, Nº 50898, pag 10.
- GALLET, Bertrand – **La grande criminalité organisée, facteur de déstabilisation mondiale?** In Relations Internationales et Stratégiques: Grande criminalité organisée : dessous et enjeux. Nº 20, Inverno de 1995, [s/ISBN], pag(s) 95-98.
- GERMOND, Basil – **De l’Atlantique à la Méditerranée vers une réorientation de la géostratégie navale dans l’espace euro-atlantique depuis 1989.** In ESCALLIER, Robert - Cahiers de la Méditerranée : Crises, conflits et guerres en Méditerranée, (Tomo 2), Vol 71, Dezembro 2005, [Em linha], colocado em linha em 13 de Maio de 2006, [Acedido em 01/03/09]. Disponível na WWW: <URL:<http://cdlm.revues.org/document.html?id=983#entrees>>, ISSN electrónico: 1773-0201.
- GLOBO.COM – **Fronteira Argélia-Marrocos abre para ajuda a Gaza.** [Em linha], 17/02/2009. [Acedido em 18/02/09]. Disponível na WWW: <URL: <http://gl.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL1005474-5602,00.html>>
- ICEP – **Argélia, Ficha de Mercado.** [Em linha], Lisboa : ICEP, Maio de 2008 a). [Acedido em 21/01/09]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.icep.pt>>, 21 pag(s).
- ICEP – **Líbia, Ficha de Mercado.** [Em linha], Lisboa : ICEP, Junho de 2008 b). [Acedido em 21/01/09]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.icep.pt>>, 19 pag(s).
- JN – **ITÁLIA – Clandestinos aumentaram 75%.** Porto: JN, Quinta feira, 01 de Janeiro de 2009, “Mundo”, Pag. 23.
- JN - **ETA promete nova estratégia eficaz.** Terça-feira, 26 de Maio de 2009. Consultado na versão On-line. [Em linha], 26/05/09. [Acedido em 26/05/09]. Disponível na WWW: <URL: http://jn.sapo.pt/PaginaInicial/Mundo/Interior.aspx?content_id=1243886>
- LEIGH, Vanya Walker – **Tunis Declaration ‘will help Malta cope with illegal immigrants’.** In The

- Times of Malta, Sunday, October 27, 2002. [Em linha], 27/10/2002. [Acedido em 18/05/09]. Disponível na WWW: <URL: http://www.mjha.gov.mt/news/pressreleases/pdf2002/october/times_oct27.pdf>.
- MANSOUR, Abdellatif – **Regain de tension entre le Maroc e l’Algerie: La junte d’Alger veut la guerre.** In L’Événement, Maroc Hebdo International, nº 500, du 01 au 07 mars 2002, [Em linha], 01/03/2002. [Acedido em 22/05/09]. Disponível na WWW: <URL: http://www.maroc-hebdo.press.ma/MHinternet/Archives_500/pdf_500/page06et07.pdf>, 2 pag(s)
- MANSOUR, Abdellatif - **Les tribulations de l’ex –ministre de l’Interieur à Paris. Driss Basri fait de l’opposition.** In L’Événement, Maroc Hebdo International, nº 608, du 04 au 10 Juin 2004, 13.eme anné, [Em linha], 04/06/2004. [Acedido em 30/05/09]. Disponível na WWW: <URL: www.maroc-hebdo.com>, pag(s) 6-7.
- MANUEL, Paulo Silva Rebelo - **Pirataria de Música e ameaças Assimétricas: as Rotas do Tráfico e o Financiamento do Terrorismo.** In Estratégia, Vol. XVIII, Lisboa: IPCE, ISCSP, AICP, INETI, IDN, IDJC, 2009, ISSN: 1645-9083, pag(s) 385-417.
- MARTINS, José Alberto Dias - **A Mobilidade Humana e a Conflitualidade: Causa ou Consequência?** In Estratégia, Vol XII, Lisboa: IPCE, ISCSP, AICP, INETI, IDN, IDJC, 1998, Depósito Legal nº 41106/90, pag(s) 260-305.
- MARRAKECH – **Kadhafi réitère son rejet de l’union pour la méditerranée, défend l’Afrique.** Publicado no Portal Marroquino de Atualidade, 05/08/2008, [Em linha], [Acedido em 08/08/09]. Disponível na WWW: <URL: http://www.emarrakech.info/Kadhafi-reitere-son-rejet-de-l-union-pour-la-mediterranee,-defend-l-Afrique_a15586.html>.
- MARTINHEIRA, Paula – **Medidas: Reunião Euro-Mediterrânica no Algarve – Imigrantes com cursos de Línguas.** In Diário de Notícias, Terça-feira, 20/11/07, Ano 143º, nº 50636, pag 15.
- MACKENZIE, Débora – **Pode uma Pandemia Derrubar a Civilização?** In, AAVV – **COURIER Internacional**. Lisboa: Interjornal-Soc. Jornalística e Editorial, Lda. Nº 155, Janeiro 2009. Transcrição do artigo publicado, em 05/04/08, na revista **New Scientist**, Londres. Registo na ERC com o nº 124692, depósito legal nº 224413/05, (s/ISSN), pag(s) 50-51.
- MIGUEL, Carlos Ruiz – **Los Acuerdos de Madrid, inmorales, ilegales y políticamente suicidas.** In Revista La Ilustración Liberal, nº 26, Inverno de 2005-2006. Madrid: La Ilustración Liberal, 2006 a), ISSN: 1139-8051, pag 57-65. Também [Em linha], [Acedido em 30/03/09]. Disponível na WWW: <URL: http://www.libertaddigital.com/ilustracion_liberal/articulo.php/647>
- MIGUEL, Carlos Ruiz – **Sáhara Occidental: Independencia, paz y seguridad.** In Cuadernos de

- Pensamiento Político nº 12. Madrid: Fundación para el Análisis y los Estudios Sociales. Outubro e Dezembro de 2006, 2006 b) ISSN: 1696-8441, Pag(s): 151-179.
- MOITA, Prof. Doutor Luís – **As críticas ao projecto de Aliança de Civilizações**. In JANUS 2009, nº 12, Anuário de Relações Exteriores. Lisboa: UAL e Público, 2009, ISBN: 978-989-619-176-4, pag(s) 134-135.
- MOREIRA, Prof. Doutor Adriano – **Portugal e o Mediterrâneo**. In Estratégia, Volume X. Lisboa: IPCE, ISCSP, AICP, INETI, IDN, IDJC, 1998, Depósito Legal nº 41106/90, pp 19-27.
- NEGREIROS, Joaquim Trigo de - **Mediterrâneo e Médio Oriente no Quadro da POLÍTICA Externa Portuguesa**. In Janus 2002, Anuário de Relações Exteriores. Lisboa: UAL e Público, 2002, [Em linha], [Acedido em 19/07/09]. Disponível na WWW: <URL: http://www.janusonline.pt/conjuntura/conj_2002_3_2_20_c.html#3>, 7 Pag(s).
- NOTIEMAIL – **Argélia coloca condições para a reabertura de fronteiras com o Marrocos**. [Em linha], 22/03/2008. [Acedido em 23/03/09]. Disponível na WWW: <URL: <http://brasil.notiemail.com/noticia.asp?nt=12181599&cty=2>>
- OTTERMAN, Sharon - **Arab League**. In The New York Time, Terça-feira, 11/08/2009, [Em linha], 22/12/2005. [Acedido em 17/07/09]. Disponível na WWW: <URL: http://topics.nytimes.com/topics/reference/timestopics/organizations/a/arab_league/index.html>.
- PANAPRESS - **Egipto condiciona adesão à União do Magrebe Árabe**. [Em linha], 22/12/2005. [Acedido em 17/07/09]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.panapress.com/newslatf.asp?code=por027940&dte=22/12/2005>>.
- PANAPRESS - **Rei Marroquino convida Argélia a abrir suas fronteiras**. [Em linha], 01/08/2008. [Acedido em 11/03/09]. Disponível na WWW: <URL: www.panapress.com/freenewspor.asp?code=por016289&dte=01/08/2008>
- PANAPRESS - **Marrocos acusa Argélia de entravar edificação do Magrebe**. [Em linha], 12/12/2008. [Acedido em 11/03/09]. Disponível na WWW: <URL: <http://62.210.150.98/freenewspor.asp?code=por001608&dte=12/12/2008>>.
- PANAPRESS – **Marrocos reitera apelo para abertura de fronteira com Argélia**. [Em linha], 20/01/2009. [Acedido em 12/03/09]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.panapress.com/freenewspor.asp?code=por002479&dte=20/01/2009>>
- PATRÍCIO, Raquel – **A Segurança do Mediterrâneo. Alguns aspectos Geoestratégicos e Geopolíticos**. IAEFA – Mais Alto. Lisboa: IAEFA, Fev/Mar 1997, Ano XXXIV, Nº 305, Depósito Legal 27404/89, pp 31-36.
- PNUE – **Méditerranée: Les perspectives du Plan Bleu sur l'environnement et le Développement. Résumé**. França : Centre d'Activités Régionales du Plan Bleu, Julho

2006, [s/ISSN], 22 pag(s).

PÚBLICO – Cimeira em Paris: Nasceu ontem a União para o Mediterrâneo. Vaga de optimismo para a paz no Médio Oriente. Segunda-feira, 14 de Julho de 2008, Ano XIX, nº 6679, ISSN: 0872-1556, pag (s) 12-13.

PÚBLICO – Marrocos envia à Europa 176 pregadores para combater o extremismo islâmico. Notícia de Isabel Gorjão Santos, no Público de Sexta-feira, 18 de Julho de 2008, Ano XIX, nº 6683, ISSN: 0872-1556, pag. 17.

PÚBLICO – Líderes de 43 países volam hoje a tentar lançar uma União para o Mediterrâneo. Artigo da Isabel Arriaga e Cunha, Domingo, 13 de Julho de 2008, Ano XIX, nº 6678, ISSN: 0872-1556, pag. 4.

PÚBLICO - Vaticano lança diálogo com os muçulmanos e o Guardião das Mesquitas vai à ONU. Quarta-feira, 05 de Novembro de 2008, Ano XIX, nº 6793, ISSN: 0872-1556, pag. 18.

PUBLICO – Argélia disposta a aumentar o fornecimento. Domingo, 11 de Janeiro de 2009, Ano XIX, nº 6858, ISSN: 0872-1556, pag 15.

PÚBLICO - Muammar Kadhafi eleito presidente da União Africana e tratado como “rei dos reis”. Terça-feira, 03 de Fevereiro de 2009, Ano XIX, Nº 6881, ISSN: 0872-1556, pag 13.

PÚBLICO – Marrocos expulsa cinco missionárias europeias acusadas de tentativa de conversão. Terça-feira, 31 de Março de 2009, Ano XX, nº 6937, ISSN: 0872-1556, pag 12.

PÚBLICO – Centenas de africanos naufragam a caminho do sonho europeu. Quarta-feira, 01 de Abril de 2009, Ano XX, nº 6938, ISSN: 0872-1556, pag 11.

PÚBLICO – Bouteflika fez campanha para combater a abstenção. Quinta-feira, 09 de Abril de 2009, Ano XX, Nº 6946, ISSN: 0872-1556, pag 14.

PÚBLICO – Polisário admite voltar às armas. Entrevista da jornalista Isabel Gorjão Santos, a Salem Brahim Lebsir, feita em Lisboa. Segunda-feria, 01 de Junho de 2009, Ano XX, nº 6999, ISSN: 0872-1556, pag 16.

PÚBLICO – Pequim alerta cidadãos chineses no Norte de África. Quinta-feira, 16 de Julho de 2009, Ano XX, nº 7044, , ISSN: 0872-1556, pag 18.

PÚBLICO – Rasmussen abre mandato com mensagem ao mundo islâmico. Artigo do jornalista Miguel Gaspar. Domingo 02 da Agosto de 2009, Ano XX, nº 7061, ISSN: 0872-1556, pag 18.

PÚBLICO - Argélia: Violência contra imigrantes chineses. Quarta-feira, 05 de Agosto de 2009, Ano XX, nº 7064, ISSN: 0872-1556, pag. 14.

PÚBLICO – China pede à Argélia que puna agressores. Sexta-feira, 07 de Agosto de 2009, Ano XX, nº 7066, ISSN: 0872-1556, pag 15.

PÚBLICO ON-LINE – Participação mais alta do que o esperado: Bouteflika reeleito na Argélia com

- 90,24 por cento dos votos.** [Em linha], 10/04/2009, [Acedido em 19/04/09]. Disponível na WWW: <URL: <http://ultimahora.publico.clix.pt/noticia.aspx?id=1373622>>.
- PÚBLICO ON-LINE – Marrocos expulsa cinco missionárias europeias.** [Em linha], 30/03/2009, [Acedido em 21/05/09]. Disponível na WWW: <URL: <http://ultimahora.publico.clix.pt/noticia.aspx?id=1371653>>.
- RAPOSO, Lumena – **Mulheres Árabes Exigem Mais Educação e Domínio de Poder.** In Público. Quarta-feira, 17 de Dezembro de 2008, Ano XIX, ISSN: 0872-1556, pag 33.
- RAMALHO, José Luís Pinto – **O Conceito de Espaço Estratégico de Interesse Nacional,** in MOREIRA, Adriano e CARDOSO, Pedro – Estratégia. Lisboa: Instituto Português da Conjuntura Estratégica, 1998, Depósito Legal 41106/90, pp 175-229.
- RAMALHO, José Luís Pinto – **Uma perspectiva portuguesa sobre a segurança em África.** In MOREIRA, Adriano e RAMALHO, Pinto - Estratégia, Vol. XVIII, Lisboa: IPCE, ISCSP, AICP, INETI, IDN, IDJC, 2009, ISSN: 1645-9083, pag(s) 255 – 274.
- ROMERO, Luís – **Lo estratégico en la cuestión de Gibraltar.** In UNISCI Discussion Papers, nº 12. Madrid: Universidad Complutense de Madrid. Revista do Departamento de Estudios Internacionales - Facultad de Ciencias Políticas y Sociología, Outubro de 2006, ISSN 1696-2206, pp 135 – 152.
- SAHARA-ONLINE - **Fassi El Fihri: A resolução do conflito do Sara fará do Magrebe um " parceiro forte e respeitado" no seio do Mediterrâneo.** [Em linha], 22/04/2009, [Acedido em 25/04/09]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.sahara-online.net/Paginaprincipal/tabid/1156/ctl/Details/mid/2095/ItemID/5356/default.aspx>>
- SANCHES, Andreia – **Projeções para 2060 – Peso dos idosos com mais de 80 anos triplica.** In Público. Quarta-feira 27 de Agosto de 2008, Ano XIX, ISSN: 0872-1556, pag 3.
- SACCHETTI, Vice-Almirante António Emílio Ferraz – **Portugal e a Segurança do Mediterrâneo.** IAEM – Boletim do Instituto de Altos Estudos Militares. Lisboa: IAEM, 28 de Fevereiro de 1997, Nº 41, Depósito Legal 16823/87, pp 114-127.
- SANTOS, José Loureiro dos – **O triângulo EUA-Rússia-Iráo.** Artigo de Opinião publicado no Público, Quinta- feira, 05/03/09, Ano XX, nº 6911, ISSN 0872-1556, pag. 35.
- SPIDLA, Vladimir – **Mobilidade profissional na Europa: mais precisa que nunca.** In Público. Sábado, 20/06/2009, Ano XX, nº 7018, ISSN: 0872-1556, pag 38.
- SOUSA, Teresa – **Do Kosovo a Cabul.** In Público. Domingo 02/08/2009, Ano XX, nº 7061, ISSN: 0872-1556, pag 19.
- TORRES, Cláudio – **A civilização islâmica é a última grande civilização mediterrânica.** In Revista História – Para compreender o Islão. Número Especial. Lisboa: História – Publicações e

Conteúdos Multimédia, Lda, 2003, Registo na ICS nº 104921, Depósito Legal 1084/82, pp. 6-17.

TI – **2008 Corruption Perception Index. Regional Highlights: Middle East and North Africa.** Estudo publicado anualmente pela Transparency International: The global coalition against corruption. 2008 a). [Em linha], Agosto de 2008, [Acedido em 25/05/09]. Disponível na WWW: <URL: http://www.transparency.org/policy_research/surveys_indices/cpi/2008/regional_highlights_factsheets>

TI – **Aumentos contínuos nos níveis de corrupção em países de baixa renda, resultam em “constante desastre humanitário”.** Berlim: Transparency International: The global coalition against corruption. 2008 b). Neste documento encontra-se a lista ordenada de 180 países. [Em linha], 23/09/2008, [Acedido em 25/05/09]. Disponível na WWW: <URL: http://www.transparency.org/policy_research/surveys_indices/cpi/2008>.

VASCONCELOS, Álvaro – **O Mediterrâneo Desintegrado.** In IDN, Portugal e o Novo Quadro Internacional. Lisboa: IDN, 1992, ISBN 972-9393-07-09.

VASCONCELOS, Álvaro – **O Mediterrâneo e a Questão do Islamismo Radical.** In IDN – Segurança no Mediterrâneo e no Médio Oriente. Lisboa: Revisa Nação e Defesa, 1993, ISBN 972-9393-06-0, pag 41-51.

Trabalhos Publicados em Actas de Congressos/Encontros Científicos

AAVV – **The European and Euro-Atlantic Initiatives for Mediterranean: Critical Evaluation and Future Perspectives.** IDN – Relatório de Conclusões dos Colóquios CASD-CESEDEN-CHEM-IDN-C4. Lisboa: IDN, 2003, 7 Pag (s).

PINTO, Pedro – **Economia e Segurança no Mediterrâneo: riscos e oportunidades para uma Estratégia de Cooperação.** In IDN – Relatório de Conclusões dos Colóquios CASD-CESEDEN-CHEM-IDN-C4. Lisboa: IDN, 2003, 12 Pag (s).

Documentos Electrónicos

AI - **Marrocos e Saara Ocidental: Irene Khan reconhece as medidas positivas, mas pede avanços.** [Em linha], 20 de Março de 2009 a), [Acedido em 24/06/08]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.br.amnesty.org/?q=node/224>>.

AI – **Amnesty International Report 2009: State of the world’s human rights – Algeria.** [Em linha], 2009 b). [Acedido em 21/06/09] Disponível na WWW: <URL: <http://report2009.amnesty.org/en/regions/middle-east-north-africa/algeria>>.

AI – **Amnesty International Report 2009: State of the world’s human rights – Morocco.** [Em linha], 2009 c). [Acedido em 21/06/09] Disponível na WWW: <URL: <http://report2009.amnesty.org/en/regions/middle-east-north-africa/morocco>>.

AI – **Amnesty International Report 2009: State of the world's human rights – Tunisia**. [Em linha], 2009 d). [Acedido em 21/06/09] Disponível na WWW: <URL: <http://report2009.amnesty.org/en/regions/middle-east-north-africa/tunisia>>.

ALIBONI, Roberto – **The Enhanced Political Dialogue in Euro-Mediterranean Partnership**. [Em linha], paper do EuroMeSCo's Working Group on the Euro-Mediterranean Charter for Peace and Stability, 1999. [Acedido em 11/11/08] Disponível na WWW: <URL: http://www.euromesco.net/euromesco/print.asp?cod_artigo=38767>.

AMMOR, Fouad M. – **De l'Environnement Strategique du Maghreb: Point de vue d'un Marocain**. In NATO DEFENSE COLLEGE - **Le Maghreb stratégique 2ème partie**. Rome: Research Branch [Em linha], NDC Occasional Paper n° 14, Abril de 2006, pag(s) 11-23, [Acedido em 04/01/09]. Disponível na WWW: <URL: https://www.ndc.nato.int/download/publications/op_14.pdf>

BARD, Mitchell – **The 1948 War**. Jewish Virtual Library, [s/d], [Em linha], [Acedido em 05/11/08]. Disponível na WWW: <URL: http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/History/1948_War.html>

BARROSO, José Manuel – **The Courage to dream, the determination to act: a new partnership for Europe and Africa**. [Em linha], Accra, 3 July 2007, Speech/07/454, Africa Union Summit.. [Acedido em 10/12/07]. Disponível na WWW: <URL: http://www.eu-un.europa.eu/articles/en/article_7156_en.htm>.

BRITO, Alexandre Barahona de Brito – **Comissões de Verdade e Julgamentos: Marrocos numa perspectiva comparativa**. Lisboa: Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais. [Em linha], 27/08/2007. [Acedido em 06/04/09]. Disponível na WWW: <URL: http://www.ieei.pt/files/Comissoes_verdade_julgamentos_marrocos_perspectiva_comparativa_Alexandra_Barahona_BritoABB%20pt.pdf>, 20 pag(s).

CAMACHO, Ana – **La encrucijada de la legalidad internacional en las relaciones con Marruecos. El gran reto a la fe de la legalidad internacional de Redríguez Zapatero**. [Em linha], 03 de Junho de 2004. [Acedido em 03/04/09]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.gees.org/pdf/589/>>, 6 pag(s)

CANOTILHO, Joaquim José Gomes- **Estado de Direito**. Documento elaborado em 06/09/2004, [Em linha], 2004, [Acedido em 12/07/09]. Disponível na WWW: <URL: http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/CanotilhoED.pdf>, 26 Pag(s).

CARNEGIE ENDOWMENT - **Arab Political Systems: Baseline Information and Reforms** –

- Tunisia.** Um documento produzido pela Carnegie Endowment for International Peace e pela Fundación para las Relaciones Internacionales y el Diálogo Exterior, [Em linha], 2008, [Acedido em 11/06/09]. Disponível na WWW: <URL: www.carnegieendowment.org/arabpoliticalsystems> e em <URL: www.fride.org/eng/Publications/Publication.aspx?Item=787.>
- CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY – **WORLD FACTBOOK 2008**, Washington: USAGov. 2008 [Em linha], actualizado em 23 de Abril de 2009, [Acedido em 10/09/08 e em 24/05/09]. Disponível na WWW: <URL: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/index.html>>
- CNPS – **Proclamation de la République Arabe Sahraouie Démocratique**. Documento elaborado pelo Conselho Nacional Provisório Saaraui. [Em linha], 27/02/2007, [Acedido em 27/03/09]. Disponível na WWW: <URL: <http://arso.org/03-1f.htm>>
- COURELA, Pedro – **Os 50 anos dos Tratados de Roma. A Europa dos Valores**. Lisboa: IEEI/CIDR, [Em linha], 27 de Março de 2007. [Acedido em 08/11/08]. Disponível na WWW: <URL: http://www.ieei.pt/files/Background_Os_Valores_da_Europa.pdf>.
- CSCE - **Conferencia Sobre la Seguridad y la Cooperación en Europa - Acta Final**. Helsinki: CSCE, 1975, [Em linha], 1975. [Acedido em 11/07/09]. Disponível na WWW: <URL: http://www.osce.org/documents/mcs/1975/08/4044_es.pdf>, 62 pag(s).
- DOKOS, Thanos P. – **NATO's Mediterranean Dialogue: Prospects and Policy Recommendations**. [Em linha], 2008, [Acedido em 21/05/09]. Disponível na WWW: <URL: <http://central.radiopod.gr/wp-content/uploads/2008/09/dokos-natos-mediterranean-dialogue.pdf>>
- DRISS, Ahmed - **Réflexions sur l'Union méditerranéenne**. Entrevista dada à EuroMesco, 21/02/2008, [Em linha], 2008, [Acedido em 28/07/09]. Disponível na WWW: <URL: http://www.euromesco.net/index.php?option=com_content&task=view&id=697&Itemid=71&lang=fr>.
- EMGFA – **Diálogo 5+5**. Lisboa: EMGFA, 2009, [Em linha], [Acedido em 16/08/09]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.emgfa.pt/documents/jxbnp8t19dkw.PDF>>.
- EENI - **União do Magrebe Árabe**. [Em linha], s/d, [Acedido em 15/07/09]. Disponível na WWW: <URL: <http://pt.reingex.com/br106uma.asp>>.
- FCO - **LANDMARK AGREEMENT ON GIBRALTAR CONCLUDED**. Foreign Commonwealth Office. 20/09/2006. [Em linha], [Acedido em 18/04/09]. Disponível na WWW: <URL: http://www.fco.gov.uk/resources/en/press-release/2006/09/fco_hp_npr_180906gibraltar>
- FERABOLI, Sílvia – **Relações Internacionais do Mundo Árabe (1954-2004): Os desafios para a realização da Utopia Pan-arabista**. In Contexto Internacional. [Em linha], Rio

de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica. Janeiro/Junho 2007, Vol 29, nº 1. ISSN 0102-8529, pag(s) 63-97. [Acedido em 21/06/09]. Disponível na WWW: <URL: <http://publique.rdc.puc-rio.br/contextointernacional/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home-#sobre>>.

FRENTE POLISÁRIO – **Proposition du Front Polisario Pour une Solution Politique Mutuellement Acceptable Assurant l’Autodétermination du Peuple du Sahara Occidental**. Documento de 10/04/07. [Em linha], [Acedido em 12/04/09]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.arso.org/PropositionFP100407.htm>>.

FRONTEX – **General Report 2008**. Bruxelas: European Agency for the Management of Operational Cooperation at the External Borders, 2008, [Em linha], [Acedido em 18/08/09]. Disponível na WWW: <URL: http://www.frontex.europa.eu/gfx/frontex/files/justyna/frontex_general_report_2008.pdf>, 45 Pag(s).

GABRIEL, Edward - **Morocco, the Mediterranean, the United States and Europe on the Eve of the 21st Century**. Discurso realizado por Edward Gabriel, Embaixador Americano no Reino de Marrocos, na Conferência Transatlântica de Ripon Society, em Madrid, em Espanha, em 09 de Novembro de 1998. [Em linha]. [Acedido em 03/05/2009]. Disponível na WWW: <URL: <http://usembassy-israel.org.il/publish/press/state/archive/1998/november/sd11123.htm>>

GÁLVEZ – **Los acuerdos del Foro de Diálogo sobre Gibraltar: la apuesta por la normalización**. Publicado em 19/10/2006, no site “Real Instituto Elcano de Estudios Internacionales y Estrategicos” [Em linha], 19/10/2006. [Acedido em 25/04/09]. Disponível na WWW: <URL: http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano/contenido?WCM_GLOBAL_CONTEXT=/Elcano_in/Zonas_in/ARI%20107-2006>

GARDNER, Judith – **Engagement of Armed Groups in Peace Process: Report on Wilton Park Conference WPS05/34**, [Em linha]. Wilton Park in Association with Conciliation Resources, 2006. [Acedido em 29/03/2008]. Disponível na WWW: <URL: http://www.c-r.org/our-work/accord/engaging-groups/documents/WP_EAGPP_report_final.pdf>

GIBRALTAR.GI – **BRITISH GIBRALTAR WATERS: Britain to make official protest to Spain following Spanish incursion**. [Em linha], 16/05/2009, [Acedido em 17/05/09]. Disponível na WWW: <URL: http://www.gibraltar.gi/locals/news.php?action=view_article&article=4457>

GIBRALTAR GAZETTE – **THE GIBRALTAR CONSTITUTION ORDER 2006**. [Em linha], 28/12/2006, [Acedido em 17/05/09]. Disponível na WWW: <URL: http://www.gibraltar.gov.gi/constitution/new_constitution/NewGibraltarConstitution.pdf>.

GILLESPIE, Richard e YOUNGS, Richard – **A democracia e a Parceria Euro-Mediterrânica:**

- perspectivas europeia e árabe.** [Em linha], 2007, [Acedido em 12/06/09]. Disponível na WWW: <URL: http://www.ieei.pt/files/Democracia_Parceria_Euro_Mediterranica_perspectivas_europeia_arabe_Richard%20Gillespie_Richard_Youngs.pdf>, 12 Pag(s)
- GONZÁLEZ, Marcos R. Pérez – **Melilla y la inmigración en las relaciones hispano-marroquíes.** Publicado no site GEES. [Em linha], 25/05/2005, [Acedido em 18/05/09]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.gees.org/pdf/1792/>>, 9 pag(s).
- HUBER, Peter, REIMANN, Cordula – **Non-State Armed Groups: An annotated bibliography.** [Em linha]. Center for Peacebuilding. Swiss Peace. [Acedido em 08/04/2008]. Disponível na WWW: <URL: http://www.swisspeace.ch/typo3/fileadmin/user_upload/pdf/KOFF/Reports/NSAG_AnnotatedBibliography.pdf >
- INSS – **ME Military Forces Database.** Tel-Aviv: The Institute for National Security Studies, Tel-Aviv University, [Em linha], 25/02/2008, [Acedido em 18/07/09]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.inss.org.il/memb.php>>.
- JESÚS, Carlos Echeverría – **El radicalismo islamista en el Magreb: desarrollos recientes de un terrorismo persistente.** Publicado no site GEES. [Em linha], 07/04/2006, [Acedido em 14/05/09]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.gees.org/pdf/2345/>>, 16 pag(s)
- JESÚS, Carlos Echeverría – **Claroscuros de la lucha contra el terrorismo yihadista salafista en el Gran Magreb.** <http://www.gees.org/pdf/5411/>>, 8 pag(s).
- JOFFÉ, George – **Terrorismo Global.** Papper publicado no site do IEEL, 27/08/2007, [Em linha], 27/08/2007, [Acedido em 27/05/09]. Disponível na WWW: <URL: http://www.ieei.pt/files/Terrorismo_global_George_Joffe.pdf>, 22 pag(s)
- KITUOCHAKATIBA – **Morocco Constitution.** Publicada no site “Eastern Africa Centre for Constitutional Development”. [Em linha], 01/12/2006, [Acedido em 15/06/09]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.kituoachakatiba.co.ug/Constitution%20of%20Morocco.pdf>>.
- LA – **Pact of the Arab League of States.** Cairo: LA, 22/03/1945, [Em linha], [Acedido em 29/07/09]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.mideastweb.org/arableague.htm>>.
- LA - **The Riyadh Declaration.** Riad: LA, 29/03/2007, 19ª Conferência da LA, [Em linha], [Acedido em 29/07/09]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.mofa.gov.sa/Detail.asp?InSectionID=5438&InNewsItemID=62682>>.
- LAMBSDORFF, Prof. Dr. Johann Graf – **The Metodology of the Corruption Perceptions Index 2008.** Berlin: Transparency International (TI) and University of Passau. 2008. [Em linha], Agosto de 2008, [Acedido em 18/05/09]. Disponível na WWW: <URL: http://www.transparency.org/policy_research/surveys_indices/cpi/2008/methodology>, 13 pag(s).

- LEÓN, Bernardino - **Conferencia del Secretario de Estado de Asuntos Exteriores y para Iberoamérica.** Publicado no site do Real Instituto Elcano, [Em linha], 15/07/2004, [Acedido em 08/05/09]. Disponível na WWW: <URLL: <http://www.realinstitutoelcano.org/analisis/555.asp>>
- LIBERTAD DIGITAL – **Al Qaeda en puertas.** Publicado no site GEES. [Em linha], 16/04/2007, [Acedido em 18/05/09]. Disponível na WWW: <URLL: <http://www.gees.org/pdf/3864/>>, 2 pag(s).
- LUSA – **“Produção de cannabis desceu 71 por cento”, afirma Rabat.** Publicado em 20 de Janeiro de 2009. [Em linha], 20/01/2009, [Acedido em 23/06/09]. Disponível na WWW: <URLL: <http://tv1.rtp.pt/noticias/?article=151697&visual=3&layout=10>>.
- LUSA – **Portugal reduz número de vistos para cidadãos de fora da UE.** Publicado em 14 de Maio de 2009. [Em linha], 14/05/2009, [Acedido em 24/06/09]. Disponível na WWW: <URLL: www.agencialusa.com.br/index.php?iden=24220>.
- MAÑU, Oscar Elía - **Melilla y el destino de Occidente.** Publicado no site da GEES, [Em linha], 20/10/2005, [Acedido em 05/05/09]. Disponível na WWW: <URLL: <http://www.gees.org/pdf/1784/>>, 8 pag(s).
- MAE – **Algerie : plan national pour l’alliance des civilisations.** Ministère des Affaires Etrangères. Argélia, Março de 2009, [Em linha], [Acedido em 14/08/09]. Disponível na WWW: <URLL: <http://www.unaoc.org/images/algeria%20national%20plan.pdf>>, 28 Pag(s).
- MAEC – **Diálogo 5+5.** Madrid: Ministerio de Asuntos Exteriores y Cooperación, 17/04/2009, [Em linha], Julho de 1991. [Acedido em 11/05/09]. Disponível na WWW: <URLL: <http://www.maec.es/es/MenuPpal/Paises/Mediterraneo/Paginas/dialogo.aspx>>.
- MARROCOS E ESPANHA – **Tratado de Amistad, Buena Vecindad y Cooperación Entre el Reino de España y el Reino de Marruecos.** Rabat, 04/07/1991, [Em linha], Julho de 1991. [Acedido em 11/05/09]. Disponível na WWW: <URLL: <http://www.judicatura.com/Legislacion/1157.pdf>>, 5 pag(s).
- MIGUEL, Carlos Ruiz – **El Conflicto del Sáhara Occidental: La Difícil Lucha Por el Derecho.** [Em linha], Outubro de 2001. [Acedido em 30/03/09]. Disponível na WWW: <URLL: <http://web.usc.es/~ruizmi/>>
- MIGUEL, Carlos Ruiz - **Sahara Occidental 1975-2005: Cambio de Variables de un Conflicto Estancado.** Publicado em 30/03/2005, no site “Real Instituto Elcano de Estudios Internacionales y Estrategicos” [Em linha], 30/03/2005. [Acedido em 21/04/09]. Disponível na WWW: <URLL: <http://www.realinstitutoelcano.org/analisis/711/RuizMiguel.pdf>>, 7 pag(s).
- MIGUEL, Carlos Ruiz – **Ceuta y Melilla, condición sine qua non de buena voluntad.** Publicado no Suplemento de “Exteriores de Libertad Digital”, em 31/01/2006, e no site GEES, [Em linha],

- 01/02/2006, 2006 c). [Acedido em 21/04/09]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.gees.org/pdf/2106/>>, 3 Pag(s).
- MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIRO FRANCESES – **Chronologie du Conflit du Sahara Occidental**. [Em linha], [Acedido em 14/04/09]. Disponível na WWW: <URL: http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/actions-france_830/crises-conflits_1050/sahara-occidental_1095/introduction_12655.html>
- MNE – **Relacionamento bilateral luso-argelino**. Instrumentos bilaterais luso-argelinos. [Em linha], 2009 [Acedido em 18/07/09]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.embaixadaportugalargel.com/Relacionamento-bilateral-luso-argelino-instrumentos-bilaterais-luso-argelinos.html>>.
- MOTA, Victor - **Segurança e Defesa na Área Mediterrânea**. Artigo publicado no site “Jornal Defesa e Relações Internacionais”, 17/07/2008, [Em linha], [Acedido em 21/09/08]. Disponível na WWW: <URL: http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=617>.
- MTZ, Eli Rodriguez – **El Caso de la República Árabe Saharaí Democrática: El derecho de la libre determinación de los pueblos**. [Em linha], 25/08/2007. [Acedido em 16/04/09]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=55275>>, 22 pag(s).
- NATIONAL SECURITY COUNCIL – **National Strategy for Combating Terrorism**, Washington: White House. [Em linha], September 2006. [Acedido em 16/06/08]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.whitehouse.gov/nsc/nsct/2006/nsct2006.pdf>>.
- NATO – **The Alliance’s Strategic Concept**. Washington D. C.: NATO, aprovado na reunião do Conselho do Atlântico Norte, em 24 de Abril de 1999. [Em linha], 2009. [Acedido em 11/07/09]. Disponível na WWW: <URL: http://www.nato.int/cps/en/natolive/official_texts_27433.htm?selectedLocale=en>.
- NATO – **2006 Mediterranean Dialogue Work Programme**. Annex 1 - MCG-N(2007) 0030. Bruxelas: NATO, 2006, [Em linha], [Acedido em 19/07/09]. Disponível na WWW: <URL: www.nato.int/med-dial/2006/MCG-N_0030.pdf>, 85 pag(s).
- NATO – **Morocco contributes to Operation Active Endeavour**. Bruxelas: NATO, 02/06/2008, [Em linha], 23/06/2008, [Acedido em 10/07/09]. Disponível na WWW: <URL: www.nato.int/docu/update/2008/06-june/e0602a.html>.
- NATO – **Launching NATO’s New Strategic Concept. Introductory remarks by NATO Secretary General, Jaap de Hoop Scheffer at the opening of the strategic concept seminar**. Bruxelas: NATO, 07 de Julho de 2009, [Em linha], 07/07/2009. [Acedido em

- 11/07/09]. Disponível na WWW: <URL: http://www.nato.int/cps/en/natolive/opinions_56153.htm>.
- NATO – **Déclaration du Sommet de Strasbourg-Kehl**. Strasbourg: Conselho do Atlântico Norte, 04/04/2009, [Em linha], 15/07/2009, [Acedido em 18/07/09]. Disponível na WWW: <URL: www.nato.int/cps/fr/natolive/news_52837.htm>.
- ONU – **Carta das Nações Unidas**. São Francisco: ONU, 26 de Junho de 1945, [Em linha], [Acedido em 04/08/08]. Disponível na WWW: <URL: http://www.fd.uc.pt/hrc/enciclopedia/onu/textos_onu/cnu.pdf>
- ONU - **Declaration on the granting of independence to colonial countries and peoples. UN Resolution 1514 (XV)**. Nova Iorque: ONU, 14/12/1960. [Em linha], [Acedido em 04/04/09]. Disponível na WWW: <URL: www.gibnet.com/texto/un1514.htm>.
- ONU - **Protocolo Adicional a los Convenios de Ginebra del 12 de agosto de 1949 relativo a la Protección de las Víctimas de los Conflictos Armados Internacionales (Protocolo I)**. Nova Iorque: UNHCR, 08/07/1977. Documento aprovado em 08 de Junho de 1977, na Conferencia Diplomática sobre a Reafirmação e o Desenvolvimento Internacional Humanitário Aplicado nos Conflito Armados e que entrou em vigor em Dezembro de 1978. [Em linha], [Acedido em 21/04/09]. Disponível na WWW: <URL: http://www.unhchr.ch/spanish/html/menu3/b/93_sp.htm>
- ONU – **S/21360. Rapport du Secrétaire Général**. Nova Iorque: Conselho de Segurança da ONU, 29/07/1990. [Em linha], Julho de 1990. [Acedido em 15/04/09]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.arso.org/S-21360f.htm>>.
- ONU - **A/RES/55/2. United Nations Millennium Declaration**. Nova Iorque: Assembleia Geral da ONU, 18/09/2000. [Em linha], [Acedido em 19/06/09]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.un.org/millennium/>>, 9 Pag(s).
- ONU – **A/55/383 Crime prevention and criminal Justice. Report of the Ad Hoc Committee on the Elaboration of a Convention against Transnational Organized Crime on the work of its first to eleventh sessions**. Nova Iorque: Assembleia Geral. 02/11/2000. [Em linha], Novembro de 2000, [Acedido em 15/06/09]. Disponível na WWW: <URL: http://www.uncjin.org/Documents/Conventions/dcatoc/final_documents/383e.pdf>, 77 pag(s).
- ONU – **A/RES/55/25 Unites Nations Convention Against Transnational Organized Crime**. Nova Iorque: Assembleia Geral. 08/01/2001. Também conhecida por Convenção de Palermo, [Em linha], Janeiro de 2001, [Acedido em 15/06/09]. Disponível na WWW: <URL: http://www.unodc.org/pdf/crime/a_res_55/res5525e.pdf>.

- ONU – **S/2002/161 Lettre datée du 29 janvier 2002, adressée au Président du Conseil de sécurité par le Secrétaire général adjoint aux affaires juridiques, Conseiller juridique.** Nova Iorque : Conselho de Segurança da ONU, 12/02/2002. Documento elaborado pelo Secretário Geral Adjunto para os Assuntos Jurídicos, Dr Hans, Corell, pertencente ao Conselho Jurídico da ONU, [Em linha], Fevereiro de 2002. [Acedido em 30/03/09]. Disponível na WWW: <URLL: <http://www.arso.org/Olafr.pdf>>, 7 pag(s).
- ONU – **S/2002/178 – Report of Secretary General on the situation concerning Western Sahara.** Nova Iorque: ONU. 19/02/2002. [Em linha], [Acedido em 16/04/09]. Disponível na WWW: <URLL: <http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N02/255/42/IMG/N0225542.pdf?OpenElement>>
- ONU – **S/Res/1495.** Nova Iorque : ONU. 31/07/2003. [Em linha], [Acedido em 11/04/09]. Disponível na WWW: <URLL: <http://www.arso.org/S-res-1495e.pdf>>, 2 pag(s).
- ONU – **Mediterranean Strategy, for Sustainable Development. A Framework for Environmental Sustainability and Shared Prosperity.** UNEP (DEC)/MED WG. 277/4, Annex I. Atenas: Programa das Nações Unidas para o Ambiente, 27/06/2005, [Em linha], [Acedido em 17/07/09]. Disponível na WWW: <URLL: http://195.97.36.231/acrobatfiles/05WG270_Inf13_Eng.pdf>, 41 Pag(s).
- ONU – **S/2006/249 Rapport du Secrétaire Générale sur la Situation Concernant le Sahara Occidental.** Nova Iorque : Nações Unidas, 19/04/2006, [Em linha], Abril de 2006. [Acedido em 11/04/09]. Disponível na WWW: <URLL: www.amb-maroc/Integrit%C3%A9-territoriale/avril%202006.pdf>.
- ONU – **Resolution 1754 (2007).** Nova Iorque: Conselho de Segurança da ONU. 30/04/2007. [Em linha], [Acedido em 08/04/09]. Disponível na WWW: < URLL: <http://www.un.org/News/Press/docs/2007/SC9007.doc.htm>>
- ONU – **S/Res/1783 (2007).** Nova Iorque: Conselho de Segurança da ONU. 31/10/2008, [Em linha], Abril de 2006. [Acedido em 11/04/09]. Disponível na WWW: <URLL: <http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/IMG/pdf/reso1783.pdf>>, 2 pag(s).
- ONU – **UNTERM.** Pesquisa feita com as palavras “League of Arab States” [Em linha], s/D. [Acedido em 15/05/09]. Disponível na WWW: <URLL: <http://unterm.un.org/dgaacs/unterm.nsf/WebView/C17E5C77C7F88D3D852569FA000082D2?OpenDocument>>.

- OUA – **Lagos plan of action for the economic development of Africa. 1980-2000.** Addis Ababa: OUA, 1980, [Em linha], 18/07/2009. [Acedido em 15/05/09]. Disponível na WWW: <URL: http://www.uneca.org/itca/ariportal/docs/lagos_plan.PDF>, 104 Pag(s).
- PAN-ARAB PRELIMINARY CONFERENCE – **The Alexandria Protocol.** Alexandria: Pan-Arab Preliminary Conference, 07/10/1944, [Em linha], 14/07/2009. [Acedido em 15/05/09]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.mideastweb.org/alexandria.htm>>.
- PANORAMA – **Spanish Navy vessels refuses to leave Gibraltar waters when told to do so.** [Em linha], 15/05/2009. [Acedido em 15/05/09]. Disponível na WWW: <URL: http://www.panorama.gi/localnews/headlines.php?action=view_article&article=4456&offset=0>
- PAMBAZUKA NEWS – **Sahara Occidental: Mohammed VI pour l'autonomie.** Publicado no “Forum pour la justice en Afrique” da Pambazuka News. [Em linha], [Acedido em 15/04/09]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.pambazuka.org/fr/category/conflict/44289>>
- PEREZ, Ángel – **España-Marruecos: volver a empezar.** Publicado no site da GEES, [Em linha], 20/08/2004, [Acedido em 02/05/09]. Disponível na WWW: <URL: <http://gees.org/pdf/712/>>, 8 pag(s).
- PEREZ, Ángel – **Ceuta y Melilla: el dilema marroquí.** Publicado no site da GEES, [Em linha], 23/10/2008, [Acedido em 05/05/09]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.gees.org/pdf/5944/>>, 7 pag(s).
- PORTERO, Florentino – **Dejación en el Estrecho.** Publicado no site GEES. [Em linha], 24 de Abril de 2008, [Acedido em 08/02/09]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.gees.org/pdf/5419/>>, 3 pag(s).
- PRIBERAN- **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa.** [Em linha], 2009. [Acedido em 11/07/09]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=subsidiariedade>>.
- PUJOL, Jordi – **Por uma Europa mais Mediterrânea.** Roma, 2005. Intervenção, numa conferência, dada pelo autor, em 19 de Maio de 2005, em Roma, promovida pelo Observatório Mediterrâneo num colóquio subordinado ao tema: “Balanços e Perspectivas do Processo de Barcelona dez anos depois da sua criação.” [Em linha], [Acedido em 10/02/09]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.30giorni.it/br/articolo.asp?id=9092>>
- REINO DE MARROCOS - **La Constitución marroquí.** Documento ratificado em 1996. [Em linha], [Acedido em 10/03/09]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.maroc.ma/NR/rdonlyres/01FA8525-ACB9-4AA6-8324-02272D3FE864/0/LaConstituci%C3%B3nmarroqu%C3%AD.pdf>>, 16 pag(s).

RIQUELME, Luis Portillo Pasqual del – **Sahara Occidental: Les raisons légitimes du peuple sahraoui.**

Artigo Escrito em 12 de Junho de 2008, publicado na revista “Newropeans Magazine” e colocado à consideração num fórum de discussão. [Em linha], [Acedido em 16/03/09]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.algerie-dz.com/forums/showthread.php?t=84550>> e em <URL: http://www.newropeans-magazine.org/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=8043>, 7 pag(s).

ROYAUME DU MAROC – **Initiative Marocaine pour la Négociation d’un Statut d’Autonomie de la Région du Sahara.** Documento de 11/04/2007. [Em linha], [Acedido em 04/04/09]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.maec.gov.ma/Initiative/Docs/Initiative%2007-04-2007.pdf>>, 5 pag(s).

RUDY, Frank – **Western Sahara: Africa’s last Colony.** Discurso feito pelo autor, como Former Deputy Chairman UN Peacekeeping Mission for Western Sahara (MINURSO), perante o Word Affairs Council, Alaska, em 31 de Outubro de 2007. [Em linha], [Acedido em 20/04/09]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.arso.org/RuddyAlaskaspeech2007.pdf>>, 26 pag(s).

RUDZIT, Gunther - **O debate teórico em segurança internacional. Mudanças frente ao terrorismo?.** In CIVITAS: Revista de Ciências Sociais. Vol V, nº 2, Jul-Dez 2005, ISSN 1984-7289, pag(s) 297-323. [Em linha], [Acedido em 14/08/09]. Disponível na WWW: <URL: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/index>>.

S/A – **Chronologie du Conflit au Sahara Occidental.** [Em linha], [Acedido em 14/04/09]. Disponível na WWW: <URL: <http://freesahara.unblog.fr/2007/03/28/chronologie-du-conflit-au-sahara-occidental/>>

SANTIS, Nicola de – **Abertura ao Mediterraneo e ao Grande Médio Oriente.** In NATO Review, Outono de 2004, [Em linha], [Acedido em 15/07/09]. Disponível na WWW: <URL: www.nato.int/docu/review/2004/issue3/portuguese/art4.htm>.

SCHNAPPER, Dominique – **Eles são milhões e vivem entre nós.** [Em linha], 09/01/2002 [Acedido em 01/06/09]. Disponível na WWW: <URL: http://veja.abril.com.br/especiais/artigos_2001/p_150.html>, 3 pag(s).

SCHEFFER, Jaap de Hoop - **Launching NATO’s New Strategic Concept: Introductory remarks by NATO Secretary General, Jaap de Hoop Scheffer at the opening of the strategic concept seminar.** Bruxelas: NATO. 07 de Julho de 2009. [Em linha], 10 de Julho, [Acedido em 08/07/09]. Disponível na WWW: <URL: http://www.nato.int/cps/en/natolive/opinions_56153.htm>

SIPRI – **Military Expenditure**. Stockholm: Stockholm International Peace Research Institute [Em linha], 2008 [Acedido em 15/06/09]. Disponível na WWW: <URL: <http://milexdata.sipri.org/result.php4>>

SIPRI – **SIPRI Arms Transfers Database**. Stockholm: Stockholm International Peace Research Institute [Em linha], 27/04/2009 [Acedido em 15/06/09]. Disponível na WWW: <URL: http://www.sipri.org/googlemaps/at_top_20_imp_map.html>

SIPRI – **Transfers of major conventional weapons**. Stockholm: Stockholm International Peace Research Institute [Em linha], 15/06/2009 [Acedido em 15/06/09]. Disponível na WWW: <URL: http://www.armstrade.sipri.org/arms_trade/trade_register.php>

SOLANA, Javier – **NATO and Mediterranean**, Março de 1997, [Em linha], [Acedido em 23/02/09]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.nato.int/docu/articles/1997/a970301b.htm>>

TERRACINI, Giulio Mario - **Security in the North African Region**. North Atlantic Assembly: Committee Reports, Mediterranean Special Group Report, 17 September 1999, [Em linha], [Acedido em 05/11/08]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.naa.be/archivedpub/comrep/1999/as139gsm-e.asp>>

UA - **ASF vision-Second Draft Vision**. Addis Ababa: UA, 23/09/2005, [Em linha], [Acedido em 18/07/09] Disponível na WWW: <URL: <http://www.africa-union.org/root/au/AUC/Departments/PSC/Asf/Documents.htm>>, 16 pag(s).

UE - **Tratado da União Europeia**. Maastrich: UE, 25/07/1992. Jornal Oficial nº C 191 de 29 de Julho de 1992, [Em linha], 1992. [Acedido em 11/07/09]. Disponível na WWW: <URL: <http://eur-lex.europa.eu/pt/treaties/dat/11992M/htm/11992M.html>>.

UE - **Barcelona Declaration**. Doc adopted at the Euro-Mediterranean Conference - 27-28/11/95. Barcelona: Conselho da União Europeia, 28/11/1995, [Em linha], [Acedido em 05/08/09]. Disponível na WWW: <URL: http://ec.europa.eu/external_relations/euromed/docs/bd_en.pdf>, 14 Pag(s).

UE - **COUNCIL REGULATION (EC) No 1488/96 of 23 July 1996 on financial and technical measures to accompany (MEDA) the reform of economic and social structures in the framework of the Euro-Mediterranean partnership**. Bruxelas: Conselho da União Europeia, 23/07/1996. Jornal Oficial, L 189, 30/07/1996 P. 0001-009, [Em linha], [Acedido em 06/08/09]. Disponível na WWW: <URL: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:31996R1488:EN:HTML>>.

UE – **Wider Europe— Neighbourhood: A New Framework for Relations with our Eastern and Southern Neighbours**. Communication from the Commission to the

- Council and the European Parliament.** Brussels: Commission of the European Communities. 11/03/2003, COM(2003) 104 final, [Em linha], [Acedido em 04/08/09]. Disponível na WWW: <URL: http://ec.europa.eu/world/enp/pdf/com03_104_en.pdf>, 26 pag(s).
- UE - **Estratégia Antiterrorista da União Europeia**, Bruxelas: Conselho da UE. [Em linha], Novembro de 2005, [Acedido em 16/06/08]. Disponível na WWW: <URL: <http://register.consilium.europa.eu/pdf/pt/05/st14/st14469-re04.pt05.pdf>>, 17 pag(s).
- UE – **Algeria Strategy Paper 2007 – 2013 & National Indicative Programme 2007 – 2010.** Bruxelas: Conselho Europeu, 2007 a), [Em linha], 2007 a). [Acedido em 05/08/09]. Disponível na WWW: <URL: http://ec.europa.eu/world/enp/pdf/country/enpi_csp_nip_algeria_en.pdf>. 45 pag (s).
- UE – **EUROPA – Glossário – Luta contra o Terrorismo.** [Em linha], 2007 b). [Acedido em 08/09/08]. Disponível na WWW: <URL: http://europa.eu/scadplus/glossary/fight_against_terrorism_pt.htm>
- UE – **Council Conclusions on European Neighbourhood Policy. 2851st External Relations Council Meeting.** Bruxelas: Conselho da União Europeia. 18/02/2008 a). [Em linha], 2008. [Acedido em 05/03/09]. Disponível na WWW: <URL: http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/en/gena/98790.pdf>, 3 pag(s).
- UE – **Communication from the Commission to the European Parliament and the Council. Barcelona Process: Union for the Mediterranean.** COM (2008) 319 Final. Bruxelas: Comissão das Comunidades Europeias. 20/05/2008 b), [Em linha], [Acedido em 04/08/09]. Disponível na WWW: <URL: http://ec.europa.eu/external_relations/euromed/docs/com08_319_en.pdf>, 13 Pag(s).
- UE – **Rapport de Suivi Maroc.** SEC(2009) 520/2. Document de travail des services de la Commission. Accompagnant la communication de la Commission au Parlement Européen et au Conseil. Mise en œuvre de la Politique Européenne de Voisinage en 2008. Bruxelas: Comissão das Comunidades Europeias, 23/04/2009 a), [Em linha], 2009. [Acedido em 28/07/09]. Disponível na WWW: <URL: http://ec.europa.eu/world/enp/pdf/progress2009/sec09_520_fr.pdf>, 22 pag(s).
- UE - **Rapport de Suivi Tunisie.** SEC(2009) 521/2. Document de travail des services de la Commission. Accompagnant la communication de la Commission au Parlement Européen et au Conseil. Mise en œuvre de la Politique Européenne de Voisinage en 2008. Bruxelas: Comissão das Comunidades Europeias, 23/04/2009 b), [Em linha], 2009. [Acedido em 28/07/09]. Disponível na WWW: <URL:

http://ec.europa.eu/world/enp/pdf/progress2009/sec09_521_fr.pdf>, 20 Pag(s).

UE – **La Commission européenne alloue une enveloppe de 70 millions € à des projets d'investissement importants dans le voisinage de l'UE.** Bruxelas: União Europeia, Press Release IP/09/1164, 20/07/2009 c), [Em linha], 2009. [Acedido em 28/07/09]. Disponível na WWW: <URL: <http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=IP/09/1164&format=HTML&aged=0&language=EN&guiLanguage=en>>, 2 Pag(s).

UE - **The Barcelona Process.** Bruxelas: Comissão Europeia. 19/03/2009 d), [Em linha], 2009. [Acedido em 04/08/09]. Disponível na WWW: <URL: http://ec.europa.eu/external_relations/euomed/barcelona_en.htm>.

UE – **How does the ENPI work?.** Bruxelas: Comissão Europeia, 03/07/2009 e), [Em linha], 2009. [Acedido em 02/08/09]. Disponível na WWW: <URL: http://ec.europa.eu/europeaid/where/neighbourhood/overview/how-does-enpi-work_en.htm>.

USDD – **Chapter. Country Reports: Middle East and North Africa Overview.** In **Country Reports on Terrorism 2008.** Whashington: Office of the Coordinator for Counterterrorism, Abril de 2009. [Em linha], 2009. [Acedido em 28/05/09]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.state.gov/s/ct/rls/crt/2008/122412.htm>>.

VASCONCELOS, Álvaro - **Europe's Mediterranean Strategy? An asymmetric equation.** Apresentação feita no âmbito de um ciclo de conferências realizadas pela University of California at Berkeley, em Convento, Portugal, em 06-09 de Junho de 2002. [Em linha], Actualizado em Junho de 2002 [Acedido em 28/05/09]. Disponível na WWW: <URL: <http://ies.berkeley.edu/research/Vasconcelos.pdf>>.

Sites da Internet:

[consultado em 20 de Maio de 2008]

http://pt.wikipedia.org/wiki/Canal_de_Suez#Caracter.C3.ADsticas

[consultado em 29 de Maio de 2008]

<http://daccessdds.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/218/33/IMG/NR021833.pdf?OpenElement>

[consultado em 29 de Maio de 2008]

<http://daccessdds.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/236/88/IMG/NR023688.pdf?OpenElement>

[consultado em 29 de Maio de 2008]

<http://daccessdds.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/005/34/IMG/NR000534.pdf?OpenElement>

[consultado em 02 de Junho de 2008]

<http://br.reuters.com/article/topNews/idBRN0243401220080602?pageNumber=2&virtualBrandChannel=0&sp=true>

[consultado em 02 de Junho de 2008]

<http://www.un.org/documents/resga.htm>

[consultado em 02 de Julho de 2008]

http://www.europa.eu/scadplus/glossary/collective_defense_pt.htm

[consultado em 05 de Fevereiro de 2009]

<http://www.nato.int/med-dial/qa.htm>

[consultado em 10 de Fevereiro de 2009]

<http://www.dawn.com/2009/01/17/int2.htm>

[consultado em 17 de Fevereiro de 2009]

<http://www.luventicus.org/mapaspt/africa/sahel.html>

[consultado em 16 de Março de 2009]

<http://tv1.rtp.pt/noticias/?article=184263&headline=20&visual=9>

[consultado em 30 de Março de 2009]

<http://freesahara.unblog.fr/2007/03/28/chronologie-du-conflit-au-sahara-occidental/>

[consultado em 30 de Março de 2009]

http://dn.sapo.pt/2007/03/11/internacional/ja_todos_percebemos_de_repente_pum_e.html

[consultado em 02 de Maio de 2009]

<http://www.algeria-un.org/default.asp?doc=-borders>

[consultado em 22 de Junho de 2009]

http://www.pacli.org/pits/en/status_pages/2000-9.html#tunisia

[consultado em 22 de Junho de 2009]

http://treaties.un.org/pages/ViewDetails.aspx?src=TREATY&mtdsg_no=XVIII-12&chapter=18&lang=en#7

[consultado em 05 de Agosto de 2009]

<http://www.emwis.net/initiatives/mediterranean-union>

[consultado em 22 de Agosto de 2009]

<http://www.unaoc.org/content/view/328/251/lang.english/>

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – DIAGRAMA DA DEDUÇÃO

1ª Questão Derivada (QD): O que é o Mediterrâneo Ocidental?

Hipótese (Hipot) 1: O Mediterrâneo, nos dias de hoje, apresenta diferenças que permitem a sua divisão em Ocidental e Oriental.

Hipot 2: Existem factores e interesses que projectam o Mediterrâneo Ocidental para além das suas fronteiras físicas.

2ª QD: Qual a origem da instabilidade e da relativa insegurança na região?

Hipot 3: A relativa insegurança e a instabilidade regional têm origem na história e na geografia do lugar;

Hipot 4: A relativa insegurança regional resulta, em grande parte, da instabilidade política, social e económica que se vive naquele lugar.

3ª QD: Quais as razões que levam a afirmar que é importante garantir-se a estabilidade e a segurança regional?

Hipot 5: A importância que é dada à estabilidade e à segurança regional resulta, em grande parte, da importância que o Mediterrâneo Ocidental representa para a economia e para o desenvolvimento dos países das suas duas margens, e do valor estratégico que tem para a economia mundial.

4ª QD: Quais as ameaças, riscos e factores de instabilidade que afectam a segurança na região?

Hipot 6: As ameaças, riscos e factores de instabilidade que afectam a região têm a sua origem, essencialmente, em razões económicas, sociais e geopolíticas;

Hipot 7: Algumas ameaças e factores de instabilidade deixaram de estar confinadas às fronteiras dos países onde era hábito manifestarem-se e alastraram aos países vizinhos;

Hipot 8: As ameaças, riscos e factores de instabilidade, essencialmente, têm a sua origem na margem Sul e podem «trans-nacionalizar-se», afectando a margem Norte;

5ª QD: Existe, actualmente, uma “segurança colectiva” no Mediterrâneo Ocidental?

Hipot 9: Existem, actualmente, várias percepções sobre a segurança na região;

Hipot 10: Grande parte dos problemas de segurança regional fundamentam-se mais nas relações Sul-Sul do que Sul-Norte-Sul;

Hipot 11: A falta de uma unidade estratégica na margem Sul e na margem Norte não facilita a existência de uma segurança colectiva regional, podendo, contudo, desenvolver-se esforços para se estabelecer uma segurança cooperativa.

6ª QD: Quais as vertentes estratégicas de esforço que devem merecer a atenção dos países Magrebinos e da Europa Ocidental, com vista à promoção e à consolidação da estabilidade e da segurança na região?

Hipot 12: As estratégias a serem desenvolvidas pelos países Magrebinos e da Europa Ocidental, para a

promoção e consolidação da estabilidade e da segurança regional devem inserirem-se nas dimensões da política, da economia e desenvolvimento, do social e do ambiente e devem sustentar-se na cooperação e nas relações entre Estados e OI lícitas e com interesses na região;

Hipot 13: As estratégias a serem desenvolvidas devem ser definidas no pressuposto da garantia da aceitação das especificidades culturais, religiosas e civilizacionais dos povos em questão;

Hipot 14: É importante, para a promoção da segurança e da estabilidade na região, que se firmem relações de cooperação, de desenvolvimento, de abertura e de confiança.

Enunciado	Questão Central	Questões Derivadas	Hipóteses (Hipot)	Confirmação Hipot	Conclusões Parciais	Conclusões Gerais	Resposta à Questão Central
OMAGREBE E A EUROPA OCIDENTAL: QUE CONTRIBUTOS PARA A SEGURANÇA NO MEDITERRÂNIO OCIDENTAL	Que estratégias devem ser implementadas pelos países do Magrebe e da Europa Ocidental para promoverem uma segurança efectiva no Mediterrâneo Ocidental?	1ª QD	→	Hipot 1	✓	→	Pag 18
			→	Hipot 2	✓		
		2ª QD	→	Hipot 3	✓	→	Pag 32
			→	Hipot 4	✓		
		3ª QD	→	Hipot 5	✓	→	Pag 63
			→	Hipot 6	✓		
			→	Hipot 7	✓		
		4ª QD	→	Hipot 8	✓	→	Pag 80
			→	Hipot 9	✓		
			→	Hipot 10	✓		
		5ª QD	→	Hipot 11	✓	→	Pag. 93
			→	Hipot 12	✓		
			→	Hipot 13	✓		
			→	Hipot 14	✓		

APÊNDICE 2 – ESCALONAMENTO, POR ORDEM DECRESCENTE, DO PRODUTO INTERNO BRUTO PER CAPITA (PIB P/C) DOS PAÍSES DA EUROPA OCIDENTAL, DO MAGREBE E DE OUTROS LÍMITROFES A ESTES ESPAÇOS GEOGRÁFICOS.

Escalonamento	País	PIB P/C (Dol USA)
33	França	\$ 33,200
34	Espaço Comunitário da UE	\$ 32,300
37	Itália	\$30,400
38	Espanha	\$30,100
55	Malta	\$22,900
57	Portugal	\$21,700
86	Líbia	\$12,300
117	Tunísia	\$7,500
124	Argélia	\$6,500
151	Marrocos	\$4,100
181	Mauritânia	\$2,000

Fonte: World FactBook 2008

Obs: Valores referentes a 2007, obtidos por estimativa, em virtude de se tornar necessário proceder à equivalência do preço de alguns serviços/produtos nacionais, não existentes nos EUA, para a moeda americana.

APÊNDICE 3 – ESCALONAMENTO, POR ORDEM DECRESCENTE, DO PRODUTO INTERNO BRUTO PER CAPITA (PIB P/C) DOS PAÍSES DO MEDOR.

Escalonamento	País	PIB P/C (Dol USA)
41	Grécia	\$29,200
44	Chipre	\$27,400
45	Eslovénia	\$27,200
47	Israel	\$25,800
73	Croácia	\$15,500
76	Rússia	\$14,700
83	Turquia	\$12,900
86	Líbia	\$12,300
90	Roménia	\$11,400
91	Bulgária	\$11,300
92	Líbano	\$11,300
99	Sérvia	\$10,400
119	Bósnia-Hersegovina	\$7,00
122	Ucrânia	\$6,900
125	Albânia	\$6,300
130	Egipto	\$5,500
143	Geórgia	\$4,700
148	Síria	\$4,500
156	Montenegro	\$3,800

Fonte: World FactBook 2008

Obs: Valores referentes a 2007, obtidos por estimativa, em virtude de se tornar necessário proceder à equivalência do preço de alguns serviços/produtos nacionais, não existentes nos EUA, para a moeda americana.

APÊNDICE 4—FIGURAS

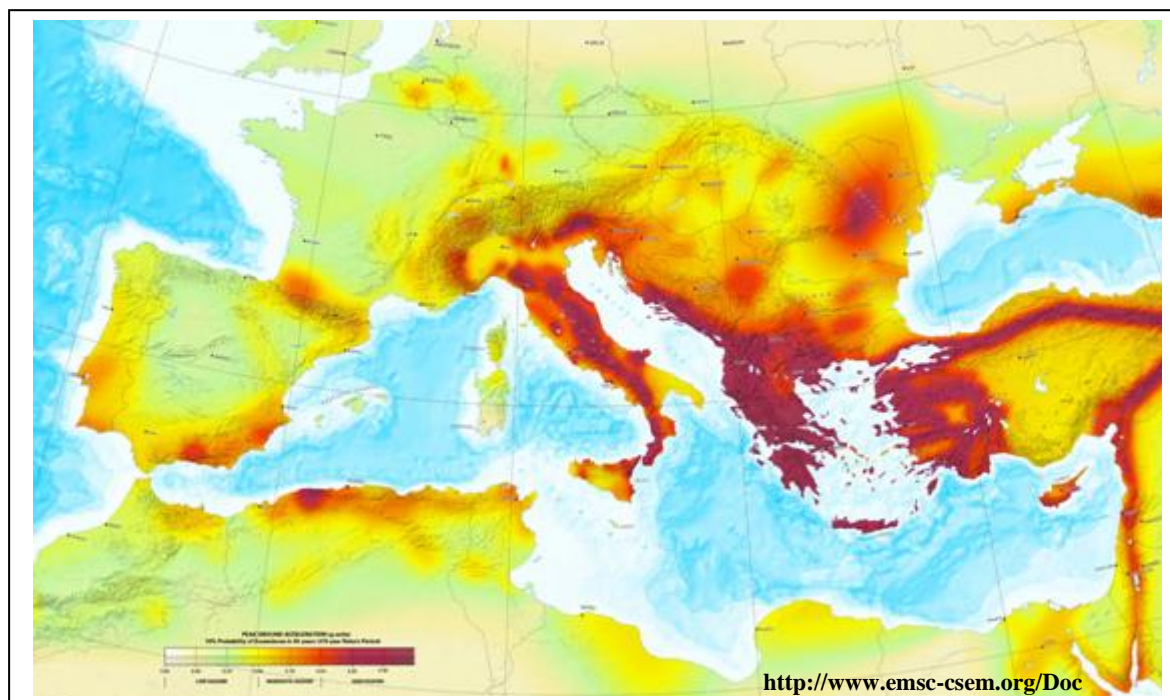


Figura 1 – Orografia do Mediterrâneo

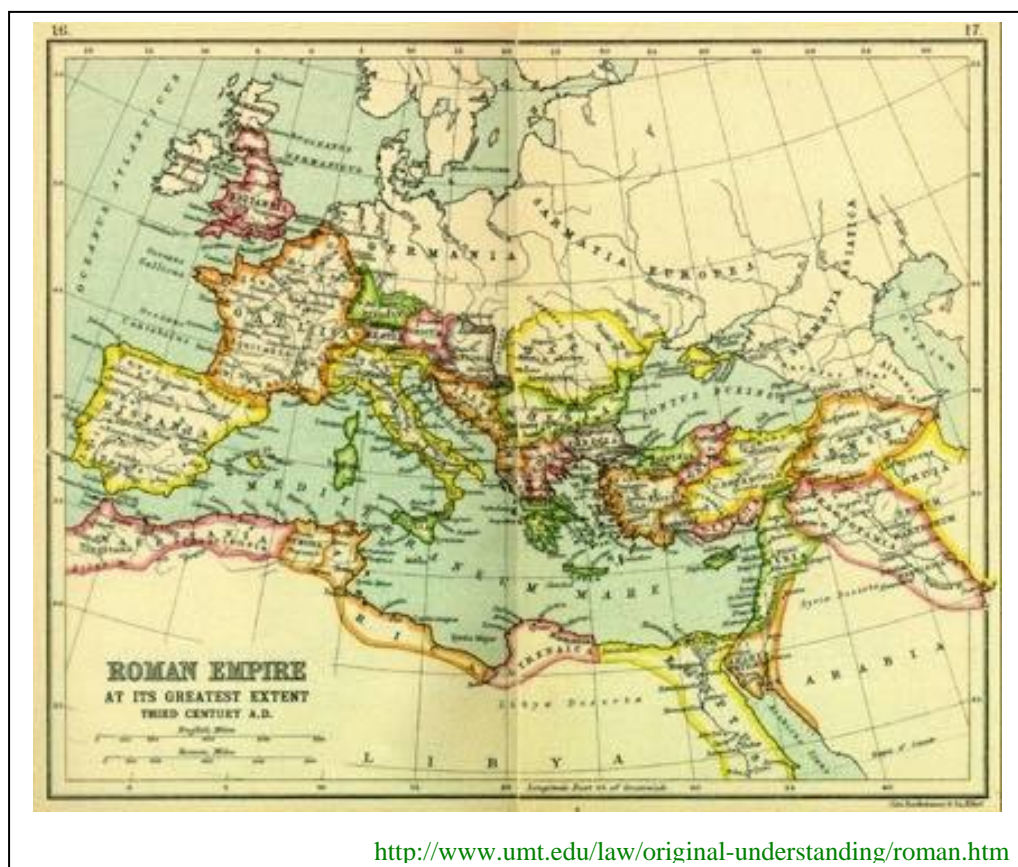


Figura 2 – Mundo Romano

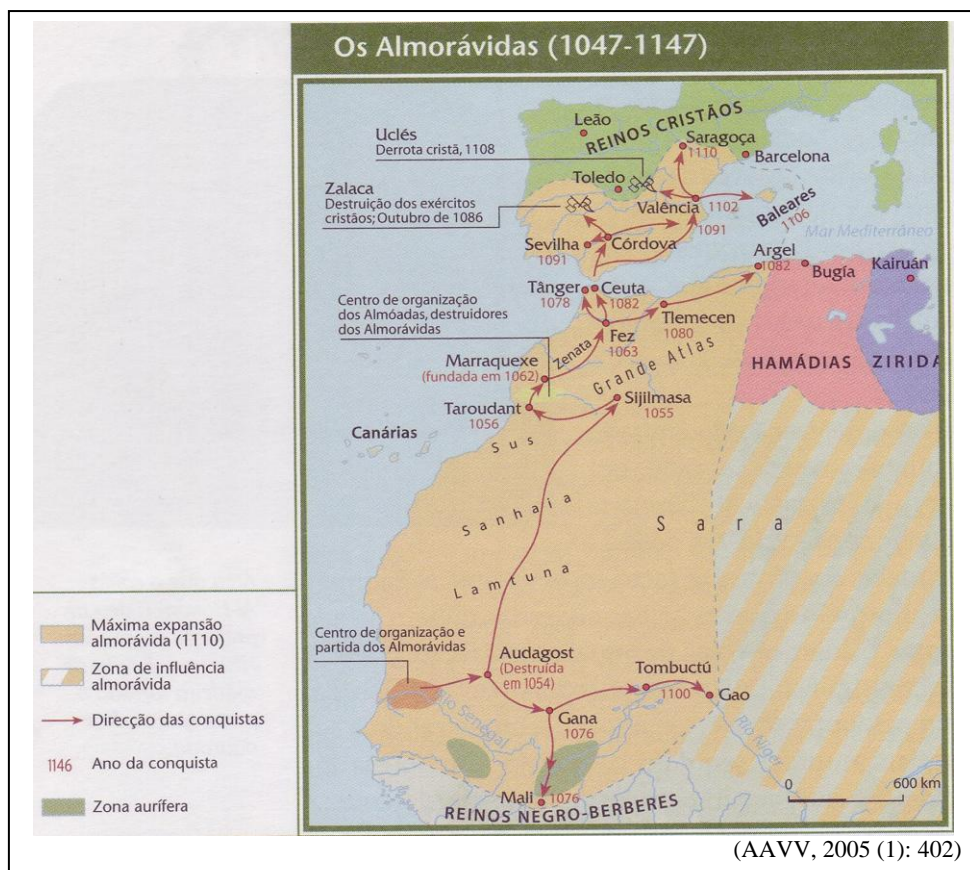


Figura 3 – Conquista Almorávida

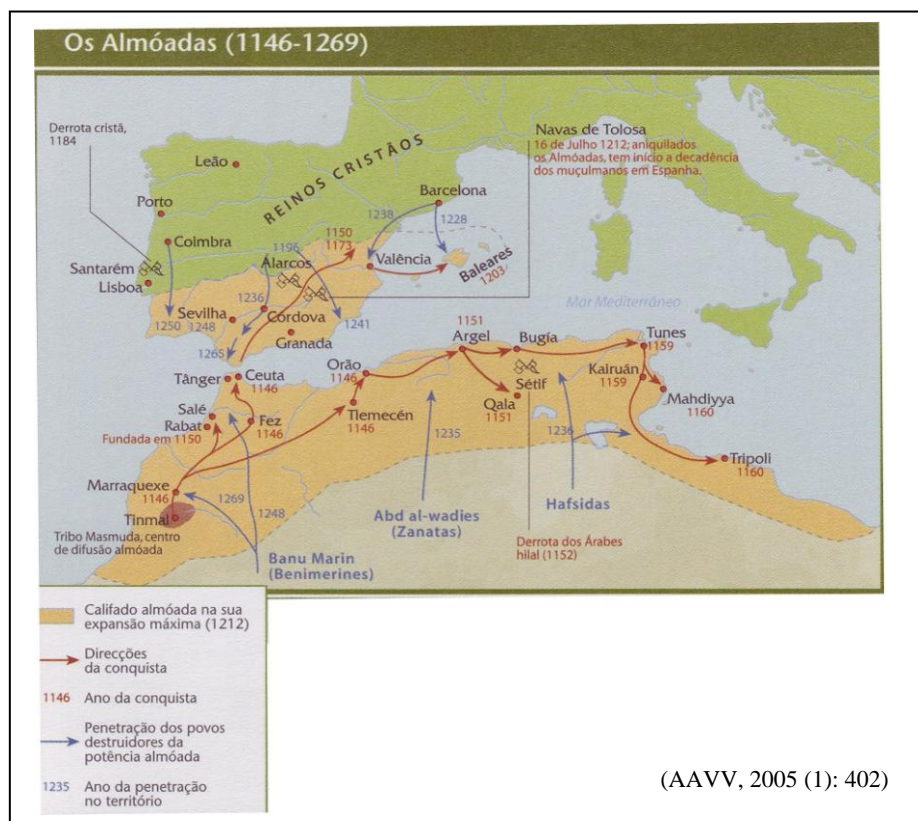


Figura 4 – Conquista Almôada

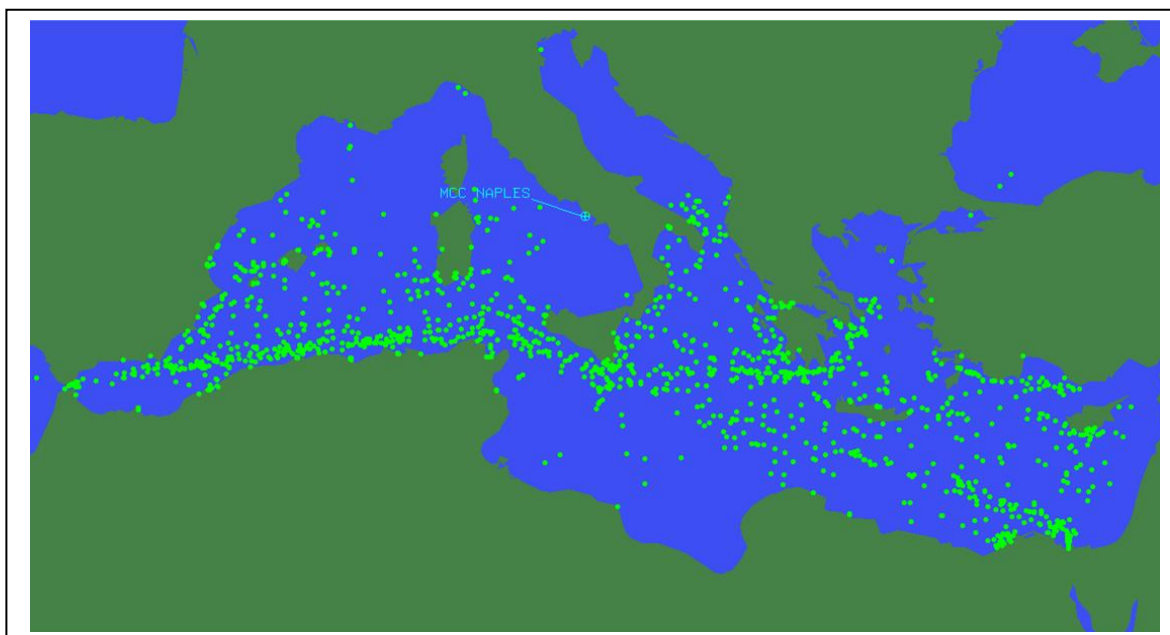


Figura 5 - Localização, por satélite, no mesmo momento, de embarcações no Mediterrâneo
(Imagem gentilmente cedida pelo CMG Pereira da Cunha)



Figura 6 – Rotas mediterrânicas



<http://www.sitesatlas.com/Maps/Maps/605.gif>

Figura 7 – Mapa da Transcaucásia



[http://www.walkout.asia/images/view/56/southern asia.jpg](http://www.walkout.asia/images/view/56/southern%20asia.jpg)

Figura 8 – Ásia Central e do Sul



Figura 9 – Sahel (identificado pela faixa castanha)

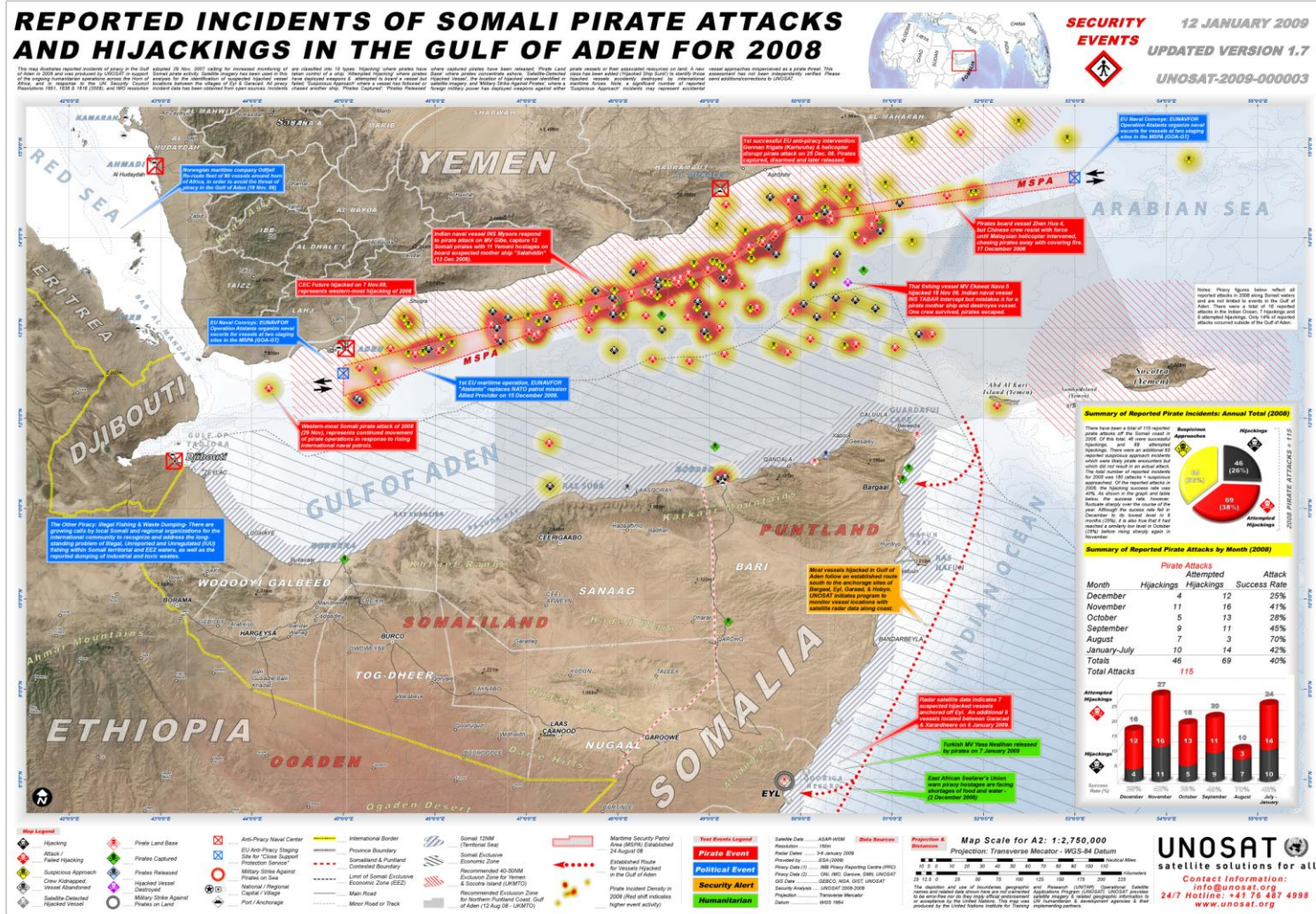


Figura 10 – Ataques dos piratas somalis no golfo de Aden

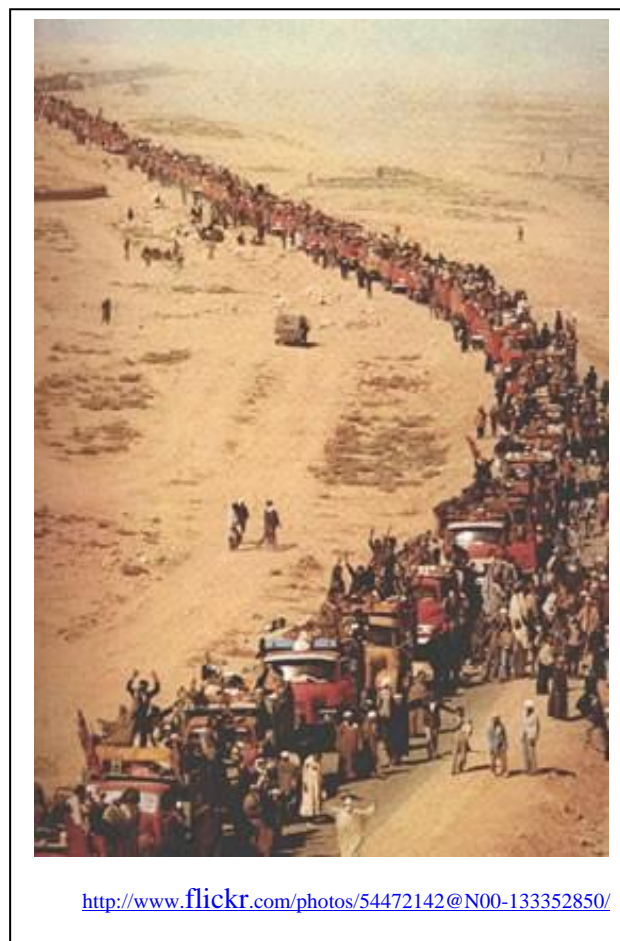


Figura 11 – Marcha Verde



Figura 12 – Fronteiras entre Marrocos e Argélia

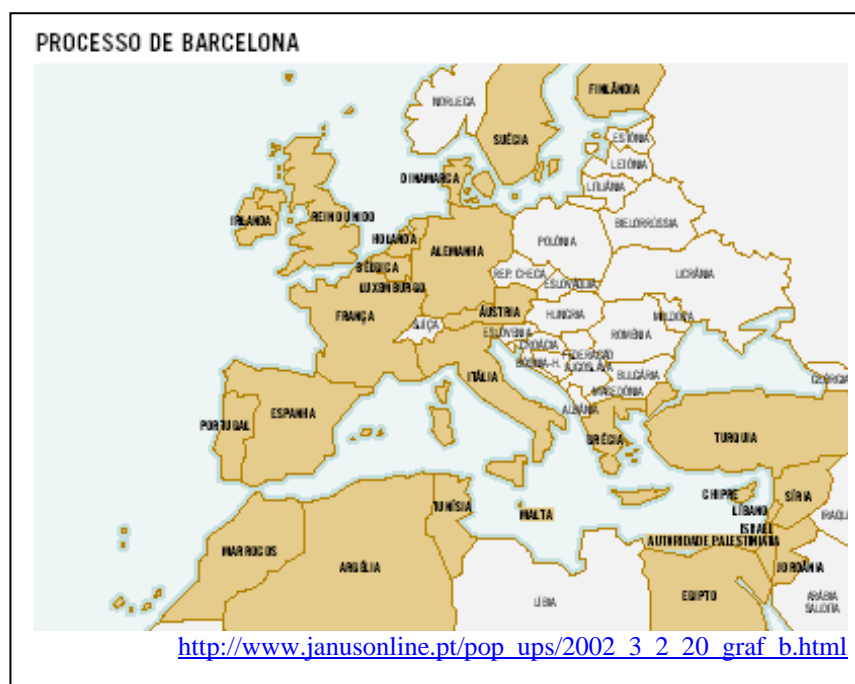


Figura 13 – Países do Processo de Barcelona

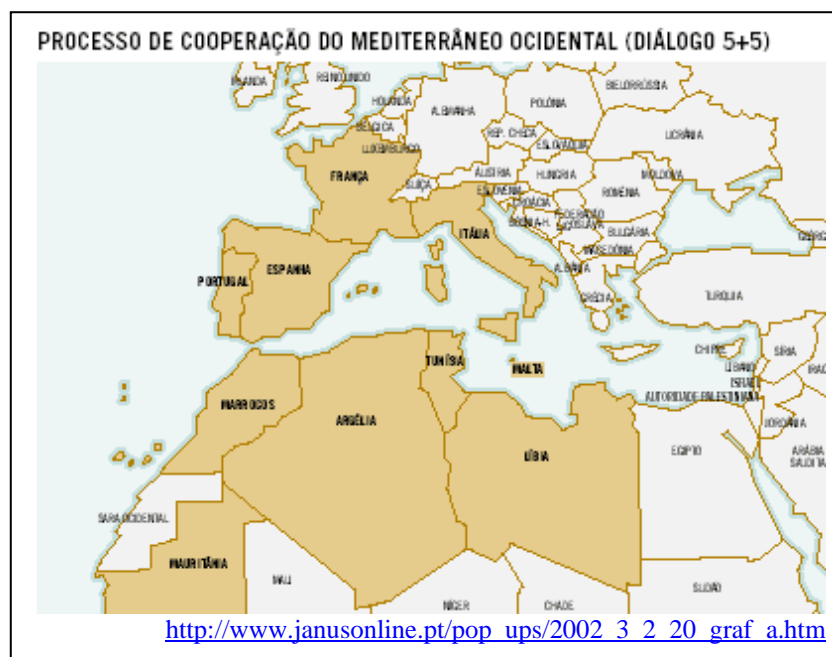


Figura 14 – Países do Processo de Cooperação do Mediterrâneo Ocidental

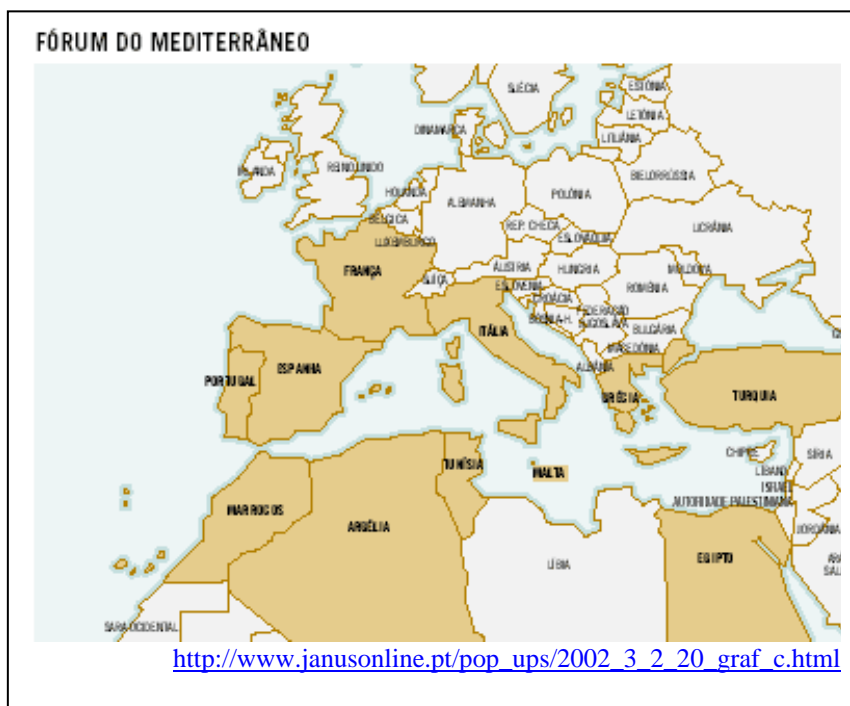


Figura 15 – Países do Diálogo para o Mediterrâneo



Figura 16 – Imagem da página da NATO sobre o DM (02/08/2009)

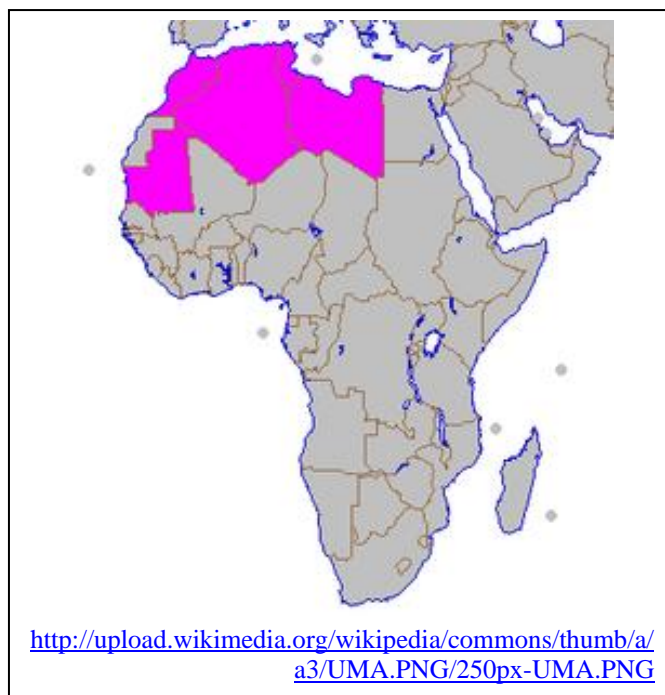


Figura 17 – Países da União do Magrebe Árabe



Figura 18 – Países da Liga dos Estados Árabes

APÊNDICE 5 – UMA “OLHADELA” PARA O INTERIOR DA LÍBIA

Importa dar uma espreitadela sobre a **Líbia**, visto ser um país que, não estando inserido na área geográfica em análise, tem alguma influência no contexto regional em apreço. A Líbia é um país de partido único, que é governado, sem escolha, pelo seu líder Muammar El Kaddhafi, depois de ter protagonizado, em 1969, um golpe de estado. Depois de ter imposto um regime autocrático, tem merecido uma oposição que lhe valeu, entre 1980 e 1985, quinze tentativas de golpe de estado e, em meados da década de noventa, várias tentativas de insurreição popular, motivadas pela degradação das condições de vida resultantes da diminuição dos preços de petróleo e do embargo imposto pela ONU. Este embargo foi motivado pelo apoio daquele líder ao terrorismo internacional e pela suspeita que estivesse por trás do atentado que abateu, em 1988, um avião norte-americano sob o solo escocês. Em 1999 Kaddhafi entrega à comunidade internacional os dois principais suspeitos desse atentado, o que foi visto como uma aproximação ao mundo que o isolou. Esta iniciativa valeu-lhe a suspensão das sanções da ONU. Nesse mesmo ano, o líder líbio procurou implementar algumas medidas conducentes à economia de mercado, acompanhando-as com uma suavização da sua autocracia. O seu maior desafio é a condução de reformas democráticas nas instituições políticas, quase intocáveis desde o golpe de estado de 1969. O seu sucessor natural parece ser o seu filho Seif al-Islam, que professa ideias reformistas. Para as aplicar, contudo, deverá impor-se aos comités políticos revolucionários em exercício naquele país, que são conhecidos pelo seu tradicionalismo e por defenderem a continuidade. A Argélia é um país possuidor de riquezas naturais e tem-nas aproveitado para apresentar níveis de desenvolvimento muito superiores aos dos seus vizinhos. Evocando, ao longo dos tempos, uma política agressiva, onde o pan-arabismo e um nacionalismo exacerbado tem pontuado, a Líbia tem sido classificada, muitas das vezes, como o maior perturbador do Norte de África (PATRICIO: 1997; 32), o que lhe conferiu, como já se disse, por longos anos, sanções financeiras e embargos de armas, decretados pela ONU. Recentemente a Líbia mostrou a sua intenção de se abrir ao Mundo. A visita de Condoleezza Rice, conduzida em 05 de Setembro de 2008, àquele país parece ser o beneplácito do tio Sam a esta intenção. Contudo, para um observador atento, a Líbia parece estender a mão à América e piscar o olho à Rússia, como indicia os contactos que tem tido com este país, nomeadamente relacionados com as actualizações dos seus armamentos. Só o futuro nos diz que o que nos reserva a imprevisível Líbia.

APÊNDICE 6 – CRONOLOGIA RESUMIDA DE ACONTECIMENTOS IMPORTANTES PARA O MEDOC

Ano	Acontecimento
XXV a.C.	Os barcos egípcios são tripulados por cananeus
1290 a. C.	Os fenícios estabelecem-se ao longo da costa Norte da África, em especial da Argélia, constituindo colónias nesse território.
XII a.C.	Fenómenos coincidentes no tempo, como as invasões Dóricas, tumultos sociais relacionados com a fome e outros, impelem a Fenícia para o Mar e a assumir-se como a senhora do MED.
IX - VIII a.C.	Colonização fenícia e grega do MEDOC.
671 a.C.	Conquista da Fenícia e do Egipto pelos Assírios.
574 a.C.	Conquista de Tiro pelos Babilónios.
146 a.C.	Roma arrasa Cartago e constrói outra cidade sobre as suas cinzas.
31 a.C.	Batalha de Áccio, que decorreu em 02 de Setembro, onde o Egipto de António e Cleópatra defronta a Roma de Octávio e Agripa.
69 d. C.	O Imperador Romano Otón agregou a província de Mauritania Tingitana, que hoje coincide com o Norte de Marrocos, à província de Hispania Baetica, que abrangia parte do Alentejo e do Algarve de Portugal e parte da Andaluzia espanhola.
170 d. C.	Roma sofre uma epidemia que dizima a sua população, em especial a rural, de quem dependia para a alimentação, para os impostos e para os braços necessários à constituição das suas hostes militares, pondo em dificuldade a sustentação das suas legiões.
284-305	O Imperador Dioclesiano criou a <i>diocesis</i> de Hispania, que compreendia, entre outras <i>provinciae</i> , a Mauritânia Tingitana.
395 d.C,	Roma divide-se em dois: Uma parte Oriental que irá transformar-se no Império grego de Bizâncio e outra Ocidental, frequentemente assolada pelos povos Bárbaros.
V d.C	O império Romano implode e em 435 dá-se a invasão dos vândalos
681-682 d.C.	A Argélia é islamizada e passa a ser governada pelos califas omíadas, a partir de Damasco. Mais tarde, as decisões passam a ser emanadas de Bagdad, da boca dos califas abássidas. Os berberes resistem, porem, à dominação árabe.

VIII d. C.	Os Omíadas conquistam o norte de África e levam a sua cultura até esses territórios.
710 d. C.	O Omíada Tarik atravessa Gibraltar, e entra na Península Ibérica, dando o seguinte nome à montanha que, a Sul domina esse canal: Yebel Tarik ou a montanha de Tarik. Nessa intentona foi ajudado pelo conde de Ceuta, o hispano-visigodo Dão Julián.
732 d.C.	Início da conquista cristã da Península Ibérica, com a batalha de Poitiers.
789 d.C.	A dinastia Idrísida começa a governar Marrocos e fá-lo por mais dois séculos.
IX- X d.C	O MED é islâmico.
910-975	Os califas Al-Mahdi, Al-Qaim, Al-Mansur e Al-Muizz, nunca conseguiram subjugar completamente o Magrebe, devido à resistência de facções ali existentes, como sejam os Zanatas. Combates entre a frota magrebina e bizantina.
1050	Os Almoravidas iniciaram uma expansão para Norte para difundir a sua fé, conquistando Marrocos.
1062	Os Almoravidas fundaram Marraquexe e prosseguem a expansão para a Península Ibérica. Unificam, assim, todo o Magrebe e fundam um império que irá do Senegal até Portugal e Espanha.
1143	A opulência que então se viveu no seio Almorávida e a curta unificação regional foi interrompida pela morte de Ali ibn Ysuf, dando-se a fragmentação do império.
1147	Os Almóadas conquistam Sevilha e controlam o Magrebe.
1230	Início da fragmentação do império Almóada.
1237	Tunes e o Leste da Argélia desagregam-se do império Almóada.
1269	Marraquexe, por sua vez, torna-se independente do império Almóada e Marrocos passa a ser controlado pelos Merinidas.
1340	Marrocos renuncia a todos os seus territórios que possuía em Espanha.
1415	Conquista de Ceuta pelos Portugueses.
1471	Conquista de Tanger pelos portugueses.
1482	Conquista de Otranto pelos turcos.
1492	Descoberta da América. Conquista de Granada pelos cristãos, aos muçulmanos, data que marca o fim da reconquista da Península Ibérica.
1494	Carlos VIII, de França, conquista Nápoles.
1497-98	Transposição do Cabo da Boa Esperança.

1510	Soldados da frota do rei Carlos V apoderam-se do ilhota ou rochedo de Argel, impedindo a ancoragem dos navios de corso que por ali existiam.
1518	Barbarossa, pirata turco, captura Argel e expulsa dela os espanhóis, permitindo que, aquilo que viria a ser a Argélia, passasse para a esfera de influência do Império Otomano, mais propriamente do sultão otomano de Istambul. É constituída a regência turca da Argélia, que a partir do século XVIII é alimentada pela acção dos corsários do MED.
1542	Os portugueses ocupam Mazagão, na costa oeste de Marrocos.
1554	O reino de Marrocos passa a ser governado pelos Sádidas.
1555	Carlos V hipoteca-se junto dos banqueiros genoveses para alimentar os seus exércitos e as naus espanholas, carregadas de ouro americano aportam aos portos italianos para pagarem a dívida.
1571	Batalha de Lepanto, ao largo da Grécia, onde a frota turca foi derrotada pela frota espanhola, veneziana e pontifícia.
1578	Deu-se a Batalha de Alcacer Quibir onde perdeu a vida el-rei de Portugal, D. Sebastião e termina, assim, a participação de Portugal em Marrocos.
1591	Marrocos domina a povoação de Tombuctu e passa a controlar todo o comercio do Saara.
Do Sec XVI ao Sec XIX	Os Otomanos, respondendo aos apelos dos dirigentes magrebinos, colocam os países magrebinos, com excepção de Marrocos, sob o seu império.
Sec XVIII	Em plena revolução francesa, o governo gaulês viu-se obrigado a adquirir o trigo da Argélia. Esse fornecimento, contudo, nunca foi pago, o que trouxe entropia às relações entre os dois Países.
1631	Marrocos firma um tratado com a França.
1661	Tanger é dada a Inglaterra, a Carlos II, como dote de D. Catarina de Bragança.
1662	Portugal cede Tanger à Grã-Bretanha.
1666	Mulay al-Rachid fundou a dinastia Alauita, que ainda hoje está no trono de Marrocos.
1668	Ceuta passou para os espanhóis pelo tratado de paz luso-espanhol.
1672	Marrocos recupera Tânger.
1684	Os árabes conquistam Tanger aos ingleses. Os portugueses ainda tentam comprar Tanger aos ingleses quando souberam que eles tinha intenção de a abandonar.

	nar aos árabes.
1704	25/08 - os ingleses, aproveitando-se das derivas da guerra da sucessão de Espanha, ocupam Gibraltar e resistem às pressões francesas e espanholas.
1713	11/04 - Gibraltar ficou sobre o domínio da Grã-Bretanha, pelo Tratado de Utrech.
1727	Os espanhóis, apoiados pelos franceses, pressionam a Inglaterra para lhes entregar Gibraltar.
1769	Portugal retira-se de Mazagão, por ordem do Marques de Pombal, indo os seus colonos para o Brasil fundar a Vila Nova de Mazagão.
1779	Os espanhóis, apoiados pelos franceses, pressionam a Inglaterra para lhes entregar Gibraltar.
1782	Os espanhóis, apoiados pelos franceses, pressionam a Inglaterra para lhes entregar Gibraltar.
1783	03/09 - a posse de Gibraltar, pela Grã-Bretanha, foi confirmada pelo Tratado de Versalhes, também conhecido por Tratado de Paris.
1798	01/07 – Chegada ao Egipto de Napoleão. 01/08 – Batalha naval de Aboukir em que Napoleão é derrotado, pelo Almirante Nelson, o que teve repercussões na sua campanha militar do Egipto, impossibilitando o controlo do MED pelos franceses.
Início do Sec XIX	França e Inglaterra procuram radicar a pirataria no Mediterrâneo, nomeadamente ao largo da Argélia.
1801	21/3 – Batalha de Canope em que Bonapart foi derrotado pelos ingleses, o que levou à saída dos franceses do Egipto.
1816	Uma esquadra inglesa bombardeia a Argélia libertando 3000 prisioneiros cristãos.
1819	A guerra do corso é proibida no MED, levando o governador (dey) Argelino a aumentar os impostos sobre as colheitas das tribos, como forma de colmatar a falta dos proventos que resultava da actividade antes de ser proibida. Isso levou à revolta das tribos do Oeste argelino, sob a liderança de um jovem religioso de seu nome Abb el- Kader.
1827	Batalha de Navarrino em que a frota turco-egípcia foi destruída pelas frotas de navios ingleses, francês e russos, que apoiavam a revolta dos gregos. Julho - O dey argelino, não tendo os proventos do corso e estando a ser pressio-

	nado pelos Otomanos (a Sublime Porta), para o pagamento de contribuições, exigiu ao representante diplomático francês no país o pagamento de um fornecimento de cereais que fizera a França através de um judeu argelino. A França declarou que já o tinha pago e o dey de Argel aplicou-lhe o famoso golpe de leque, que foi considerado uma ofensa por França.
1829	Guerra Russa-turca que conduziu à independência da Grécia.
1830	Em resposta à ofensa perpetrada, em 1827, pelo dey argelino, a França envia um contingente, para o Norte de África, de 36000 soldados, com a desculpa de que pretendia pacificar as tribos hostis que povoavam a costa e o interior do país. As forças navais enviadas pela França conquistam Argel, depõem o governador e estabelecem o seu domínio naquele país. Independência da Grécia face ao poder turco. Julho – Carlos V é destronado em França. O rei Luís Filipe assume o trono.
1832	O líder argelino Abd- al-Kadir, infligiu uma pesada derrota aos franceses, tendo ganho prestígio e a adesão, à sua causa, dos tuaregues e dos berberes.
1835	Abd al-Kadir inflige nova derrota aos franceses, em Macta, obrigando, desta feita, a França a entregar-lhe parte do território e a firmar um acordo com aquele combatente. Esse acordo não foi respeitado pela França que enviou novo contingente de 115.000 militares para aquela sua possessão.
1837	A França firma um tratado (Tafna) com Abb el –Kader, no qual reconhecem a sua autoridade sobre as tribos argelinas e, numa redacção muito vaga e numa interpretação dúbia, aquela personagem admite a protecção francesa.
1839	O bey de Constantino manifesta a sua independência e os franceses empreendem uma acção militar tomando, a custo, a povoação. Isso levou a que Abb el-Kader considerasse sem efeito o tratado assinado e declarasse a guerra santa a França, convidando os Cabilas a se lhe juntar, o que não fizeram.
1840	Início da guerra contra Abb el-Kader, usando-se uma política de envenenamento dos poços de água, levando Abb el-Kader a refugiar-se em Marrocos.
1844	O Exército de Abb el-Kader é derrotado na batalha de Isly, levando a que aquela personagem voltasse à Argélia e promovesse uma guerra de guerrilha. Marrocos e a França estão em guerra.
1845	Marrocos firma as fronteiras com a Argélia, através da Convenção de Lalla-Maghnia.

1847	Abd al-Kadir é preso pelos franceses, depois das suas forças terem sido sujeitas a um número expressivo de derrotas, tendo sido, de imediato, desterrado para a Síria, onde veio a morrer.
1857-1871	Os berberes da Cabília exercem grande violência sobre os colonos franceses, tendo sido reprimidos pelas forças francesas. Apesar dessa aparente vitória francesa, no sul da Argélia os tuaregues mantiveram-se sempre praticamente independentes. Os franceses começam a expropriar terras aos locais e a entregá-las aos colonos franceses.
1859	Marrocos e a Espanha iniciam uma guerra.
1863	Napoleão III lançou a ideia do reino árabe, em que a Argélia deixaria de ser uma colónia para ser um reino, em que ele seria o soberano.
1864	A França consegue dominar a Pequena Cabília, numa guerra de conquista da Argélia que se iniciou em 1830.
1865	Napoleão III devolveu as terras confiscadas às tribos argelinas, pois considerou que, sendo rei de um reino árabe, tanto indígenas como colonos tinham os mesmos direitos.
1870	O Império francês cai, pela derrota de Sedan, perante a vitória prussiana, e os colonos franceses na Argélia, aproveitando esse facto, revoltam-se, com o pretexto republicano de estarem a lutar contra um reino (reino árabe) e atacam os oficiais dos gabinetes árabes, que apoiaram a ideia de Napoleão III. Exigem a instauração da república.
1871	Fevereiro – Desencadeamento de uma grande insurreição, fomentada na Cabília, pela confraria religiosa da Rhamaniya, e em Constantina pelo argelino Mokrani. Houve massacres de colonos
1878	Conquista do Chipre pela Inglaterra.
1879	24/10 – é assinado o decreto Crémieux, que determina que os departamentos argelinos fazem parte da República Francesa e que os 37000 judeus argelinos passam a ser cidadãos franceses. Os indígenas muçulmanos, continuam a ser considerados súbitos franceses e não cidadãos franceses, o que lhes não confere o direito de voto.
1880	Conquista de Malta, por Inglaterra. Na década de 80 inicia-se o cultivo da vinha na Argélia, em virtude lá não haver o insecto da filoxera, que dizimava as videiras na Europa.

1882	Conquista do Egipto, por Inglaterra.
1884	A Espanha ocupa o Saara Espanhol, tendo realizado, previamente, um acordo naquele sentido, com os Chefes Tribais, o que se tornou, no futuro, um acto de extrema importância no conflito, que tem sido perpetuado, sobre o Saara Ocidental.
1885	26/02 - Conferência de Berlim, cuja acta, nos seus artigos 34 e 35, estipula o dever de comunicar aos signatários a assumpção dos protectorados para que estes possam exercer o seu direito de reclamação, e o dever de ocupação efectiva dos territórios sob protectorado. O domínio espanhol sobre o Saara foi reconhecido pela Conferencia de Berlim.
1906	Foi firmado o tratado de Algeciras em que se definiu a responsabilidade da França no Norte de África. Este tratado ou acordo, como alguns autores preferem chamá-lo, foi rubricado por 12 potências europeias e pelos EUA e autoriza a França a iniciar a conquista de Marrocos.
1908-1909	A Grã-Bretanha, unilateralmente, constrói uma fronteira entre Gibraltar e Espanha, nunca aceite por esta.
1912	Assinatura do Tratado de Fez e a consequente assumpção, por parte de França, do protectorado de Marrocos, ficando a Espanha a controlar duas zonas do país africano. A França reconhece as possessões espanholas no Norte de França, excepto Tanger. Itália inicia a conquista dos territórios da actual Líbia, só a conseguindo terminar em 1932.
1921	Marrocos inicia uma guerra de guerrilha contra os colonizadores franceses e espanhóis.
1927	Em Paris nasce o movimento Estrela Norte-Africana, constituída por Cabilas e por impulso de Messali Hadj, e que foi o primeiro movimento a reivindicar a independência da Argélia e de outros países do Magrebe. A França domina quase todo o Marrocos, permitindo somente ao sultão Mohammed V administrar os assuntos religiosos.
1928	A Espanha vê a questão de Tanger resolvida, através de um processo de gestão comum, entre os signatários do Acto de Algeciras.
1932	Fim da conquista da Líbia pela Itália.
1934	Em Marrocos despoletam-se revoltas contra ao facto das terras arábeis estarem nas mãos dos europeus.

1936	O governo da Frente Popular lança o projecto Blum-Violette, que prevê o acesso à cidadania francesa dos muçulmanos considerados “evoluídos”, o que provocou a hostilidade dos colonos e a obstrução do parlamento.
1937	Franco promete a autonomia ao Marrocos espanhol.
1940	Vários partidos políticos marroquinos e Mohammed V começam a exigir a independência do país.
1942	Novembro - Os Aliados invadem o Norte de África, devido à II GGM.
1943	Argel torna-se a sede do governo provisório da República Francesa, dirigida pelo General de Gaulle, conferindo, este, a cidadania francesa a muitos muçulmanos argelinos que participaram na libertação de França, o que trouxe a reprovação e descontentamento de alguns europeus.
1944	<p>Ferhad Abbas, farmacêutico, lança o Manifesto do Povo Argelino, onde se reivindica a independência da Argélia. Ferhad é preso. É constituído o Partido do Povo Argelino (PPA).</p> <p>A Argélia passa uma grave crise de fome.</p> <p>07/10 – Na Alexandria decorreu a chamada Conferencia Preliminar da Comissão Geral Árabe, na qual tomaram parte o Egipto, o Iraque, a Transjordania, (hoje, e desde 1946, Jordânia), o Líbano, e a Síria, e onde se discutiu o futuro do Médio Oriente, a forma de o preservar dos poderes estrangeiros e a ocupação da Palestina pelos Judeus, sobre o mandato da Inglaterra. Dessa reunião, surgiu o Protocolo da Alexandria, no qual, no seu ponto 1 se afirma que iria ser criada uma Liga de Estados Árabes.</p>
1945	<p>22/03 - Fundação da Liga dos Estados Árabe, vulgarmente conhecida por Liga Árabe, que defende o pan-arabismo sírio. Nesta data foi assinado o Pacto da Liga dos Estados Árabes. O Iémen só assina o pacto da Liga em Iémen, 05/05/1945.</p> <p>08/05 – Durante as comemorações da vitória contra a Alemanha, estalam revoltas em Setif, na Argélia, contra a França, tendo sido massacrados cerca de uma centena de colonos europeus. Esse massacre deu origem a represálias e a repressão das revoltas, onde o sangue argelino correu pelas ruas.</p>
1946	Na Argélia é fundado o Movimento para o Triunfo das Liberdades Democráticas (MTDL), pelos seguidores de Messahi Hadj. Esse movimento deu origem, posteriormente, à Frente de Libertação Nacional (FLN).

1947	À Argélia é atribuído um novo estatuto que deu origem a uma Assembleia Argelina. Nasceu o Comité de Libertação do Magrebe Árabe, juntando a Argélia, Tunísia e Marrocos, com o intuito de coordenar a luta contra o colonialismo no Magreb e internacionalizar a questão da região.
1948	Constituição do Estado de Israel, que entrou, logo, em guerra com os seus vizinhos.
1949	Armistício de Rodes entre Israel e os estados árabes.
1950	A Liga dos Estados Árabes tenta implementar um Tratado da Junta de Defesa e Cooperação Económica.
1951	A Líbia torna-se independente e inicia-se o reinado da monarquia Sanusita.
1952	Na ONU os EUA defendem a independência de Marrocos.
1953	<p>Revoltas internas e violentas em Marrocos que conduziu à deposição do rei Muhammad V pelo estado francês e o seu exílio em Madagáscar, recusando-se, contudo a abdicar do trono.</p> <p>28/03 – A Líbia adere à Liga dos Estados Árabes.</p>
1954	Na primavera, foi criada o Comité Revolucionário de Unidade, na Argélia, que realiza, no 1º de Novembro, cerca de 30 atentados, reivindicada por uma organização que provinha do MTDL e do PPA, e que se chamava Frente de Libertação Nacional. Na Argélia, o descontentamento pelo domínio francês deu origem a uma rebelião generalizada e ao início da guerra de libertação dirigida pela FLN, fundada por Ahmed Bem Bella. Os líderes rebeldes formaram um governo provisório no Cairo, denominado Governo Provisório da República da Argélia. A luta terminou com o início das conversações, em 1961, com vista à autodeterminação argelina.
1955	<p>Fevereiro – o etnólogo Jacques Soustelle, um guallista de esquerda, é nomeado governador-geral da Argélia, com a missão de promover a integração económica e social da Argélia. É recebido em Argel com hostilidade, pois os colonos não concordam com Soustelle e com a sua preocupação com os indígenas argelinos.</p> <p>25/08 – milhares de camponeses argelinos, incentivados pela FLN, tomam de assalto as cidades da província do Norte-Constantino, em especial Philippeville, sendo massacrados 120 europeus e mais alguns muçulmanos moderados. A repressão das forças francesas é brutal, e a FLN atinge o seu objectivo: Argélia</p>

	<p>passa a ser falada na ONU.</p> <p>Setembro – algumas tropas francesas, mobilizadas à força, negam-se a ir para a Argélia.</p> <p>A Tunísia adquire a autonomia interna. Muhammad V regressa a Marrocos.</p>
1956	<p>A Tunísia torna-se independente e assume o laicismo. O estado tunisino assume o controlo estatal da universidade islâmica da Zaytuna. Marrocos adquire a sua independência e implanta uma monarquia parlamentar. Na Argélia germinou, clandestinamente, a União Geral de Trabalhadores Argelinos e, em Janeiro, os partidos de esquerda ganham as eleições.</p> <p>12/03 – o Parlamento francês aprova por grande maioria, poderes especiais para Que seja restabelecida a paz na Argélia.</p> <p>16/03 – a FLN promove atentados em Argel, no leste da Argélia e na Cabília.</p> <p>Junho – as companhias petrolíferas francesas descobre, na Argélia, em Hassi Messaud, petróleo.</p> <p>26/06 - O Egipto nacionalizou e encerra o canal do Suez para impedir a passagem dos navios israelitas o que levou à Inglaterra, a Israel e à França, em 01 de Novembro, a intervir militarmente.</p> <p>Outubro – os franceses interceptam um avião marroquino que transportava, de Tunes para Rabat, dirigentes da FLN, detendo-os.</p>
1957	<p>Marrocos adopta a monarquia, e Mohammed é coroado. Este mobilizou a participação das tribos saarauí num levantamento contra a Espanha, naquilo que ficou conhecido pelas guerras de Ifni e d'Edchera. O apoio das forças francesas estacionadas na Mauritânia a Espanha (operação Ecouvillon) permitiu a esse ultimo conservar o essencial do Saara Ocidental e de Ifni.</p> <p>Dá-se a conhecida batalha de Argel. A FLN multiplica os atentados bombistas na Argélia. O general Massau e a 10ª Divisão paraquedista entram na Argélia para, por todos os meios, desmantelarem a rede bombista.</p> <p>Maior- os partidários do Movimento Nacional Argelino, que estiveram sempre do lado de Messali Hadj, negando-se a aliar-se à FLN, são assassinados em França e massacrados na Argélia, no famoso massacre de Meluza. Na Tunisia e em Marrocos FLN cria o Exercito de Libertação Nacional (ALN). França ergue duas barreiras electrificadas nas fronteiras entre a Argélia, Marrocos e a Tunisia.</p>
1958	<p>Na Argélia é implementada a lei-marco francesa. No exílio, é constituído um</p>

	<p>governo provisório da República da Argélia. A Liga Árabe passa a defender o princípio, defendido pelo Egipto, de “Estados soberanos no interior das suas fronteiras”.</p> <p>Marrocos esboçou algumas pretensões sobre a Mauritânia.</p> <p>08/02 – Uma pequena povoação tunisina, Sakiet Sidi Yousset, foi bombardeada pelos franceses, em virtude do apoio que a Tunísia conferia à FLN e à causa do povo argelino, causando cerca de 70 mortos. A Tunísia apresenta queixa na ONU e consegue que o assunto “Argélia” seja nesse fórum discutido.</p> <p>02/04 - Foi firmado, entre Marrocos e a Espanha, o tratado de Angra de Sintra, no qual a Espanha cedeu a Marrocos a região de Tarfaya, conhecida por Cap Juby.</p> <p>08/05 – O presidente do Conselho francês declarou que ia encetar negociações com a FLN.</p> <p>13/05 – dá-se um golpe de estado na Argélia.</p> <p>01/06 – De Gaulle é investido em França e chega à Argélia, em 04/06, dizendo que na Argélia só há “franceses de parte inteira”</p> <p>Outubro – De Gaulle lança o plano Constatina, o qual visa a industrialização e o desenvolvimento da Argélia.</p>
1959	<p>16/09 – De Gaulle propõe aos franceses de França e da Argélia a realização de um referendo sobre a autodeterminação da Argélia.</p>
1960	<p>Em Marrocos, o rei Muhammad V assume plenos poderes. A Mauritânia torna-se independente e Marrocos nega-se a reconhecer esse estatuto.</p> <p>Dá-se um grande terramoto em Marrocos, tendo provocado, na região de Alga-dir, 15 mil mortos.</p> <p>Janeiro – os europeus da Argélia, perante a proposta de De Gaulle sobre a auto-determinação do território, aclamam traição e barricam-se no bairro popular europeu naquele país.</p> <p>14/12 – Surge a Resolução 1514 (XV) da Assembleia Geral (AG), conhecida como sendo a Declaração de Reconhecimento da Independência dos Países e Povos Colonizados, onde é reconhecido o direito aos povos à autodeterminação dos seus destinos.</p>
1961	<p>O rei Muhammad V morre em Marrocos, no decorrer de uma operação cirúrgica, sucedendo-lhe o seu filho Hassan II. A França reconhece a autodetermina-</p>

	<p>ção argelina e inicia as negociações de Évian.</p> <p>Abril - os militares franceses, face à perspectiva do que iria acontecer na Argélia, revoltam-se em Paris. Mas os militares do contingente paraquedista negam-se a entrar em Paris para a tomar. Quatro generais franceses criam a Organização do Exército Secreto, ao qual aderiram colonialistas e personalidades franceses que não partilhavam a vontade de De Gaulle.</p> <p>Os franceses iniciaram conversações com os países que se projectavam sobre o Saara, para constituírem uma Organização Comum das Regiões Subsarianas (O CRS), para promover o seu desenvolvimento. O Governo Provisório da República Argelina (GPRA), no exílio em Tunes nega-se a entrar nessas conversações, e a França abandona o projecto.</p>
1962	<p>A FLN obtém sucesso na guerra pela independência da Argélia. A Argélia torna-se independente, em 01 de Julho, pelos acordos de Évian, assegurando-se, para a França, uma parte considerável do petróleo. A parte do exército argelino que se formou em Marrocos (a outra parte formou-se na Tunísia), entrou na Argélia, comandada pelo Coronel Boumédiène. O reconhecimento da independência por parte da França realizou-se após um referendo. Ben Youssef Ben Khedda, líder do governo no exílio, assume o poder, sendo logo deposto pelo vice-primeiro-ministro, Ahmed Ben Bella, que foi eleito presidente, estabelecendo um regime socialista mas de partido único. A FLN anula uma tentativa de divisão da Argélia perpetrada pelos Franco-Argelinos, provocando um de 900 000 elementos afectos a essa divisão.</p> <p>A reivindicação por parte de Marrocos de certas zonas designadas como territórios saarauís, provoca incidentes na fronteira com a Argélia, dando-se aquilo que ficou conhecida pela “guerra das areias”, e que se prolongou por 1963.</p>
1963	<p>Constituição da Organização da Unidade Africana.</p> <p>Marrocos leva a efeito a “guerra das areias”, para anexar a franja sul-ocidental da Argélia, onde se encontra Bechar e Tindouf.</p> <p>Setembro – Revolta na Cabília (revolta cabila) contra o governo argelino, dirigida pela Frente das Forças Socialistas, de Hocine Ait Ahmed e que foi esmagada pelo exército argelino.</p>
1964	<p>Decorreram as cimeiras árabes sobre a direcção de Nasser.</p> <p>A Liga dos Estados Árabes tenta implementar o Mercado Comum Árabe.</p>

	16/10 – A ONU, sob a insistência de Espanha, convida a Grã-Bretanha a entrar em conversações com aquele país.
1965	<p>Ben Bella é destituído na Argélia, devido a uma revolta militar, ascendendo ao poder o Coronel Huari Bumediene, através de um Conselho Revolucionário. Ele será presidente até 1979, protegido pela FNL, sendo este o partido único, até 1988.</p> <p>Hassan II instaura um regime de ditadura em Marrocos. Suspende a Constituição e ordena a prisão de opositores. Ben Barka, opositor político do rei, é raptado, levado para França, onde morre, segundo alguns autores, devida a torturas.</p> <p>16/12 – a AG da ONU, através da resolução 2072 (XX), interpela a Espanha para tomar as medidas necessárias à libertação dos terrenos de Ifni e do Saara Espanhol e que incita-a a iniciar as negociações para a atribuição da soberania desse território. Coloca o Saara Ocidental na lista das regiões a descolonizar.</p> <p>16/12 – A ONU, pela resolução 2070 da AG, reitera o convite realizado em 1964, para a Grã-Bretanha continuar, as conversações com Espanha, exigindo que fosse comunicada àquela Assembleia os resultados dessas diligências.</p>
1966	<p>20/12 – a AG da ONU, através da resolução 2229 (XXI), reconhece o direito à livre determinação dos povos de Ifni e do Saara Espanhol e convida a Espanha para que, em consulta com Marrocos e a Mauritânia inicie o processo para um referendo, sob os auspícios da ONU, sobre a autodeterminação do povo saarauí.</p> <p>20/12 – A ONU, através da resolução nº 2231, AG exorta Espanha e Grã-Bretanha, para continuarem as conversações e a este último país para reiniciar, quanto antes, o processo de descolonização daquele Rochedo em coordenação com a Espanha.</p>
1967	<p>A Argélia declara guerra a Israel, mas nenhum soldado argelino toma parte na guerra Israelo-Árabe. Bumediene preocupa-se em solidificar as relações económico-militares com a URSS.</p> <p>Israel ocupa terrenos na área da Palestina.</p> <p>10/09 - A Grã-Bretanha tentou contrariar a resolução 2231 da ONU, referendando a sua continuidade em Gibraltar, referendo esse que a ONU declarou improcedente, por sua decisão comunicada, em 19 de Dezembro de 1967, pela resolução 2353 da AG.</p>

1969	<p>Foram encerrados os acessos de Espanha a Gibraltar, pelo que grande parte dos trabalhadores daqueles países passaram a não poder descontrar, como vinham fazendo, para o Fundo de Seguros Sociais de Gibraltar.</p> <p>Entrou em vigor uma constituição em Gibraltar, que foi substituída por uma outra, em 2006.</p> <p>Cimeira islâmica e árabe em Rabat, acerca de Jerusalém e da Palestina. Kaddha-fi, assume o poder na Líbia, por via do golpe de estado. Marrocos e Tunes associam-se à Comunidade Económica Europeia. Entrega de Ifni, pela Espanha, a Marrocos. A Argélia acusa os EUA de conspirar para derrubar o governo desse país.</p> <p>Em Ifrage, Marrocos e a Argélia fazem um acordo secreto, em que o primeiro reconhece a fronteira Oeste do segundo conforme estava traçada antes da independência, dando a jazida de Garaa Djebilet, perto de Tinduf, à Argélia, e o segundo reconhece ao primeiro os direitos sobre o Saara.</p>
1970	<p>Os americanos e os britânicos evacuam as suas bases militares na Líbia. Marrocos reconhece a república da Mauritânia. A Organização de Países Produtores de Petróleo (OPEP) reúne-se em Argel, e determinam a subida do preço do petróleo. Em Trípoli, decorreu a primeira conferência da missão islâmica.</p> <p>06/01 - Foi assinada um acordo sobre o traçado de fronteiras desde o Mar Mediterrâneo e Bir Romana, entre a Republica Democrática Popular da Argélia e a Tunísia e a partir daquela povoação para sul, com a Líbia.</p>
1971	<p>A Argélia assume o controlo de empresas petrolíferas francesas que operam naquele país e nacionalizam a totalidade dos poços de gás natural. A França rompe com as relações privilegiadas que mantinha com a ex-colónia.</p>
1972	<p>A Líbia e a URSS levam a cabo um convénio de cooperação económica. Marrocos e a Argélia firmam um acordo para o reconhecimento das fronteiras de Ifrain, mas que nunca foi ratificado por aquele país.</p> <p>15/06 – Foi assinada uma convenção sobre o traçado das fronteiras entre a Republica Democrática Popular da Argélia e o Reino de Marrocos.</p> <p>Em Dezembro, a Líbia propôs, pela primeira vez, a união dos seus territórios com a Tunísia, tendo esta recusado.</p> <p>Nos últimos três anos, Marrocos é confrontado com três golpes de estado, todos falhados, e que pretendiam depor o rei. Este acusa a Líbia de instigar esses gol-</p>

	pes.
1973	<p>Reunião árabe em Argel, sob os clamores da guerra árabe-israelita. A OPEP determina nova subida dos preços do petróleo. Os EUA contratualizam, com a Argélia, a importação de um bilião de pés cúbicos de gás natural, durante um período de 25 anos.</p> <p>10/05 - Foi criada a Frente Polisário (Frente Popular para a Libertação da Saguia el-Hamra e do Rio do Ouro) que reivindica a independência do Saara e contesta a ocupação espanhola.</p>
1974	<p>Nova reunião árabe em Rabat, onde fica definido que o único representante do povo palestino é a Organização de Libertação da Palestina (OLP). A Argélia, face aos acordos contratualizados com os EUA, restabelece as relações diplomáticas com aquele país.</p> <p>Sob a pressão da ONU, a Espanha concordou abandonar o Saara, mas não antes de organizar um referendo a ter lugar no 1º semestre de 1975, onde o povo saaraui pudesse decidir sobre o seu futuro.</p> <p>13/12 - A AG da ONU, através da Resolução 3292 (XXIX) solicita ao Tribunal Internacional um parecer sobre se o Saara Ocidental no momento da sua colonização por Espanha era, ou não, um território sem dono (“Terra Nullius”) e se o parecer a esse quesito fosse negativo, haveria que apurar qual o vínculo entre o dito território, Marrocos e o Complexo Mauritânia. O parecer foi emitido em 16/10/1975.</p> <p>Em Janeiro a Líbia propôs à Tunísia que juntassem os seus dois territórios, naquilo que poderia vir a chamar-se Republica Islâmica Árabe. A Tunísia inicialmente aceitou, apesar de, mais tarde, afirmar que aceitou a ideia de um Magreb unido, tendo de seguida recusado, o que provocou um corte de relações entre estes dois países.</p>
1975	<p>Nesta ano, foi lançado o Diálogo Euro-Árabe, entre a Comunidade Europeia e a Liga Árabe, mas que foi suspenso, na década de 80, devido aos alinhamentos entre blocos e foi relançado em 1989, tendo sido, novamente suspenso após a invasão do Kuwait.</p> <p>A Argélia estabelece relações diplomáticas com Portugal e procura assumir uma política de abertura externa. Bumedine anuncia eleições na Argélia, a acontecer no prazo de um ano, para a escolha do Chefe de Estado e da Assembleia Nacio-</p>

	<p>nal. A Argélia e a Líbia assinam um acordo de defesa mútua.</p> <p>Marrocos e a Mauritânia, mesmo antes de Espanha abandonar o Saara, reivindicam, junto do tribunal internacional de Haya, a sua soberania perante aqueles territórios.</p> <p>01/08 – A OSCE publicou a Acta Final de Helsínquia onde se pode ler que existe uma relação “(...) no contexto mais amplo da segurança mundial, entre a segurança na Europa e a segurança na região do Mediterrâneo (...)” (CSCE: 1975; 13).</p> <p>16/10 - O Tribunal de Haia, concluiu um parecer, a pedido da AG da ONU, que, tendo Espanha firmado, em 1884, um acordo com os chefes tribais sobre a soberania do Saara Espanhol, tinha direito a deter a soberania desse território, e que não havia qualquer tipo de vínculo, relativamente, àquele território, entre aqueles actores. Esse parecer foi, oficialmente, dado a conhecer, a Marrocos e à Mauritânia, em 25/10.</p> <p>26/10 ou 31/10 – Marrocos infiltra tropas no Saara Ocidental.</p> <p>06/11 – Marrocos protagoniza a famosa “Marcha Verde”, onde 350.000 marroquinos, enviados pelo Rei Hassan II, em coluna, à fronteira noroeste marroquino com o Saara Ocidental, para afirmar o carácter marroquino do Saara e levaram a Espanha a sair daquele território.</p> <p>14/11 – Espanha assina, secretamente, com Marrocos e a Mauritânia, os “Acordos Tripartidos de Madrid”, dividindo entre aqueles territórios, respectivamente 2/3 e 1/3 do território, em troca de vantagens e privilégios, dando, posteriormente a conhecer ao Mundo, a sua intenção de abandonar o Saara.</p> <p>O amigo do Rei Hassan II, de seu nome Alí Yata, secretário geral do partido comunista marroquino, fez um périplo pelos países do Bloco Soviético, numa campanha a favor da anexação do Saara por Marrocos, o que explica que, em Dezembro deste ano, esses países tenham-se mostrado uma inépcia perante a Assembleia Geral da ONU onde se discutiu essa invasão.</p> <p>20/11 – O Generalíssimo Franco morre, em Espanha.</p>
1976	<p>Em Janeiro ocorreram confrontos fronteiriços entre a Argélia e Marrocos, conhecidos pela “batalha de Amgala”.</p> <p>Marrocos acusa a Argélia de apoiar a Frente Polisário.</p> <p>Em 27/02 o Conselho Nacional Provisório Saharauí redige a Proclamação da</p>

	<p>Republica Árabe Saharaui Democrática.</p> <p>Em 28/02 a Espanha abandona o Sahara Espanhol.</p> <p>A Argélia reconhece diplomaticamente a Republica Árabe do Saara, tendo isso levado ao corte de relações diplomáticas de Marrocos e da Mauritânia com a Argélia.</p> <p>Desde este ano até 1978 a FP lançou vários ataques de guerrilha contra a Mauritânia e Marrocos.</p> <p>Desenvolvimento de um Fundo Monetário Árabe e de um Banco Islâmico de Desenvolvimento. Implementação de uma nova Constituição na Argélia.</p>
1977	A Frente Polisário, apoiada pela Argélia, leva a cabo acções de guerrilha contra Marrocos e a Mauritânia.
1978	Bumedienne morre.
1979	<p>Na Argélia é eleito presidente Chadli Benjedid. Ahmed Ben Bella é libertado da prisão, onde esteve por 14 anos.</p> <p>Burquiba, face ao acordo assinado entre o Egipto e Israel, propõe que a sede da OLP passe a ser em Tunes, conseguindo que isso se efectivasse até aos acordos de Oslo, em 1993. Marrocos corta relações com o Egipto, devido àquele acordo de paz.</p> <p>Burquiba, confrontado com o avanço do islamismo na Tunísia, manda prender alguns islamitas. O ministro do interior tunisino, Bem Ali, substituiu o já idoso Burquiba, libertando alguns dos islamitas presos.</p> <p>05/09 – Foi estabelecido o acordo d’Alger, entre a FP e a Mauritânia. Este país declara renunciar a todas as suas reivindicações territoriais e abandonar definitivamente a guerra. A Mauritânia abandona o Saara, fazendo as pazes com a FP. O 1/3 do território que lhe estava atribuído foi logo ocupado por Marrocos. O Saara foi dividido, por Marrocos nas províncias de Boujdour, Es-Smarc, Oued Eddahab e Laâyoune.</p> <p>A participação do Egipto na Liga dos Estados Árabes foi suspensa, em virtude de ter assinado um tratado de paz com Israel. A sede da Organização passa do Cairo para Tunis.</p> <p>21/11 – A ONU, através da resolução 34/37 da AG, reconheceu o acordo entre a Mauritânia e a FP e fez o apelo a Marrocos para abandonar o Saara Ocidental.</p>
1980	Verificam-se revoltas do povo Cabila na Argélia. Em Tizi-Usso são organizadas

	<p>manifestações violentas contra o ensino, nas escolas, do francês e reivindica-se a defesa dos usos e da cultura berbere. O presidente Chadli assume os plenos poderes de presidente. A Mauritânia faz a abolição da escravatura.</p>
1981	<p>Na Argélia o presidente Chadli põe em prática a reforma das estruturas políticas herdadas do presidente Bumedienne.</p> <p>A Liga de Estados Árabes tenta implementar o Acordo para a Facilitação e Promoção do Comércio Intra-Árabe.</p> <p>Marrocos inicia a construção dos famosos muros de isolamento do Saara, para proteger os seus colonos e as riquezas, particularmente os fosfatos e as pescas, das acções do exército saaraui (ALPS) e para isolar a direcção da FP e os refugiados saarauís, localizados em Tindouf, do resto do seus povo. Isso provocou a perda do controlo do território por parte da FP.</p> <p>24/11 - A ONU, através da resolução 34/36, da AG, conseguiu uma cessar fogo e um compromisso de Marrocos, para conduzir um referendo sobre a autodeterminação do Saara.</p>
1982	<p>No âmbito das reformas do sistema político na Argélia, políticos jovens substituem outros do antigo regime. Nesse país, radicais fundamentalistas islâmicos provocaram distúrbios.</p> <p>Marrocos permite a legalização de alguns sindicatos e de partidos da oposição.</p> <p>A RASD foi reconhecida, em Fevereiro, pela OUA.</p> <p>O Tribunal internacional decidiu a favor da Líbia um diferendo com a Tunísia, relativo à partilha da plataforma continental, rica em petróleo.</p>
1983	<p>François Mitterrand e Claude Cheysson lançou a ideia do Processo de Cooperação do Mediterrâneo Ocidental, concretizada em 1990.</p> <p>05/01 – Foi assinada uma convenção sobre a demarcação de fronteiras entre a República Democrática Popular da Argélia e a República do Niger.</p> <p>08/05 – Foi assinada uma convenção sobre a demarcação de fronteiras entre a República Democrática Popular da Argélia e a República do Mali.</p> <p>19/03 - Foi assinada uma convenção sobre a demarcação de fronteiras entre a República Democrática Popular da Argélia e a República da Tunísia desde o Mar Mediterrâneo e a povoação de Bir Romane.</p> <p>13/12 - Foi assinada uma convenção sobre a demarcação de fronteiras entre a República Democrática Popular da Argélia e a República Islâmica da Mauritânia.</p>

	nia.
1984	<p>Na Tunísia o povo revolta-se, com grande violência, contra três décadas de repressão e privação de liberdades, naquilo que ficou conhecido pelas “Revoltas do Pão”. Uld Taya impõe e assume a chefia da ditadura militar na Mauritânia, tendo deposto Uld Haidalla que tinha protagonizado algumas reformas democráticas desde a independência do país. O presidente argelino Chadli foi reeleito de forma consensual e sem dificuldade.</p> <p>Até este ano a Líbia conferiu uma linha de crédito à FP, que lhe permitiu a compra de armas a países afectos ao Bloco Soviético. Marrocos firma, com a Líbia, o tratado de Uxdá, o que constituiu uma manobra diplomática e política hábil e exímia, pois fez com que a Líbia, que até aí apoiava a FP, nomeadamente com dinheiro, deixasse de o fazer. Passados tempos, Marrocos renuncia a esse acordo, mas a Líbia nunca mais apoiou a FP como o tinha feito até firmar esse documento e a FP perdeu grande parte de confiança na Líbia.</p> <p>A RASD passou a ser membro da OUA e, posteriormente, membro fundador da UA.</p>
1985	<p>Marrocos retirou-se da OUA em virtude desta Organização ter reconhecido a RASD.</p> <p>A Líbia exerce pressão sobre a Tunísia, movimentando tropas para junto da sua fronteira e invadindo o seu espaço aéreo, o que fez com que a Argélia, vindo em socorro da sua aliada Tunísia, também movimentasse forças para junto da sua fronteira com aqueles dois países.</p>
1986	<p>Na Argélia foi revista a Constituição e dela banida a palavra Socialismo, atribuindo-se uma maior importância ao Islão.</p> <p>Hassan II renuncia ao tratado Uxdá firmado com a Líbia, nunca voltando este país a apoiar a FP como o fez até 1984.</p> <p>A Espanha adere a CEE.</p>
1987	<p>Em 07 de Novembro, o primeiro-ministro tunisino, Zine al-Abidine Bem Ali levou a cabo um golpe de estado, sem violência, contra o presidente Habib Bourguiba, assumindo, de seguida, os destinos do país.</p> <p>Por iniciativa do governo da Catalunha desenvolveu-se um conjunto de conferências sobre o MED e, em especial, sobre o MEDOC.</p> <p>O Egipto volta ao Conselho da Liga dos Estados Árabes e a sede da Organiza-</p>

	<p>ção volta ao Cairo.</p> <p>Marrocos candidata-se à Comunidade Económica Europeia, sendo-lhe recusada a sua integração.</p>
1988	<p>Atentado a um avião americano nos céus escoceses, tendo sido acusado como principal instigador desta acção terrorista o Coronel Kaddhafi.</p> <p>Manifestações populares contra a degradação das condições de vida e em oposição ao presidente argelino, Chadli Benjedid. Estabelecimento do pluripartidarismo na Argélia, o que poderia pressupor mais democracia, o que não foi um facto.</p> <p>22/11 – A ONU, através da resolução 43/33, convida a Assembleia dos Chefes de Estado e do Governo da OUA e o SG da ONU a envidar esforços no sentido de conseguir um cessar fogo e se criar as condições para o referendo, em conformidade com a resolução AHG/Res 104 (XIX), a Res 40/50 de 1985 e com a resolução então aprovada (43/33).</p> <p>Esta resolução foi adoptada por unanimidade do CS e previa a proclamação de um cessar fogo, o retorno dos refugiados saarauís ao seu território e a organização do referendo que respondesse à questão se o povo do Saara queria a independência ou a integração no Marrocos. Este país reitera que aceita o referendo sobre a autodeterminação, desta feita perante a OUA, mas, mais uma vez, não o viabiliza.</p> <p>Marrocos procura reatar as relações diplomáticas com a Argélia.</p>
1989	<p>A UE deu corpo à chamada Política Mediterrânica Renovada, procurando, através dela, o desenvolvimento económico dos PTM. Contudo, esta iniciativa não foi continuada.</p> <p>Foi relançado, neste ano, o Diálogo Euro-Arábe, entre a Comunidade Europeia e a Liga Árabe, que tinha sido suspenso na década de 80, mas que foi, novamente suspenso após a invasão do Kuwait.</p> <p>O presidente argelino Chadli aprovou uma nova constituição que contemplava o multipartidarismo, permitia reformas económicas e a liberdade de imprensa. A FLN deixa de poder ser o partido único. O multipartidarismo beneficia os movimentos islamitas e é legalizada a Frente Islâmica de Salvação, um movimento até ao momento clandestino. Na Tunísia, os islamistas obtiveram bons resultados nas eleições o que levou o partido oficial Reagrupamento Constitu-</p>

	<p>cional Democrático, a recuperar o monopólio do poder e a reprimir aqueles islamistas. A Líbia, Tunísia, Argélia, Marrocos e Mauritânia resolveram firmar o Tratado do Magreb Árabe e constituir a União do Magrebe Árabe (UMA).</p>
1990	<p>Foi criado o Processo de Cooperação do Mediterrâneo Ocidental (G 5+5), no qual fazem parte: Portugal, Espanha, França, Itália, Malta, Líbia, Tunísia, Argélia, Marrocos e a Mauritânia.</p> <p>18/06 – O CS da ONU, através da resolução S/21360, deliberou a necessidade de se estabelecer uma força (a MINURSO), com uma componente militar, outra de polícia e outra civil. Reitera a necessidade de se realizar o censo, se garantir um cessar fogo e se realizar o referendo de autodeterminação. Nele pode-se ler que Marrocos e a FP se comprometeram em aceitar o resultado do referendo.</p>
1991	<p>Neste ano, o Egipto lançou o Fórum Mediterrânico para o Dialogo e Cooperação, que foi materializada em Julho de 1994, em Alexandria. Dessa iniciativa fazem parte: Marrocos, Argélia, Tunísia, Egipto, Turquia, Grécia, Itália, Malta, França, Espanha e Portugal. As reuniões informais que têm sido conduzidas têm versado temas económico, sociais e de segurança, mas que parecem ser tratados num decalque do que tem sido feito no âmbito da UE.</p> <p>Marrocos assina um acordo de cessar fogo com a Frente Polisário.</p> <p>29/04 - O CS da ONU, através da resolução 690 (1991), deliberou estabelecer sob a sua autoridade, uma força, que viria a ser conhecida por MINURSO, com cerca de 1700 militares, 800 civis e polícias e uma reserva de 300 militares.</p> <p>06/09 - Entra em vigor o cessar fogo, sobre a vigilância da MINURSO.</p> <p>11/12 – A ONU, através da Resolução 46/47, a AG e o CS da ONU, ratifica a Missão das Nações Unidas para o Referendo do Sahara Ocidental (MINURSO). Aprova, por unanimidade, o UN Settlement Plan for Western Sahara, que contemplava um cessar-fogo e a realização de um referendo sobre a autodeterminação, apoiado no recenseamento espanhol de 1974 da população saaraui (74.000 cidadãos). O referendo estava marcado para Janeiro de 1992, tendo sido adiado para 1994.</p>
1992	<p>A Frente Islâmica de Salvação (FIS), que advogava a transformação da Argélia numa Republica islâmica, à semelhança do Irão, esteve a um passo de chegar,</p>

	<p>na Argélia, democraticamente, ao poder, tendo tal sido negado pelo governo militar do General Liamine Zéroual. A FIS passa para a clandestinidade. Segue-se uma série de atentados atribuídos aos extremistas islâmicos. O governo argelino decreta o estado de sítio. A guerrilha, através do Grupo Islâmico Armado (GIA) passa à acção na Argélia e irá provocar milhares de mortos ao longo dos anos seguintes. O Exército provoca a demissão de Chadli e a instauração de um governo de excepção. O Alto Comité do Estado, inicialmente presidido por Mohamed Boudiaf, que foi assassinado em Junho, e depois por Ali Kafi, assumem, provisoriamente, o poder.</p> <p>Para este ano estava marcado o referendo sobre a autodeterminação dos povos do Saara, mas face às muitas dúvidas de Marrocos quanto ao constante nos documentos que dariam origem a esse referendo e ao atraso da constituição das listas de eleitores, que muito se deveu àquele Reino, o acto eleitoral foi adiado para 1994.</p> <p>A Itália e a Espanha, neste ano, procuraram criar uma Conferência para a Segurança e Cooperação no Mediterrâneo, mas que não teve grandes resultados.</p> <p>O Conselho de Segurança da ONU impôs sanções à Líbia pelo seu envolvimento no atentado de Lockerbie.</p>
1994	<p>Neste ano, em Julho, foi implementado, em Alexandria, o Fórum Mediterrânico para o Dialogo e Cooperação, que tinha sido lançado em 1991.</p> <p>O General Zéroual assume a chefia do Estado e instaura um regime de transição. Em Dezembro, os ministros de negócios estrangeiros dos países da Aliança desenvolveram um projecto, de seu nome Dialogo para o Mediterrâneo (DM), no qual participam, para além dos países da NATO, o Egipto, Israel, Jordânia, Mauritânia, Marrocos e Tunísia. Em 2000 juntou-se a este projecto a Argélia.</p> <p>Marrocos e a FP entram em desacordo quanto à constituição das listas de eleitores para o referendo de autodeterminação do Saara Ocidental. Marrocos pretende ver inscritas nela os marroquinos que colonizaram o Saara. Face aos protestos de Marrocos, a ONU admitiu estender esse referendo aos colonos e militares marroquinos que estivessem, no Saara Ocidental, há mais de seis anos consecutivos os 12 interpelados, o que favorecia aquele reinado que, de resto, inicialmente aceitou esse plano. Contudo, nunca viabilizou esse referendo, mas antes o dificultou.</p>

	<p>A Argélia encerra as suas fronteiras com Marrocos, em virtude deste ter acusado um grupo de Argelinos de um ataque bombista a um hotel em Marrakech. Marrocos, em contrapartida, passou a exigir uma autorização, tipo visa, a todos os argelinos que quisessem entrar no seu território.</p> <p>A Líbia, mostrando o seu ressentimento pelos países magrebins terem acatado as decisões da CI contra si própria, em virtude das sabotagens de Lockerbie, negou-se a assumir a presidência da UMA:</p> <p>Dezembro: os ministros dos negócios estrangeiros dos países da NATO, em Bruxelas, convidaram o Egipto, Israel, Marrocos, Mauritânia e a Tunísia a aderir a uma iniciativa que mais tarde ficou conhecida pelo Diálogo para o Mediterrâneo.</p>
1995	<p>A NATO criou, em Fevereiro de 1995 o Diálogo Mediterrânico, em que participam a Mauritânia, Marrocos, Argélia (a partir de 2000), Tunísia, Egipto, Jordânia e Israel.</p> <p>Em Novembro, na presidência da união europeia da responsabilidade da Espanha, teve início a Conferência de Barcelona.</p> <p>Em Dezembro, na véspera de Natal, uma célula do Groupes Islamiques Armes – Jam’at Islamiyya Musalha sequestrou um avião em Argel e preparava-se para o lançar sobre a Torre Eiffel, tendo sido detida, em Marselha, por forças especiais francesas. Pretendiam alertar o Mundo sobre a situação na Argélia e o papel que a França desempenhava ou poderia desempenhar nesse país.</p> <p>Em 05/12/1995, Marrocos, Argélia, Tunísia, Egipto, Israel e Jordânia, então denominados “Estados Mediterrânicos Não Participantes”(NPMS), em iniciativas da OSCE, viram esta denominação alterada, para “Parceiros Mediterrânicos para a Cooperação”.</p> <p>28/11 – Em Barcelona realiza-se a 1ª Conferência Euromediterrânica que deu origem à iniciativa EuroMed, também conhecida por Processo de Barcelona.</p> <p>29/11 – Ainda em Barcelona, e na sequência da reunião anterior, acontece o Fórum Civil Euromediterrânico.</p>
1996	<p>Reforço dos poderes do presidente argelino, Zéroual, legitimado por um referendo que decorreu em 29 de Novembro, em que a taxa de afluência às urnas, foi de cerca de 80%. Um Conselho Consultivo Nacional, composto por 60 elementos substitui, na Argélia, a Assembleia Popular, que era formada por 450</p>

	<p>elementos eleitos por 5 anos. Em Marrocos, o rei Hassan II faz aprovar uma Constituição que permitia a alternância política. A ONU ameaça abandonar o processo de referendo sobre a autonomia do Saara Ocidental se Marrocos continuar a levantar problemas relacionados com o referendo. A ONU e a OUA obtiveram um cessar-fogo entre Marrocos e a Frente Polisário e um acordo relativo a um referendo sobre a auto-determinação desse povo.</p> <p>23/07 - Foi criado um conjunto de medidas financeiras e técnicas para acompanhamento (MEDA) da reforma das estruturas económicas e sociais no quadro da parceria Euro-Mediterrânica, para subsidiar a PEM.</p>
1997	<p>Em Julho, em Madrid, decorreu a Cimeira de Madrid, promovida pela NATO, onde foi constituído, no âmbito do Dialogo do Mediterrâneo, o Grupo de Cooperação para o Mediterrâneo.</p> <p>17/03 - O ex-Secretário de Estado Americano James Addison Baker II foi nomeado, por M. Kofi Annan, Enviado Especial do SG da ONU, para mediar o conflito do Saara entre as partes. Em 24/06 realizou-se uma primeira reunião, em Lisboa. Em Julho teve lugar uma segunda reunião, em Londres, onde se obteve o compromisso para se desbloquear o contencioso sobre o censo eleitoral. Em Setembro, em Houston (EUA), Marrocos e a FP assinam, então, um acordo, onde é referida a realização de um referendo em 1998, estabelecendo-se um censo de 80.000 eleitores. Em 06/12 a AG emitiu a Resolução 54/87, onde a ONU se regozija pelos acordos entre as partes, mas, posteriormente, Marrocos decide limitar o censo e dificultar a execução do requerido referendo.</p>
1998	<p>Nomeação, pelo rei Hassan II, de Abderraman Yusufi (líder da oposição) para 1º ministro de Marrocos. Três Secretários de Estado Europeus (Derek Fatchett da Grã-Bretanha, Benita Ferrero-Waldner da Áustria e George Wohlfart do Luxemburgo) e o Comissário Europeu responsável pelo Magreb e pelo Próximo Oriente visitam a Argélia para se inteirar e se informar da situação no país. O General Zeroual, da Argélia, anuncia, em 11 de Setembro, a realização de eleições presidenciais às quais não concorre.</p> <p>A Grã-Bretanha e a Espanha realizam o acordo de pescas sobre as águas de Gibraltar, que não é creditado pelo governo deste rochedo.</p> <p>A Liga de Estados Árabes tenta implementar a Área Árabe Ampliada de Livre Comércio.</p>

1999	<p>Kaddhafi entrega à comunidade internacional os dois suspeitos de terem provocado o atentado contra o avião americano quando sobrevoava a Escócia. O líder líbio implementa medidas de economia de mercado. Abdelaziz Buteflika chega ao poder da Argélia, pelas eleições de Abril, e declara querer por fim à guerra civil, promulgando a lei de concórdia civil, a qual prevê uma amnistia parcial para os islamitas fundamentalistas que se entreguem às autoridades até 13 de Janeiro de 2000. Um referendo, realizado a 16 de Setembro, confirma aquela lei. O Exército Islâmico de Salvação, braço armado da Frente Islâmica de Salvação, depõe armas, na Argélia. O Grupo Islâmico Armado declara continuar a luta armada nesse País. O rei Hassan II morre, após ter estado, por 38 anos seguidos, no trono de Marrocos. Em Julho, Mohamed VI assume o reino de Marrocos.</p> <p>09/04 – o semanário Maroc-Heldo publicou um artigo de Mohamed Boughdadi, no qual se esgrimia argumentos para justificar que a Mauritânia era um território marroquino.</p> <p>Dezembro – a ONU anunciou que foi elaborada uma lista de eleitores habilitados a participar no referendo de autodeterminação do Saara Ocidental, com mais de 86.000 eleitores.</p>
2000	<p>O Grupo Islâmico Armado confirma não ir depor as armas e pretender continuar a luta armada. A Argélia juntou-se ao Dialogo para o Mediterrâneo da NATO.</p> <p>A Argélia adere à iniciativa da NATO, conhecida pelo Diálogo para o Mediterrâneo.</p> <p>Em Rabat e Casablanca, cerca de duzentas mil pessoas manifestam-se contra o projecto de reforma que conferia um estatuto mais alargado à mulher e à sua participação na sociedade.</p>
2001	<p>Visita oficial do rei marroquino Mohamed VI ao Saara Ocidental, numa afirmação inequívoca das intenções políticas daquele país.</p> <p>Marrocos reivindica o direito sobre a ZEE das ilhas Canárias, argumentando que elas pertenciam à sua plataforma continental.</p> <p>Junho – A FP e a Argélia rejeitam o Plano Baker I.</p>
2002	<p>Ben Ali introduziu uma alteração à constituição que lhe permitiu a sua quarta reeleição como presidente da Tunísia.</p>

	<p>A Liga dos Estados Árabes apoiam o plano da Arábia Saudita para a implementação da Paz no Médio Oriente e que contemplava a retirada dos Judeus dos terrenos ocupados desde 1967 e o regresso dos refugiados em troca do reconhecimento do Estado de Israel e do estabelecimento de relações diplomáticas.</p> <p>29/01 – O Conselho Jurídico da ONU informa, relativamente ao Saara, o Presidente do Conselho de Segurança, através do documento referenciado por S/2002/161, que <i>“o Acordo de Madrid não prevê a transferência da soberania sobre o território nem confere a qualquer dos signatários o estatuto de potencia administrante, estatuto que a Espanha também não poderia unilateralmente transferir.</i></p> <p>19/02 – o SG da ONU emitiu um relatório onde, no ponto 50º, levantou a hipótese da divisão do Saara entre a RASD e Marrocos, o que levantou uma onda de histeria marroquina contra essa proposta e contra a Argélia, que a apoiou e a favor de um Grande Marrocos.</p> <p>11/07 – Marrocos tentou ocupar a ilha espanhola de Perejil, tendo Espanha de imediato respondido militarmente a esse acto.</p> <p>Julho – a OUA transforma-se em UA.</p> <p>07/11 – Em Gibraltar voltou a haver um referendo, desta feita para se determinar a vontade da população daquela ilhota, em ser sujeita a uma soberania partilhada com a Espanha, sendo obtida, por quase unanimidade, uma recusa a essa possibilidade. A partir dessa data, Espanha, Grã-Bretanha e Gibraltar têm levado a efeito reuniões para discutirem assuntos de interesse comum.</p>
2003	<p>A UE construiu uma Política Europeia de Vizinhança (PEV), procurando oferecer aos seus vizinhos <i>“(…) um quadro de desenvolvimento de uma nova relação que não poderia, a médio prazo, incluir uma perspectiva de adesão ou de participação nas Instituições da União.”</i> (UE: 2003; 5).</p> <p>Atentado terrorista em Casablanca.</p> <p>Janeiro - James Baker face ao incumprimento das resoluções por parte de Marrocos, propôs um plano, conhecido por Plano Baker II, para a paz pela autodeterminação do povo do Saara Ocidental, alargado aos colonos marroquinos instalados naquele território desde 1975 a Dezembro de 1999. Nele, inicialmente, constava que os assuntos do Saara fossem geridos pelas Nações Unidas, no âmbito do capítulo VII da Carta das NU, o que foi posto de parte quando a</p>

	<p>Espanha pediu aos EUA que não apoiassem esse caminho. Nesse plano ainda constava que aqueles povos poderiam usufruir de uma autonomia, sob a soberania de Marrocos, por 4 a 5 anos, no fim dos quais se procederia à realização do referendo de autodeterminação. A FP aceitou esse plano e Marrocos rejeitou-o em Setembro de 2004.</p> <p>16/05 - Em Casablanca, um atentado suicida provocou 45 mortos, retaliando a tentativa de Mohamed VI travar os avanços do islamismo no país e assumir uma posição pró-ocidental.</p> <p>30/03 – Ocorreu, em Marrocos, uma manifestação, inédita, de 300.000 islamicistas, alguns disfarçados de suicidas palestinianos.</p> <p>31/07 – O CS da ONU aprova a resolução S/Res/1495 onde está contemplada a solução do referendo incidente no direito à autodeterminação do povo saaraoui para o problema do Saara Ocidental.</p> <p>Dezembro – Marrocos protesta com a Espanha por esta conceder licenças de prospecção de petróleo à REPSOL, junto das Canárias, argumentando que essas águas estão na sua ZEE.</p> <p>05 e 06/12 - realizou-se a primeira cimeira do G 5+5, em Tunes, sem ter, a montante, qualquer agenda formal. Nesta reunião tomaram parte, pela única vez, os Chefes de Estado e de Governo dos países participantes.</p>
2004	<p>11/03 - Atentado terrorista em Madrid, havendo suspeitas que nele tenham tomado parte marroquinos.</p> <p>09/04 – O ministro do Exterior marroquino, Benaissa, enviou uma carta ao SG da ONU onde Marrocos exclui oficialmente o “plano Baker II”, que constituía uma solução para o impasse referente ao Saara. Nessa carta Marrocos exclui a possibilidade do referendo de autodeterminação.</p> <p>Em Maio, Marrocos deixou de exigir uma autorização especial, aos argelinos, para entrar no seu território.</p> <p>Junho - na Cimeira de Istambul, a NATO, reiterou a necessidade de se ser pragmático na cooperação conduzida no âmbito do Dialogo para o Mediterrâneo.</p> <p>Julho – Marrocos concede a uma empresa petrolífera os direitos de prospecção ao largo de Melilla, sem que a Espanha protestasse.</p> <p>30/07 – Marrocos concede licenças para prospectar petróleo perto de ilhas espanholas.</p>

	<p>01/08 – o presidente sul-africano, Mbeki, escreveu uma carta a Hassan II onde reconhece a RASD como um estado independente, apesar das pressões do SG da ONU para que o não fizesse, mas antes dessa mais uma oportunidade às negociações directas sob os auspícios das NU.</p> <p>21/09 – o Chefe do Governo de Espanha, José Luís Rodríguez Zapatero, durante a 59ª Sessão da Assembleia Geral, em Nova Iorque, lança a ideia da gestação de uma Aliança de Civilizações.</p> <p>24/10 - Na Tunísia, as eleições de 2004 mostraram o apoio de 95% dos eleitores tunisinos ao presidente Zine al-Abidine Ben Ali.</p> <p>Novembro – foi criada a Comissão Mista de Cooperação e Colaboração entre Gibraltar e a Comunidade de Municípios da Comarca do Campo de Gibraltar, que ficou, posteriormente, sob a alçada do Forum de Diálogo sobre Gibraltar.</p> <p>19/11 - Decorreu, em Roma, uma reunião onde os Ministros da Defesa dos países signatários assinaram o “Plano de Actividades para a Cooperação Multilateral sobre a Segurança na Bacia Ocidental do Mediterrâneo”, englobando os seguintes campos de acção: Fiscalização Marítima; Participação das Forças Armadas no domínio da protecção civil; Fiscalização aérea do Mediterrâneo</p> <p>Dezembro – foi estabelecido, formalmente, o Foro de Diálogo sobre o Gibraltar, constituído por Espanha, o Reino Unido e Gibraltar, tendo havido, em Outubro um comunicado conjunto que declarava essa intenção.</p> <p>10/12 – na AG da ONU é votada uma resolução sobre a autodeterminação, em que somente 50 Estados apoiaram o povo saaraui, cerca de 100 abstiveram-se e muitos outros abandonaram a sala para não se pronunciarem.</p> <p>21/12 - Os Ministros da Defesa dos países parceiros do Diálogo assinaram, em Paris, uma Declaração de Intenções que incidia sobre a cooperação no âmbito da segurança do Mediterrâneo Ocidental.</p>
2005	<p>Janeiro – Portugal assinou o “Tratado de Amizade, Boa Vizinhança e Cooperação” com a Argélia e que entrou em vigor em 2006.</p> <p>Julho – É nomeado enviado especial do SG da ONU o senhor Peter Van Walsum, que privilegiou a procura de um acordo entre as partes.</p> <p>Em Setembro a Argélia entrou na PEV, tendo sido desenvolvida pela UE uma estratégia de desenvolvimento para a aquele país.</p> <p>29/01 – o SG da ONU, na Resolução S/2005/49, declarou a sua preocupação</p>

	<p>quanto à situação do Saara e à possibilidade dela se deteriorar.</p> <p>A FP declara a rebelião pacífica contra a ocupação do Saara, denominada a “Intifada da Independência” e inicia, desde Maio, um conjunto de manifestações pacíficas, protagonizadas pela população saarauí que habitava o território ocupado, reivindicando do direito à autodeterminação e à independência.</p> <p>Em Março a Argélia deixou de exigir os vistos de entrada no seu território a marroquinos que pretendiam vista-la.</p> <p>13/06 – foi criado um grupo, com elementos de vários países e de algumas OI, denominado Grupo de Amigos, que, sob a observação de um Observador Permanente das Nações Unidas e que meditaram sobre a iniciativa da Aliança de Civilizações.</p> <p>15/06 – Depois de consultas como o governo Espanhol, o primeiro ministro turco, Recep Tayyip Erdoğan, juntou-se ao chefe de governo espanhol, José Luis Rodríguez Zapatero, apoiando na iniciativa da Aliança de Civilizações.</p> <p>14/07 – José Luis Rodríguez Zapatero e Recep Tayyip Erdoğan convidaram o Secretário Geral da ONU, Kofi Annan a anunciar a iniciativa da Aliança de Civilizações aos membro de Estado das Nações Unidas, e a designar um Grupo de Alto-Nível para implementar essa iniciativa.</p> <p>02/09 – O Secretário-geral da ONU anunciou o lançamento da iniciativa da Aliança de Civilizações, sobre o patrocínio das NU.</p> <p>27/11 - a cimeira de Barcelona que pretendia comemorar o 10º aniversário daquele Processo foi marcada pela quase ausência da totalidade dos representantes dos países árabes.</p> <p>26-29/11 – O Secretário-geral da ONU anunciou a criação de um Grupo de Alto-Nível para conduzir a iniciativa da Aliança de Civilizações.</p> <p>Dezembro – a UE definiu a sua Estratégia Antiterrorista.</p>
2006	<p>Argélia, em resposta à compra de armamento de Marrocos a França e ao Reino Unido, compra uma grande quantidade de sistemas de armas aos países do Leste.</p> <p>Marrocos termina com o Serviço Militar Obrigatório.</p> <p>Prossegue a Intifada da Independência. Marrocos enuncia uma proposta unilateral que contempla a autonomia do Saara Ocidental sob a sua soberania, apoiada pela França e pelos socialistas espanhóis chegados ao poder em 2004. Preten-</p>

	<p>dia-se, com essa proposta, forçar o CS a reconhecer essa soberania e, consequentemente, a integração do Saara no Reino de Marrocos.</p> <p>25-28/02 – Decorreu o primeiro encontro do Grupo de Alto-Nível da Aliança de Civilizações, em Palm de Maiorca, na Espanha.</p> <p>24/03 – Entra em vigor o “Tratado de Amizade, Boa Vizinhança e Cooperação” assinado entre Portugal e a Argélia.</p> <p>19/04 – o SG das NU elabora um relatório, sobre a situação no Saara Ocidental, referenciado por S/2006/249 onde esclarece, na sua página 14, que “(...) nenhum membro das Nações Unidas reconheceu (...)” a soberania de Marrocos sobre o Saara ocidental.</p> <p>28-30/05 – Decorreu o segundo encontro do Grupo de Alto-Nível da Aliança de Civilizações, em Doha, no Qatar.</p> <p>05/06 – Foi aprovada uma Constituição não colonialista para Gibraltar, que entrou ao serviço em Janeiro do próximo ano.</p> <p>05-06/09 – Decorreu o terceiro encontro do Grupo de Alto Nível da Aliança de Civilizações, no Dakar, Senegal.</p> <p>07/09 – Marrocos recebe com pompa e circunstancia, Vladimir Putin, o que não foi visto com muitos bons olhos por parte dos EUA.</p> <p>20/09 - foi assinado, em Córdoba, um acordo entre a Grã-Bretanha, Espanha e Gibraltar, no qual a Espanha concordou em eliminar as restrições que tinha imposto sobre a circulação aérea e sobre os procedimentos aduaneiros, e em viabilizar as comunicações telefónicas internacionais bem como na afirmação de acordos roaming. Por seu turno, a Grã-Bretanha concordou em pagar, aos níveis monetários de 1988, expressivas pensões aos trabalhadores espanhóis que tinham tido emprego em Gibraltar até 1969 e deixaram de poder descontar para o Fundo do Seguro Social de Gibraltar, a partir dessa data, por ter sido impedido o seu acesso àquele rochedo. Foi permitida, ainda, à Espanha a abertura de um instituto cultural naquele rochedo.</p> <p>22/09 – Decorreu uma reunião de trabalho do Grupo de Alto-Nível da Aliança de Civilizações, em Nova Iorque.</p> <p>12-13/11 – Primeiro encontro ministerial dos países que fazem parte do Grupo de Amigos da Aliança de Civilizações, no Quartel-general das Nações Unidas, em Nova Iorque.</p>
--	--

	<p>18/12 – Quarto e ultimo encontro do Grupo de Alto-Nível da Aliança de Civilizações e apresentação do Relatório do Grupo de Alto-Nível ao Secretário-geral Kofi Annan, em Istanbul, na Turquia.</p> <p>28/12 – Entrou em vigor uma nova Constituição em Gibraltar, aceite por um referendo feito em 30/11 deste ano, pelos habitantes daquela localidade, na qual é reconhecido, pelo Reino Unido, o direito à autodeterminação daquele Rochedo.</p>
2007	<p>02/01 – entrou em vigor, em Gibraltar, um Constituição dita não-colonialista.</p> <p>28 e 29/03 – decorreu., em Riad, a 19ª Conferencia do Liga dos Estados Árabes, tendo sido emitida uma declaração, conhecida por “Declaração de Riad”</p> <p>10/04 – A FP apresentou, às NU, um projecto sobre o futuro do Saara, sob o título “Proposta da Frente Polisário para uma Solução Política Mutuamente Aceitável que Assegure a Autodeterminação do Povo do Saara Ocidental”.</p> <p>11/04 – Marrocos apresentou, às NU, um projecto sobre o futuro do Saara, sob o título “Iniciativa Marroquina para a Negociação dum Estatuto de Autonomia da Região do Saara”</p> <p>26/04 – O Secretário-geral da ONU apresentou o Relatório do Grupo de Alto-Nível, numa sessão informal da Assembleia Geral, em Nova Iorque.</p> <p>30/04 – O CS da ONU aprovou a resolução 1754, onde apela a Marrocos e à FP para iniciar as negociações directas, sem pré-condições, com vista a uma solução definitiva para o Saara, reconhecendo “os sérios e credíveis esforços” por parte de Marrocos . Houve uma primeira ronda de conversações, entre a FP e Marrocos, na presença da Argélia e da Mauritânia, em 18 e 19 de Junho, em Manhasset, New York; uma segunda ronda em Outubro; Houve, ainda, uma terceira e quarta ronda em 2008.</p> <p>14/06 – O Secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, nomeou o ex-Presidente da República portuguesa, Jorge Sampaio como Alto Representante para a Aliança de Civilizações.</p> <p>26/09 – O Alto Representante para a Aliança de Civilizações, apresentou ao Secretário-geral da ONU o Plano de Implementação da Aliança de Civilizações. Decorreu o segundo encontro ministerial dos países do Grupo de Amigos da Aliança de Civilizações, no Quartel-general da ONU, em Nova Iorque.</p> <p>16/10 – Adopção da resolução 1783 do CS da ONU, onde se reitera o afirmado</p>

	<p>na resolução 1754 e prolonga a missão das Nações Unidas no Saara em 2008.</p> <p>23/10 – O presidente Nicolas Sarkozy visita Tanger e aí apresenta a sua ideia, já formada a quando da sua campanha de candidatura à presidência, e que ficou conhecida por Processo de Barcelona: União para o Mediterrâneo, actualmente denominado União para o Mediterrâneo.</p> <p>06/11 – O rei de Marrocos afirmou que o conflito do Saara Ocidental é artificial e que o seu país não aceitará outra solução para além de uma autonomia alargada sob a soberania marroquina.</p> <p>Novembro – o Rei de Espanha visita as ilhas de Ceuta e Melilla, numa afirmação da soberania espanhola sobre as mesmas.</p>
2008	<p>Janeiro - Ocorreu uma terceira ronda de conversações, em Geneve, no âmbito da resolução 1754 do CS da ONU com vista a se conseguir uma solução para o Saara Ocidental. Uma quarta ronda ocorreu em Março de 2008 em New Jersey.</p> <p>Em Janeiro, em Marrocos, foram julgados 50 arguidos, como sendo culpados de uma conspiração terrorista ocorrida em 2007, em Ansar al-Mehdi tendo sido condenados e sentenciados à prisão. O alegado cérebro dessa conspiração, Hassan al-Khattab, recebeu uma sentença de 25 anos. Quarenta e nove outras pessoas, incluindo quatro mulheres e vários membros das forças de segurança, receberam penas de dois a 10 anos.</p> <p>Ainda em Janeiro, a Tunísia foi o primeiro parceiro PEV da região a implementar uma zona de comércio livre, incidente em bens industriais, dois anos antes do objectivo agendado para 2010, e o primeiro país da região a implementar protocolos que prevêem a resolução de litígios no quadro da associação com a UE.</p> <p>15-16/01 – Por recomendação do Relatório do Grupo de Alto-Nível, foi criado um Fundo Voluntário para a Aliança de Civilizações, com vista a suportar as actividades daquela iniciativa</p> <p>Em Fevereiro os tribunais tunisinos consideraram culpados oito de trinta suspeitos por ataques a interesses americanos e ingleses na Tunisia.</p> <p>20/02 – Marrocos desactivou uma célula terrorista denominada Belliraj e, como consequência, dissolveu o Partido da Civilização Alternativa (Al Badil Al Hadari) e deteve um elemento do Partido da Justiça e Desenvolvimento.</p> <p>Em Fevereiro, Marrocos prendem, em Nador, Rabat, Marakesh e Casablanca,</p>

	<p>36 pessoas, identificando-as como poderosos terroristas e pertencentes a um grupo liderado por Abdelkader Belliraj, agora em prisão marroquina, suspeito de participar em um assalto a um banco, de meia dúzia de assassinatos na Europa e de contrabando de armas em Marrocos.</p> <p>Ainda em Fevereiro, o tribunal de apelação tunisino, confirmou o veredicto de culpados a 30 tunisinos, reduzindo a pena a 8, acusados de, em Dezembro de 2006 e Janeiro de 2007 ter planeado atentados terroristas, num caso que ficou conhecido por “Soliman”, no qual uma célula terrorista de um grupo denominado Assad Ibn Fourat’s Army, procurou atingir alvos nacionais e de interesses estrangeiros.</p> <p>10/03 – a al-Qaid do Magrebe assumiu pelo rapto de dois turistas austríacos perto da fronteira entre a Tunísia e a Argélia. Os reféns foram libertados em 31 de Outubro, depois de ter sido pago um resgate.</p> <p>14/03 – O Conselho Europeu aprovou o princípio da União para o Mediterrâneo e convidou a Comissão a apresentar propostas de definição daquilo que queriam que se chamasse Processo de Barcelona: União para o Mediterrâneo.</p> <p>Em 30 de Junho, Ben Ali anunciou a sua candidatura, novamente, à presidência da Tunisia, o que configura o 5º mandato à frente dos destinos do país. Em 07 de Agosto, o General Mauritano, Mohamed Abdel Aziz prende o presidente, Sidi Ould Cheikh Abdallahi, e o 1º Ministro, e assume os destinos da Mauritânia, perante a repulsa, algo temporizadora, da Liga Árabe e da União Africana. Esta, posteriormente, exclui do seu seio a Mauritânia. Em 03 de Dezembro, Marrocos cria um órgão oficial dedicado à prevenção da corrupção no interior do estado. Em 08/06, 23/07, ocorreram atentados na Argélia, perpetrados por fundamentalistas islâmicos.</p> <p>Em Maio de 2008, foi criando um instrumento financeiro da Política Europeia de Vizinhança, conhecido por Facilidade de Investimento para a Vizinhança (FIV).</p> <p>Em Junho, um tribunal marroquino condenou 29 homens pertencentes a um grupo terrorista conhecido como o "Teouan Cell", por planejar ataques terroristas. Nesse mesmo mês, um tribunal de recurso confirmou a pena de prisão, de dois a seis anos, imposta a membros do grupo terrorista "Jamaat al Mouslimoun al Joudoud", que foram detidos em 2005, por acusações relacionadas com terrorismo.</p>
--	---

	<p>Em Junho, Marrocos, declarou, no âmbito do Dialogo do Mediterrâneo, a sua vontade em participar na operação Active Endeavour.</p> <p>Em Julho, Marrocos prendeu, em diversas cidades, 35 elementos acusados de estarem a recrutar voluntários para combater no Iraque.</p> <p>12/07 – o Tribunal tunisino de 1ª instância acusou cinco tunisinos, inclusive dois oficiais responsáveis pela segurança do país, de variados atentados terroristas.</p> <p>Em Agosto, outros 15 elementos pertencentes a uma rede terrorista, denominada Fath al-Andalus, foram neutralizados. Marrocos afirmou que essa rede estava a planear ataques contra os soldados da paz que se encontravam no Saara Ocidental e contra pontos turísticos marroquinos.</p> <p>13/07 – O Processo de Barcelona: União para o Mediterrâneo, actualmente denominado União para o Mediterrâneo foi oficialmente formulada, em Paris.</p> <p>Em Agosto, dois tribunais tunisinos condenaram 19 cidadãos por diferentes atentados terroristas.</p> <p>03/08 – a esquadra da polícia de Tizi Ouzou, na capital da Cabília, foi atacada por um suicida, tendo causado danos em mais de 20 cidadãos.</p> <p>09/08 – oito civis foram assassinados no ataque a uma esquadra de policia, em Zemmouri al-Bahri, uma cidade junto do MED, a Este de Argel.</p> <p>10/08 – Três policias são mortos num ataque à bomba, perto da praia de Tizirt, na Argélia.</p> <p>19/08 – na Argélia, um suicida faz explodir um carro carregado de explosivos, junto de um centro de treino de policia, em Issers, onde alguns recrutas estavam à espera que abrissem os portões de acesso. 43 pessoas foram mortas e 45 ficaram feridas.</p> <p>20/08 - na Argélia, dois carros armadilhados explodiram, em Bouira, junto de um edifício militar, deixando 4 soldados levemente feridos, e junto de um hotel, tendo morrido 11 pessoas.</p> <p>24/09 – Primeiro Fórum da Aliança de Civilizações e terceiro encontro ministerial dos países do Grupo de Amigos da Aliança de Civilizações, em Madrid, Espanha.</p> <p>02-02/09 – Quarto encontro ministerial dos países do Grupo de Amigos da Aliança de Civilizações, no Quartel General da ONU, em Nova Iorque.</p>
--	---

	<p>Em Novembro, o tribunal de apelação marroquino confirmou uma sentença, emanada no mês de Outubro, e que condenava o suicida, Hicham Doukkali, que tinha sido ferido, em Agosto de 2007, quando o engenho explosivo que tinha enfaixado ao seu corpo explodiu na no centro da cidade de Meknes.</p> <p>Em Dezembro, Marrocos prendeu cinco membros de uma célula terrorista, no Nordeste do seu Reino, na cidade de Berkane, e mais outros nove elementos de outras redes, em outras cidades, que estavam alegadamente a preparar-se para roubar um banco para poder comprar armas para actos terroristas.</p>
2009	<p>Em 02 de Fevereiro o líder líbio, cor Kadhafi, foi eleito presidente da União Africana, tendo-se intitulado, aquela personagem, de “rei dos reis”.</p> <p>17/02 - as fronteiras da Argélia e de Marrocos abriram-se, por curto espaço de tempo, pela primeira vez desde 1994, para poder passar um comboio de ajuda alimentar, liderado pelo parlamentar britânico George Galloway, que partiu do Reino Unido com destino à Faixa de Gaza, onde chegou em 02/03.</p> <p>Em 07 de Julho foi lançado a discussão sobre o novo conceito estratégico da NATO, tendo o seu Secretário-geral, Jaap de Hoop Scheffer, declarado que as parcerias, nomeadamente o Diálogo para o Mediterrâneo, eram importantes que figurassem nesse documento.</p> <p>Em Março decorreu, no Cairo, mais um cimeira anual da Liga dos Estados Árabes, na qual o líder líbio acusou o réu Abdullah da Arábia Saudita, de ser um “(...) <i>produto britânico e aliado americano</i>” e, quando o emir do Qatar o tentou acalmar, referiu: “<i>Eu sou um líder internacional, o decano dos governantes árabes, o rei dos reis da África e o imã dos muçulmanos, e o meu status internacional não me permite descer a um nível inferior</i>” (Otterman: 2009).</p>

APÊNDICE 7 - UMA CRONOLOGIA PARA O SAARA OCIDENTAL

Ano	Acontecimento
1884	A Espanha ocupa o Saara Espanhol, realizando, previamente, um acordo naquele sentido, com os Chefes Tribais, o que se tornou, no futuro, um acto de extrema importância no conflito, que tem sido perpetuado, sobre o Saara Ocidental.
1885	O domínio espanhol sobre o Saara foi reconhecido pela Conferencia de Berlim
1956	Independência de Marrocos.
1957	Marrocos mobilizou a participação das tribos saarauí num levantamento contra a Espanha, naquilo que ficou conhecido pelas guerras de Ifni e d'Edchera. O apoio das forças a Espanha (operação Ecouvillon) permitiu a esse ultimo conservar o essencial do Saara Ocidental e de Ifni.
1958	02/04 - Foi firmado, entre Marrocos e a Espanha, o tratado de Angra de Sintra, no qual a Espanha cedeu a Marrocos a região de Tarfaya, conhecida por Cap Juby.
1960	14/12 – Surge a Resolução 1514 (XV) da Assembleia Geral (AG), conhecida como sendo a Declaração de Reconhecimento da Independência dos Países e Povos Colonizados, onde é reconhecido o direito aos povos à autodeterminação dos seus destinos.
1962	A reivindicação por parte de Marrocos de certas zonas designadas como territórios saarauís, provoca incidentes na fronteira com a Argélia, dando-se aquilo que ficou conhecida pela “guerra das areias”, e que se prolongou por 1963.
1965	16/12 – a AG da ONU, através da resolução 2072 (XX), interpela a Espanha para tomar as medidas necessárias à libertação dos terrenos de Ifni e do Saara Espanhol e que incita-a a iniciar as negociações para a atribuição da soberania desse território. Coloca o Saara Ocidental na lista das regiões a descolonizar.
1966	20/12 – A AG da ONU, através da resolução 2229 (XXI), reconhece o direito à livre determinação dos povos de Ifni e do Saara Espanhol e convida a Espanha para que, em consulta com Marrocos e a Mauritânia inicie o processo para um referendo, sob os auspícios da ONU, sobre a autodeterminação do povo saarauí.
1972	06/02 – A rainha ELIZABETH II é aclamada Chefe de Estado de Gibraltar. Desde 27/10/2006 é representada, naquele território, pelo Governador Sir Robert FULTON.
1973	10/05 - Foi criada a Frente Polisário (Frente Popular para a Libertação da Saguia el-Hamra e do Rio do Ouro) que reivindica a independência do Saara e contesta a

	ocupação espanhola.
1974	<p>Sob a pressão da ONU, a Espanha concordou abandonar o Saara, mas não antes de organizar um referendo a ter lugar no 1º semestre de 1975, onde o povo saaraui pudesse decidir sobre o seu futuro.</p> <p>13/12 - A AG da ONU, através da Resolução 3292 (XXIX) solicita ao Tribunal Internacional um parecer sobre se o Saara Ocidental no momento da sua colonização por Espanha era, ou não, um território sem dono (“Terra Nullius”) e se o parecer a esse quesito fosse negativo, haveria que apurar qual o vínculo entre o dito território, Marrocos e o Complexo Mauritânia. O parecer foi emitido em 16/10/1975.</p>
1975	<p>Marrocos e a Mauritânia, mesmo antes de Espanha abandonar o Saara, reivindicam, junto do tribunal internacional de Haya, a sua soberania perante aqueles territórios.</p> <p>16/10 - O Tribunal de Haia, concluiu um parecer, a pedido da AG da ONU, que, tendo Espanha firmado, em 1884, um acordo com os chefes tribais sobre a soberania do Saara Espanhol, tinha direito a deter a soberania desse território, e que não havia qualquer tipo de vínculo, relativamente, àquele território, entre aqueles actores. Esse parecer foi, oficialmente, dado a conhecer, a Marrocos e à Mauritânia, em 25/10.</p> <p>26/10 ou 31/10 – Marrocos infiltra tropas no Saara Ocidental.</p> <p>06/11 – Marrocos protagoniza a famosa “Marcha Verde”, onde 350.000 marroquinos, enviados pelo Rei Hassan II, em coluna, à fronteira noroeste marroquina com o Saara Ocidental, para afirmar o carácter marroquino do Saara e levaram a Espanha a sair daquele território.</p> <p>14/11 – Espanha assina, secretamente, com Marrocos e a Mauritânia, os “Acordos Tripartidos de Madrid”, dividindo entre aqueles territórios, respectivamente 2/3 e 1/3 do território, em troca de vantagens e privilégios, dando, posteriormente a conhecer ao Mundo, a sua intenção de abandonar o Saara.</p> <p>O amigo do Rei Hassan II, de seu nome Alí Yata, secretário geral do partido comunista marroquino, fez um périplo pelos países do Bloco Soviético, numa campanha a favor da anexação do Saara por Marrocos, o que explica que, em Dezembro deste ano, esses países tenham-se mostrado uma inépcia perante a Assembleia Geral da ONU onde se discutiu essa invasão.</p>

	20/11 – O Generalíssimo Franco morre, em Espanha.
1976	<p>Em Janeiro ocorreram confrontos fronteiriços entre a Argélia e Marrocos, conhecidos pela “batalha de Amgala”.</p> <p>27/02 – Foi criada a Republica Arabe Saharaui Democrática (RASD) reconhecida por 73 países e pela OUA.</p> <p>28/02 – Espanha retira-se do Saara Ocidental.</p> <p>A Argélia reconhece diplomaticamente a Republica Árabe do Saara, tendo isso levado ao corte de relações diplomáticas de Marrocos e da Mauritânia com a Argélia.</p> <p>Desde este ano até 1978 a FP lançou vários ataques de guerrilha contra a Mauritânia e Marrocos.</p>
1979	<p>05/09 – Foi estabelecido o acordo d’Alger, entre a FP e a Mauritânia. Este país declara renunciar a todas as suas reivindicações territoriais e abandonar definitivamente a guerra. A Mauritânia abandona o Saara, fazendo as pazes com a FP. O 1/3 do território que lhe estava atribuído foi logo ocupado por Marrocos. O Saara foi dividido, por Marrocos nas províncias de Boujdour, Es-Smarc, Oued Eddahab e Laâyoune.</p> <p>21/11 – A ONU, através da resolução 34/37 da AG, reconheceu o acordo entre a Mauritânia e a FP e fez o apelo a Marrocos para abandonar o Saara Ocidental.</p>
1981	<p>Marrocos inicia a construção dos famosos muros de isolamento do Saara, para proteger os seus colonos e as riquezas, particularmente os fosfatos e as pescas, das acções do exército saaraui (ALPS) e para isolar a direcção da FP e os refugiados saaraui, localizados em Tindouf, do resto do seus povo. Isso provocou a perda do controlo do território por parte da FP.</p> <p>24/11 - A ONU, através da resolução 34/36, da AG, conseguiu uma cessar fogo e um compromisso de Marrocos, para conduzir um referendo sobre a autodeterminação do Saara.</p>
1982	A RASD foi reconhecida, em Fevereiro, pela OUA.
1984	Até este ano a Líbia conferiu uma linha de crédito à FP, que lhe permitiu a compra de armas a países afectos ao Bloco Soviético. Marrocos firma, com a Líbia, o tratado de Uxdá, o que constituiu uma manobra diplomática e política hábil e exímia, pois fez com que a Líbia, que até aí apoiava a FP, nomeadamente com dinheiro, deixasse de o fazer. Passados tempos, Marrocos renuncia a esse acordo,

	<p>mas a Líbia nunca mais apoiou a FP como o tinha feito até firmar esse documento e a FP perdeu grande parte de confiança na Líbia.</p> <p>A RASD passou a ser membro da OUA e, posteriormente, membro fundador da UA.</p>
1985	Marrocos retirou-se da OUA em virtude desta Organização ter reconhecido a RASD.
1986	Hassan II renuncia ao tratado Uxdá firmado com a Líbia, nunca voltando este país a apoiar a FP como o fez até 1984.
1988	<p>22/11 – A ONU, através da resolução 43/33, convida a Assembleia dos Chefes de Estado e do Governo da OUA e o SG da ONU a envidar esforços no sentido de conseguir um cessar-fogo e se criar as condições para o referendo, em conformidade com a resolução AHG/Res 104 (XIX), a Res 40/50 de 1985 e com a resolução então aprovada (43/33).</p> <p>Esta resolução foi adoptada por unanimidade do CS e previa a proclamação de um cessar fogo, o retorno dos refugiados saarauís ao seu território e a organização do referendo que respondesse à questão se o povo do Saara queria a independência ou a integração no Marrocos. Este país reitera que aceita o referendo sobre a autodeterminação, desta feita perante a OUA, mas, mais uma vez, não o viabiliza.</p>
1990	18/06 – O CS da ONU, através da resolução S/21360, deliberou a necessidade de se estabelecer uma força (a MINURSO), com uma componente militar, outra de polícia e outra civil. Reitera a necessidade de se realizar o censo, se garantir um cessar-fogo e se realizar o referendo de autodeterminação. Nele pode-se ler que Marrocos e a FP se comprometeram em aceitar o resultado do referendo.
1991	<p>29/04 - O CS da ONU, através da resolução 690 (1991), deliberou estabelecer sob a sua autoridade, uma força, que viria a ser conhecida por MINURSO, com cerca de 1700 militares, 800 civis e polícias e uma reserva de 300 militares.</p> <p>06/09 - Entra em vigor o cessar fogo, sobre a vigilância da MINURSO.</p> <p>11/12 – A ONU, através da Resolução 46/47, a AG e o CS da ONU, ratifica a Missão das Nações Unidas para o Referendo do Sahara Ocidental (MINURSO). Aprova, por unanimidade, o UN Settlement Plan for Western Sahara, que contemplava um cessar-fogo e a realização de um referendo sobre a autodeterminação, apoiado no recenseamento espanhol de 1974 da população saarauí (74.000 cidadãos). O referendo estava marcado para Janeiro de 1992, tendo sido adiado</p>

	para 1994.
1992	Para este ano estava marcado o referendo sobre a autodeterminação dos povos do Saara, mas face às muitas dúvidas de Marrocos quanto ao constante nos documentos que dariam origem a esse referendo e ao atraso da constituição das listas de eleitores, que muito se deveu àquele Reino, o acto eleitoral foi adiado para 1994.
1994	Marrocos e a FP entram em desacordo quanto à constituição das listas de eleitores. Marrocos pretende ver inscritas nela os marroquinos que colonizaram o Saara. Face aos protestos de Marrocos, a ONU admitiu estender esse referendo aos colonos e militares marroquinos que estivessem, no Saara Ocidental, há mais de seis anos consecutivos os 12 interpelados, o que favorecia aquele reinado que, de resto, inicialmente aceitou esse plano. Contudo, nunca viabilizou esse referendo, mas antes o dificultou.
1996	A ONU, em conjunto com a OUA, conseguiu um acordo de cessar fogo entre Marrocos e a FP.
1997	17/03 - O ex-Secretário de Estado Americano James Addison Baker II foi nomeado, por M. Kofi Annan, Enviado Especial do SG da ONU, para mediar o conflito do Saara entre as partes. Em 24/06 realizou-se uma primeira reunião, em Lisboa. Em Julho teve lugar uma segunda reunião, em Londres, onde se obteve o compromisso para se desbloquear o contencioso sobre o censo eleitoral. Em Setembro, em Houston (EUA), Marrocos e a FP assinam, então, um acordo, onde é referida a realização de um referendo em 1998, estabelecendo-se um censo de 80.000 eleitores. Em 06/12 a AG emitiu a Resolução 54/87, onde a ONU se regozija pelos acordos entre as partes, mas, posteriormente, Marrocos decide limitar o censo e dificultar a execução do requerido referendo.
1999	Julho - Mohamed VI subiu ao trono. Dezembro – a ONU anunciou que foi elaborada uma lista de eleitores habilitados a participar no referendo de autodeterminação do Saara Ocidental, com mais de 86.000 eleitores.
2001	Junho – A FP e a Argélia rejeitam o Plano Baker I.
2002	29/01 – O Conselho Jurídico da ONU informa, relativamente ao Saara, o Presidente do Conselho de Segurança, através do documento referenciado por S/2002/161, que “o Acordo de Madrid não prevê a transferência da soberania

	<p><i>sobre o território nem confere a qualquer dos signatários o estatuto de potencia administrante, estatuto que a Espanha também não poderia unilateralmente transferir</i></p> <p>Julho – a OUA transforma-se em UA.</p>
2003	<p>Janeiro - James Baker face ao incumprimento das resoluções por parte de Marrocos, propôs um plano, conhecido por Plano Baker II, para a paz pela autodeterminação do povo do Saara Ocidental, alargado aos colonos marroquinos instalados naquele território desde 1975 a Dezembro de 1999. Nele, inicialmente, constava que os assuntos do Saara fossem geridos pelas Nações Unidas, no âmbito do capítulo VII da Carta das NU, o que foi posto de parte quando a Espanha pediu aos EUA que não apoiassem esse caminho. Nesse plano ainda constava que aqueles povos poderiam usufruir de uma autonomia, sob a soberania de Marrocos, por 4 a 5 anos, no fim dos quais se procederia à realização do referendo de autodeterminação. A FP aceitou esse plano e Marrocos rejeitou-o em Setembro de 2004.</p> <p>31/07 – O CS da ONU aprova a resolução S/Res/1495 onde está contemplada a solução do referendo incidente no direito à autodeterminação do povo saaraoui para o problema do Saara Ocidental.</p>
2004	<p>09/04 – O ministro do Exterior marroquino, Benaissa, enviou uma carta ao SG da ONU onde Marrocos exclui oficialmente o “plano Baker II”, que constituía uma solução para o impasse referente ao Saara. Nessa carta Marrocos exclui a possibilidade do referendo de autodeterminação.</p> <p>01/08 – o presidente sul-africano, Mbeki, escreveu uma carta a Hassan II onde reconhece a RASD como um estado independente, apesar das pressões do SG da ONU para que o não fizesse, mas antes dessa mais uma oportunidade às negociações directas sob os auspícios das NU.</p> <p>10/12 – na AG da ONU é votada uma resolução sobre a autodeterminação, em que somente 50 Estados apoiaram o povo saarauí, cerca de 100 abstiveram-se e muitos outros abandonaram a sala para não se pronunciarem.</p>
2005	<p>Julho – É nomeado enviado especial do SG da ONU o senhor Peter Van Walsum, que privilegiou a procura de um acordo entre as partes.</p> <p>29/01 – o SG da ONU, na Resolução S/2005/49, declarou a sua preocupação quanto à situação do Saara e à possibilidade dela se deteriorar.</p> <p>A FP declara a rebelião pacífica contra a ocupação do Saara, denominada a “Inti-</p>

	<p>fada da Independência” e inicia, desde Maio, um conjunto de manifestações pacíficas, protagonizadas pela população saarauí que habitava o território ocupado, reivindicando do direito à autodeterminação e à independência.</p>
2006	<p>Prossegue a Intifada da Independência. Marrocos enuncia uma proposta unilateral que contempla a autonomia do Saara Ocidental sob a sua soberania, apoiada pela França e pelos socialistas espanhóis chegados ao poder em 2004. Pretendia-se, com essa proposta, forçar o CS a reconhecer essa soberania e, consequentemente, a integração do Saara no Reino de Marrocos.</p> <p>19/04 – o SG das NU elabora um relatório, sobre a situação no Saara Ocidental, referenciado por S/2006/249 onde esclarece, na sua página 14, que “(...) nenhum membro das Nações Unidas reconheceu (...)” a soberania de Marrocos sobre o Saara ocidental.</p>
2007	<p>10/04 – A FP apresentou, às NU, um projecto sobre o futuro do Saara, sob o título “Proposta da Frente Polisário para uma Solução Política Mutuamente Aceitável que Assegure a Autodeterminação do Povo do Saara Ocidental”.</p> <p>11/04 – Marrocos apresentou, às NU, um projecto sobre o futuro do Saara, sob o título “Iniciativa Marroquina para a Negociação dum Estatuto de Autonomia da Região do Saara”</p> <p>30/04 – O CS da ONU aprovou a resolução 1754, onde apela a Marrocos e à FP para iniciar as negociações directas, sem pré-condições, com vista a uma solução definitiva para o Saara, reconhecendo “os sérios e credíveis esforços” por parte de Marrocos . Houve uma primeira ronda de conversações, entre a FP e Marrocos, na presença da Argélia e da Mauritânia, em 18 e 19 de Junho, em Manhasset, New York; uma segunda ronda em Outubro; Houve, ainda, uma terceira e quarta ronda em 2008.</p> <p>16/10 – Adopção da resolução 1783 do CS da ONU, onde se reitera o afirmado na resolução 1754 e prolonga a missão das Nações Unidas no Saara em 2008.</p> <p>06/11 – O rei de Marrocos afirmou que o conflito do Saara Ocidental é artificial e que o seu país não aceitará outra solução para além de uma autonomia alargada sob a soberania marroquina.</p>
2008	<p>Janeiro - Ocorreu uma terceira ronda de conversações, em Geneve, no âmbito da resolução 1754 do CS da ONU. Uma quarta ronda ocorreu em Março de 2008 em New Jersey.</p>

APÊNDICE 8 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

										Progress			
										Long-term	Medium -term	Short-term	
HDI rank		1980	1985	1990	1995	2000	2003	2004	2005	2006	(1980-2006)	(1990-2006)	(2000-2006)
HIGH HUMAN DEVELOPMENT													
11	France	0.875	0.886	0.908	0.927	0.940	0.945	0.947	0.953	0.955	0.080	0.046	0.014
16	Spain	0.852	0.866	0.893	0.911	0.929	0.937	0.942	0.946	0.949	0.097	0.056	0.020
19	Italy	0.855	0.863	0.886	0.904	0.925	0.936	0.939	0.942	0.945	0.090	0.058	0.020
33	Portugal	0.764	0.786	0.829	0.860	0.879	0.899	0.896	0.898	0.900	0.136	0.071	0.020
95	Tunisia	..	0.603	0.625	0.653	0.677	0.743	0.749	0.756	0.762	0.159 a)	0.137	0.085
100	Algeria	..	0.626	0.645	0.652	0.712	0.727	0.732	0.745	0.748	0.122 a)	0.103	0.036
127	Morocco	0.471	0.497	0.516	0.560	0.582	0.626	0.631	0.638	0.646	0.175	0.130	0.064

a. Progress between 1985 and 2006.

SOURCES :

Columns 1—9: calculated based on data on life expectancy from UN2007; data on adult literacy rates from UNESCO Institute for Statistics 2003 and 2008a; data on combined gross enrolment ratios from UNESCO Institute for Statistics 1999 and 2008b; and data on GDP per capita (2006 PPP US\$) from World Bank 2008c.

Column 10: calculated based on the HDI values for 1980 and 2006.

Column 11: calculated based on the HDI values for 1990 and 2006.

Column 12: calculated based on the HDI values for 2000 and 2006.

Adaptado de um documento disponível na seguinte fonte: UNDP: http://hdr.undp.org/en/media/HDI_2008_EN_Complete.pdf

APÊNDICE 9 – PAÍSES DO G 5+5 QUE ADOPTARAM A CONVENÇÃO DE PALERMO

País	Data de Assinatura	Data de ratificação	Observações
Argélia	12/12/2000	07/10/2002	Fez uma declaração relativa a Israel e afirma que qualquer disputa só pode ser arbitrada pelo Tribunal Internacional de Justiça se houver, nesse ponto, concordância das partes em litígio.
Espanha	13/12/2000	01/03/2002	Afirma que qualquer acção protagonizada em Gibraltar e relacionado com esta temática deverá ser interpretada como uma actividade interna daquele Rochedo.
França	12/12/2000	29/10/2002	
Itália	12/12/2000	02/08/2006	
Líbia	13/11/2001	18/06/2004	
Malta	14/12/2000	24/09/2003	Malta declara que utilizará a convenção em matéria de extradição e só aceita o Maltes e o Inglês como línguas oficiais no tratamento dos assuntos deste âmbito.
Marrocos	13/12/2000	19/09/2002	
Mauritânia		22/07/2005	
Portugal	12/12/2000	10/05/2004	
Tunísia	13/12/2000	19/06/2003	Afirma que qualquer disputa só pode ser arbitrada pelo Tribunal Internacional de Justiça se houver, nesse ponto, concordância das partes em litígio.

Adaptado de: http://treaties.un.org/pages/ViewDetails.aspx?src=TREATY&mtdsg_no=XVIII-12&chapter=18&lang=en#7 e de www.pacli.org/pits/en/status_pages/2000-9.html#tunisia

APÊNDICE 10– POPULAÇÃO NO MEDOC

País	Presidente	1º Ministro	Pena de Morte	População	Expectativa de vida	Mortalidade a baixo dos 5 anos (por mil crianças)	Literacia (Adultos)
Argélia	Abdelaziz Bouteflika	Ahmed Ouyahiya	Abolicionista na prática	34.4 Milhões	71.7 anos	34/30	69.9 %
Espanha	Rei Juan Carlos I de Borbón	José Luis Rodríguez Zapatero	Totalmente abolicionista	44.6 Milhões	80.5 anos	6/5	-----
França	Nicolas Sarkozy	François Fillon	Totalmente abolicionista	61.9 Milhões	80.2 anos	6/5	-----
Itália	Giorgio Napolitano	Silvio Berlusconi	Totalmente abolicionista	58.9 Milhões	80.3 anos	6/6	98.4 %
Marrocos	Rei Mohamed VI	Abbas El Fassi	Abolicionista na prática	31.6 Milhões	70.4 anos	42/28	52.3 %
Portugal	Aníbal António Cavaco Silva	José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa	Totalmente abolicionista	10.7 Milhões	77.7 anos	7/7	93.8 %
Tunísia	Zine El ‘Abidine Ben ‘Ali	Mohamed Ghannouchi	Abolicionista na prática	10.4 Milhões	73.5 anos	23/2	74.3

Adaptado de : <http://report2009.amnesty.org/en/>

APÊNDICE 11 – OUTRAS INICIATIVAS VOLTADAS PARA A SEGURANÇA DO MED

Uma primeira iniciativa surgiu numa época em que a NATO se encontrava firmemente confinada às suas fronteiras de eleição. No MED, o equilíbrio era garantido pela presença das Esquadras Americanas e Soviéticas, e o Norte de África e o Levante procuravam a consolidação das suas recentes independências, muito amparadas pelo Bloco do Leste. Na era da bipolarização, a CSDE, transformada em 01/01/1995 em OSCE, publicou, em 01/08/1975, a Acta Final de Helsínquia, onde se pode ler que existe uma relação “(...) *no contexto mais amplo da segurança mundial, entre a segurança na Europa e a segurança na região do Mediterrâneo (...)*” (CSCE: 1975; 13) e que perdura a intenção de se “(...) *manter e ampliar os contactos e diálogos iniciados pela CSCE com os Estados mediterrânicos (...) com a finalidade de contribuir para a paz (...) reforçar a segurança, (...) diminuir as tensões na região (...)*” (CSCE: 1975; 38). A CSCE procurava, assim, encontrar alternativas para a cooperação e o diálogo com os países do MED que não fossem ditadas pela geoestratégica e, em particular, pelas perspectivas dos alinhamentos entre Blocos. Nessa iniciativa, os 55 países da CSCE e actual OSCE, em conjunto com Marrocos, Argélia, Tunísia, Egipto, Israel e Jordânia, então denominados “Estados Mediterrânicos Não Participantes”(NPMS), denominação alterada, em 05/12/1995 para “Parceiros Mediterrânicos para a Cooperação” (MPC), tem procurado, pela acção diplomática, a concordância e a cooperação. Hoje em dia, a OSCE, sem ter abandonado a totalidade da bacia do MED, tem centrado as suas iniciativas na Comunidade de Estados Independentes (CEI) e nos Balcãs, deixando o protagonismo, na restante área mediterrânica, a outras OI de carácter regional.

Em 1975 foi lançado o Diálogo Euro-Arábe, entre a Comunidade Europeia e a Liga Árabe, mas que foi suspenso, na década de 80, devido aos alinhamentos entre blocos e foi relançado em 1989, tendo sido, novamente suspenso após a invasão do Kuwait.

Em 1991 o Egipto lançou o Fórum Mediterrânico para o Dialogo e Cooperação, que foi materializada em Julho de 1994, em Alexandria. Dessa iniciativa fazem parte: Marrocos, Argélia, Tunísia, Egipto, Turquia, Grécia, Itália, Malta, França, Espanha e Portugal. As reuniões informais que têm sido conduzidas têm versado temas económico, sociais e de segurança, mas que parecem ser tratados num decalque do que tem sido feito no âmbito da UE.

A Itália e a Espanha, em 1992, procuraram criar uma Conferência para a Segurança e Cooperação no Mediterrâneo, mas que parece não ter tido grandes resultados.

Também a UEO lançou o Diálogo UEO-Mediterrâneo, que envolvia os 28 países daquela organização e a Mauritânia, Marrocos, Argélia, Tunísia, Egipto, Jordânia e Israel, centrando-se, essencialmente, na troca de informações militares e em assuntos de segurança regionais.

Apêndice 12 – Dados da Componente Militar dos Países do Mediterrâneo

País	Efectivos militares (1) (dados de 2007)	População apta para o Serviço Militar com idades entre os 16 e os 49 anos (2)	Nº divisões (1)	Nº Brigadas (1)	Carros de Combate (1)	Aviões de Combate (1)	Navios de combate (1)	Submarinos (1)	% do PIB utilizado na defesa (2)	Lugar na escala de 173 países que mais gastam com a defesa (2)
Argélia	127 000	Homens: 8 317 473 Mulheres: 8 367 005	5	26	949	243	26	2	3,3	41
Marrocos	198 500	Homens: 7 779 589 Mulheres: 7 881 024	---	6	640	72	15	---	5,0	19
Tunísia	35 500	Homens: 2 569 403 Mulheres: 2 489 651	---	5	144	18	15	---	7,4	114

Fontes: (1) – INSS (INSS:2008)

(2) – CIA (CIA:2008)